



Luisa Santiago Vieira Souto

Feminismo do chão de barro:
uma história de solidariedade, coletividade e
protagonismo feminino no cotidiano do
Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)

Tese de doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da PUC-Rio (PPGCIS/PUC-Rio) como
requisito parcial para a obtenção do grau
de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Angela Randolpho Paiva (PUC-Rio)

Co-orientador: Prof. Geoffrey Pleyers (UCLouvain)

Rio de Janeiro

Dezembro de 2022



Luisa Santiago Vieira Souto

Feminismo do chão de barro:
uma história de solidariedade, coletividade e
protagonismo feminino no cotidiano do
Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da PUC-Rio (PPGCIS/PUC-Rio) como
requisito parcial para a obtenção do grau
de Doutora em Ciências Sociais.

Profa. Angela Randolpho Paiva

Orientadora
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Prof. Geoffrey Pleyers

Co-orientador
Université catholique de Louvain (UCLouvain)

Prof. Fernando Cardoso Lima Neto

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Profa. Flávia Braga Vieira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof. Luis Martínez Andrade

Université catholique de Louvain (UCLouvain)

Profa. Maria Sarah da Silva Telles

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Luisa Santiago Vieira Souto

Graduou-se em Ciências Sociais na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2009. É mestre em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio). Integra o Grupo de Estudos Direitos, Reconhecimento e Desigualdade (GEDRED) do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio e o *Social Movements in Global Age* (SMAG) no Centre de recherches interdisciplinaires, Démocratie, Institutions, Subjectivité da Université Catholique de Louvain.

Ficha Catalográfica

Souto, Luisa Santiago Vieira

Feminismo do chão de barro : uma história de solidariedade, coletividade e protagonismo feminino no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) / Luisa Santiago Vieira Souto ; orientadora: Angela Randolpho Paiva ; co-orientador: Prof. Geoffrey Pleyers. – 2022.

289 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2022.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Moradia. 3. Movimentos sociais. 4. Cotidiano. 5. Solidariedade. 6. Mulheres. I. Paiva, Angela Randolpho. II. Pleyers, Geoffrey. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. IV. Título.

CDD: 300

Agradecimentos

Chegar ao fim do doutorado é, por si só, algo a se agradecer. Chegar aqui depois de termos passado por anos duros e desafiadores como foram os últimos, me faz ainda mais grata: às energias do universo, aos meus orixás, ao mar e a todos aqueles que estiveram ao meu lado em todos esses anos, meu muito obrigada.

Agradeço à querida professora Angela Paiva, minha primeira orientadora. Por todas as aulas, conversas, orientações e por toda escuta e apoio que deu a mim ao longo desses cinco anos. Angela parece incansável e nos contagia com sua energia e amor pela sociologia. Contar com sua acolhida e parceria nesse louco e longo trabalho que é escrever uma tese de doutorado me garantiu tranquilidade e segurança. Agradeço pelo suporte e pela serenidade nos momentos de dificuldade; e pelo incentivo e reconhecimento nos momentos em que o trabalho caminhava bem. Tenho a certeza de que fiz a melhor escolha possível quando lhe pedi que fosse minha orientadora.

É enorme também minha gratidão ao professor Geoffrey Pleyers, que em 2019 generosamente me recebeu em Louvain-la-neuve e em seguida também se tornou meu orientador. Fui até lá para ficar seis meses, por meio do Programa CAPES-PrInt, e se saio apenas agora, três anos depois, é porque esse encontro se transformou em uma parceria indispensável para que o trabalho que hoje apresento exista. Agradeço por todo o esforço de trabalhar comigo em outro idioma, por me apresentar caminhos que ampliaram o significado da sociologia para mim, por valorizar nossas ideias e projetos, e, sobretudo, por ter criado o SMAG, um grupo de pesquisa sem o qual eu não seria a pesquisadora que considero ser hoje.

Aos dois, agradeço a disposição em trabalhar de maneira conjunta para que fosse possível a conclusão desta tese em cotutela entre a PUC-Rio e a UCLouvain.

Agradeço imensamente à minha banca: as professoras Flávia Braga Vieira, Maria Sarah da Silva Telles, e os professores Fernando Cardoso Lima Neto e Luis Martínez Andrade. Obrigada por aceitarem participar das duas defesas e pela leitura do trabalho. Tenho certeza de que seus comentários e contribuições serão enriquecedores para a tese e para a minha formação.

Sou extremamente grata também a todas as professoras e professores com os quais tive o privilégio de conviver e aprender ao longo de todo esse processo. Escutá-los ou lê-los foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

O Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, no qual entrei em 2005, há 17 anos, é um dos meus lugares no mundo. Tenho um apreço enorme por todos e agradeço especialmente à Aline Selder, Ana Roxo e Monica Gomes por todo suporte e carinho que me deram ao longo dessa caminhada.

Aos meus companheiros de universidades e grupos de pesquisa, GEDRED e SMAG, digo que essa tese não seria o que é sem cada leitura, escuta, encontro e trocas com vocês. Na PUC, André, Michelle, Taísa, Fabiana, Alessandra e José Roberto me acompanharam desde os primeiros passos, em 2018, quando tudo ainda era mais ideia do que realidade. Obrigada por toda parceria que construímos. Na UCLouvain, encontrei pessoas de diferentes países e falando diferentes idiomas que me receberam de braços abertos para ensinar e aprender: Margot, Natalia, Julia, Gabriela, Yannicke, Karla, Hector, Deusa, entre tantos outros. Agradeço por toda paciência, por cada aula ou reunião, conversas no trem e, claro, *des bières* ou *las chelas* compartilhadas no fim do dia. Agradeço também à Marina, com quem tive a oportunidade de dividir o GEDRED, o SMAG, um pequeno apartamento e muitas conversas.

À minha família, que me inspira, me cuida e apoia todos os dias, me faltam palavras e sobra emoção na hora de escrever estas palavras. Rafael, meu amor companheiro, me apoiou desde o primeiro momento que embarcou nessa viagem. Obrigada por todo amor sempre e paciência nos dias difíceis; por todas as conversas nas madrugadas e todos os livros compartilhados. E, mais do que tudo, obrigada por me ajudar a acreditar que eu tinha asas para voar até aqui. À minha mãe, Claudia, devo praticamente tudo. Mas agradeço aqui principalmente por conseguir fazer com que eu tivesse ao menos um pouco da enorme curiosidade sobre o mundo e amor pela humanidade que tem, por segurar todas as barras da vida junto comigo – e ainda ler e reler essa tese incansavelmente. À minha avó Norma, agradeço por sempre me apoiar e incentivar – e pelo sorriso de felicidade e orgulho com que me brindou quando lhe disse que havia acabado de escrever a tese. Agradeço também aos meus sogros, Fátima e Wilson, pelo cuidado e incentivo ao longo dos últimos meses.

Às minhas amigas da vida toda, Marina's, Marcela, Manoela e Noelle, agradeço por terem continuado aqui mesmo quando eu não estava. Ao Fred, à Lia e à Maria, minhas crianças, agradeço por – cada vez que os vejo sorrir – me fazerem querer trabalhar e lutar ainda mais para que o mundo um dia seja melhor.

À Lidiane e Aneci, minhas companheiras de trabalho de todo dia, digo obrigada por terem vivido esses difíceis últimos meses comigo, segurando minha mão, me apoiando e incentivando. Se consegui escrever esta tese, é porque tenho pessoas incríveis como vocês ao meu lado.

Ao Daniel agradeço por ter me ajudado a encontrar os primeiros caminhos para chegar nas Ocupações em São Paulo. E ao Moisés agradeço a parceria na reta final da escrita, leitura atenta e revisão da tese.

Por fim, este trabalho não existiria se não existisse a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), e, principalmente, a luta das mulheres sem-teto. Não bastassem as batalhas que travam todos os dias, elas ainda encontraram tempo, em meio ao caos da pandemia, para me receber e partilhar comigo suas histórias e sonhos. Nenhum esforço empreendido no processo de confecção desta tese se equipara à força que elas demonstram diariamente. A elas dedico esta tese, o meu mais profundo agradecimento e expesso toda minha admiração: por existirem, por lutarem, por sonharem.

A todos digo que o trabalho acadêmico pode nos fazer sentir uma solidão enorme, mas vocês fizeram com que eu chegasse inteira até aqui. E ter tanto para agradecer é a prova de que eu definitivamente não ando só. Axé! Que tempos melhores cheguem logo para que possamos juntos batalhar e celebrar avanços na pesquisa brasileira e vitórias na luta do povo. Amanhã há de ser outro dia e nós seguiremos juntos.

Resumo

SOUTO, Luisa Santiago Vieira. PAIVA, Angela Randolpho. PLEYERS, Geoffrey. *Feminismo do chão de barro: uma história de solidariedade, coletividade e protagonismo feminino no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)*. Rio de Janeiro, 2022. 289p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ESPO, Université Catholique de Louvain.

Esta tese analisa aspectos da ação política do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) para além das grandes manifestações de rua, do ato de ocupar terrenos e imóveis ociosos, dentre outras ações do seu repertório de luta mais conhecido. O foco são dinâmicas presentes na construção do cotidiano das Ocupações do movimento, principalmente na cidade de São Paulo, onde seus militantes, principalmente as mulheres, existem e resistem todos os dias. Através de uma metodologia que envolveu, além da pesquisa bibliográfica, observação participante, entrevistas e coleta de depoimentos, a análise desenha um panorama do processo de tornar-se sujeito sem-teto a partir de práticas e experiências presentes em dois níveis: o *espaço* das Ocupações e seus *lugares* de existência. Ali destacam-se a existência de práticas solidárias, a coletivização das tarefas de cuidado e um crescente protagonismo feminino como características estruturantes da luta cotidiana do movimento – situação que ficou ainda mais notória durante a pandemia da Covid-19, quando o movimento precisou otimizar e ampliar sua capacidade de organização e ação. O encontro das mulheres com o movimento aparece como um momento de transição e abertura de novas possibilidades; de construção ou reconstrução de si e mudança de vida. É nesse contexto que se estrutura um tipo de luta feminina, popular e interseccional, enraizada e pautada na realidade, nas necessidades e na potência das *mulheres sem-teto*, e a qual denomino como *feminismo do chão de barro*.

Palavras-chave

moradia; movimentos sociais; cotidiano; solidariedade; mulheres; feminismo

Abstract

SOUTO, Luisa Santiago Vieira. PAIVA, Angela Randolpho. PLEYERS, Geoffrey. *Feminism of the ground-road: a story of solidarity, collectivity and feminine protagonism in the daily life of Homeless Workers Movement (MTST)*. Rio de Janeiro, 2022. 289p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ESPO, Université Catholique de Louvain.

This thesis analyzes aspects of the political action of the Homeless Workers Movement (MTST) beyond the large street demonstrations, the act of occupying vacant land and buildings, among other actions of its best-known repertoire of struggle. The focus is on the dynamics present in the construction of the movement's daily life in the Occupations, especially in the city of São Paulo, where its militants, especially women, exist and resist every day. Through a methodology that involved, besides bibliographical research, participant observation, interviews and collection of testimonials, the analysis draws a panorama of the process of becoming homeless subjects from practices and experiences present in two levels: the space of the Occupations and their places of existence. There, the existence of solidarity practices, the collectivization of care tasks and a growing female protagonism stand out as structural characteristics of the movement's daily struggle - a situation that became even more evident during the Covid-19 pandemic, when the movement needed to optimize and expand its capacity for organization and action. The women's encounter with the movement appears as a moment of transition and opening of new possibilities; of construction or reconstruction of self and change of life. It is in this context that a type of feminine, popular, and intersectional struggle is structured, rooted and grounded in the reality, needs, and power of homeless women, and which I call *ground-road feminism*.

Keywords

housing; social movements; everyday life; solidarity; women; feminism

Sumário

1. Introdução	12
1.1 Argumento	15
1.2 Encruzilhada teórica: caminhos que se encontram	16
1.3 Metodologia	35
1.4 Notas sobre o campo	41
1.5 Estrutura da tese	45

PARTE I - PREPARANDO O TERRENO: CONTEXTO E MOVIMENTO

2. De onde vem a escassez de moradia?	51
2.1 A terra é o nó	52
2.2 O déficit habitacional e as políticas públicas	57
2.3 A emergência e o papel dos movimentos sociais	67
2.4 Da espoliação à ação	70
3. O Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)	71
3.1 Nasce o MTST: os primeiros passos do campo à cidade	72
3.2 Fluxos e refluxos no processo de consolidação do movimento	74
3.3 Princípios e estrutura organizacional	78
3.4 Quem são os sem-teto?	81
3.5 As Ocupações	86
3.6 Três histórias, uma luta	92
3.7 Para entrar no chão de barro	99

PARTE II - PARA FAZER VIRAR: A SOLIDARIEDADE COMO PRÁXIS

4. O chão de barro das Ocupações: solidariedade e coletividade como forma de existência e resistência	103
4.1 As Ocupações para além da tática: <i>espaços de experiência</i>	106
4.2 Fazer-se sujeito, fazer-se sem-teto	109
4.3 Solidariedade e cuidado na construção coletiva da ocupação	118
4.4 Entre <i>espaços</i> e <i>lugares</i> : existência e conjunção	127
4.4.1 Assembleia	130
4.4.2 Trilha	133
4.4.3 Festas, saraus e feiras	134
4.4.4 Formação e as rodas de conversa	137
4.4.5 Hortas urbanas	139
4.5 Cozinhas Coletivas: o coração das Ocupações	141
4.6 Organização política, coletiva e solidária	149

5.	Solidariedade sem-teto: a experiência da covid-19	154
5.1	Crise sanitária e social: um cenário de incertezas	155
5.2	Re-agir através da solidariedade	160
5.3	O projeto das Cozinhas Solidárias	171
5.3.1	Cozinha Solidária da Brasilândia	177
5.3.2	Cozinha Solidária de São Gonçalo	179
5.4	Cozinhas Solidárias como repertório de ação	181
5.5	Desafios em aberto: o que fica da pandemia?	183

PARTE III – A POTÊNCIA DAS MULHERES DO CHÃO DE BARRO

6.	Lute como uma sem-teto: chegar ao movimento e tornar-se outra	187
6.1	Uma escolha metodológica e ideológica	189
6.2	<i>As mulheres sem-teto</i>	192
6.3	“E se eu tivesse uma casa?”	202
6.4	Do privado ao coletivo: tornar-se <i>mulher sem-teto</i>	211
6.5	A feminização do movimento	217
6.6	Para além da conquista da casa	224
6.7	Um viver diferente: mudar a si para mudar a realidade	230
7.	Um movimento feminino e a perspectiva de um <i>feminismo do chão de barro</i>	233
7.1	Pensar com as mulheres hoje e ontem	234
7.2	<i>Feminismo do chão de barro: a potência das mulheres sem-teto</i>	238
7.3	Três dimensões do <i>feminismo do chão de barro</i>	243
7.3.1	Reconhecimento dos direitos sociais	244
7.3.2	Solidariedade e coletividade	246
7.3.3	Indo além do chão do barro	250
7.4	Onde as dimensões se encontram: no e do chão de barro	259
8.	Conclusão	262
9.	Referenciais bibliográficas	276

*Fazenda velha, cumieira arriou
Fazenda velha, cumieira arriou
Levanta povo, cativo acabou
Levanta povo, cativo acabou
Se o povo soubesse o talento que ele tem
Não aturava desaforo de ninguém*

(Adaptação da música *Pedro e Teresa*, de Teresa Cristina)

*Aos esfarrapados do mundo e aos que nele
se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem,
mas, sobretudo, com eles lutam.*

(Paulo Freire, 2019; p. 4)

*Por isso, reivindicar a importância das mulheres
na história significa necessariamente ir contra as
definições de história e seus agentes já estabelecidos como
“verdadeiros” ou pelo menos como
reflexões acuradas sobre o que aconteceu
(ou teve importância) no passado.*

(Joan Scott, 1992; p. 77)

1.

Introdução

Quando, no começo dos anos 2000, meus pais me mudaram de escola, eu não fazia ideia do mundo que se abria à minha frente. Aos 16 anos, sendo educada em uma escola católica de classe média e alta da Tijuca, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, a vida parecia limitada ao que se passava dentro daqueles muros erguidos *para nos proteger*. Apesar dos constantes esforços da Claudia e do Vito, minha mãe e meu padrasto, incríveis e admirados lutadores por um mundo melhor, o muro parecia só aumentar. Mas o caminho que a mudança da Tijuca para Santa Teresa me fez percorrer, nos três anos que fiquei na nova escola, até hoje segue incontornável. Digo isso aqui porque foi ali, naquele colégio em formato de castelo, que minha vida se encontrou com a luta dos movimentos sociais. Foi ali que, graças aos esforços de professores que mudam vidas, me permiti conhecer o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O momento que minha memória cultiva como marco dessa relação foi a realização, em comemoração pelo Dia das Crianças, em um 12 de outubro, de um dia de atividades para as crianças sem-terra, os *sem-terrinha*, no espaço da escola. Aquela experiência, ainda que eu não soubesse explicar por que, mudou os paradigmas da minha relação com o movimento. A partir daí, visitei as primeiras Ocupações de terra e criei os primeiros laços de amizade com militantes que viviam a luta pela reforma agrária. Minha entrada no curso de ciências sociais é consequência, em grande parte, do significado que as experiências vividas entre os anos de 2001 e 2004 tiveram para mim. Resultado do que vivi e de quem conheci e que ajudaram a me tornar quem me tornei.

Foi durante minha pesquisa de mestrado, realizada entre os anos de 2013 e 2015, aqui mesmo no Departamento de Ciências Sociais da PUC–Rio, que me aproximei do campo da sociologia urbana, possivelmente influenciada pelo contexto em que vivíamos naquele momento. No mês de junho do ano de 2013, centenas de manifestações que reuniram milhões de pessoas tomaram as ruas das principais cidades do Brasil reivindicando uma série de pautas políticas. Realizei, então, uma pesquisa sobre a centralidade do tema da mobilidade urbana no ciclo de grandes manifestações que tomou conta das ruas de várias cidades brasileiras e que convencionou-se chamar de *Jornadas de Junho de 2013*. Intitulada “O Movimento

Passe Livre e as Jornadas de Junho: mobilidade e direito à cidade em pauta nas ruas”, a dissertação, realizada sob a orientação do professor Marcelo Burgos, privilegiou essa pauta, entre as muitas que foram levadas para as ruas, devido ao fato de as manifestações terem tido como estopim o aumento do preço da passagem de ônibus em São Paulo e, em seguida, no Rio de Janeiro. Estamos nos aproximando dos dez anos transcorridos desde esse momento de explosão social sem ter visto nada parecido se repetir e ainda debatendo os significados e consequências daquilo que aconteceu.

Em 2018, em um contexto diferente do que vivemos agora, dei início ao doutorado com um projeto que tinha como objetivo estudar as redes horizontais de solidariedade em meio ao povo do terreiro, ou seja, aos praticantes de religiões de matrizes africanas, no Estado do Rio de Janeiro. Vários questionamentos foram feitos, por mim e pelos professores que me acompanhavam, e, aos poucos, essa ideia foi se desfazendo. Uma das primeiras disciplinas que cursei no doutorado, ainda em 2018, foi sobre movimentos sociais, ministrada pela professora Angela Paiva, minha querida orientadora. Na época, eu ainda circulava pelos corredores do Departamento de Ciências Sociais dividida entre os tantos fenômenos sociais que desejo estudar. No início de 2019, já orientada pela Angela e como parte do Grupo de Estudos Direitos, Reconhecimento e Desigualdade (Gedred), houve a primeira redefinição do projeto inicial para algo mais próximo do projeto final. Partindo de uma base teórica que compreende a cidade capitalista como espaço de produção e reprodução de desigualdades, segregação e opressão, o plano era observar e analisar a importância das ações de solidariedade e cuidado no contexto das Ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST). Meu objetivo com isso era mostrar uma dimensão da luta política do movimento que ia além das grandes manifestações, marchas e do ato de ocupar terrenos ou prédios ociosos.

O MTST é um movimento social que surgiu no final da década de 1990 como parte do esforço de organizar os trabalhadores dos espaços urbanos para uma luta equivalente a que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) travava no campo pela Reforma Agrária. Com o avanço da urbanização seguindo os mesmos moldes de desenvolvimento capitalista nas cidades, sua atuação se tornou, e segue sendo, uma das principais referências no esforço de construção de um modelo de cidade diferente. Entre seus militantes, o MTST reúne e organiza principalmente trabalhadores que estão localizados no chamado “mercado de trabalho informal” e

são caracterizados como “trabalhadores por conta própria” ou mesmo desempregados. Uma parcela da sociedade altamente espoliada.

Eu, que por conta da militância política já tinha contato com o movimento, acreditava que já conhecia os caminhos a serem percorridos e as dimensões centrais que encontraria durante o percurso a que me propunha. Estava enganada e, felizmente, pude perceber isso logo nas primeiras incursões ao campo. Como pude aprender ao longo dos anos do doutorado, é imprescindível para um pesquisador estar aberto ao que o campo irá apresentar e saber como lidar com isso ao longo da pesquisa.

Neste nó em busca da definição do objeto, no final de 2019, segui para uma temporada de doutorado *sanduíche* na Université catholique de Louvain (UCLouvain) sob a orientação do professor Geoffrey Pleyers. Nesse momento comecei a fazer parte do grupo de pesquisas Mouvements Sociaux à l’Âge Globale/Social Movements in Global Age (SMAG) do Centre de Recherche Interdisciplinaire Démocratie, Institutions et Subjectivité (CriDis). A participação nas atividades da universidade durante esse período e o contato e troca com os demais pesquisadores foram fundamentais para que eu pudesse avançar rumo à melhor definição do argumento desta pesquisa. Além disso, o doutorado *sanduíche* se desdobrou em um doutorado em cotutela. A rotina de reuniões que mantivemos desde então se tornaram essenciais para ampliação dos horizontes sobre a questão aqui levantada e aquisição de ferramentas analíticas que foram fundamentais para a realização da pesquisa e confecção desta tese. À fórmula SMAG de fazer tese, como carinhosamente nos referimos ao método adotado, devo a capacidade de olhar para o movimento e ver, antes de tudo, sujeitos carregados de sonhos, planos e contradições agindo em conjunto em prol de um objetivo e em busca de mudanças sociais. E, principalmente, sujeitos que têm muito o que me dizer, mostrar e ensinar, a despeito de tudo que eu acredite saber.

No meu caso, as mulheres do MTST se impuseram à pesquisa. Se eu cheguei ao movimento primeiro instigada pela figura de Guilherme Boulos, uma das lideranças do movimento que há alguns anos ocupa um lugar central na arena política, logo, as primeiras idas ao campo das Ocupações me mostraram que, muito mais do que ele, o movimento é composto por um conjunto de mulheres que constroem a luta cotidianamente com seus corpos, experiências, histórias e desejos. Apenas perceber isso, no entanto, não foi suficiente para que eu redefinisse meu

argumento. Ainda que eu já tivesse a questão do protagonismo feminino no MTST em mim quando fui em Louvain-la-neuve, principalmente a partir de uma reunião do SMAG feita especificamente para pensar o *lugar do gênero* nas nossas pesquisas, que consegui, finalmente (ou ao menos era o que eu acreditava na época), situar essa variável no meu argumento. Mas se o “correr da vida embrulha tudo”, como diz João Guimarães Rosa, o correr do processo de escrita de uma tese também. E mesmo com um argumento consistente e guia em minha cabeça, foram várias idas e vindas até que eu pudesse chegar ao que hoje apresento aqui em forma de tese.

A pesquisa que outrora era intitulada *Solidariedade e luta no mundo contemporâneo: agenda e cotidiano dos movimentos de sem-teto*, é finalizada sob o título *Feminismo do chão de barro: uma história de solidariedade, coletividade e protagonismo feminino no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)*. As mulheres, que no início no trabalho de campo se impuseram à pesquisa, me mostraram, a partir de suas histórias de vida e do que produzem no contexto do movimento social, que não são apenas uma variável do sujeito que escolhi estudar, mas sim as protagonistas da luta política do movimento. Como elas mesmas dizem, *o MTST são as mulheres das periferias brasileiras*. O MTST são as *mulheres do chão de barro*.

1.1

Argumento

Esta, portanto, é uma tese que tem um movimento social como ponto de partida para demonstrar que a luta política, assim como a vida na letra do samba de Hermínio Bello de Carvalho e Paulo César de Faria, “*não é só isso que se vê. É um pouco mais*”¹. Ou muito mais. É uma tese sobre movimentos sociais, mas não — e não se propõe a ser —, sobre teoria dos movimentos sociais ou mesmo a história de um deles. O argumento que norteia este trabalho de pesquisa parte da premissa de que a luta política dos movimentos sociais, de maneira geral, é mais do que o repertório de ação coletiva que tradicionalmente levam para as ruas e que por esse

¹ Letra da canção “Sei lá, Mangueira”, composição de Hermínio Bello de Carvalho e melodia de Paulinho da Viola e que foi interpretada por Elza Soares no 4º Festival da Música Popular Brasileira, realizado em dezembro de 1968 na cidade de São Paulo.

motivo torna-se o mais conhecido e debatido. Há uma dimensão menos visível, mas igualmente forte e imprescindível, na qual diversas variáveis se cruzam e constituem uma teia de relações, trocas, experiências, aprendizados, padecer, afeto e cura. Uma dimensão que pode e deve ser igualmente compreendida como luta política, tanto pelo que produz quanto pelo que possibilita. Essa dimensão é o cotidiano. Mas o que o cotidiano, considerado o ordinário ou o comum, possibilita e produz de tão relevante para os estudos dos movimentos sociais?

Para responder a essa questão, observo a análise a experiência da ação política do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) desde dinâmicas presentes na constituição do *chão de barro* das Ocupações do movimento e a forma como esses lutadores, majoritariamente mulheres, organizam suas ações tendo o princípio da solidariedade como eixo norteador. Minha hipótese é que nesse contexto cria-se a possibilidade para que mulheres das classes populares brasileiras, historicamente excluídas social e politicamente, reinventem a sua forma de existência na sociedade e construam um tipo de ativismo feminino, popular e interseccional que, ao final, proponho denominá-lo *feminismo do chão de barro*.

1.2

Encruzilhada teórica: caminhos que se encontram

A investigação desenvolvida ao longo dos dois anos do mestrado e a pesquisa de doutorado que finalizo agora, passados cinco anos, em certa medida, se encontram num mesmo campo de estudos. Ao tratar de questões que são características do processo de desenvolvimento e das contradições presentes no espaço urbano, o trabalho atual se situa no escopo da teoria do direito à cidade e da sociologia urbana. A questão da habitação no Brasil, a atuação dos movimentos de sem-teto, as formas de subjetividade que fundam e fortalecem a luta e os laços de solidariedade que se forjam no dia a dia fazem parte da luta pelo direito à cidade, dentro da qual está inscrito o direito à moradia. Se não há direito à moradia, não há cidade para todos. E se não há cidade para todos, não há direito à cidade, dado que esse pressupõe o direito de habitar, usar e participar de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis. O que muda é a perspectiva e as ferramentas que utilizo para observar e analisar os movimentos sociais e os indivíduos que residem e constroem o espaço urbano. No estudo anterior, analisei a movimentação social no

seu momento de explosão a partir da relação entre a pauta levantada e o repertório de ação mobilizado para colocá-la nas ruas. Agora, dedico-me à análise do movimento a partir da perspectiva que toma os indivíduos como atores das relações sociais ou sujeitos políticos e mudo o foco da análise da estrutura da luta para as relações estabelecidas e a construção deles mesmos como protagonistas deste processo.

A definição do marco teórico de um trabalho tão longo quanto uma tese de doutorado não é um processo linear em que os referenciais se apresentam um após o outro. A partir do que vivi, vejo esse processo como a constituição de uma *encruzilhada teórica* onde vários caminhos, ou referenciais, se cruzam e constituem um ponto de força a partir do qual o caminho correto se faz presente e me dedico a desenvolver a análise do argumento. Não foi no primeiro, no segundo, no terceiro ou no quarto ano que esse referencial se definiu. O resultado é um somatório de teorias e conceitos que, ao longo dos anos, me ajudaram a pensar os movimentos sociais de diferentes maneiras. Mas algumas considerações são necessárias, na medida em que, para melhor compreensão deste trabalho, é importante um enfoque em dinâmicas que dizem respeito à organização da classe trabalhadora na luta por direitos sociais básicos. Por isso percorro, nas próximas páginas, os referenciais teóricos que nortearam minha trajetória ao longo de todo o processo de pesquisa e que, de alguma forma, estão conectados com a investigação a que me proponho.

O me move aqui, partindo das indispensáveis ferramentas teóricas que nutriram minha trajetória acadêmica, é pensar os movimentos como mais do que ciclos de protestos ou grandes ações – eles são um todo composto por várias partes que, por si só e todos os dias, podem ser consideradas ações políticas.

Caminhos para o objeto: sociologia, movimentos sociais e cotidiano

Há uma vasta produção bibliográfica sobre a temática movimentos sociais, desde autores clássicos da teoria social no século XIX, passando pela teoria crítica e a dos novos movimentos sociais, até análises contemporâneas que buscam dar conta de novas formas de ativismo, centradas na subjetividade dos militantes e no processo de construção de si mesmo e de modos de vida alternativos como forma

de afirmar que “*um outro mundo é possível*”². Para chegar até o marco analítico utilizado para abordagem do argumento desta investigação, retorno brevemente a ideias que, ainda que não tenham sido citadas explicitamente, são, de alguma forma, subjacentes a todo o processo desde a construção do projeto de pesquisa até à escrita desta tese.

O meu objetivo, como já exposto anteriormente, é analisar a luta política do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) a partir de aspectos e dinâmicas que estão presentes, principalmente, no território do cotidiano das Ocupações do movimento. É, em outras palavras, analisar *como* a luta política do movimento se conforma, seguindo a proposta de Alberto Melucci (1988) segundo a qual os movimentos sociais devem ser analisados como *sistemas de ação* e devemos buscar entender *por que* e *como* um movimento se estabelece e se mantém não apenas de maneira objetiva, mas também buscando o significado e a orientação da ação.

Antes de chegar nesse território, que aqui denomino como o *chão de barro*, contudo, apresento brevemente aspectos contextuais que estão relacionados à criação do movimento e que influem na forma como ele se organiza atualmente. Faço isso partindo da defesa que o sociólogo britânico Anthony Giddens (2005; p. 84) faz da complementaridade das análises em nível macro, as quais chama de *macrossociologia*, e de nível micro, que seria a *microsociologia*. Para Giddens, a *macrossociologia* se dedica a analisar sistemas sociais de grande escala, como o sistema político ou a ordem econômica, assim como processos de mudança a longo prazo. Ela é essencial para a compreensão do fundo institucional da vida cotidiana, afinal, as maneiras como as pessoas vivem suas vidas são muito influenciadas pelas condições da estrutura institucional mais abrangente. A *microsociologia*, por sua vez, diz respeito ao estudo da vida cotidiana, principalmente do comportamento cotidiano das pessoas quando em situação de interação. A análise acontece ao nível dos indivíduos ou dos pequenos grupos e a interação direta é a base de todas as formas de interação social. Estes dois tipos de análise, no entanto, como pontua Giddens, não são opostos, mas sim complementares.

A vida cotidiana, segundo Peter Berger e Thomas Luckmann (2009), apresenta-se como uma realidade interpretada pelos indivíduos e subjetivamente

² *Slogan* do Fórum Social Mundial, Slogan do Fórum Social Mundial, que aconteceu pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos.

dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente que se origina no seu pensamento e sua ação. Ela está organizada em torno do “aqui” e do “agora”, sendo o aqui o corpo dos indivíduos e o agora, o presente. No entanto, não se esgota nessas presenças imediatas e inclui também fenômenos que não estão necessariamente presentes no plano do aqui e do agora, mas podem estar latentes. Isso porque, para Berger e Luckmann, o cotidiano é um mundo onde não se pode existir sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. A realidade da vida cotidiana se estabelece de maneira partilhada entre os indivíduos a partir de vários modos de experiência, sendo a mais importante aquela em que ocorre a situação de estar face a face com o outro e que configura a interação social (p. 47).

No caso da luta do MTST, o principal lugar onde acontece a interação face a face é o *chão de barro* das Ocupações do movimento. É onde o movimento enraíza sua luta, onde os militantes constroem seus barracos de lona preta, onde aprendem o que é o movimento, onde se conhecem e se reconhecem uns nos outros. “Barro aproxima abraços, argila, passos, distribui afetos”, diz o poema de Lene Souza, poeta e militante do movimento. O cotidiano do MTST é a vida que nasce no chão de barro.

Para analisar as questões envolvidas nesse cotidiano, utilizo a ideia de *construção coletiva da cotidianidade*, cunhada pela filósofa boliviana Maria Galindo, e à qual cheguei através do trabalho de Alana Moraes (2018). Essa expressão, a meu ver, se adequa perfeitamente ao objetivo de ressaltar a importância da coletividade para a construção das dinâmicas e práticas diárias que compõem a luta do movimento.

Caminhos em torno do objeto:

classe, reconhecimento, redistribuição, confronto e repertórios

As diferentes linhas teóricas sobre os movimentos sociais, quando postas em perspectiva histórica, podem ser mais bem compreendidas e permitir uma análise mais cuidadosa dos diferentes estágios dos movimentos em diálogo com a conjuntura ao longo do tempo. A teoria social identificou na sociedade industrial movimentos coletivos de indivíduos que se associaram para tentar mudar alguma situação da sociedade em que viviam ou ajudar-se mutuamente diante das

necessidades que se apresentavam. É o caso dos trabalhadores da Inglaterra para os quais olharam, entre outros, Friedrich Engels e Karl Marx. A forma como ação dos trabalhadores passou a ser feita de forma organizada, a ganhar espaço na esfera pública e na relação com o Estado aparece, como veremos, na obra de Antonio Gramsci. Jurgen Habermas e Hannah Arendt e suas interpretações sobre a esfera pública e suas transformações estruturais são o solo sobre o qual nasce a teoria crítica e as concepções de luta por reconhecimento e redistribuição produzidas por Axel Honneth e Nancy Fraser. O aporte teórico sobre confrontos políticos, repertórios de ação coletiva, oportunidades políticas produzido pela escola da sociologia americana de estudos dos movimentos sociais, está presente nos trabalhos de Sidney Tarrow, Charles Tilly e Doug McAdam.

Por fim, é a sociologia dos movimentos sociais focada na teoria da ação e da mobilização de recursos que se dedica a observar a capacidade de criação e recriação dos indivíduos transformando-os em sujeitos políticos a partir de encontros e produção de subjetividades, como desenvolvido por Alberto Melucci e Alain Touraine. A forma como relaciono esses marcos com o argumento e o objeto aqui trabalhados, no entanto, não segue necessariamente esta ordem.

Dado que, como já dito antes e será possível observar ao longo de toda a tese, os indivíduos que compõem o MTST são representantes da classe trabalhadora brasileira em sua forma pauperizada e espoliada, cabe apontar, já de antemão, que este é um trabalho que tem um recorte evidente a partir da noção de classe. Esse recorte pode ser pensado a partir da perspectiva de Karl Marx (2001), referente à classe dos operários, ou aqueles que “só sobrevivem à medida que encontram trabalho e só trabalham à medida que seu trabalho aumenta o capital” (p.35); e de E. P. Thompson, para quem a classe é um fenômeno histórico que “unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados” (1987; p. 9) e ocorre a partir das relações humanas. Em ambos os autores, classe não diz respeito a algo estático, mas à posição que os indivíduos ocupam em uma determinada estrutura enquanto vivem a sua própria realidade. No caso desta tese, os sujeitos observados e analisados são parte de uma camada da sociedade brasileira que tem sua existência condicionada pelos efeitos da negação do acesso não apenas à moradia, mas também ao emprego, aos bens materiais básicos, aos direitos sociais e, no limite, até aos direitos civis e políticos – ainda que estes sejam constitucionalmente garantidos.

Nesse sentido, cabe retornar, ainda que brevemente, às contribuições de Karl Marx para buscar ferramentas para pensar o que hoje chamamos de movimentos sociais e a compreensão de como os conflitos nos quais estes se empenham são fruto das contradições do modo de produção capitalista. São parte do processo das lutas sociais subordinadas que visam superar a opressão e a desigualdade social. À sua época, os movimentos em questão eram as organizações operárias e, por isso, Marx considerava que seus esforços deveriam estar voltados para a conscientização das classes trabalhadoras e para a solidariedade entre os diversos setores de trabalho. A *práxis* dessas organizações deveria ser uma ação transformadora, consequência da tomada de consciência da opressão. Nos *Grundrisse*, Marx (2011) chama atenção para as possibilidades que as crises abrem para a emergência de práticas revolucionárias e transformadoras. À medida que os trabalhadores adquirem consciência de suas condições materiais e da exclusão provocada pelo desenvolvimento do capitalismo, um arcabouço de fatores estruturais e conjunturais favorece o surgimento dos movimentos sociais. Sem negar que o capitalismo encontra meios de reagir a essa situação, está apontado desde o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Friedrich Engels (2001), que é da contradição do desenvolvimento das cidades capitalistas que surge a urgência dos movimentos de luta por moradia.

Nas relações sociais que se estabelecem entre os operários, observa Marx, há a tensão da concorrência, comum no regime de assalariamento. A forma de enfrentar essa questão, segundo o autor, é “pela união revolucionária através da associação” (2001; p. 10). De alguma forma, as ideias de solidariedade e cooperação aparecem aqui como básicas para que algum tipo de organização pudesse ser construído em torno do objetivo comum, que, naquele contexto, era a *emancipação* dos trabalhadores. O Manifesto Comunista, inclusive, termina com um chamado ao encontro: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (Marx e Engels, 2001; p. 84).

A emancipação é um conceito chave para a teoria crítica, campo no qual se desenvolve o debate sobre *redistribuição* ou *reconhecimento*, principalmente a partir da discussão entre Axel Honneth e Nancy Fraser, que é, até hoje, objeto de muita dedicação por parte de estudiosos do campo dos movimentos sociais. Ao propor duas chaves analíticas diferentes para pensar como a teoria crítica deveria analisar a questão da justiça social, os dois desenvolveram um diálogo polarizado e

rico que nos oferece uma série de ferramentas para pensar sobre o porquê e a forma como a luta social se constitui e qual o seu fim.

Em uma construção que parte da contribuição da psicologia social de George Mead, Honneth (2003) apresenta a luta pelo *reconhecimento* como o que chama de motor dos conflitos sociais. O conceito de *reconhecimento* de Honneth remete às expectativas morais de comportamento sustentadas pelos sujeitos frente a seus parceiros de interação. Na modernidade, essas expectativas morais de comportamento são formadas pelos sujeitos por meio de processos de interação social, como as que resultavam da associação dos trabalhadores nas fábricas, tal como observado por Marx, e as que veremos, que se passam no cotidiano do MTST. Estas, segundo Honneth, se localizam em três diferentes esferas de *reconhecimento*: a do amor, a do respeito e a da estima — que, se rompidas, podem gerar um sentimento de desrespeito e injustiça. Quando esse sentimento é experimentado de forma coletiva, compartilhado por vários atores, há a possibilidade de que se desencadeie um conflito social, o que, para Honneth, configura a luta por *reconhecimento*. Esses conflitos são lutas morais por *reconhecimento* porque se realizam a partir de uma experiência de desrespeito ou injustiça. Essa teoria pode ser aplicada também como modelo teórico capaz de justificar moralmente os movimentos sociais e possibilitar a identificação de um caminho real para a emancipação a partir da ampliação das relações recíprocas de reconhecimento.

(...) o quadro conceitual de reconhecimento é de importância central hoje, não porque ele expressa os objetivos de um novo tipo de movimento social, mas porque ele provou que é a ferramenta adequada para decifrar categoricamente as experiências de injustiça como um todo. (Honneth, 2003; p. 157)

Nessa gramática de conflitos sociais, Honneth considera que a autorrealização do indivíduo só pode ser atingida, ou seja, ele só consegue fazer frente à situação de desrespeito, quando tem garantidas as três esferas de *reconhecimento*. Por meio do reconhecimento no *amor*, o sujeito encontra a possibilidade de ter *autoconfiança*; por meio do *direito*, garante-se o *autorrespeito*; e a *autoestima*, pela *solidariedade*. Esse cenário pode ser observado também como um processo de reconhecimento intersubjetivo que se dá a partir de encontros e trocas que geram uma identidade coletiva e que podem servir de base para a formação de um movimento social. A solidariedade social que emerge desse encontro é chamada

pelo autor de motivação moral para o conflito e por ela entende-se o estabelecimento de um tipo de relação interativa em que os sujeitos se tornam reciprocamente interessados pelos seus distintos modos de vida. Na dinâmica interna dos movimentos sociais, todo membro se sabe estimado por todos os outros na mesma medida. A solidariedade pressupõe aceitação recíproca das qualidades individuais, julgadas a partir dos valores existentes na coletividade, denominada por Honneth como ponte semântica. A reciprocidade é chave nesse processo. Dela depende o alcance de todos os aspectos necessários para um verdadeiro reconhecimento, parte fundamental do processo no qual os indivíduos saem da apatia para lutar por seus direitos.

Na concepção de Nancy Fraser, a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS marcam o fim do “socialismo real” que, conjugado com o acelerado processo de globalização, teriam levado a sociedade à politização das diferenças étnicas e culturais e à despolitização da economia, cada vez menos contestada pelos movimentos sociais (Fraser, 2022). A luta pela igualdade social, que havia pautado a luta política dos últimos 150 anos, passava, então, a ser substituída pela luta pelo reconhecimento das diferenças, central para os chamados “novos” movimentos sociais. Essa busca pelo reconhecimento cultural desloca a ideia de redistribuição material como medida para sanar as injustiças, e a luta por reconhecimento, a razão pela qual se motiva o conflito, fazendo com que, conseqüentemente, a comunicação cultural suplante a exploração econômica como forma de injustiça fundamental.

Para além da polarização que se estabelece com esse processo, Fraser aponta que a realização da justiça social requer tanto redistribuição material quanto reconhecimento cultural. Não é possível, segundo ela, remeter o conjunto de injustiças sociais existentes a uma única origem porque as sociedades contemporâneas são marcadas por mecanismos sociais de diferentes ordens, econômica e cultural, e que produzem distintos tipos de injustiça. Portanto, Fraser defende que a teoria social crítica precisa adotar uma perspectiva dualista, dado que, para que as injustiças sociais existentes sejam remediadas, se fazem necessárias mudanças tanto na economia, por meio de medidas de *redistribuição*, quanto nos padrões culturais e valores, por meio da luta pelo *reconhecimento*. Essas duas esferas, economia e cultura, estão interligadas: a cultura é capaz de gerar injustiças relativas à distribuição da mesma forma que a economia pode gerar injustiças relativas ao reconhecimento. Não se pode prescindir das lutas por

igualdade social num mundo em que as desigualdades materiais são exacerbadas e crescentes; nem descartar as lutas por reconhecimento como ideológicas, afinal existem também formas de subordinação social ligadas a padrões hierárquicos de valoração cultural que impedem a realização da justiça, como por exemplo no caso da paridade de participação.

A crítica de Fraser (2004) a Honneth, que deu origem à polêmica e ao debate ainda em aberto sobre redistribuição ou reconhecimento, é que, na visão dela, o autor alemão busca compreender todas as formas de injustiça por meio da chave conceitual do reconhecimento, o que considera insuficiente. Honneth (2004) defende que sua concepção de reconhecimento não trata apenas do reconhecimento cultural, mas daquele que se torna demanda frente a diferentes situações de desrespeito e *não reconhecimento* que atingem os sujeitos individual e coletivamente. À despeito da polêmica entre os dois autores, é fato que ambos oferecem elementos fundamentais para o entendimento dos movimentos sociais contemporâneos, ainda mais no caso brasileiro no qual os conflitos estão inseridos num contexto de desigualdades profundas e persistentes.

Na luta pelo direito à moradia, principalmente pela perspectiva das mulheres, estão implicados processos que dizem respeito tanto ao reconhecimento quanto à redistribuição. A contribuição de Fraser importa na medida que a negação do direito à moradia é causada pelo desenvolvimento capitalista da sociedade e a luta por esse direito é uma luta por redistribuição, podendo ser classificada como o que Fraser chama de luta por uma ação transformativa. Mas há também uma dimensão da luta que deve ser observada do ponto de vista do sujeito — do *self*, de acordo com Honneth. É nessa dimensão que estão a forma como os indivíduos sentem a injustiça e os processos que o levam a se engajar na luta contra ela. Há nas formas como o desrespeito se manifesta a potencialidade para que os indivíduos saiam da apatia, na linha do potencial observado por Marx em Grundrisse. O reconhecimento aqui desempenha papel central, principalmente pela dimensão da intersubjetividade produzida nas experiências de desrespeito vividas de maneira coletiva e o potencial do engajamento político na recuperação da autoestima.

Para pensar as formas como o engajamento político se conforma na esfera pública, os autores da denominada Teoria do Processo Político (TPP) se esforçaram para buscar conceitos que pudessem dar conta da análise da dimensão interpretativa-cultural dos fenômenos da ação coletiva. É o caso das noções de

oportunidades políticas, quadros interpretativos e repertórios, que passam a servir como ferramentas-chave nos estudos. Em vários territórios do mundo, protestos e formas de ação dos movimentos sociais, ainda que se deem de formas particulares em distintos recortes de espaço e tempo, apresentam repetições de práticas e aspectos, como podemos observar ao longo da história e ainda com mais intensidade nos últimos anos. Os conceitos e debates que se dedicam à abordagem teórica do confronto político³ são fundamentais para o trabalho de análise desses aspectos. Daí decorre a ideia de construção de identidade coletiva, repertórios de ação e performances, entre outros, propostos e analisados por Sidney Tarrow, Charles Tilly, Doug McAdam e James Jasper — assim como na produção nacional, por Angela Alonso, Luciana Tatagiba e Rebeca Abers. Como definem Tilly e Tarrow (2015):

A política contenciosa envolve interações nas quais atores apresentam demandas que afetam os interesses de outros atores, levando a esforços coordenados em defesa de interesses ou programas compartilhados, e nas quais governos estão envolvidos como alvos ou iniciadores de demandas ou, ainda, como terceiros interessados (p.7).

De acordo com Tarrow (2009), para análise dos confrontos, há que se considerar dois eixos: as oportunidades políticas e quadros interpretativos — ou *frames*, como primeiro interpretados por Erving Goffman (2012). As oportunidades políticas são condições básicas e incentivadoras para o estabelecimento do confronto. Já os *frames*, de acordo com Goffman, dizem respeito a uma limitada estrutura cognitiva empregada subjetivamente pelos indivíduos para atribuir significado aos objetos ou acontecimentos que o cercam. Voltando a Tarrow, a construção dos quadros interpretativos depende do engajamento em movimentos sociais e, como pontuou McAdam (1999), podem ser definidos como a tradução de uma determinada reivindicação ou as formas como um movimento social constrói significado para a sua ação.

Através da noção de *repertórios*, Charles Tilly (1978) identifica que, ao longo da história, as formas como são apresentadas as demandas coletivas (*collective claims-making*) se modificam de acordo com as transformações sociais, culturais, políticas, econômicas e demográficas. Ou seja, variam historicamente e dependem

³ No original, *contentious politics*. A tradução literal seria política contenciosa, no entanto, a palavra contenciosa no Brasil pode ser interpretada como conflito no meio jurídico, mas em outras esferas pode ter outro significado, como sujeito a dúvidas, por exemplo.

da sociedade na qual estão inseridas. Os repertórios são um conjunto limitado de formas de ação conhecidas e consideradas legítimas por alguns grupos, ou, nas palavras do autor, as "formas pelas quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados" (1995). O que as une em redes de mobilização é a categoria de identidade coletiva. Central para os estudos de movimentos sociais, o conceito de repertório é comumente utilizado por outros pesquisadores, inclusive no escopo dos estudos sobre o Brasil. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) recorrem a ele para analisar os padrões de interação entre sociedade e Estado no Brasil que se estabeleceram durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Já Alonso (2000) o utilizou para chegar à ideia de repertório político-intelectual por meio da qual define a forma de intervenção no processo político dos militantes da geração de 1970. É possível utilizá-lo também para pensar os movimentos sociais que se reorganizaram em torno de novas pautas na segunda metade da década de 1980, com o fim da Ditadura Militar, como pontuou naquele mesmo momento Eunice Durhan (1984).

Caminhos sobre o objeto:

experiência, historicidade, subjetividade e interseccionalidade

O ponto de partida do argumento que norteia esta tese, como exposto acima, é que os movimentos sociais são mais do que o repertório de ação que tradicionalmente levam para as ruas e por isso são mais conhecidos pela sociedade. No caso do MTST e de acordo com a perspectiva de Tilly, este repertório é formado pelas ações de marchas e manifestações de rua, fechamento de rodovias ou o ato de fazer ocupações. Quando digo que os movimentos sociais são mais do que isso, é porque entendo que, além da dimensão da estrutura que compreende a existência e conscientização de uma situação de desrespeito que, quando sentidas coletivamente pode produzir engajamento e ação coletiva através de um quadro limitado de possibilidades de acordo com cada grupo, a saber, os repertórios, há a dimensão da *experiência* dos indivíduos e a forma como, a partir do território das relações, constroem sentido para tais situações. Para a análise do objeto aqui proposto, portanto, interessam contribuições teóricas que analisem os movimentos sociais principalmente a partir do nível dos sujeitos e processos que os compõem.

A teoria dos movimentos sociais proposta por Alberto Melucci a partir da observação das manifestações que eclodiram na Europa na década de 1960, é um dos pontos-chave da transição da análise das lutas por emancipação da esfera do sujeito coletivo para uma análise que considera também a perspectiva individual. De acordo com Melucci, “(...) só uma teoria da ação pode fundar a análise dos movimentos sociais como objeto dotado de sentido” (p. 30). Assim, os movimentos sociais são encarados como um sistema de relações sociais que se deslocam entre a necessidade de expressão e a compreensão do conflito. São a expressão das formas específicas de opressão, miséria, desigualdade e possibilidades de mudança. Em resumo, portanto, os movimentos sociais envolvem solidariedade social, conflito, ruptura dos limites e mudança de padrão cultural. A crescente complexificação da sociedade leva ao surgimento de novos grupos e novos tipos de movimento e a ideia de produção social está ligada à teoria da identidade e à complexidade de cada grupo e à constante produção social da realidade.

Continuidade, referências e pertencimento, são questões relacionadas ao ator destacadas por Melucci. A identidade coletiva de um grupo, que tem esses três pontos citados acima entre as suas características, é compartilhada e formada no processo de interação social, central para todas as contribuições teóricas aqui apresentadas. O potencial de mobilização para a ação coletiva está diretamente relacionado às questões recém-abordadas. Tem importância o conjunto das relações sociais e a percepção de oportunidades e dos vínculos de ação. Nas palavras de Melucci, é importante fazer “(...) análise de um nível intermediário que se refira aos processos, pelos quais os indivíduos avaliam e reconhecem aquilo que os identifica, decidindo agir em conjunto” (p.67). Assim se dá a produção social do processo de formação da identidade coletiva.

Na mesma linha de Melucci, a sociologia de Alain Touraine sobre os movimentos sociais propõe sua análise a partir do sujeito, do ator social, e das relações que se estabelecem no processo de construção e desempenho da luta. Não se trata de uma sociologia de sistemas sociais, da reprodução ou funcional, mas de uma sociologia do ator e mais especificamente do *sujeito*. É necessário, segundo o autor, “explicar” as condutas pela posição dos atores e “compreender” o sentido da ação. “O sentido da ação não está mais na situação, dentro do sistema; ele está dentro do ator, dentro de uma consciência, dentro de sua exigência de ser um ator criador dele mesmo”, afirma (Touraine, 2009; p. 119).

Os movimentos sociais não se reduzem a ações ou estratégias ou até mesmo a processos de formação de identidades. O que faz surgir um movimento social é o fato de o sujeito não ser reconhecido e respeitado, de ser humilhado, e o encontro de atores que se reconhecem uns nos outros – onde se configura um diálogo com a teoria de Honneth – e o grau de intervenção da sociedade sobre ela mesma e de produção de si, ou, nas palavras do autor de seu “nível de historicidade”. A representação que temos da nossa capacidade de criar a nós mesmos e de nos transformar, depende no nível de historicidade das nossas sociedades. Os movimentos são grupos sociais que travam suas lutas para transformar padrões de modelos culturais.

O desafio central da nossa sociedade, a finalidade principal tanto das instituições como dos indivíduos, é a afirmação da vontade do indivíduo de ser um ator, um sujeito capaz de se construir. E a ação social só tem sentido numa relação racional com os outros, em que constroem subjetividades. Um movimento social se define pelos atores que o constroem e querem mudar a forma como se organiza o uso de uma determinada sociedade. Nas reflexões de Touraine, vemos um deslocamento progressivo do social para o cultural, ou seja, da luta de classes para a luta por pautas que traduzem novas demandas; e da ação coletiva para o sujeito pessoal - sem negar a primeira, mas com foco na análise do segundo. Esse caminho é similar ao que norteia este trabalho e que será desenvolvido nos próximos capítulos. Da análise da sociedade para a de padrões de comportamento, e deslocamento do estudo do movimento da ação coletiva para as particularidades do sujeito enquanto ator político. Assim, o que se propõe aqui é a análise de ações coletivas que não são apenas identificadas como reação de vítimas, mas a partir de uma reflexão de cada um com si mesmo sobre suas necessidades e as necessidades do coletivo.

Tanto Touraine (1999, 2006, 2009) quanto Melucci (1988, 2001, 2005) nos oferecem algumas ferramentas básicas para observar e analisar as práticas e as formas de vida que os indivíduos constroem como alternativa para sobreviver ante as crescentes contradições sociais. O que está no centro da reflexão é o indivíduo e suas práticas, aqui entendidas como sua experiência e sua vivência. A ação social assume predominância sobre as estruturas políticas. Ao considerar os movimentos sociais como um sistema de relações sociais, como faço com o MTST ao longo desta tese, essa perspectiva teórica nos permite pensar as dinâmicas de encontro, as

relações e a produção de subjetividades; o que acontece no nível micro, local, e permite identificar as bases para a interpretação do cotidiano como político. Há uma rede de habilidades e relações desempenhadas no contexto do ordinário, do comum, que constituem grande parte da riqueza da luta.

A análise dessas variáveis da ação social de um movimento, voltando à construção teórica de Touraine, pode ser feita a partir de três níveis: o nível da organização, o da historicidade, e o político/institucional. Ao longo de toda a tese, esses três níveis se aproximam e se distanciam em diferentes momentos, ainda que o eixo central dela esteja localizado e referenciado na perspectiva da historicidade. É na historicidade que reside a capacidade que uma sociedade tem para construir as suas práticas a partir de modelos culturais e o estabelecimento de conflitos. Essa capacidade é, em resumo, a capacidade de dar um sentido a suas práticas através da tensão dialética, da reflexividade e da ação. A reflexividade, por sua vez, é fundamental no processo de subjetivação – que diz respeito à passagem da condição de indivíduo para a de sujeito, já que é por meio dela que o indivíduo, principalmente a partir das interações e relações, processa o questionamento das situações de desrespeito ou violência e constrói a sua ação política. A subjetivação, para Touraine, está relacionada à construção de si mesmo ao passo que se experimenta e reflete sobre uma situação de conflito: o ator social se transforma em sujeito pessoal por meio de um retorno a si mesmo através de experiências que o fazem ter consciência do seu status de sujeito de direitos, seja individual ou coletivamente.

François Dubet (1994) propõe, por meio da sociologia da experiência, uma forma de interpretação sociológica que se dê a partir de três diferentes lógicas de ação social, úteis para análises que tanto a partir do ponto de vista dos atores quanto da coletividade, ou seja, das relações sociais. As lógicas são: a da integração, referente à comunidade; da competição, que diz respeito ao mercado; e cultural, relativa aos valores e normas presentes na sociedade. A lógica da integração dialoga com o que Touraine chama de nível da organização, a saber, “os mecanismos de integração que estão em prática em qualquer sociedade” (*Ibid.*; p. 115), e pressupõe a existência de uma identidade do ator. Na lógica da competição, a sociedade se organiza, de acordo com Dubet, como campo concorrencial; e o indivíduo age de maneira a criar condições para que seus objetivos sejam alcançados. Ela não se resume, contudo, a uma lógica de tipo utilitarista, mas como parte de um processo

em que “a civilidade e a pertença ao grupo são, não já uma norma, mas uma forma de interesse bem compreendido” (*Ibid.*; p. 124). Já a lógica cultural está relacionada aos valores sociais relativos à subjetividade dos indivíduos. É onde se expressa a experiência social e está ligada ao processo de subjetivação, uma vez que busca explicar as ações sociais a partir da perspectiva dos próprios sujeitos. O que está em jogo nesta lógica, escreve Dubet, “é o controle daquilo que Touraine chama de ‘historicidade’, a capacidade dos atores dirigentes se identificarem com a criatividade social” (*Ibid.*; p. 133). Se para Touraine o sentido da ação está dentro consciência do ator e de sua exigência pessoal, Dubet defende que ele deve ser compreendido tanto do ponto de vista do ator, quanto dentro do modelo geral da organização da sociedade.

Por isso, para analisar a luta política do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) a partir das relações estabelecidas na dimensão do cotidiano, portanto, recorro a uma literatura que herda e dialoga diretamente com as contribuições desses autores e que coloca em contato as diferentes ferramentas de análise que propõem. Ainda que relacionadas a condicionantes do contexto, da estrutura e da organização, é na dimensão do cotidiano que estão localizadas as experiências sociais dos sujeitos que são a luta, tanto em termos de socialização quanto de subjetivação, e onde se materializa a sua capacidade de construir a si próprios.

No final dos anos 2000, Lúcio Kowarick (2009) voltou ao conceito de *espoliação urbana*, elaborado por ele primeiro em 1979, e o ressignificou, como parte de um esforço para demonstrar que as condições materiais objetivas não são suficientes para gerar o protagonismo da ação coletiva. Para entendê-lo é preciso avançar na compreensão da situação do trabalhador pauperizado e considerar, além das questões objetivas, a problemática da subjetividade social. A ação coletiva é resultado do processo de acumulação do capital, mas também da dinâmica das lutas protagonizadas pelos trabalhadores. A pauperização e a espoliação passam a ser entendidas por Kowarick como fatores que alimentam os conflitos sociais, o que significa que entre as questões urbanas e as lutas que geram, há um processo de produção de subjetividades, de experiência. O autor passa, então, a buscar compreender quais os caminhos percorridos pelos grupos pauperizados desde a percepção da situação de indignidade (ou desrespeito, se voltarmos a Honneth) e injustiça até à elaboração de ações coletiva contra elas. Nessa perspectiva, as questões históricas, políticas e materiais conformam as condições, ou matérias-

primas, como coloca Kowarick, para surgimento das lutas de reação e dos movimentos sociais. Mas o que de fato caracteriza a constituição da luta, por sua vez, é composto por sujeitos em meio a ações cotidianas, práticas de solidariedade e ajuda mútua, construção de uma subjetividade coletiva e estratégias de sobrevivência. Na esteira dessa releitura de Kowarick, é possível estabelecer um diálogo entre essa nova visão sobre a experiência da *espoliação urbana e a sociologia* de Melucci, Touraine ou Dubet. O deslocamento da compreensão do processo de estabelecimento do conflito da esfera da estrutura para a esfera do sujeito é algo que os autores já propunham e que fundamenta a defesa que faço aqui da importância de dedicar esforços aos estudos do que se é construído a partir das relações cotidianas que se estabelecem entre os indivíduos no espaço das Ocupações do MTST.

No mesmo sentido, Ilse Scherer-Warren (2012) considera que movimentos sociais são redes sociais que se conectam de forma não apenas física, mas também simbólica, solidária e estratégica. Os atores sociais que os compõem são sujeitos individuais que, quando inseridos no coletivo, são capazes de produzir novos marcos interpretativos que traduzem as novas subjetividades das relações sociais, construídas a partir da experiência da vida em conjunto. A representação do mundo por parte dos indivíduos se constrói nas experiências vividas e na coleta das diversas significações do real.

Para analisar as experiências vividas pelos sem-teto no espaço das Ocupações, recorro a Geoffrey Pleyers (2010, 2018), principalmente a partir das ferramentas da *via da razão* e da *via da subjetividade* como forma de analisar o ativismo dos movimentos contemporâneos que, inseridos no contexto de mudanças da sociedade das últimas décadas, se reinventaram e reinventaram os caminhos possíveis para se tornarem atores de suas próprias vidas e lutas.

Pela *via da razão*, os sujeitos se apoiam em uma sociedade civil capaz de questionar as práticas neoliberais⁴ a partir de análises científicas e técnicas e em

⁴ Convém pontuar que, de acordo com David Harvey (2008), o neoliberalismo é uma ideologia que foi produzida ao longo dos anos 1970 e 1980 como um projeto coletivo do capital como tentativa de redução da força da classe operária para expansão do mercado por meio da limitação do papel do Estado e suas instituições e da reafirmação da ideia de liberdade individual. Segundo o autor, "o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e

uma cidadania ativa que mobiliza os indivíduos para a construção de sociedades mais democráticas. Os ativistas da *via da razão* compartilham uma visão da mudança social que pode ser entendida como impulsionada desde a participação dos cidadãos nos debates e instituições públicas, o que gera uma melhor regulação da economia e das instituições. A *via da subjetividade*, por sua vez, reúne atores que valorizam a experiência vivida, a subjetividade e a criatividade, seja em nível comunitário ou individual. As mudanças sociais começam antes por mudanças locais e pessoais como forma de mudar o mundo. O ativismo é construído a partir da experiência de cada um através de dois eixos: a experiência vivida e a experimentação. Isso significa valorização daquilo que viveram e vivem, assim como da construção conjunta de novas formas de vida e de ação. Os movimentos da *via da subjetividade*, de acordo com Pleyers, se organizam nos chamados *espaços de experiência* (2010; p. 37). Esses espaços são lugares de luta e lugares de vida cotidiana em que a forma de organização permite ao indivíduo construir-se como sujeito, como ator de suas próprias vidas, e lutar pelo que defendem.

A democracia aqui, ressalta Pleyers (2010), é tanto uma reivindicação dirigida à institucionalidade, quanto uma prática de ação e um compromisso pessoal. As mudanças passam, principalmente, pela transformação das maneiras de viver junto, colocando em prática os valores do movimento e reafirmando a importância da solidariedade local. O foco está no nível local, espaço onde se forjam os atores, e as alternativas e a resistência, nesse sentido, são mais do que grandes atos e manifestações de rua. O que constitui a matéria de sua militância é uma junção de práticas do cotidiano. Ainda que essas duas vias não sejam antagônicas, para fins desta tese lanço mão principalmente da *via da subjetividade* como uma ferramenta para pensar a ação política do movimento de baixo para cima e com foco nas relações dos sujeitos a partir do nível local.

O MTST é um movimento de grandes proporções que se organiza de forma territorial e luta por uma pauta que precisa ser negociada diretamente com o Estado: políticas públicas de habitação. Neste sentido, sua existência é fruto das contradições sociais e é motivada por questões práticas, como a forma de organização das cidades, o déficit habitacional, os baixos índices de investimento público, e a falta de propostas concretas para construções de moradias populares,

preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas(...). Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas.”

entre outras. A pauta é levada para o espaço público através do repertório de grandes manifestações, da ação direta temporária em prédios públicos e rodovias e das ocupações de imóveis e terrenos vazios e improdutivos. As Ocupações, como defendo aqui desde o princípio, são mais do que o ato de ocupar. Nelas é possível observar a constituição de uma dinâmica baseada nos indivíduos, nas relações e experiências que envolvem construção coletiva de práticas cotidianas, na divisão alternativa de tarefas, na participação de todos nas tomadas de decisões e criações de regras, na aprendizagem a partir da troca de experiências.

É por isso que, para a análise que aqui proponho, opto pela ferramenta da *via da subjetividade* de Pleyers (2010). Apesar do MTST ser um movimento que se forma por conta de condições estruturais da sociedade, a luta nas Ocupações, como será possível ver ao longo dos próximos capítulos, é apresentada aqui como *espaços de experiência*, e é também construída e vivida todos os dias. Como afirma o movimento Zapatista do México, destacado por Pleyers, ecoando verso do poeta espanhol Antonio Machado, “*se hace el camino al andar*”⁵.

Joan Scott (1999) desenvolveu uma crítica da noção de experiência segundo a qual não há um sujeito preexistente à experiência. São as experiências que constituem os sujeitos a partir do momento em que eles vivem e refletem sobre isso. Essa perspectiva é particularmente importante nesta tese porque se conecta com a análise de que a formação dos sujeitos que constroem o MTST se dá a partir do encontro e entrada deles no movimento social, principalmente em se tratando das mulheres do movimento social. É essa experiência que marca o processo em que deixam de ser indivíduos para se tornarem sujeitos de si e de suas histórias. A noção de experiência aqui, como é possível perceber, dialoga com o processo de subjetivação (como visto com Touraine e Dubet). A autora defende é que pensemos como estas são historicamente construídas.

Para além do recorte de classe, outra característica da realidade concreta do MTST é a presença majoritária – e cada vez maior – de mulheres enquanto protagonistas da luta. As razões para isso, como explico ao longo dos capítulos, estão ligadas a questões objetivas, como o fato de serem as principais afetadas pela pobreza estrutural, principalmente no caso das mulheres negras, e pelo déficit habitacional, ou por serem as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e da

⁵ O caminho se faz ao caminhar. (tradução nossa)

família em geral; e subjetivas, que dizem respeito ao que experimentam enquanto em posição de subjugadas e a partir do momento que se encontram com a luta do movimento, ao engajamento e aos desdobramentos desse processo. Dizem, portanto, respeito às experiências que perpassam as especificidades da questão da mulher e, aqui ainda mais especificamente, da *mulher sem-teto*, em sua totalidade pobre e, majoritariamente, negra. Por isso, a ferramenta analítica da interseccionalidade elaborada por Kimberly Crenshaw (1989) é a que melhor permite pensá-las a partir de uma forma multidimensional, ou seja, considerando as diferentes matrizes de dominação que agem sobre elas.

De acordo com Patricia Hill Collins (2022; p.13), a interseccionalidade possibilitou a existência de um novo modo de olhar para as desigualdades sociais e para as possibilidades de mudança. Enxergar os problemas sociais causados pelo colonialismo, pelo racismo, pelo sexismo e pelo nacionalismo como interconectados conferiu uma nova perspectiva às possibilidades de mudança social. Muitas feministas negras, como bell hooks, utilizavam suas próprias experiências para escrever sobre a temática racial de uma maneira coletiva e com pessoalidade. hooks (2019), ao tratar da transição do silêncio à fala experimentada pelas mulheres negras, fornece para esse estudo uma importante ferramenta a ser utilizada na análise do encontro das mulheres das classes populares que compõem o MTST, similarmente sujeitadas a uma série de dominações, com as possibilidades que o movimento social representa: o chamado a erguer a voz.

Os caminhos teóricos apresentados acima constituem um ponto de força através do qual é possível observar e analisar os resultados da pesquisa realizada a partir do argumento central desta tese e que procurou observar as experiências dos militantes do MTST no cotidiano da luta no espaço das Ocupações. Um ponto no qual se encontram várias trilhas que permitem pensar a ação política do movimento a partir da perspectiva dos sujeitos que o compõem e constroem, das solidariedades que estabelecem e do conhecimento que produzem. O objetivo aqui, como colocado nas primeiras páginas, é demonstrar que o movimento social é mais do que o repertório de ação por meio do qual tradicionalmente levam suas pautas para as ruas. Há uma teia de ações e relações que o compõe e que precisa ser pensada a partir da ação dos sujeitos nela envolvidos, bem como das experiências que vivenciam em relação ao contexto no qual estão inseridos.

1.3

Metodologia

O trabalho de pesquisa incluiu diversas etapas que, de maneira complementar, procedem à análise do argumento proposto: são fontes bibliográficas, documentais, dados socioeconômicos, produção orgânica do movimento, observação participante e entrevistas/depoimentos.

Com relação ao debate teórico-epistêmico, foram estudados textos que compõem o espectro da sociologia dos movimentos sociais, em especial aqueles relativos aos campos da sociologia urbana, diferentes linhas da teoria dos movimentos sociais, questões de gênero e interseccionalidade, além de uma pequena revisão teórica sobre questões relacionadas ao feminismo. Para além das produções acadêmicas consagradas, foram consultados também trabalhos de pesquisa mais recentes como parte do esforço de conhecimento e compreensão do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), objeto sobre o qual pesquisadores de diferentes vertentes tem se debruçado cada vez mais.

Também foi realizado um trabalho de levantamento e leitura atenta de documentos e conteúdos produzidos pelo próprio movimento. São manifestos, denúncias, notas públicas, informativos, convites, programas de ação, cartilhas, entre outros, que, pelas condições e possibilidades que a dinâmica da luta social impõe não possuem periodicidade definida e, na maioria das vezes, são elaborados para responder a demandas imediatas. A forma de divulgação pode ser em papel, um folheto a ser distribuídos nas Ocupações, pelo *site* do movimento ou, mais recentemente, pelas redes sociais. Essas publicações não possuem periodicidade regular nem uma formatação rígida, com início, meio e fim, mas se trata de conteúdo orgânico, com informações sobre o cotidiano e numa linguagem que é uma das marcas da identidade do movimento. A isso se somam as publicações nas redes sociais, que ganham cada vez mais importância como meio de comunicação do movimento.

“A maior riqueza no que diz respeito à trajetória do Movimento está na memória daqueles e daquelas que construíram com suas próprias mãos (pés, braços, nervos, suores, lágrimas) o MTST nesses 20 anos”, é o que afirmam Guilherme Simões, Marcos Campos e Rud Rafael (2017), militantes e intérpretes do

movimento⁶, que fizeram o esforço de organizar um livro, construído coletivamente, contando histórias do movimento desde a sua fundação a partir de marcos de luta em diferentes Estados do país. Portanto, trabalho aqui, em grande medida, com informações obtidas a partir da oralidade e das narrativas de militantes do movimento, seja por meio de observações e conversas ao longo do trabalho de observação participante ou das entrevistas realizadas.

O trabalho de observação participante foi um esforço fundamental que, apesar de muitas dificuldades, aconteceu principalmente ao longo do ano de 2021. Ao elaborar o projeto dessa pesquisa, a meta era realizar uma investigação do cotidiano estando próxima ao dia a dia do movimento. A observação *in loco*, nos acampamentos, Ocupações, encontros e manifestações, serviria não apenas como momentos de coleta de informações, mas também de construção de laços que serviriam tanto ao processo de elaboração e realização de entrevistas, quanto ao fortalecimento do meu compromisso com o movimento enquanto pesquisadora. Um tipo de pesquisa social qualitativa que permite investigar o novo e apreender o sentido subjetivo presente, reconstruir a complexidade de estruturas de ação, descrever o ambiente e ação social, desenvolver teorias e hipóteses empiricamente fundadas. Para guiar a observação participante, baseei-me no método *extended case* proposto por Michael Burawoy (1998). De forma simplificada, o autor defende que os cientistas sociais, ao longo do processo de pesquisa, não apenas observem o *mundo da vida* dos sujeitos analisados, mas que se insiram nele e, a partir da intersubjetividade estabelecida entre pesquisador e sujeito, adotem uma postura reflexiva que permita colocar em perspectiva as ações e condições do sistema no qual estão inseridos.

Outro passo importante, que teve sua relevância ainda mais evidenciada pelos obstáculos encontrados para sua realização, foram as entrevistas e conversas diretas com os militantes do movimento. A metodologia utilizada para realização das entrevistas segue a linha proposta por Gabriele Rosenthal (2014) levando em consideração as esferas do interesse pela ação, o sistema de relevância dos sujeitos pesquisados e as motivações dos sujeitos. O modelo de pesquisas, que a autora chama de *narrativas biográficas*, busca obter as informações a partir da história

⁶ Ideia utilizada por Bringel, 2009; Gohn e Bringel, 2012; e Szwako, 2012; entre outros, para se referir àqueles que se dedicam a pensar sobre a prática dos movimentos sociais.

narrada pelos atores e prevê um processo mais aberto e passível de modificações. Sendo assim, organizei os encontros em dois momentos.

Primeiramente pedi a elas que me contassem um pouco sobre suas vidas desde antes, até a chegada ao movimento e o envolvimento com a luta: de onde são, o que faziam, em que condições viviam, qual a estrutura familiar, por que e como chegaram ao movimento. Em seguida, a partir das informações coletadas na primeira etapa, fazia perguntas que as estimulassem a me contar, considerando o papel que desempenham na estrutura, sobre como se organizam as Ocupações e qual o significado e o sentido das experiências que vivem ali. Se em um primeiro momento eu sentia receio que elas não se abrissem verdadeiramente comigo por conta da pouca relação que tínhamos, logo foi possível observar que, quando a entrevista é realizada presencialmente e em um *espaço seguro*, seguindo conceito proposto por Patricia Hill Collins e que será melhor explicado mais adiante, qualquer resistência ou hesitação em falar eram consideravelmente dissolvidas e os empecilhos que pudessem comprometer a pesquisa eram praticamente superados.

De acordo com Rosenthal, “o ato, realizado no presente, de voltar-se para o passado (...) define não só quais as vivências da memória que se apresentam; elas também se oferecem de maneira diferente da perspectiva do presente” (2014; p. 231). Talvez por isso um dos pontos altos desse processo, para mim, tenha sido observar como essas mulheres hoje são capazes de refletir de forma crítica sobre os acontecimentos que marcaram suas vidas, assim como conectá-los com dimensões mais amplas da organização societária em geral.

Formação, gênese, curso da história e práticas atuais do movimento – para todos esses eixos se buscaram informações a partir da narração (em suas diversas formas) dos próprios militantes, seja de maneira individualizada ou coletiva. O resultado é que esta tese circula entre descrições factuais a partir do ponto de vista dos próprios militantes, principalmente das mulheres do MTST, e representações que são fruto de uma reflexão sobre a realidade.

Praticamente todo o trabalho de pesquisa de campo foi realizado durante a pandemia da Covid-19 e por conta das dificuldades do período, a seleção das mulheres que seriam entrevistadas deu-se por mediação de pessoas já conhecidas que fizeram a apresentação e conexão entre mim e elas. Em sua maioria, são mulheres que já compõem as fileiras do movimento há alguns anos, com exceção de uma que, apesar de ter chegado há pouco tempo já se portava como uma

coordenadora experiente. Algumas entrevistas foram realizadas pelo telefone antes que me fosse possível ir a campo, mas a maior parte foi feita pessoalmente. A estratégia que utilizei para me aproximar dessas mulheres – que não me conheciam a ponto delas se sentirem confortáveis de me falar sobre suas vidas – foi a de ir até elas a quantidade de vezes que fosse necessário, ainda que fosse em lugares distantes, esperando até que estivessem dispostas a falar. Algumas vezes as encontrei cansadas e avalei que isso prejudicaria a relação. Para não perder a viagem, precisei encontrar uma forma de considerar que algumas conversas feitas paralelamente às entrevistas também serviriam como material empírico.

Dado que se trata de uma pesquisa que tem como um dos objetivos destacar o protagonismo feminino na ação política do movimento, optei por, na maior parte do trabalho, deixar as falas atribuídas às próprias mulheres que me disseram e por identificá-las a partir de seus nomes verdadeiros. Não me pareceu correto defender o protagonismo dessas mulheres na luta e ao mesmo tempo apagar as protagonistas que tão generosamente contribuíram com o trabalho. Entretanto, como alguns temas abordados podem ser considerados sensíveis e considerando que a pesquisa de temas sensíveis pode gerar respostas consideradas desagradáveis socialmente, e/ou que podem ter repercussões preocupantes caso as informações sejam divulgadas, na parte que trata da violência sobre as mulheres, as histórias relatadas em entrevistas foram mescladas e atribuídas a outras personagens, de nome fictício. À título de referência, organização e para facilitar a leitura, cabe apontar um quadro de quem são as principais vozes que dão base à esta tese, assim como de onde vem e qual lugar ocupam da estrutura do movimento:

Nome	Faixa etária	Onde atua	Bairro/Estado	Cargo
Ana ⁷	40–50	Ocupação Carolina Maria de Jesus	Itaquera São Paulo	Coordenadora de Ocupação
Ana Lucia	60–70	Cozinha Solidária de São Gonçalo	Santa Luzia Rio de Janeiro	Coordenadora da Cozinha Solidária
Bia	30–40	Ocupação Nova Canudos	Brasilândia São Paulo	Coordenadora de Grupo de Ocupação

⁷ Nome fictício.

Bruna ⁸	30–40	Ocupação Nova Canudos	Ocupação Nova Canudos	Coordenadora de Grupo
Célia ⁹	40–50	Ocupação Carolina Maria de Jesus	Itaquera São Paulo	Coordenadora de Ocupação
Celly	50–60	Cozinha Solidária de São Gonçalo	Santa Luzia Rio de Janeiro	Coordenadora da Cozinha Solidária
Claudia	40–50	Ocupação Carolina Maria de Jesus	Itaquera São Paulo	Coordenadora de Ocupação e acampada
Débora	30–40	Ocupação Nova Canudos	Brasilândia São Paulo	Coordenadora de Ocupação, coordenadora do MTST e acampada ¹⁰
Fátima	50–60	Cozinha Solidária de São Gonçalo	Santa Luzia Rio de Janeiro	Coordenadora da Cozinha Solidária
Gil	40–50	Ocupação Carolina Maria de Jesus	Itaquera São Paulo	Coordenadora de Ocupação e contemplada ¹¹
Jéssica	30–40	Cozinha Solidária da Brasilândia	Brasilândia São Paulo	Coordenadora da Cozinha Solidária
Natalia	30–40	Sem Ocupação	São Paulo	Coordenadora do MTST
Ediane Maria	30-40	Sem Ocupação	São Paulo	Coordenadora do MTST

Depois das idas ao campo para realização das entrevistas, retornei em algumas ocasiões para participar de eventos do movimento para os quais fui convidada e que julguei importante, seja por compromisso militante, ou como uma forma de retorno àquelas que haviam me dedicado parte do seu tempo.

O trabalho seguinte envolveu uma nova escuta e transcrição das entrevistas. Etapa demorada, mas que fiz questão de fazer eu mesma para poder revisitar o material e já dar início ao processo organização e trabalho nos dados. A análise dos

⁸ Nome fictício.

⁹ Nome fictício.

¹⁰ Os acampados são aqueles que estão com barraco levantado em alguma Ocupação, mesmo que não estejam morando no local.

¹¹ Depois que a pessoa recebe as chaves de um apartamento construído a partir de uma conquista do MTST, diz-se que ela foi contemplada com uma moradia.

dados recolhidos através da etnografia digital, da observação participante e das entrevistas foi feita com auxílio do programa MAXQDA, um *software* disponível para análise de dados qualitativos e que permite a organização do conteúdo por temas, facilitando o trabalho posterior de produção do texto. Dividi o conteúdo das entrevistas nas seguintes categorias: biografia; chegada no movimento; moradia; mulheres; solidariedade; cozinhas; experiência; percepção sobre a luta; cuidado; formação e pandemia.

Reconhecendo as conexões e afinidades que tenho com o MTST e a pauta que defende desde antes da elaboração deste projeto, ousou apontar que este trabalho se aproxima da perspectiva de pesquisa militante, tal qual exposta por Breno Bringel e Renata Varela (2014). De acordo com os autores, a pesquisa militante pode ser entendida como um espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora, ou seja, relativo a linhas de pesquisa que são associadas a diversas formas de ação coletiva orientadas em função de objetivos de transformação social. Como explicam os autores:

[..] passamos da pesquisa sobre os movimentos sociais à pesquisa com / nos / a partir dos movimentos sociais, o que implica a abertura na relação entre objeto e sujeito, a democratização do processo de pesquisa, a assunção do lugar de enunciação do pesquisador e a explicitação do compromisso ético-político com a transformação das condições sociais existentes (Bringel e Varela, 2014; p.6),

Mais do que objeto da pesquisa, o movimento social, e principalmente seus militantes, são, aqui, sujeitos produtores de formas de existência, resistência, mudança social e conhecimento. Contar suas histórias a partir de uma perspectiva de elogio e valorização de suas potências e não de ausências e estereótipos negativos, principalmente considerando que se trata majoritariamente de mulheres negras, é parte de um esforço de valorização e reconhecimento da sua historicidade e relevância enquanto agentes promotores de mudança social. Apesar de este não ser um trabalho orgânico, se o conceito base for o *intelectual orgânico*¹² tal qual proposto por Antonio Gramsci, considerando que o faço desde o meu lugar de pesquisadora, branca e de classe média, ressalto a existência de um compromisso com as pautas que defendem e a luta por mudanças sociais que travam.

¹² De acordo com Antonio Gramsci, o intelectual orgânico é aquele que produz conhecimento desde e sobre a sua própria classe como forma de avançar na disputa de hegemonia.

1.4

Notas sobre o campo

A minha proximidade e o acompanhamento das atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) data de antes do início da pesquisa, de forma que observar o empenho da organização nas ações de solidariedade e cuidado no cotidiano foi a mola propulsora desse estudo. A solidariedade, um dos aspectos mais importantes da ação dos movimentos sociais, como analisam os estudiosos sobre o tema, é reconhecida pelo movimento como fundamental para ajudar a suprir as deficiências básicas da vida em situação de precariedade e permitir que os militantes tenham condições para se dedicar à luta e a oportunidade de se empenhar na construção e crescimento do movimento.

O início do trabalho de campo e de uma observação mais atenta, ainda em 2019, como já dito anteriormente, deixou evidente a existência de outra variável central que, como tal, não poderia ser considerada de outra forma: a intensa participação das mulheres nos diversos espaços do movimento, desde o ambiente privado de seus barracos e casas, aos coletivos de cuidado, no âmbito da formação, construção e decisão do movimento era tão forte que demandou uma readequação do argumento. Principalmente porque depois do período que passei junto aos pesquisadores do SMAG e ao professor Geoffrey Pleyers, meu coorientador, aprendi que trabalhar com a *fórmula SMAG* de fazer uma tese é entender que o campo pode mais do que ajudar na comprovação ou descarte das hipóteses que construímos previamente. O campo nos apresenta questões fundamentais. Em trabalho de tese defendido no ano de 2021, Natália Miranda, uma companheira do grupo de pesquisa, escreveu: “Esta forma particular de hacer sociología, posiciona al investigador con una lógica más abierta y flexible, dispuesto a explorar lo que ocurre en el terreno, y dejarse sorprender por el mismo”¹³ (2021; p.68).

Apesar de algumas entrevistas informais e atividades de observação participante terem acontecido ao longo dos anos de 2018 e 2019, o plano de trabalho previa o início da pesquisa de campo para o mês de março de 2020, logo após o retorno do período em doutorado *sanduíche* na Bélgica. Esse planejamento, no

¹³ Esta forma particular de fazer sociologia posiciona o investigador com uma lógica mais aberta e flexível, disposta a explorar o que ocorre no terreno deixar-se surpreender por ele mesmo (tradução nossa).

entanto, teve que ser adiado por conta das condições sob as quais retornei ao Brasil. A pandemia do Covid-19 que se espalhou pelo mundo rapidamente entre janeiro e março de 2020, sendo este último o mês que retornei ao Brasil, instalou uma distância inesperada entre mim e o objeto desta pesquisa. Não foi possível estar presente nos espaços do movimento, realizar a observação *in loco* e, por alguns meses, tampouco as entrevistas pareciam possíveis. Por mais que por vezes eu tenha tentado colocar o contexto de lado e organizar idas ao campo e entrevistas presenciais, a real necessidade de isolamento social e os riscos aos quais eu me exporia e exporia os interlocutores pesaram causando a desistência de prosseguir com o planejamento por alguns meses.

Diante desse quadro, mostrou-se necessário buscar novas estratégias para realização da pesquisa tendo em vista a indefinição quanto ao retorno à situação de normalidade. Esse processo se deu em etapas. Primeiro, buscando a realização de conversas por meio da internet com lideranças do movimento que já me conheciam e que pudessem ser entrevistadas e abrir caminhos para que eu pudesse chegar, da mesma forma, até outros militantes. Esse esforço funcionou em certa medida, mas com qualidade inegavelmente inferior aos almejados encontros presenciais. Ainda que a internet já seja largamente difundida entre a população brasileira, é preciso ressaltar que o acesso de qualidade não é uma realidade para a maior parte da população mais pobre e precarizada, tal qual é a base social de um movimento de luta por moradia. E a realização de entrevistas por videochamada demanda que o entrevistado tenha disponibilidade de tempo e de dados de internet para permanecer numa ligação pelo tempo necessário. A realização de entrevistas com pessoas desconhecidas por ligação telefônica simples aprofunda ainda mais a impessoalidade e superficialidade do contato estabelecido e, apesar de terem sido realizadas, não me pareciam – e de fato não eram – satisfatórias. Além das questões técnicas, é comum existir em meio aos militantes de movimentos sociais um certo descrédito com relação à academia por conta da falta de compromisso de parte dos pesquisadores que entendem os movimentos como meros objetos de estudo não como sujeitos políticos, como pontuam Bringel e Varela (2014).

A segunda etapa consistiu em direcionar um novo olhar para o material que o movimento estava produzindo a partir dos textos publicados em seu site e nas suas redes sociais. Entender que ali se apresentavam as práticas cotidianas e escolhas políticas, e passar a analisar esse conteúdo buscando compreender, e não apenas

observar, os fatos ocorridos, mas também a forma como os integrantes do MTST escolhem se apresentar. Ainda que insuficiente para um exame mais aprofundado sobre a ação prática do cotidiano, me pareceu importante considerar esse material como parte do processo de pesquisa.

Expandir essa perspectiva foi o que me permitiu perceber que a pandemia da Covid-19, além de ser uma tragédia humanitária e significar uma limitação para minha pesquisa e desafios para o movimento, estava abrindo uma nova dimensão da ação política para a qual eu deveria olhar mais dedicadamente. Para alguém que se propunha a estudar a centralidade da solidariedade como condição de existência e resistência para os militantes, não considerar a forma como o movimento conseguiu tornar ainda mais intensa e ampliada essa prática como material de pesquisa seria um equívoco, sem falar em um desperdício.

Em fevereiro de 2021, um ano após o planejado, pude, finalmente, realizar minha primeira viagem a São Paulo para a realização de entrevistas presenciais. Passagem comprada, duas máscaras no rosto, dividida entre o medo da doença e a excitação pela realização das primeiras entrevistas, pego o avião para São Paulo. Nessa viagem, marquei três encontros em três dias. São Paulo é uma cidade enorme e cada uma das mulheres com as quais eu iria me encontrar estava em uma região.

Considerando que ainda era um período delicado em termos sanitários, as possibilidades eram limitadas. Depois de quase um ano de pandemia, as pessoas começavam a tentar voltar a estabelecer uma rotina, mas ainda entre muitos medos e incertezas. Como será possível ver ao longo da tese, algumas militantes entrevistadas relatam ter desenvolvido uma série de fobias sociais por conta da doença.

No primeiro dia, uma chuva torrencial caiu sobre a cidade e a pessoa com quem eu tinha combinado de me encontrar não atendeu o telefone. No segundo, quando eu estava a caminho do encontro com outra das mulheres, ela me ligou dizendo que precisaria sair para cumprir uma tarefa do movimento e não poderia me receber. Somente no terceiro dia consegui realizar uma entrevista, já às vésperas de ir para o aeroporto para vir embora.

Entre março e julho de 2021, fiz mais duas viagens a São Paulo para acompanhar atividades que aconteceriam nas Ocupações. Realizar uma observação participante no contexto da pandemia foi ainda mais desafiador do que já o é. Para além dos desafios epistemológicos e subjetivos, havia barreiras físicas, como o uso

de máscara, a impossibilidade de abraçar ou de conversar ou fazer a entrevista dentro de espaços fechados. Por isso, por alguns meses ainda privilegiei acompanhar atividades que aconteciam em ambientes externos como assembleias, festas, entre outras.

Em julho de 2021, segui para o maior período no campo. Foram dois meses vivendo em São Paulo e acompanhando o movimento em diferentes ocasiões. Foi nesse período também que pude realizar novas entrevistas nas Ocupações Carolina Maria de Jesus e Nova Canudos, localizadas nas zonas leste e norte da cidade de São Paulo, respectivamente. Em nenhum dos casos, consegui fazer a entrevista com quem havia planejado na primeira tentativa. A sobrecarga de tarefas entre as militantes em um período tão complicado como a pandemia era evidente. Com alguma insistência e algumas viagens pela maior cidade do país, consegui o que tinha me proposto. Nas periferias brasileiras, entre as tantas questões que permeiam o dia a dia daqueles que ali sobrevivem, usar máscara era raro. Não injustificadamente, devo ressaltar. Principalmente em se tratando de quem vive em lugares sem um mínimo de estrutura sanitária, como é o caso das Ocupações. Assim, chegar ao momento da entrevista era encarar novos desafios. Para mim, cada dia nas Ocupações representou um dia inteiro sem ir ao banheiro e sem beber água ou comer para não tirar a máscara. Talvez fosse excesso de zelo, mas o fato é que eu também tinha que lidar com o meu medo de ser contaminada ou de contaminar alguém com quem tivesse contato ali, já que tinha feito uma viagem, pegado avião, circulado entre dois estados havia pouco tempo.

Lembro que durante uma das entrevistas, que estava sendo feita dentro do espaço das Cozinha Coletiva da Ocupação, uma das acampadas trouxe uma bandeja com café e biscoitos para mim e para a coordenadora com quem eu estava. Quase não sou capaz de identificar a quantidade de sentimentos que experimentei em poucos segundos. Entre a emoção pelo gesto e o pânico de tirar a máscara diante de mais duas pessoas em um ambiente fechado, é quase perceptível na minha voz o tamanho do conflito – como observo mais tarde durante o trabalho de transcrição da entrevista. Café tomado, o desafio era voltar a minha concentração para a entrevista.

Em outra ocasião, fui convidada a participar da inauguração das Cozinhas Coletivas dos grupos de uma das Ocupações. Mas como participar de uma atividade desse tipo sem tirar a máscara para comer e viver aquele momento junto com os

militantes? A verdade é que, por muitas vezes durante esse processo, o medo do vírus venceu. Ainda assim, persisti o quanto foi possível ao longo dos meses que passei em São Paulo e nas outras vezes mais que retornei, mesmo ciente de que, considerando os encontros que aconteciam nas cozinhas e nas festas, a máscara configurava uma barreira a mais entre mim e meus interlocutores.

Todo o trabalho de campo foi marcado por tensões geradas pelas condições externas conjunturais e pela necessidade de readaptações e busca de novas estratégias. Por isso é preciso dizer que apesar disso, ou apesar da Covid-19, foi possível realizar a pesquisa que dá sustentação a esta tese.

1.5

Estrutura da tese

De certa maneira, a estrutura aqui proposta reproduz a forma como minha trajetória enquanto pesquisadora do movimento se constituiu. Interessada pelas problemáticas postas em disputa no espaço urbano, me aproximo da luta do movimento no período pós-junho de 2013, primeiramente instigada pela figura de Guilherme Boulos, uma das lideranças do movimento que há alguns anos ocupa um lugar central na arena política brasileira. Quando o conheci, ele representava um movimento que até então, pra mim, era só mais um entre os tantos movimentos de luta por moradia que existem. Para conhecer mais sobre o movimento, busco a história, procuro onde está, o que faz e como se organiza. Chego assim às atividades do movimento, no espaço das Ocupações, e começo a conhecer outros militantes, a olhar a partir de um outro patamar de observação. É a partir daí que percebo, então, a enormidade de dinâmicas que compõem a luta que aquele líder levava para os discursos públicos e jornais. Vejo a enorme presença das mulheres e me admiro com sua força. Ao chegar nas Ocupações, começo a entender por que são consideradas a chamada linha de frente do movimento.

Proponho elaborar esta análise do argumento em três partes. Quem me conduz por essas etapas são, majoritariamente, as mulheres do MTST. Salvo nos Capítulos 2, referenciado em contribuições canônicas da sociologia brasileira e dados de institutos de pesquisa, e 3, quando recorri a pesquisas científicas já desenvolvidas e a reflexões publicadas de militantes do movimento, o fio do trabalho foi costurado a partir do material colhidos durante os encontros, conversas e entrevistas que fiz

com as mulheres militantes do movimento ao longo, principalmente, do ano de 2021 e na cidade de São Paulo.

A **Parte I – Preparando o terreno: contexto e movimento** inclui os Capítulos 2 e 3 e apresenta o contexto do qual parto para realizar a pesquisa e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em uma perspectiva analítica mais ampla.

Considerando o tipo de análise que proponho e as condições em que a realizo, é fundamental iniciar apresentando um breve quadro de como a questão da moradia se estabeleceu enquanto um problema social no Brasil e quais os contornos assume nos dias de hoje. Faço isso no **Capítulo 2 – De onde vem a escassez de moradia?**. Esses contornos, que apresentam um pouco da dimensão estrutural da desigualdade social brasileira, ajudarão o leitor ao longo do desenvolvimento da tese, principalmente no que diz respeito à compreensão do lugar que os sujeitos aqui analisados ocupam na estrutura social. É um capítulo curto, mas importante principalmente por se tratar de um trabalho que tem como objetivo ser difundido e debatido em territórios tão distantes e distintos como são Brasil e Bélgica.

No **Capítulo 3 – O Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)**, apresento o movimento de forma mais detalhada e a partir de sua história oficial e mais difundida, bem como dos principais repertórios de ação adotados pelos atores envolvidos. As fontes aqui utilizadas são, principalmente, pesquisas realizadas anteriormente, documentos oficiais do movimento e livros publicados por militantes que, de maneira orgânica, se puseram a pensar sobre sua constituição e ação. É um capítulo que apresenta a dimensão do todo que a tese, ao longo dos outros capítulos, vai fracionar em diferentes níveis de análise. Ao apresentar as Ocupações do movimento, dedico algumas páginas à história de algumas delas como forma de demonstrar quais os fatores envolvidos na constituição daquilo que virá a ser o campo do trabalho que segue. É no *chão de barro* das Ocupações que se encontram as dimensões que ocuparão os capítulos seguintes.

Na **Parte II – Para fazer virar: a solidariedade como práxis**, que inclui os Capítulos 4 e 5, entro no *chão de barro* das Ocupações do movimento a partir das especificidades das relações que ali se estabelecem e a forma como se baseiam no princípio da solidariedade para construção da luta política. Luta essa que teve que ser ampliada e reforçada por conta da pandemia da Covid-19 e, inclusive, extrapolar os limites das Ocupações.

O **Capítulo 4 – O chão de barro das Ocupações: solidariedade e coletividade como forma de existência e resistência**, trata da experiência de construção coletiva do cotidiano no espaço das Ocupações e da centralidade da solidariedade no processo de organização dessa dimensão da ação política. A partir das entrevistas realizadas, exploro como os militantes do movimento sentem a experiência de viver em uma Ocupação, entre as diferentes esferas que a compõe, procurando acessar os sentimentos relativos à forma de viver enquanto parte de um coletivo baseado na solidariedade. Começo por demonstrar como as Ocupações podem ser analisadas como algo mais do que uma tática de ação. É um espaço formado por indivíduos em um processo contínuo de produção de vida e luta. Apesar das dificuldades do dia a dia, dado que as Ocupações são terrenos onde a precariedade habita de maneira significativa, identifico na forma como os militantes se organizam e no que realizam características distintas das que estão acostumados a experimentar enquanto indivíduos que existem em meio ao desenvolvimento capitalista das cidades. Apresento as práticas que conformam o dia a dia e o significado delas para os militantes.

Nesse emaranhado de ações, tem destaque as Cozinhas Coletivas, indicadas por muitos militantes como o coração das Ocupações do MTST. Finalizo este capítulo com uma reflexão sobre o impacto da solidariedade e da coletividade no grau de engajamento dos militantes e como contribuem para o fortalecimento de laços de compromisso com a luta e a solidificação do movimento, condição importante para que seja possível, quando necessário, expandir as ações para além das fronteiras das Ocupações, como foi feito durante a pandemia e demonstro no capítulo a seguir.

Considerando a centralidade da solidariedade para o movimento apontada no Capítulo 4, o **Capítulo 5 – Solidariedade sem-teto: a experiência da Covid-19** apresenta a resposta do MTST à crise provocada pelo vírus no Brasil e busca demonstrar como a gênese dessa movimentação está fincada na dimensão da luta política que se dá na construção cotidiana. O capítulo está organizado de maneira a oferecer um breve retrato da situação geral e um panorama de como, frente ao tipo de resposta institucional dada à sociedade, a prática da solidariedade como princípio de ação se tornou ainda mais urgente, se intensificou e se diversificou por meio de uma série de ações diretas de combate aos efeitos da crise sanitária e social que se instaurou. Retomando a importância que as Cozinhas Coletivas têm na

experiência das Ocupações, o maior projeto criado pelo movimento é o chamado Cozinhas Solidárias, que se espalhou por diversos lugares do país e é coordenado principalmente pelas mulheres do MTST, cujo protagonismo abordo no capítulo seguinte.

Dado que é das mulheres o protagonismo em grande parte das ações que se desenrolam no chão de barro e em todas as atividades do movimento, na **Parte III – A potência das mulheres do chão de barro**, introduzo a categoria *mulheres sem-teto* para pensar junto com as mulheres do MTST sobre suas histórias e trajetórias até a chegada ao movimento e os desdobramentos que esse encontro traz para suas vidas. Um desses desdobramentos é o que chamo de *feminismo do chão de barro* e que funciona como conceito aglutinador de toda a luta que as mulheres travam a partir das especificidades de suas vidas e demandas enquanto representantes do *precarizado* brasileiro e sua promessa emancipatória.

Se até aqui usei as informações que as mulheres do MTST me deram como fontes para analisar questões mais amplas, nesta parte tanto a matéria-prima quanto o protagonismo são delas. O **Capítulo 6 – Lute como uma sem-teto: chegar ao movimento e tornar-se outra** fala das *mulheres sem-teto* considerando suas histórias e trajetórias desde antes da chegada ao movimento. Seguindo a metodologia adotada para realização do trabalho de campo, quando primeiro pedi que as mulheres entrevistadas me contassem um pouco de suas vidas, começo aqui pela apresentação de breves panoramas que permitam compreender um pouco de quem são essas mulheres e de quais são as questões e formas de opressão que atravessam suas vidas. Em um momento de suas trajetórias, essas mulheres chegam ao movimento social e dão início a um processo de ressignificação de sua existência ao transitar da condição de indivíduo para a de sujeito político.

O significado da moradia para as mulheres, em toda a sua multiplicidade de razões e efeitos, aparece aqui como a razão pela qual elas constituem a maior parte da base social do movimento. A partir disso, a relação que estabelecem com a luta funciona como o encontro com caminhos para a construção de novas formas de sociabilização e a politização, o que se traduz no que apresento como um processo de feminização do movimento. Cada vez mais o cotidiano das Ocupações é construído, organizado e coordenado por mulheres, assim como as demais esferas da organização geral. A potência desse encontro e a sustentabilidade das mudanças que são experimentadas ao longo do processo descrito se confirmam quando se

observa o compromisso que algumas dessas mulheres mantêm com a luta mesmo após a conquista da promessa da moradia ou mesmo da casa pronta. A partir daí é possível apontar que a relação das mulheres sem-teto com o movimento pode ser analisada a partir de uma perspectiva mais duradoura e de maior prazo e como uma forma de compromisso com lutas mais amplas.

Desse contexto de mudanças, construção de si, luta e protagonismo das mulheres no cotidiano das Ocupações do movimento, emerge um tipo de luta feminina que é o objeto do **Capítulo 7 – Um movimento feminino e a perspectiva de um feminismo do chão de barro**. Apesar de ser um movimento majoritariamente feminino, o MTST não é um movimento feminista desde a sua formação e suas militantes não se consideram representadas pelo pensamento feminista hegemônico tradicional, ou por aquilo que assim se convencionou chamar. Ainda assim, as *mulheres sem-teto*, enquanto protagonistas da luta pela moradia, praticam um tipo de feminismo que é fruto da construção política que realizam no dia a dia do movimento e que leva em consideração as especificidades de sua realidade. Esse feminismo é composto por três dimensões que dialogam com o argumento exposto ao longo de toda a tese: a primeira dimensão, chamo de reconhecimento dos direitos sociais; a segunda, *solidariedade e coletividade*; e a terceira de *indo além do chão de barro*. O objetivo deste capítulo é mostrar como, na esteira das lutas travadas há séculos por outras mulheres, as *mulheres sem-teto* praticam, à sua maneira e desde os seus *lugares de existência*, um tipo de luta política que pode ser compreendida como luta feminista e que dialoga com suas vivências, limitações e potências e apresentar o que denomino como *feminismo do chão de barro*.

PARTE I

PREPARANDO O TERRENO: CONTEXTO E MOVIMENTO

2.

De onde vem a escassez de moradia?

Ora, de onde vem a escassez de moradia? Como surgiu? Como bom burguês, o senhor Sax não pode saber que ela é um produto necessário da forma burguesa da sociedade; que sem escassez de moradia não há como subsistir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário e, portanto, da soma de mantimentos necessária para garantir sua existência e reprodução. [...] Numa sociedade desse tipo, a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada, com repercussões sobre a saúde etc. quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base.

(Engels, 2015; p. 71)

Considerando o tipo de análise que proponho para esta tese e as condições em que a realizo, por meio de uma cooperação entre universidades localizadas em contextos tão distintos como Brasil e Bélgica, considero indispensável dar início através da apresentação de um breve relato sobre como a questão da moradia se estabeleceu enquanto um problema social no Brasil e quais os contornos esse tema assume nos dias de hoje. Esses contornos, que apresentam um pouco da dimensão estrutural da desigualdade social brasileira, ajudarão o leitor ao longo do desenvolvimento da tese, principalmente no que diz respeito à compreensão do lugar que os sujeitos aqui analisados ocupam na estrutura social. É um capítulo curto, mas importante principalmente por se tratar de um trabalho que tem como objetivo ser difundido e debatido em territórios tão distantes.

Começo revisitando as origens da moradia como uma questão urbana para demonstrar porque até hoje esse segue sendo um problema a ser resolvido no contexto do desenvolvimento das cidades brasileiras e mostrar a forma como o Estado tem lidado com isso ao longo das últimas décadas. Em seguida, destaco alguns aspectos do déficit habitacional brasileiro em termos quantitativos e qualitativos com destaque para o caráter feminino que este possui historicamente. Finalizo com uma conexão entre as condições apresentadas à título de contexto com a emergência dos movimentos sociais de luta pela moradia, entre os quais está presente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Como coloca Manuel Castells (1983), a análise de um movimento social urbano não pode prescindir do conhecimento sobre o processo histórico de formação do território no qual está inserido. Ainda que de forma reduzida, o que pretendo construir aqui é um quadro que permita a localização do objeto dentro do

contexto que lhe corresponde e a identificação dos diferentes agentes que participam da produção e regulação do espaço. É por causa desse contexto que precisa existir um movimento de luta pelo direito à moradia, ou que existem pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social ou ainda mulheres cujas trajetórias de vida são atravessadas por mais de uma forma de opressão em suas trajetórias de vida.

Na mesma linha, também Henry Lefebvre (2009), defende que os fenômenos urbanos não poderiam ser vistos como autônomos ou explicados de maneira isolada, dado que são parte de uma estrutura mais ampla que reflete a convergência de questões econômicas, políticas e sociais. E por isso é importante considerar alguns aspectos da dinâmica do desenvolvimento das metrópoles, a partir da recuperação de contribuições centrais para a sociologia urbana brasileira, para dar início a um estudo que, nesse caso, tem como campo o *chão de barro*¹⁴ das Ocupações de um movimento social de luta por moradia no espaço urbano.

2.1

A terra é o nó

O problema da escassez de moradia passa longe de ser uma questão nova. Tanto a nível nacional quanto internacional, é um problema que data de séculos atrás. Já no início da década de 1870, Friedrich Engels (2015) pontuava que a escassez da moradia não seria resolvida enquanto não fosse extinto o modo de produção capitalista. Ela é um produto necessário desse sistema econômico que, como demonstrou Karl Marx, gera opressão e desigualdade social ao passo que permite a exploração de uma parcela da sociedade por outra que é a detentora dos meios de produção.

Engels e Marx falavam, nos seus escritos, da Inglaterra e no máximo de mais alguns países europeus, no século XIX. O capitalismo que ali se iniciava, no entanto, rapidamente se expandiria levando com ele todas as mazelas que causa. Dois séculos depois, o modo de produção capitalista não só não foi extinto, como segue se expandindo e se reinventando, afetando fortemente a forma como as cidades contemporâneas se organizam. E, conseqüentemente, a questão da moradia,

¹⁴ Assim como os militantes do MTST fazem, ao longo desta tese me refiro, por diversas vezes, ao território das Ocupações como *chão de barro*.

enquanto escassez de moradia digna para todos os trabalhadores, tal qual apontada por Engels, seguem sem ser resolvida. Pelo contrário. Nas sociedades contemporâneas, a centralidade desse problema torna-se cada vez maior devido ao contínuo avanço do processo de mercantilização das cidades, do empobrecimento da população e da precarização da classe trabalhadora. Em diversos países, inclusive, a questão da moradia se tornou uma marca estrutural da exclusão social. Esse é o caso do Brasil, onde, há muitos anos e cada vez mais, é evidente aos olhos de quem quer ver o quanto esse problema afeta a vida de uma infinidade de pessoas.

Séculos depois de Marx e Engels, Hermínia Maricato afirma que, seja no campo ou na cidade, a propriedade da terra continua a ser um nó na sociedade brasileira (2015; p. 183). Discorrer sobre as origens da questão da moradia no Brasil e a forma que assumem no tempo presente requer retroceder alguns passos no traçado que levará até o objeto central desta tese. Desde o Brasil colônia, modelos de propriedade privada foram estabelecidos de forma que apenas alguns tinham acesso à terra. É o caso das Capitâneas Hereditárias, por exemplo, que de herança em herança, podem ser consideradas o marco inicial do modelo de concentração de terras no país. Terras, vale ressaltar, que pertenciam aos povos originários que aqui viviam, mas foram roubadas e apropriadas, se considera-se a legislação do colonizador.

Em 1850, a promulgação da Lei nº601, que ficou conhecida como Lei de Terras foi o primeiro marco legal da concentração fundiária no país. Ela determinou que a única forma de acesso às terras seria através da compra junto ao Estado. Em 1888, foi abolido o trabalho escravo no país, ao menos no papel. O legado da escravidão e a negação do acesso à terra aos homens e mulheres negros até então escravizados, na conformação deste problema social, também não podem ser ignorados. Como apontado por Florestan Fernandes (2017), a abolição da escravidão não veio acompanhada da instalação de um sistema de assistência e garantias que auxiliasse a transição dos escravos para o mundo *livre*. “Como uma revolução do branco para o branco”, a abolição, para o autor, gerou para os negros a continuidade das humilhações e frustrações enquanto ficavam “vegetando nas cidades e tentando ser gente, isto é, cidadão comum” (p. 23).

Com a chegada do século XX e o avanço na formação das cidades, pouco foi alterado. Além de herdadas, muitas terras começaram a ser invadidas e depois comercializadas por famílias que detinham poder aquisitivo e que, por meio da

grilagem, conseguiram tomar posse de grandes extensões de terra que ainda eram públicas e expulsar posseiros que andavam pelo país em busca de terra para plantar e sobreviver. Essa é, ainda hoje, uma realidade a ser combatida.

A industrialização e a aceleração do processo de urbanização estão intimamente ligadas ao início da especulação imobiliária e tornaram-se um dos principais fatores responsáveis pelo déficit habitacional. O nó (Maricato, 2014) passava da questão fundiária para a questão imobiliária. O conflito se deslocou, sem se extinguir, do campo para a cidade. As metrópoles brasileiras rapidamente se tornaram símbolos de desenvolvimento caótico e desigualdade social. Muitos dos expulsos do campo por fazendeiros e grileiros, que atuavam, na maioria das vezes, com aval e apoio de cartórios, da polícia e de governos, vieram para as cidades, o que fez com que a população urbana crescesse de maneira expressiva. A primeira metade do século XIX, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, foi marcada por uma forte onda migratória do Nordeste para o Sudeste. Tempo eternizado na música *Triste Partida*, do poeta cearense Patativa do Assaré, musicada por Luiz Gonzaga, em 1964:

(...)
 Eu vendo meu burro
 Meu jegue e o cavalo
 Nós vamo' a São Paulo
 Viver ou morrer

Nós vamo' a São Paulo
 Que a coisa 'tá feia
 Por terras alheias
 Nós vamo' vagar

Se o nosso destino
 Não for tão mesquinho
 Daí pro mesmo cantinho
 Nós torna a voltar
 (...)

Se tomarmos como exemplo a formação urbana de São Paulo, maior cidade do Brasil, é possível observar alguns pontos que ilustram esse processo. No final do século XIX, junto à produção cafeeira e de outros produtos agrícolas como o algodão, começaram a surgir, na então província de São Paulo, pequenas unidades fabris para produção de bens de consumo não duráveis, como roupas, por exemplo. A expansão da população e a demanda crescente por esses bens fez com que a

produção artesanal e cafeeira não desse mais conta do mercado. Aos poucos, as fábricas começaram a ser estabelecidas na cidade de São Paulo. Com esse processo, o aumento populacional foi exponencial. Em 1900, a cidade tinha 240 mil habitantes; em 1920, mais de 500 mil; e em 1940, já se aproximava de 1 milhão e meio. Se desenvolvem também os bairros operários, como Água Branca, Barra Funda, Brás, Mooca e Belenzinho. Em 2020, São Paulo chegou a 12.325.232 habitantes, de acordo com dados do IBGE¹⁵.

Com a construção de prédios, casas, lojas, estabelecimentos, estradas, pontes, cemitérios e a concentração de fábricas, a cidade se expandiu rapidamente. O intenso processo de urbanização modificou a morfologia da cidade radicalmente. Na década de 30, São Paulo já possuía o maior edifício da América Latina, o Martinelli. Até os anos 1940, os trabalhadores conseguiam morar nos bairros centrais da cidade, ainda que nem sempre em boas condições. *Trabalhavam forte e viviam nos cortiços*, como os personagens da obra de Aluizio de Azevedo (2020), que eram lugares onde “se acotovelam lavadeiras, trabalhadores de pedreira, malandros e viúvas pobres” e em favelas.

Assim como em outras cidades, as periferias passaram a existir depois que os proprietários dos terrenos e o governo fizeram o que, à época, chamaram de “limpeza” no centro, demolindo os cortiços, despejando as favelas ou aumentando o valor dos aluguéis. Analisando o que estava em curso na cidade de São Paulo e os caminhos que a levaram a ser o que ele chamou de metrópole do subdesenvolvimento industrializado, Lucio Kowarick (1979), elabora o conceito de *espoliação urbana*, que conjuga a exploração vivenciada no mundo do trabalho com as condições precárias de existência às quais foram submetidas a classe trabalhadora no lugar que lhes foi designado na cidade, a periferia. Um somatório de situações espoliativas que se encontravam na encruzilhada materializada no indivíduo que vivia nas cidades.

Processo semelhante ocorria no Rio de Janeiro, onde a especulação imobiliária também passou a ser uma prática cada vez mais lucrativa. Políticas ditas de *ordenamento e modernização* passaram a ser propostas, como as implementadas já na década de 1920, no Rio de Janeiro, pelo prefeito Pereira Passos que foi responsável por fazer com que milhares de pessoas tivessem que se mudar do

¹⁵ Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>. Acesso em 20 de jan. 2021.

Centro para as regiões mais distantes da cidade. O objetivo era tomar como exemplo a reforma promovida em Paris alguns anos antes e eram justificadas pelo argumento da necessidade de abertura de grandes vias de circulação. Como consequência da adoção dessa política, Paris foi transformada em um grande centro de consumo e o modo de vida na cidade foi alterado, como pontua Harvey (2012). Aqui, sonhava-se com ter o mesmo resultado. A palavra *remoção* ainda não constituía parte do vocabulário político oficialmente, mas a ação era realizada porque a presença de favelas no centro da cidade era considerada à época como uma espécie de doença a ser combatida (Valladares, 2005; Sanches, 2020). A história de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro é marcada por processos de remoções. Depois da de 1920, com o objetivo de liberar o Centro da cidade, viriam muitas outras à serviço dos interesses do mercado e da especulação imobiliária que se expandia cada vez mais ditando os rumos e direções para as quais a cidade deveria caminhar.

Quase 100 anos depois de Pereira Passos, um momento crítico foi o agravamento da crise urbana pelo planejamento e realização dos megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Sob o argumento de preparação das cidades para receber os eventos e turistas que viriam acompanhá-los, dezenas de milhares de pessoas foram removidas de suas casas e territórios pelo Estado (Faulhaber, 2015). Além desse tipo de remoção oficial, o aumento exacerbado do custo de vida fez com que muitos não tivessem mais como arcar com os preços dos aluguéis e tivessem que se mudar, configurando um outro tipo de *auto-remoção* para manutenção da sobrevivência.

A ideia de “Cidade do Capital” é o conceito usado até hoje por autores que buscam analisar o modelo de cidade desigual e segregada que se conformava e que, infelizmente, se aprofunda e tem reflexo em diferentes aspectos da vida. O conceito de *direito à cidade*, elaborado pelo sociólogo francês Henri Lefebvre (1968) e ratificado e atualizado pela Carta Mundial pelo Direito à Cidade de 2006¹⁶, carrega em seu significado a defesa de um direito coletivo, que trata da garantia do acesso a condições dignas de vida e a tudo que a cidade oferece para todos e todas que nela habitam. Garantir o direito à cidade, portanto, significa garantir um sistema de serviços e proteção que possibilite aos cidadãos viverem dignamente, num espaço

¹⁶ Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006. Publicada em 12/06/2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2021.

construído a partir da vontade coletiva, do encontro dos diferentes e do enfrentamento das contradições sociais. É a *cidade obra*, sobre a qual fala Lefebvre, em oposição à *cidade renovada*. Na *cidade obra*, diz o autor, os indivíduos participam ativamente das decisões e do cotidiano de forma que ela é de fato construída por seus moradores. No Brasil de hoje, o direito à cidade, de acordo com os temas de Lefebvre, segue sendo o que David Harvey (2013) bem pontuou: um desafio e uma utopia. A maior parte da população vive seus dias na tentativa de construir formas de sobreviver na cidade, e não de vivê-la.

2.2

O déficit habitacional e as políticas públicas

Uma das formas de expressão da ausência do direito à cidade no contexto brasileiro é a negação do direito à habitação digna, situação que atinge um grande contingente de pessoas no país. Com os recentes cortes no orçamento e falta de apoio para a pesquisa no Brasil, obter e analisar os indicadores sociais da conjuntura atual se tornou um desafio. Essa situação foi ainda agravada pela pandemia da Covid-19, que impossibilitou a realização dos Censos de 2020 e 2021. Sendo, assim, trabalho aqui com os dados mais recentes obtidos por pesquisas da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), referentes ao ano de 2019, a fim de obter um panorama da tendência da evolução desse problema.

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro¹⁷, o déficit habitacional no Brasil, em 2019, atingiu o total de 5.877 milhões de moradias, entre domicílios precários, em coabitação ou com elevado custo de aluguel. Esse número representa 8% do total dos domicílios do país.

Os domicílios precários compreendem os domicílios rústicos, que são aqueles em condições não convencionais como paredes de madeira, teto de palha, chão de terra batida, entre outros, e os domicílios improvisados, que em geral são espaços precariamente adaptados pelas famílias para que sirvam de moradia e que não contam com acesso a serviços básicos de água, energia ou saneamento básico. A

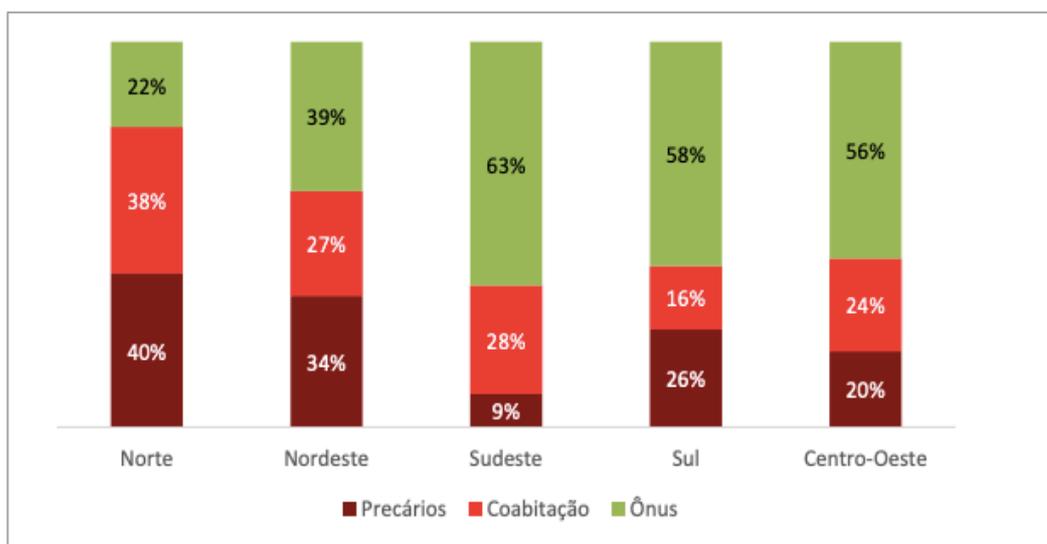
¹⁷ Estudo anual sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, considerando a falta ou inadequação do estoque urbano de moradias no Brasil, para unidades da Federação e regiões metropolitanas selecionadas. Desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Programa Habitar/Brasil/BID.

coabitação é configurada pelas chamadas unidades domésticas de famílias conviventes, quando há mais de uma família morando em um domicílio; e os domicílios de um cômodo só, quando o indivíduo ou mesmo família divide a residência ou outras pessoas, como as repúblicas e cortiços. Já os domicílios com ônus elevado de aluguel são aqueles cujo custo do aluguel corresponde a mais do que 30% da renda familiar total.

As famílias de baixa renda, que recebem até 2 salários-mínimos, respondem por 79% deste contingente e áreas urbanas concentram 87,7% do déficit habitacional quantitativo total. Entre as principais causas do déficit habitacional nas áreas urbanas está o alto valor do aluguel, consequência, entre outras coisas, do já apontado avanço da especulação imobiliária: são mais de 3 milhões de moradias nessa situação.

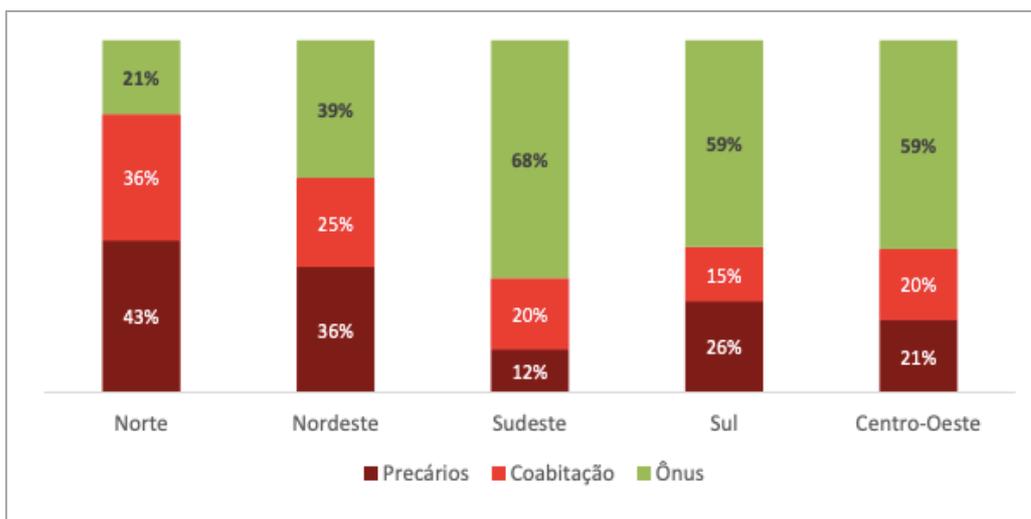
Comparando dados de 2016 com dados de 2019 (Gráficos 1 e 2), a pesquisa aponta alterações, ainda que leves, nos componentes qualitativos do déficit. Enquanto os dados de coabitação declinaram, houve um crescimento nos números de habitação precária e de gasto excessivo com aluguel no espaço urbano, principalmente na região sudeste do país.

Gráfico 1: Composição do déficit habitacional segundo regiões geográficas (Brasil, 2016)



Fonte: Elaboração da FJP (2021, p.24) com dados do IBGE

Gráfico 2: Composição do déficit habitacional segundo regiões geográficas
(Brasil, 2019)



Fonte: Elaboração da FJP (2021, p.123) com dados do IBGE

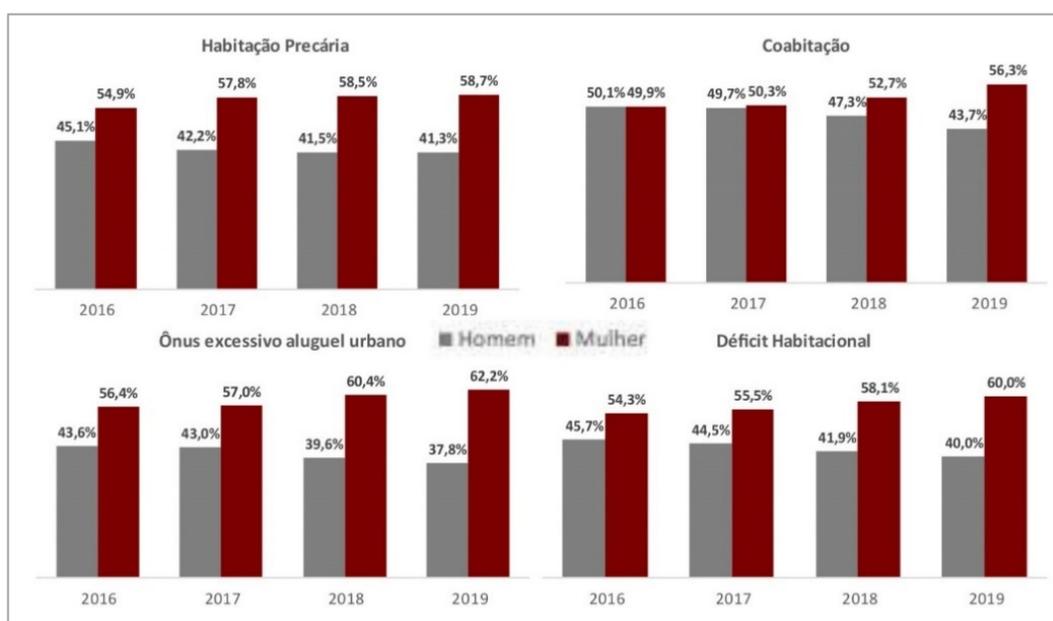
A concepção de déficit habitacional com a qual o estudo trabalha corresponde a um somatório de elementos que leva em conta tanto a inexistência de habitações quanto a inadequação das habitações existentes, ou seja, quando a habitação existe, mas é precária, carecendo de algum item básico, como água encanada ou luz elétrica, por exemplo. Esse entendimento que dialoga com o entendimento que Guilherme Boulos (2015) apresenta quando trata deste assunto. Segundo Boulos, existem dois modos de definir o déficit habitacional no caso brasileiro. O primeiro é o quantitativo e diz respeito ao número de famílias que não têm casa ou de casas que faltam para garantir que toda a população tenha o direito à moradia digna. O outro é o qualitativo, que trata do número de famílias que moram em situação precária ou inadequada (2015; p.31).

De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apenas em São Paulo, onde foi realizado o trabalho de campo para esta pesquisa, pensando nos números referentes ao município, em 2019, seriam necessárias 474 mil moradias para zerar o déficit habitacional. Se for considerada toda a Região Metropolitana de São Paulo, esse número chega a 1,8 milhões, o que representa 11% da população.¹⁸

¹⁸ Dados disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/sao-paulo-tem-deficit-de-474-mil-moradias-diz-estudo.shtml#:~:text=O%20estado%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,populares%20para%20zerar%20esse%20%C3%ADndice>. Acesso em: 24 de jan. 2021.

Pesquisadores do LabCidade (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), apresentaram, no início de 2021, uma análise que destaca as mudanças qualitativas observadas em alguns dos indicadores ao longo dos quatro anos de abrangência da pesquisa (2016-2019)¹⁹. Essas mudanças, de acordo com o grupo, estão relacionadas com a existência de transformações importantes nas dinâmicas urbanas e na caracterização da questão habitacional. Os dados da pesquisa da Fundação João Pinheiro mostram que já há alguns anos as mulheres compõem a maior parte do déficit habitacional brasileiro e essa situação apresenta uma tendência de aumento. Fala-se, portanto, em *feminização* do déficit habitacional.

Gráfico 3: Participação segundo sexo do responsável pelo domicílio nos componentes e no déficit habitacional (Brasil, 2016-2019)



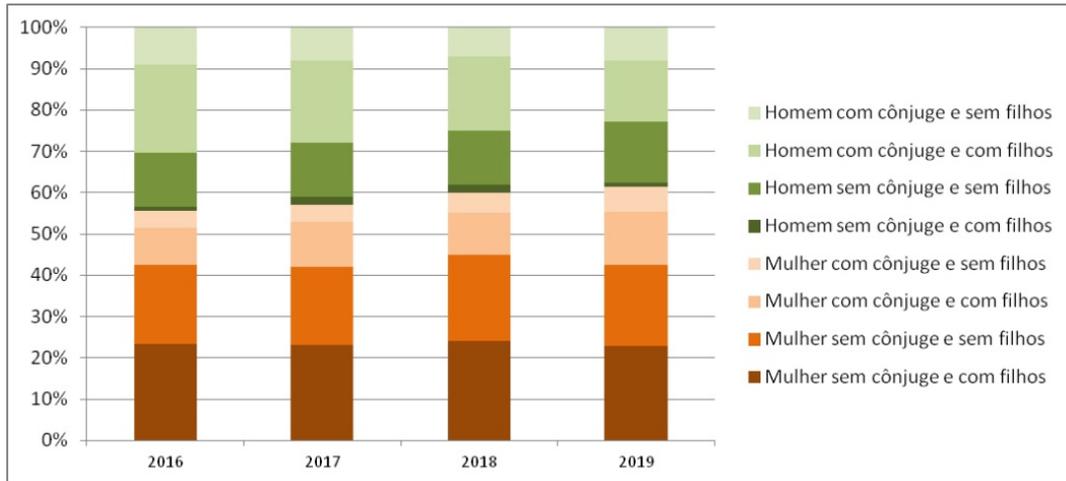
Fonte: Elaboração da FJP (2021, p.155) com dados do IBGE

Larissa Lacerda, Isadora Guerreiro e Paula Freire Santoro (2021) mostram que, no período da pesquisa, com base nos dados apresentados pela FJP, o déficit habitacional brasileiro foi basicamente feminino (Gráfico 3). Em 2016, o déficit habitacional brasileiro era composto por 54,3% de mulheres, enquanto os homens representavam 45,7% desse percentual. Em 2019, o número de mulheres nessa

¹⁹ Com informações de <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>. Acesso em: 1 de set. 2021.

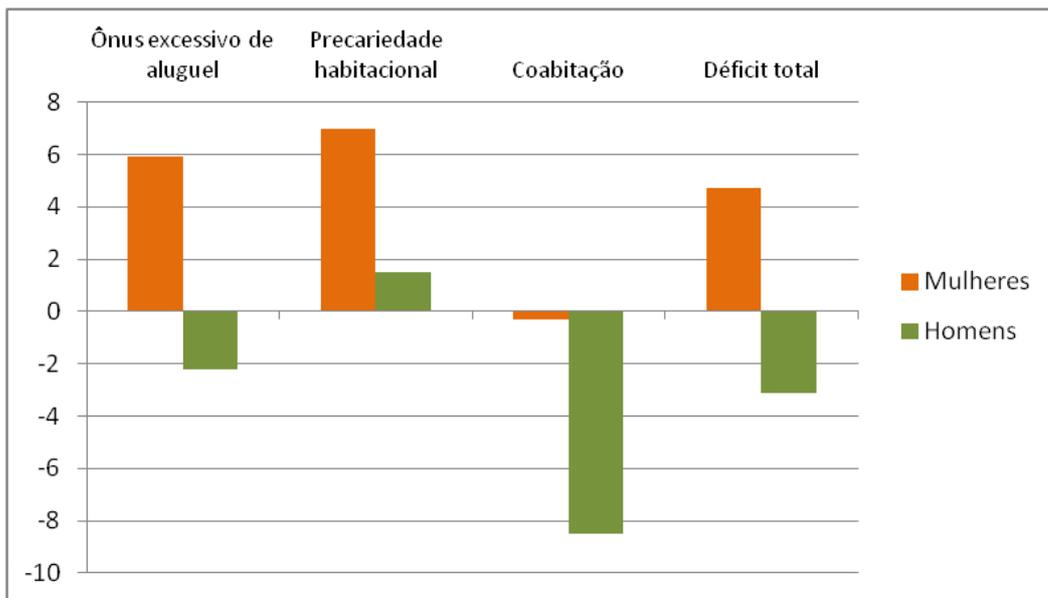
situação chegou a 60%, enquanto o de homens caiu para 40%. Uma tendência que se confirma, como mostram os números, inclusive se olharmos para a pesquisa a partir do recorte por categorias - habitação precária, coabitação e ônus excessivo com aluguel (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4: Participação dos arranjos familiares no indicador ônus excessivo de aluguel (Brasil, 2016-2019)



Fonte: Elaboração LabCidade com dados da FJP (2021)

Gráfico 5: Taxa de crescimento médio geométrico ao ano do déficit habitacional, por indicador e total (Brasil, 2016-2019)



Fonte: Elaboração LabCidade com dados da FJP (2021)

O Gráfico 4 mostra um crescimento do número de mulheres que são referência como responsáveis pelos domicílios que estão em situação de ônus excessivo de aluguel. Ou seja, que gastam mais do que poderiam de acordo com o que recebem. Entre as mulheres, a taxa de crescimento médio geométrico ao ano é de 5,9%, enquanto entre os homens foi verificada uma redução de 2,2%. A situação não se altera muito quando o indicador é a precariedade: entre as mulheres, houve uma taxa de crescimento de 7% ao ano, enquanto entre os homens foi de apenas 1,5%. No indicador de coabitação, houve redução para os dois grupos, mas a disparidade é considerável se considerarmos que para os homens a redução foi de 8,5% ao ano e para as mulheres de 0,3%. Somados os índices relativos a todos os indicadores, a pesquisa conclui que houve um crescimento de 4,7 % do déficit habitacional total entre domicílios que tem mulheres “chefes de família”, enquanto nas casas cujo responsável é um homem houve uma redução de 3,1 % ao ano, como mostra Gráfico 5.

A análise de Lacerda et al (2012) destaca que existem alguns fatores que podem embasar esses números que vão desde mudanças nas características demográficas e nos arranjos familiares, até a reprodução histórica de violências de gênero que atravessam as trajetórias de vida de mulheres. Menos da metade da população vive, hoje, sob uma composição *heteronormativa* de família, ou seja, uma família composta por mulher, homem e filhos. Desde 1960, o perfil de família que mais cresce é o *monoparental com filhos*, principalmente quando olhamos para as famílias de mães com filhos: em 2018, eram mais de 11 milhões de mães solas no país. Considerando as variáveis de gênero e raça, a pesquisa aponta que dessas 11 milhões, 61% são mulheres negras e mais da metade destas se encontra abaixo da linha da pobreza. Ou seja, para além da desigualdade entre homens e mulheres, há ainda a desigualdade entre mulheres brancas e mulheres negras.

Essa tendência é reforçada ainda mais por dados sobre o mercado de trabalho que evidenciam a disparidade entre os salários de homens e mulheres; e entre mulheres de diferentes etnias. Enquanto as mulheres ganham salários mais baixos do que os homens, mulheres negras ganham salários absolutamente baixos. Nesse contexto socioeconômico, as mulheres, principalmente as mulheres negras, que são responsáveis pelas famílias, se dividem entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, e mesmo assim é comum não conseguirem arcar com os custos da moradia. Não são proprietárias por diversas razões, inclusive históricas e culturais, e se veem

diante de um mercado imobiliário com aluguéis cada vez mais altos. A valorização dos imóveis é desproporcional se considerada a crise do mercado de trabalho e a precarização.

Esse tipo de análise qualitativa dos dados é especialmente importante para este estudo dado que o objeto aqui analisado tem como questão central a expressiva e forte presença das mulheres nos movimentos de luta por moradia, como aparecerá mais adiante neste trabalho. O caráter feminino da pobreza, em especial aqui do déficit de habitação é uma das diversas formas de desrespeito às quais as mulheres são submetidas. No caso da negação do direito à moradia, são experimentados pelas mulheres desrespeitos da ordem material e da ordem simbólica. Se recorrermos às chaves de análise propostas por Honneth e Fraser ao pensar em políticas de reconhecimento e redistribuição como forma de alcançar a justiça social, seria possível concluir, como farei mais adiante nesta tese, que, no caso da questão da moradia no Brasil, essas duas dimensões são indissociáveis.

A persistência dos altos índices do déficit habitacional brasileiro se deve, ao menos em parte, ao fato de que os projetos políticos do Estado brasileiro para a questão da habitação foram e seguem sendo poucos e insuficientes. De maneira geral, a forma como são elaborados desde sempre, independente de governo, tem em vista a manutenção do privilégio da lógica de mercado e não o atendimento à demanda da população de menor renda. E isso acontece porque, de maneira persistente, a moradia é vista pelos governos como uma mercadoria a ser adquirida e não como um direito a ser garantido, apesar dos dispositivos legais que foram sendo conquistados ao longo do tempo.

Durante a Ditadura Militar (1964-1984/85), foi criado o primeiro programa habitacional. Seu financiamento se dava principalmente através do Fundo de Garantia por Tempos Serviço (FGTS), gerido pelo Banco Nacional da Habitação, que, ademais, controlava todo o sistema financeiro da habitação. Injusto, o programa beneficiou muito mais a classe média, destinatária de 3/4 dos 5 milhões de casas construídas, enquanto a imensa maioria da população, com renda de até 5 salários-mínimos ficou com 25% das habitações financiadas pelo BNH.

Na década de 1980, como aponta Maricato (2014), o investimento em habitação social foi quase nulo e a taxa de crescimento da população moradora de favelas triplicou em relação à população urbana. Em 1988, a nova Constituição aprovada estabelece marcos importantes para a compreensão da moradia enquanto

questão pública. O texto, em seu artigo 6º, colocava, finalmente a moradia como um direito social a ser garantido pelo Estado: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”²⁰. Além disso, outros artigos também consideravam o tema. O art. 182, por exemplo, estabeleceu como objetivo da política de desenvolvimento urbano a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988). A Constituição marca o início do uso da noção de *função social*, presente no imaginário rural desde a publicação do Estatuto da Terra, para o espaço das cidades.

No ano de 2001, outro esforço foi feito como forma de regular o uso da propriedade urbana *em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental*. Foi elaborada a Lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade e que é, até hoje, tido como uma das leis urbanísticas mais avançadas do planeta. (Maricato, 2009)

A Lei n. 11.124, em 2005, criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselhos Gestos do Fundo. Um dos objetivos desse processo era a viabilização do acesso à habitação digna e sustentável por parte da população de menor renda. Em 2008, ainda durante o governo Lula, foi criado o programa *Minha Casa, Minha Vida* (Lei n. 11.977), que seria implementado a partir do ano de 2009. Em seu texto original, o programa se propõe a criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 salários-mínimos que residam em qualquer município do país²¹. Nessa primeira fase, meta era a construção de um milhão de habitações no triênio 2009/2011, distribuídas por faixas de renda²². Destacam-se aqui as condições destinadas à população da chamada Faixa 1, que corresponde aos que recebem de 0 a 3 salários-mínimos

Houve avanços, mas, por se tratar de um programa criado no contexto dos efeitos da crise econômica que atingiu o mundo em 2008, o *Minha Casa Minha*

²⁰ BRASIL, 1988, p. 6

²¹ BRASIL, 2010. Lei n. 11.977.

²² As faixas de renda são definidas a partir dos rendimentos familiares per capita com base no valor do salário-mínimo referente ao período.

Vida encontrou dificuldades para manter seu caráter de projeto urbanístico de enfrentamento ao déficit habitacional por conta do seu condicionamento aos fatores econômicos e macroestruturais. A política se estendeu pelo governo de Dilma Rousseff e, a partir da segunda fase, a meta de um milhão de habitações foi dobrada. Até 2014, dois milhões de moradias deveriam ser construídas, sendo que 60% dessas unidades seriam destinadas às famílias com menor faixa de renda (Silva Ramos e Agye, 2016).

No ano de 2012, no dia 8 de março, a Medida Provisória n.561 foi editada e estabeleceu, entre outras coisas, que em casos de dissolução de casamento ou união estável, a titularidade dos imóveis adquiridos com subvenção do programa MCMV seria dada à mulher²³. Essa mudança, ainda que limitada, representou um marco na garantia de direitos às mulheres.

Após o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, em 2016, assume o governo Michel Temer e o programa estava praticamente paralisado. Em junho, militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) ocuparam uma parte da Avenida Paulista, a principal via da cidade de São Paulo, em frente ao escritório da Presidência da República. A principal demanda do movimento era a retomada imediata da contratação de financiamentos de moradia do *Minha Casa, Minha Vida* na chamada Faixa 1, que incluía as famílias com renda entre R\$ 0,00 e R\$ 1.800,00. Depois de mais de 20 dias, o governo cedeu à reivindicação.

Enquanto isso, o déficit habitacional cresce. Como consequência da realização dos megaeventos nos anos de 2014, em 12 cidades do país, e 2016, no Rio de Janeiro, as cidades seguem pagando a conta em parcelas de precarização e *espoliação*, para usar a ideia de Kowarick (1994). Somente na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2009 e 2013, aproximadamente 67 mil pessoas foram removidas de suas casas e bairros sob o pretexto de inadequação dos locais onde moravam.

O atual presidente, Jair Bolsonaro, eleito em 2018, decidiu pelo fim do *Minha Casa, Minha Vida* e pela criação do programa *Minha Casa Verde e Amarela*. Em nota divulgada no dia 13/1/2021, o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) afirma que a proposta “representa um retrocesso e a retomada do tratamento da questão habitacional apenas pelo viés do crédito”. Da forma como o

²³ Exceto nos casos em que o casal tenha filhos e a guarda seja exclusivamente do marido.

projeto foi elaborado, parte significativa dos que compõem a demanda por habitação ficam excluídos dado que, por serem uma população extremamente pauperizada (a Faixa 1, apresentada acima), precisam de mais do que apenas crédito para ter acesso à possibilidade de compra de uma moradia.

A crise atual (2020-2022), causada pela pandemia da Covid-19 aprofundou ainda mais a que já vivíamos e, além disso, expôs as vulnerabilidades da ordem capitalista. No que diz respeito à moradia, milhões de pessoas não tiveram condições de atender à recomendação básica de ficar em casa – pelo menos não com qualidade – em todo o país. Na cidade de São Paulo, por exemplo, dados da Secretaria Municipal de Habitação mostram um deslocamento considerável de famílias para habitações precárias em áreas de favela. No fim de 2019, de acordo com os números, havia 373 mil famílias vivendo em moradias distribuídas em mais de 1.700 favelas. No ano de 2021, esse número passou para 391.339 mil famílias em 1.733 favelas.

Para concluir esta parte, cabe apontar que não é apenas na ausência ou na insuficiência de políticas públicas que o Estado se faz presente como agente de reforço da segregação espacial. Existem outras medidas que ilustram a forma como a institucionalidade, em diferentes níveis, acredita que devem ser tratados os que moram nas ruas, favelas e periferias das cidades brasileiras. É o caso dos muros erguidos em torno das favelas no Rio de Janeiro; da forma diferenciada com que as pessoas são tratadas pela polícia nas diferentes zonas das cidades; a construção, em São Paulo, de rampas no meio das calçadas para evitar que moradores de rua possam dormir embaixo de viadutos, – as “rampas antimendigos”; entre outros. Ações que, como podemos concluir, aprofundam as contradições da questão social brasileira na atualidade e reforça a dualidade entre a cidade os ricos e a cidade dos pobres; ou entre a cidade legal e a cidade ilegal (Bonduki, 2010).

Por outro lado, essa situação de desigualdade exposta pelos números do déficit habitacional e o caráter deficiente das políticas públicas e as ações veladas de reforço da exclusão não caminham sem nenhum tipo de resistência. Mesmo diante das formas persistentes da desigualdade brasileira, a construção social da cidadania brasileira inclui a insurgência de movimentos sociais principalmente com o fim da ditadura militar, como destaca Angela Paiva (2021).

2.3

A emergência e o papel dos movimentos sociais

A história da luta em torno da pauta da moradia no Brasil pode nos levar de volta às décadas de 1930 e 1940 quanto, no período pós-segunda guerra mundial, diversos grupos começaram a se mobilizar contra a carência de habitação popular e de classe média no contexto urbano (Bonduki, 1994). Mas enquanto reivindicação de movimentos sociais, mantereí o foco aqui em períodos um pouco mais recentes.

A década de 1970 marcou o surgimento, ou ressurgimento, de vários movimentos sociais que, ainda que de maneira um pouco isolada, estavam na luta. Depois dos anos iniciais da Ditadura Militar e influenciados pelos movimentos que se espalhavam pelos Estados Unidos e pela Europa, alguns grupos começaram a ensaiar uma reorganização. De acordo com Maria da Glória Gohn (1991), estes movimentos se dividiam entre movimentos de classe, sindicatos urbanos e rurais; com caráter de classe, camadas populares que se organizavam a partir dos seus locais de moradia e reivindicavam melhoras nos bens de consumo coletivo e infraestrutura urbana, como saúde, habitação, transportes, dentre outros; e movimentos sociais com problemáticas específicas sem serem de classe, como os movimentos feministas, negros, homossexuais, pacifistas, entre outros.

É nos anos 1980, por conta das mudanças na conjuntura que se apresentava, que os movimentos sociais se transformam. Vários movimentos dão o que Gohn classifica como “salto qualitativo” e passam das lutas isoladas para formas agregadas mais amplas de reivindicação das demandas populares. Como pontua Angela Paiva (2018, 2021), com as mudanças no campo político e a emergência da sociedade civil, movimentos sociais organizados ou reorganizados passaram a atuar também na denúncia das desigualdades estruturais do acordo societário do país e a ter a reivindicação de direitos como chave central da nova cultura política. Um processo que, de acordo com a autora, está relacionado com a necessidade de reconhecimento da desigualdade estrutural brasileira como ponto central da questão social e que passou a ser enfrentada a partir do aparecimento de “novas dinâmicas sociais, numa demonstração de revitalização da sociedade civil” (2021; p. 41).

Essas novas dinâmicas e formas passaram a denunciar todos os déficits de direitos de maneira organizada e requer mudanças em várias dimensões, como destaca Paiva. Na dimensão política, havia a necessidade de novas leis para

proteção dos grupos que haviam sido deixados à margem do acordo social; na dimensão legal, era preciso alcançar um ordenamento jurídico que garantisse o reconhecimento da igual dignidade para todos os membros da comunidade sociopolítica, assim como a implementação das leis mais justas e redistributivas; na esfera econômica, era urgente a elaboração e implementação de políticas públicas que fossem capazes de mitigar os padrões estruturais da desigualdade social; e na dimensão cultural era necessário o entendimento de que a ideia de universalidade dos direitos iguais devia ser acompanhada do respeito às diferenças de classe, gênero, etnia, religião ou regionais, fossem diferenças materiais ou imateriais (Paiva, 2021; p. 46).

Ao longo dos anos 1990, consolidou-se um regime democrático no país baseado no voto secreto e universal, competição partidária, alternância de dos cargos legislativos e executivos, entre outros aspectos. Ainda que muitas críticas à forma de gestão da democracia possam ser feitas, Kowarick aponta que, em comparação com os anos interiores, não é possível dizer que nesse período tenha havido déficit de democracia no país. O mesmo, ressalva o autor, não pode ser dito sobre o campo dos direitos, principalmente com relação à igualdade de todos perante a lei; o direito à garantia da integridade física e, claro dos direitos sociais, dentre os quais figura o direito à moradia (2009; p. 67).

Esse cenário social de negação de direitos, a despeito do surgimento de novos movimentos organizados, tornou-se ainda pior com o avanço da adoção de políticas neoliberais, conforme pondera Paiva sobre os anos 1990:

É um momento paradoxal, quando novos sujeitos surgem em movimentos e organizações demandando direitos até então negados ou invisibilizados, e quando há um compromisso neoliberal por parte do Estado que limite a efetivação dos direitos sociais. (2011; p. 199)

Ainda assim, é fato que nesse período se constituía no cotidiano um esforço comum de atuação política de movimentos sociais, principalmente a partir das novas orientações normativas que se conformavam com a Assembleia Constituinte de 1988. Ilse Scherer-Warren (1993) destaca a importância dos fóruns, redes e encontros de organizações que passaram a acontecer e se consolidaram nesse período. No campo da luta pela moradia, algumas articulações que reuniram diferentes movimentos em torno do esforço para reconhecimento da moradia

enquanto direito começaram a surgir. Destaco aqui duas delas: ainda durante a Constituinte, a articulação do Fórum Nacional da Reforma Urbana, a partir de 1987, já no contexto da formulação de uma proposta política para a Assembleia Constituinte de 1988, que, como já colocado, estabeleceu a moradia como um direito social equiparado à saúde, educação, entre outros. Já no período pós anos 2000, surge a Resistência Urbana, outra articulação de movimentos populares “pela reforma urbana e direitos dos trabalhadores nas cidades”. O Fórum reunia em sua coordenação movimentos como o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) e a União Nacional por Moradia Popular (UNIÃO), entre outros. Já a Resistência reunia o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST), o Movimento Urbano Sem-teto de São José dos Campos, o Movimento Sem-teto da Bahia (MSTB), Movimento Popular por Moradia e mais alguns.

Embora esta pesquisa se debruce apenas sobre um dos movimentos, o MTST, que apresento no capítulo a seguir, enuncio a seguir alguns movimentos que considero importantes para registrar a riqueza e a diversidade dessa luta pela moradia. Direito que é conquistado, historicamente, através da ação coletiva direta por meio de manifestações públicas, ocupações, protestos contra despejos e por meio de articulações institucionais que exigem e incidem sobre legislações e projetos públicos. São, de maneira geral, movimentos que tem como bandeira principal a luta pelo direito à habitação digna, mas que também se colocam contra o modelo capitalista de cidade e as desigualdades sociais. A continuidade da exclusão social significa a permanência da falta de moradia digna e dessa forma precisa ser combatida. Além dos já citados, cabe mencionar também outros que existem até hoje, como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), União de Movimentos por Moradia, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), a Central de Movimentos Populares (CMP), entre inúmeros outros. Todos se encaixam no que Gohn (2010) chama de eixo dos movimentos que se organizam em torno da questão urbana pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade, reivindicação incontornável dos movimentos das contemporaneidades.

2.4

Da espoliação à ação

Como colocado no início do capítulo, os eixos abordados ao longo dessas primeiras páginas buscam construir um quadro sucinto com alguns aspectos sobre questão da moradia no Brasil. Das origens do problema social até alguns números atuais, é possível começar a compreender o contexto no qual surge o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST). Nas próximas páginas, contexto e história do movimento se misturam. A forma como a questão da moradia se conformou como um problema estrutural da desigualdade social brasileira em meio ao tipo de desenvolvimento urbano existente nas cidades faz com que a demanda por moradia ao invés de diminuir com o tempo, apenas aumente. Inclusive porque, como já apontado, as políticas públicas são construídas a partir de pressupostos outros que não a garantia de fato do acesso à moradia às camadas mais pobres da população.

O MTST, como veremos a seguir, assim como outros movimentos de luta por moradia, se forma a partir do cruzamento das forças estruturais e conjunturais que foram aqui apresentadas. Uma necessidade social em um contexto de oportunidade política e que se consolida porque é capaz de, na sua prática política, fazer existir mais do que a luta por uma pauta objetiva. Uma luta atravessada pelas dimensões destacadas por Paiva (2021) como características da emergência da pauta dos direitos e que incluía transformações legais e culturais.

Expostos os contextos e condições para a emergência da luta do movimento, que podemos chamar de nível macro, passo, a seguir, para um nível que vou classificar aqui como intermediário antes de chegar ao micro que, apesar de ser assim chamado, é o mais rico e extenso desse trabalho. Se tomarmos como referência a proposta de Alberto Melucci (1989) para estudo dos movimentos sociais enquanto sistemas de ação, pode-se considerar que no próximo capítulo é o caminho que conecta a análise do *porquê* os movimentos se organizam com a análise de *como* o fazem. O caminho que trilho, nesse sentido, segue da esfera da estrutura para a do sujeito, compreendendo que é para pensar os movimentos sociais como uma forma da sociedade produzir a si mesma, ou seja, é preciso ir além das condições que geram um determinado conflito para compreender de que forma os sujeitos o sentem e qual sentido que a assumem em suas vidas.

3.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)

Imagem 1: Bandeira do MTST fincada no terreno de uma Ocupação



Fonte: Valter Campanato - Agência Brasil

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a partir do seu *chão de barro*, é o espaço onde estão localizadas as dimensões, sujeitos, práticas e relações que compõem o argumento desta tese. Tudo o que se faz possível e que é apresentado nos próximos capítulos assim o é por conta da existência do movimento, da forma como se organiza, de quem o compõe. Neste capítulo, portanto, apresento de forma mais detalhada o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) a partir de sua história oficial e mais difundida. As fontes aqui utilizadas são, principalmente, pesquisas realizadas anteriormente, documentos oficiais do movimento e livros publicados por militantes que, de maneira orgânica, se puseram a pensar e escrever sobre sua constituição e ação. Começo pelas bases da gênese histórica do movimento a partir de dimensões objetivas e relacionais do processo de sua formação. Em seguida, descrevo algumas etapas que são destacadas pelos militantes como marcos do processo de consolidação do movimento e que culmina na publicação da Cartilha do Militante, no ano de 2005, a partir da qual apresento e analiso as bases da estrutura organizacional adotada. Depois proponho uma reflexão sobre quem são os sem-teto que compõem a base social do movimento. Por fim, chego no *chão de barro* das Ocupações, ação mais característica do movimento, para, de maneira objetiva, demonstrar o que são, como

se formam e organizam. Três histórias de Ocupações na cidade de São Paulo ilustram essa parte, momento a partir do qual o que antes considerei como fontes oficiais começam a dar lugar para os depoimentos obtidos nas entrevistas com mulheres do movimento que serão a base da narrativa dos capítulos seguintes.

O objetivo deste capítulo é apresentar, antes de me aprofundar no terreno do que constitui o cotidiano da luta política do movimento, do que se trata esse movimento de grandes proporções que atua em dezenas de cidades do país e organiza centenas de milhares de pessoas. Esta não é uma tarefa fácil, é verdade, dado que no processo de pesquisa é comum se deparar com informações imprecisas ou desconstruídas. Mas talvez por isso seja ainda mais importante. Parto da ideia de três níveis de ação dos movimentos sociais pontuados por Alain Touraine (1973) - a saber, o nível da organização, o da historicidade, e o político/institucional - para, neste capítulo, debruçar-me em aspectos que se dão no nível da organização e que constituem o processo de formação e orientação em torno de uma pauta específica comum. Um nível analítico que, voltando a Melucci (1988), não pode ser ignorado dado que o modo como os atores constituem a sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e condições sistêmicas.

3.1

Nasce o MTST: os primeiros passos do campo à cidade

O Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) é um movimento social popular urbano que está organizado territorialmente em espaços periféricos e vulneráveis em centenas de cidades brasileiras. Como eles mesmo se definem: “um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem”²⁴. Sua formação data de 1997 e, entre fluxos e refluxos, é hoje o maior movimento social urbano do país. Em 2022, o movimento está presente em onze estados do Brasil e estima-se que mais de 50 mil famílias façam parte de sua base social, divididas entre as ocupações, acampamentos e núcleos comunitários. Sua atuação vai além da luta pela moradia e o movimento participa de ações e mobilizações

²⁴ MTST. Cartilha do Militante. Disponível em: https://issuu.com/mtsemtego/docs/mtst_cartilha/11. Acesso em: 9 ago. 2021.

sobre outras pautas relativas à vida dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos. Entre os militantes, estão gente da classe trabalhadora brasileira, sobretudo os excluídos do mercado de trabalho formal e obrigados a viver na informalidade e na precariedade.

Ao tratar do que chama de “crise urbana”, Maricato (2015) afirma que desde o final dos anos 1970, os movimentos sociais urbanos já despontavam como resposta às altas taxas de desemprego nas regiões metropolitanas, precarização do trabalho e carência de moradias. Mas foi em fins da década de 1990, com o avanço da urbanização e a difícil conjuntura de instabilidade econômica, que um esforço de ampliação das ações que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) desempenhava no campo fez com que começasse a surgir, no espaço das cidades, um movimento social organizado de luta pela moradia. Apesar das controvérsias sobre a ligação entre os dois movimentos na gênese do MTST, as origens dessa história, é consenso, estão na luta dos trabalhadores do campo e no deslocamento de alguns de seus quadros e de seu repertório de ação para as cidades. As condições socioeconômicas do país eram péssimas, com grandes índices de desemprego, alta da inflação, um salário-mínimo insuficiente até mesmo para comprar uma cesta básica. O custo de vida, principalmente em relação ao poder aquisitivo da população, era altíssimo o que tinha como consequência óbvia um agravamento do problema da moradia²⁵.

Em Campinas, onde as atividades conjuntas entre militantes do MST e trabalhadores da cidade tiveram início, de acordo com Débora Goulart (2011), em 1999, 16,76% da população da cidade vivia em habitações precárias. Alguns em Ocupações e outros muitos eram moradores de favelas. A necessidade básica de ter um local de moradia gerava ocupações de terrenos vazios e abandonados por grupos de trabalhadores, uma forma ação passível de ser classificada como forma espontânea de luta pela sobrevivência. Da compreensão de que era necessário organizar esses trabalhadores em um movimento que se pautasse pela luta pelo direito à moradia digna no espaço urbano, surge o MTST.

Um dos marcos dessa junção, segundo relatos, foi a marcha de milhares de sem-terra e sem-teto do Parque Oziel de Campinas para São Paulo, quando militantes do campo e da cidade marcharam lado a lado. O MST já realizava,

²⁵ Digo agravamento porque, como colocado no capítulo anterior, a moradia é um problema para os mais pobres desde muito antes.

anualmente, uma marcha com milhares de militantes para pressionar o governo federal por avanços nas políticas de reforma agrária. No ano de 1997, o povo que começava a se organizar nas cidades se uniu aos camponeses para juntos exigirem reforma agrária e reforma urbana. O Parque Oziel²⁶, que atualmente é um bairro da cidade, era na época a maior Ocupação da região. Na mesma época, aconteceram também a Ocupação San Martin, com cerca de 3.500 famílias; o Jardim Campo Belo, com um pouco mais famílias do que a primeira; a Eldorado dos Carajás, com 650 famílias; a Ocupação Carlos Marighella, com cerca de 200 (Goulart, 2011). O cenário entre elas era de muita diversidade e a complexidade da vida urbana, como pontuam Simões, Campos e Rafael (2017) causaram grandes dificuldades para aqueles que estavam empenhados na construção do MTST.

3.2

Fluxos e refluxos no processo de consolidação do movimento

Como apontado anteriormente, os processos de *gentrificação* e especulação imobiliária, inerentes ao capitalismo, são responsáveis pela negação do direito à cidade à grande parte da população urbana. Ainda que a realidade de falta de moradia e a prática de ocupar terrenos vazios já existisse, alcançar a mobilização coletiva organizada em torno de uma luta pelo direito de morar, no entanto, não é um desdobramento natural dos problemas estruturais do modelo de urbanização. Demanda esforço coletivo daqueles que enxergam na luta uma possibilidade mais do que uma necessidade. As condições objetivas influem e representam oportunidades para que os haja a mobilização, mas apenas isso não é suficiente. Para além da existência de uma situação de desrespeito, violência ou privação, para que haja luta por mudanças no *status quo*, é preciso que as pessoas percebam a situação como injusta, como algo que precisa ser resolvido. O processo de consolidação do MTST enquanto um movimento social que mobiliza milhares de pessoas a nível nacional, inclusive, demandou mais do que a existência de um contexto de desigualdade social estrutural e histórico déficit habitacional, como expostos no Capítulo 2.

²⁶ A Ocupação é batizada Parque Oziel, em homenagem a Oziel Alves Pereira, o mais jovem entre os trabalhadores rurais assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás pela polícia militar paraense, um ano antes.

Os primeiros anos do Século XXI foram muito importantes para o amadurecimento das lutas urbanas como um todo e para a configuração do MTST a partir de características próprias no que diz respeito à sua estrutura e à organização dos acampamentos em áreas urbanas, como aponta Goulart (2011). Depois das primeiras ações em Campinas, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Norte registraram ações do movimento, ainda que nem sempre com organicidade. Foi gradualmente que o movimento foi deslocando militantes para outras cidades para acompanhar ações, observar experiências e agregar conhecimento à luta por moradia. E, dessa maneira, construindo *frames* (Goffman, 2012), ou enquadramentos, indispensáveis ao processo de consolidação. Os *frames*, como colocado por Alonso, Costa e Maciel (2007), desempenham uma função interpretativa da realidade social e, enquanto instrumentos cognitivos, ajudam as pessoas a questionarem uma situação social que até então não parecia problemática e transformar descontentamento em mobilização.

A partir de experiências do movimento em São Paulo, principalmente na Região Metropolitana (Grande São Paulo), que o MTST viria a se firmar como um movimento popular nacionalmente conhecido. Em 2001, o movimento ocupou um terreno na periferia de Guarulhos e criou a Ocupação Anita Garibaldi com a participação de mais de 2.000 famílias (Goulart, 2011). Em 2003, é feita, em São Bernardo do Campo, a Ocupação Santo Dias. A cada nova Ocupação, muitas famílias iam se agregando ao movimento, processo está em curso até hoje.

Simões, Campos e Rafael (2017) relatam que, em 2004, após a tentativa de ocupar um terreno dentro do município de São Paulo e ser reprimido e criminalizado sucessivas vezes, o movimento quase parou com suas ações. Os autores contam que a intervenção de um militante do movimento, chamado Silvério de Jesus, foi fundamental para que os sem-teto do MTST organizassem a Ocupação Chico Mendes, em Taboão da Serra (SP), que aconteceria em 2005, e que, junto com a Ocupação João Cândido, de 2007, são consideradas um “corte histórico” na trajetória do movimento.

Os anos seguintes seriam de retomada de ações fortes. Entre elas está a greve de fome realizada na frente da casa do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Considerada pelo próprio movimento como uma tática extrema de ação, a greve foi mantida durante três dias para pedir a intervenção do governo

federal contra uma ameaça de despejo à Ocupação Chico Mendes, que estava para ser executada.

A publicação da Cartilha do Militante do MTST, já citada aqui anteriormente, data do ano de 2005. Ela marca o estabelecimento dos princípios que deveriam nortear a luta política. Nesse momento, o movimento já tinha uma base social definida e clara, a população pobre das periferias das grandes e médias cidades, e um projeto político público de transformação social a partir da reivindicação do direito à moradia e da reforma urbana. De acordo com o texto, o objetivo específico do movimento é a garantia do direito à moradia digna para todos, conforme previsto na Constituição de 1988. Já o objetivo geral é o combate a um modelo de cidade capitalista que joga os mais pobres para regiões cada vez mais distantes do centro, deslocando-os para locais sem condições mínimas, ou pouquíssimas, de infraestrutura, vida cultural ou vida social:

Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos.²⁷

Os comuns e esperados avanços e retrocessos ao longo dos anos serviram para torná-lo mais coeso e focado no que dizia respeito à atuação da militância. Aprender a reconhecer que mesmo nas derrotas existem saldos organizativos importantes foi parte do processo de amadurecimento do movimento. Progressivamente, o movimento se estadualizou e se nacionalizou. Com o avanço no número de Ocupações, muitas experiências passaram a ser organizadas e vividas a partir dos territórios e não apenas em forma de manifestações de rua, ocupação de terrenos e prédios públicos ou os *trancaços*. A chegada de novos militantes, surgimento das cozinhas comunitárias, cursos de formação política e organizativa, entre outras ações cotidianas, passaram a compor a ação política do movimento.

Em 2008, o governo Lula lança o Programa Minha Casa, Minha Vida, que permaneceria em vigor até o ano de 2018, quando, como lembrado no Capítulo 2, foi substituído por outro programa. Desde o início da vigência do programa, o MTST, juntamente com outros movimentos de moradia, atuou intensamente na

²⁷ MTST. Cartilha do Militante. Disponível em: https://issuu.com/mtsemto/docs/mtst_cartilha/11. Acesso em: 9 ago. 2021.

pressão para que fosse um programa mais voltado a suprir a carência de moradias para as camadas mais pauperizadas da sociedade do que para o desenvolvimento de empresas empreiteiras e ampliação do crédito imobiliário. Essa atuação foi importante, entre outros, para que fosse criado, em 2009, o programa *Minha Casa Minha Vida Entidades*, que previa a concessão do financiamento público para gestão de grupos sociais organizados, como os movimentos sociais – assim como associações, cooperativas, sindicatos e outros –, que se responsabilizariam por todo o processo: desde a indicação de famílias da chamada Faixa 1 (com até R\$ 1.600 de renda), a pesquisa do terreno e até à entrega das chaves (Rizek, Amore e Camargo, 2014).

Os anos seguintes foram ainda mais intensos no que diz respeito à luta por cidades mais justas. Em junho de 2013, período que se convencionou chamar de Jornadas Junho, uma explosão social tomou conta das ruas de várias cidades brasileiras com pautas variadas, mas que em maior número, focavam em questões da vida urbana principalmente porque o país se preparava para receber os chamados megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), nos anos de 2014 e 2016. No bojo desse movimento, a luta pela moradia se intensificou, assim como a atuação do MTST. Ainda que muito estivesse em disputa durante aquelas manifestações, defendendo que o estopim foi uma pauta relacionada à problemática urbana, a proposta de aumento do preço da passagem de ônibus primeiro em São Paulo, depois no Rio de Janeiro. Isso fez com que o debate sobre a questão urbana, principalmente sobre o direito à cidade, se intensificasse. Sobre a conjuntura daquele momento, Guilherme Boulos (2014) comenta:

Aí vem junho de 2013 e mobilizações pelo país todo. Qual foi o recado deixado? Nossa avaliação, foi que, quando o povo se mobiliza e vai para as ruas, tem resultado. Afinal, a passagem baixou. A partir de julho e agosto, começaram a pipocar ocupações nas cidades brasileiras de forma espontânea. Não foram os movimentos que previram isso. Os movimentos foram levados, inclusive... Acontece que teve uma convulsão social e abriram-se comportas das ocupações. Só na cidade de São Paulo são mais de 100 ocupações de julho de 2013 para cá.

Nem todas essas 100 Ocupações às quais se refere Boulos são do MTST, mas, de acordo com os relatos dos militantes, o período pós-2013 é também o período no qual o movimento realiza o maior número de Ocupações organizadas e obtém o maior número de conquistas de terrenos para construção de moradias populares. A

condição de vida nas cidades, no contexto da realização dos megaeventos Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016) só fazia piorar e encarecer, o que tornou a organização e a luta ainda mais indispensáveis.

Em paralelo às Ocupações e demais ações de luta, as coordenações nacionais e estaduais do movimento, que por vezes são chamadas de direção, se empenharam ao longo dos anos em estabelecer um processo de diálogo com outros movimentos. Um dos objetivos era juntar movimentos populares urbanos que tivessem como princípio ação direta e autonomia com relação a partidos e governos, para formar uma articulação nacional: A Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos. Por meio de jornadas anuais de luta e combate ao modelo mercantil de cidade e reivindicando políticas públicas para habitação popular, a Resistências Urbana foi, por alguns anos, a principal rede de articulação e luta dos movimentos sociais urbanos. Para além da articulação da Resistência, o movimento tentou, em diferentes momentos, se colocar como um articulador do campo dos movimentos sociais e sindical do país, assim como estabelecer diálogo com os partidos de esquerda. Em seguida, no ano de 2015, foi criada a Frente Povo Sem Medo, da qual o movimento segue participando ativamente. A Frente foi criada com objetivo de organizar uma rede de sustentação para o governo da presidenta Dilma Rousseff, que seria destituída por um golpe no ano seguinte, e buscou também construir caminhos para a realização do que se convencionou chamar de reformas populares em constante troca com diferentes setores e sempre com foco na luta e na mobilização social.

No ano de 2018, Boulos, principal liderança do movimento, foi candidato à presidência pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Esse momento marcou o começo da entrada do MTST no partido de maneira organizada, o que, em 2020 e 2022, significaria um aumento de candidaturas orgânicas do movimento a diferentes cargos em disputa no pleito.

3.3

Princípios e estrutura organizacional

A organização é um elemento muito valorizado pelo MTST, o que se pode concluir pela análise dos textos e documentos e também pelas entrevistas e conversas realizadas com os militantes. Sobre a estrutura em si, Simões, Campos e

Rafael (2017) explicam que o MTST se define como um movimento que trabalha para organizar e sustentar a luta a partir de três tipos de coletivos que se subdividem em outras partes. São os Coletivos Políticos; Coletivos Organizativos; e Coletivos Territoriais. Dos Coletivos Políticos fazem parte as coordenações estaduais e a nacional, que têm a função de tomar as decisões políticas gerais do movimento local ou nacionalmente. Os Coletivos Organizativos, ou Setores, tomam decisões e executam tarefas necessárias para a construção do movimento. Os setores são: de formação política; de negociação; de organização; de autodefesa; de autossustentação e finanças; de comunicação; e de trabalho comunitário. Eles lidam diretamente com os Coletivos Territoriais. Estes, por sua vez, são as coordenações de Acampamentos e Ocupações e os núcleos e coordenações regionais que cuidam das decisões e organização do trabalho territorial do MTST, da base, definindo e realizando tarefas referentes ao seu território de atuação, seja uma Ocupação, um Núcleo ou uma região da cidade. E há a parcela mais numerosa do movimento: a base social, constituída pelos moradores das Ocupações em sua forma de acampamentos, os *acampados*. Apesar dos esforços das coordenações em envolver todos nas atividades e dinâmicas propostas, nem todos os acampados são considerados ou mesmo se consideram militantes do movimento. Apenas se unem ao movimento para a luta em uma Ocupação específica e não criam vínculos para além dali. Outros se envolvem mais e, progressivamente vão circulando entre os lugares que compõem as Ocupações e se constituindo enquanto militantes do movimento.

De maneira geral, toda essa estrutura está baseada em alguns princípios que o movimento considera básicos e dos quais acreditam que não se pode prescindir. Conforme estabelecido na Cartilha do Militante, esses princípios são:

- 1) **Unidade na ação e liberdade na discussão:** Os militantes devem ter o direito de se posicionar e debater suas propostas nos coletivos em que fazem parte. Mas, uma vez definida a posição coletiva (por consenso ou voto), têm que atuar de acordo com ela.
- 2) **Decisão coletiva e responsabilidade individual:** As decisões no MTST são tomadas coletivamente: os militantes de cada coletivo devem participar da definição das linhas, posições políticas e dos planejamentos e avaliações. Mas, divididas as tarefas, o companheiro ou companheira que assumi-la tem a responsabilidade de realizá-la e prestar contas ao coletivo.
- 3) **Só decide quem atua:** Todo militante do MTST tem que participar de algum coletivo e assumir alguma tarefa. Só há espaço no movimento para aquele que

estiver comprometido com a execução das decisões tomadas, isto é, com alguma tarefa de construção.

4) **Disciplina militante e valores socialistas:** O militante do MTST precisa ser coerente em sua conduta com a proposta do movimento. Deve ser exemplo para o conjunto. Isso significa, também, não reproduzir as ideologias que combatemos: opressões, discriminações (machismo, racismo, homofobia etc.) e valores individualistas.

5) **Transparência nas relações:** É fundamental no MTST que as posições e diferenças sejam tratadas de forma clara e transparente. Assim também deve ser nossa relação com a base social do movimento. Entendemos que a transparência, ao lado do respeito às diferenças, é a melhor maneira de evitar os divisionismos tão frequentes nos movimentos.

6) **Construção de poder popular:** Este princípio se expressa em duas questões fundamentais: autonomia e formação política. Autonomia significa que as decisões do MTST são tomadas pelo MTST — sem interferência de qualquer outra organização ou do Estado. A formação política, como princípio, significa a proposta de formar continuamente militantes na base do movimento para assumir responsabilidades políticas e participar das decisões. Ou seja, o MTST deve ser conduzido pelos trabalhadores e trabalhadoras, e deve haver um esforço organizativo para preparar cada vez mais trabalhadores para dirigir a organização.²⁸

O cruzamento do padrão organizacional do MTST com os princípios elencados explicita questões relativas às dimensões de organização dos movimentos sociais que emergiram no período pós-anos 80. No caso do MTST, há uma dimensão instrumental, voltada para o propósito do movimento; e uma dimensão que pode ser chamada de experimental, que acontece no espaço das Ocupações por meio de pequenos grupos imersos na vida cotidiana. Ao analisar a organização dos movimentos sociais contemporâneos, Geoffrey Pleyers aponta que: “The way of organizing the movement thus assumes a crucial importance, because it also projects what could be another society” (2010; 43)²⁹. Ou seja, existem princípios e valores que precisam ser pressupostos para que a prática cotidiana se conforme de uma maneira distinta daquela que, fora do espaço do movimento, oprime sistematicamente aqueles que formam suas bases. No MTST, esses dois padrões organizacionais coexistem em diferentes níveis.

O movimento, por exemplo, não se reivindica enquanto um movimento horizontal. É, inclusive, comum ouvir das coordenadoras de Ocupação que elas consideram a existência de uma organização vertical como imprescindível para o bom andamento do cotidiano de um espaço que envolve milhares de pessoas. Mas

²⁸ Cartilha do Militante. Disponível em: https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha/11 Acesso em: 09 de ago. 2021.

²⁹ A forma de organizar o movimento assume importância crucial porque também projeta o que outra sociedade pode ser (tradução nossa).

há, tanto no que está posto no texto acima quanto no discurso dos militantes, a defesa e a valorização da existência de espaços de debate, construção e decisão coletiva a partir dos valores do movimento em diálogo com o que é vivido pelo coletivo. Ainda que não seja uma organização horizontal, nesse sentido, é uma organização que busca manter espaços para a prática democrática.

Ao colocar que “só decide quem luta”, o movimento chama atenção para a importância do compromisso e do comprometimento com o que está sendo construído. Isso significa participar das atividades que compõem o cotidiano da luta, mas também ter uma disciplina militante que seja incorporada às suas vidas. Não se trata apenas de construir a luta, mas de ter o compromisso em ser a luta. Isso vale tanto para as coordenações quanto para a base social dado que é uma premissa que propõe a adoção um modo de vida que seja coerente com os valores defendidos.

Enquanto movimento social que constrói a narrativa de que apenas a classe trabalhadora pode ser a responsável por sua própria emancipação, o MTST defende a importância de todos os que compõem a sua estrutura organizacional participarem de um processo de contínuo de formação política. De acordo com Marx (2011), as condições para a luta por mudanças sociais emergem à medida que os trabalhadores adquirem consciência de suas condições materiais e da exclusão provocada pelo capitalismo. É isso que, na sua concepção vai permitir ao movimento que siga existindo de maneira autônoma, pautando sua ação política nas experiências e ideias dos próprios sem-teto. Não obstante, disso depende também a manutenção da forma de organização do próprio movimento ao garantir que todos tenham habilidades e capacidades não apenas de cumprir diferentes tarefas, mas também de formular e expor suas ideias e opiniões políticas.

3.4

Quem são os sem-teto?

Quando falamos em “sem-teto” frequentemente há uma associação direta com pessoas que estão em situação de rua. O MTST e os muitos movimentos de luta por moradia que existem nos mostram que essa associação é insuficiente. Como visto com os números do déficit habitacional brasileiro no Capítulo 2, existe uma parcela considerável da sociedade que vive em casas precárias, áreas de risco, de favor em casa de terceiros ou ameaçados de despejo por não poderem arcar com os

altos custos de moradia, em várias áreas do país. Nesse sentido, sempre que me vejo diante da tarefa de pensar sobre *por que* e *como* os indivíduos se organizam na luta pelo direito à moradia, considero fundamental dedicar um espaço para pensar sobre *quem* são esses sujeitos e propor uma reflexão sobre quem são os sem-teto.

No caso do MTST, como em outros movimentos sociais, são trabalhadoras e trabalhadores que, por sua condição e classe social, se veem diante de uma série de limitações e enfrentam dificuldades estruturais para usufruir do direito à moradia, embora esse seja constitucionalmente assegurado, assim como outros direitos sociais. A maioria dos sem-teto, como destaca Boulos (2013), não está em situação de rua e trabalha, mesmo que, muitas vezes, na informalidade e sem direitos trabalhistas garantidos.

As pesquisas de Natália Oliveira (2010) e Débora Goulart (2011) mostram que o movimento organiza majoritariamente trabalhadores que não estão no chamado “mercado de trabalho formal” e são caracterizados como “trabalhadores por conta própria” ou mesmo desempregados. Não se trata de um grupo homogêneo e pré-definido, mas de uma massa diversa que compartilha algumas características que estão diretamente ligadas a questões estruturais e conjunturas políticas que condicionam a situação em que vivem e a forma como se inserem movimento. A população envolvida no movimento é bem diversa no que diz respeito à idade, gênero, profissões, renda e origem. Ainda que a principal bandeira seja a moradia, o movimento compreende que as privações sociais estão interligadas e que um perfil socioeconômico dos “sem-teto” pode ser construído a partir de múltiplas variáveis, como: renda, grau de instrução, acesso à saúde pública e aos transportes coletivos. O espaço urbano, as cidades, tornam-se, cada vez mais “fábricas de sem-teto” (Rafael, Simões e Campos, 2017) com o aprofundamento da crise da moradia e outros aspectos de declínio social.

De acordo com Jussara Basso, militante do MTST, os sem-teto são, de forma geral, famílias renda de até três salários-mínimos, trabalhadores precarizados e, principalmente, mães solteiras com mais de três filhos. As famílias que chegam nas Ocupações moram em regiões sem estrutura ou áreas de risco, de favor na casa de familiares ou amigos (coabitam), ou pagam um aluguel que compromete até 80%

de sua renda, tornando suas vidas inviáveis.³⁰ São aqueles indivíduos das classes mais baixas que sobrevivem em condições precárias e que encontram uma possibilidade de lutar para ter uma moradia digna. E, partir da prática da observação, é possível ver uma presença majoritária de mulheres negras.

Um estudo realizado em 2017 pelo DIEESE, MTST e CUT e intitulado “Teto e Trabalho: perfil e características de trabalho e moradia das famílias da Ocupação Povo Sem Medo”³¹ traz informações que merecem atenção e cujos dados aponto a seguir a título de ilustração do que compõe a base social do movimento. A pesquisa reuniu dados de 12.123 famílias que compunham o cadastro da Ocupação Povo Sem Medo, em São Bernardo do Campo (SP), totalizando cerca de 33.380 pessoas.

No que diz respeito ao sexo dos indivíduos, concluiu-se que a maioria são mulheres, 53,4%, enquanto os homens constituíam 46,6% da amostra. A maior participação das mulheres, ainda que sem dados científicos, é algo que é possível ser observado também em outras Ocupações – embora eu ouse dizer que, se considerarmos apenas a observação essa disparidade parece ainda maior. Fato é que o próprio movimento defende que a maior parte de sua base militante é composta por mulheres. Segundo dados de uma pesquisa realizada por um grupo ligado ao movimento e frequentemente relatada pelos militantes, no ano de 2014 elas representavam 70% do total dos militantes.

Quando relacionamos os atributos *sexo* e *faixas etárias*, é possível notar uma participação um pouco maior dos homens nas faixas de até 39 anos, e uma participação ligeiramente maior das mulheres nas faixas etárias acima dos 40 anos. Considerando as faixas etárias de maneira geral, 29,3% da população investigada tinha entre 31 e 50 anos, muito próximo do percentual observado na população total do estado de São Paulo (SP), com 30,5% de pessoas nesse intervalo. Na faixa etária de até 14 anos são 26,4% da amostragem, número maior do que a encontrada na população total de SP, que é de 18,8%. Os jovens de 15 a 24 anos constituem 19,9% da população da Ocupação, também representando uma participação maior do que

³⁰ Ocupação Vila Nova Palestina luta por moradia digna e direitos constitucionais Fonte: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-ocupacao-vila-nova-palestina-luta-por-moradia-digna-e-direitos-constitucionais/>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

³¹ Marcolino et al., 2017. Pesquisa disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Housing/InformalSettlements/IntersindicalDepartmentStatisticsBrasil.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2021

a verificada na população do estado de SP, que é de 15,3%. A população acima de 60 anos representa 3,5% dos ocupados.

Imagem 2: Ocupação Povo Sem Medo



Foto: Ricardo Stuckert

Já sobre o campo do trabalho, os resultados mostraram que a taxa de desemprego entre os ocupados em relação à População Economicamente Ativa (PEA) era de 41%. Esse é um percentual alto que se comparado com a taxa registrada em toda Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), corresponde a mais do que o dobro. Entre os assalariados, à época, 61,5% tinham carteira de trabalho assinada, enquanto o percentual na RMSP era de 82,2%. Todos os trabalhadores da Ocupação recebiam até três salários-mínimos e apenas 65,1% contribuía para o INSS. Diarista/trabalho doméstico; ajudante geral; auxiliar de limpeza; garçom; motorista; auxiliar administrativo; operador de máquinas; telemarketing; pedreiro; porteiro; vendedor ambulante; cozinheiro; e vigilante foram as ocupações mais citadas.

A conexão entre a *identidade sem-teto* e a *identidade trabalhador* é algo que aparece com frequência em textos, falas e ações do movimento. “Sem-tetos e trabalhadores, dois nomes para um sujeito”³², diz o texto que apresenta os dados da pesquisa acima. Se considerarmos os tipos de profissões apontadas pela pesquisa,

³² FREITAS, Carolina. 20 anos do MTST: um Formigueiro contra o neoliberalismo. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/20-anos-do-mtst-um-formigueiro-contra-o-neoliberalismo/>. Acesso em: 10 de jan. 2022

no que diz respeito ao lugar que os sem-teto ocupam no mundo do trabalho, é possível apontar que podem ser enquadrados na categoria de precariado, tal qual proposta por Ruy Braga (2012)³³. O precariado, segundo o autor, é uma parte do proletariado. É o que chama de *proletariado precarizado*. Essa classificação diz respeito àqueles que trabalham em situação degradante; aos jovens oriundos da classe trabalhadora que estão chegando no mercado de trabalho; grupos submetidos à situação de alta rotatividade porque não possuem muitas qualificações profissionais; aqueles que transitam da formalidade para a informalidade de acordo com a conjuntura do mercado de trabalho; e os desempregados de longo prazo. Estes, para o autor, seriam os setores da sociedade mais suscetíveis à espoliação de direitos sociais, sendo aqui possível retornar também à noção de espoliação urbana de Kowarick (1979; 2009), apresentada no Capítulo 2, para situar os indivíduos que lutam pelo direito à moradia no campo do precariado.

Ainda que a principal bandeira seja a moradia, como já colocado anteriormente, o movimento compreende que as privações sociais estão interligadas e que um perfil socioeconômico dos “sem-teto” pode ser construído a partir de múltiplas variáveis, como: renda, grau de instrução, acesso à saúde pública e aos transportes coletivos. O espaço urbano é, como previa a dialética marxista, ao mesmo tempo o lugar onde se experimenta a *espoliação* e onde pode ser observado um esforço para recomposição da ação política e dos sujeitos para luta social e transformação, por uma reforma urbana e por cidades mais justas.

Esses dados são o resultado de uma pesquisa que dá conta de uma amostra de uma Ocupação. Ou seja, é um recorte dentro de outro recorte e não nos fornece respostas definitivas sobre o movimento. Mas é um esforço representativo no sentido de ajudar a ilustrar o que outras pesquisas elaboradas em menor escala já apontaram anteriormente acerca do perfil dos militantes e que no percurso da realização deste estudo pôde, principalmente ao longo do trabalho de campo, ser igualmente ou parcialmente observado. Principalmente, ajuda a localizar a população sem-teto do movimento no espectro da sociedade brasileira de maneira geral. Enfim, são dois breves comentários sobre dados específicos do estudo que são de extrema relevância para a leitura e compreensão dos capítulos que se seguem a esse.

³³ Também presente em STANDING, Guy. O precariado - A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

3.5

As Ocupações

Por que ocupamos?³⁴

Ocupamos pelo direito
aos legítimos direitos
injustamente negados,
sonegados.

Ocupamos porque
plantamos,
mas não podemos comer
Fabricamos,
mas não podemos comprar
Construímos,
mas não podemos morar. [...]

Com o aprofundamento da crise de moradia e outros aspectos de declínio social, a vida no espaço urbano torna-se cada vez mais difícil e precarizada. Um dos aspectos dessa situação é a concentração de terras e o consequente grande número de imóveis e terrenos ociosos espalhados pelas cidades. Quando se pensa na atuação do MTST, é comum que as Ocupações sejam o que primeiro vêm à mente de muitos. O ato de ocupar é de fato a principal marca do movimento e a parte mais conhecida do seu repertório de ação. Uma herança do repertório de luta do MST, que desde sua fundação aposta na ocupação dos latifúndios improdutivos, adaptada às urgências e oportunidades do contexto urbano.

Para aqueles que têm negados uma série de direitos, uma Ocupação é um modo possível de habitar a cidade, como coloca Patricia Birman (2015). Para o MTST enquanto movimento social, é também uma tática para materialização de sua luta. A escolha tática é algo que, como afirma McAdam (1999), o movimento faz de acordo com as condições que se apresentam para cumprir o objetivo de uma determinada estratégia. Nesse sentido, uma Ocupação é uma tática de ação que serve à estratégia de pressionar o poder público ou os donos de um determinado terreno ou imóvel a negociar. E ao mesmo tempo, ela também torna mais fácil para pessoas que estão de fora, mas partilham do mesmo problema, compreenderem do que se trata a luta e talvez se enxergarem como parte dela. Como explica Jussara:

³⁴Souza, 2022; p.12.

No momento que você ocupa um prédio, você chama a atenção do dono daquele prédio, você chama a atenção do governo do estado, do prefeito, e aí eles passam a olhar com bons ou maus olhos, mas de alguma forma, você chama a atenção. (Jussara)³⁵

De acordo com Souza e Teixeira (2009), ocupar é a ação básica por meio da qual o movimento territorializa alguns espaços da cidade, nos quais e através dos quais os militantes se organizam e que configuram tanto um *meio* quanto um *fim*. O meio se caracteriza por ser uma estratégia para abrir canais de interlocuções com o Estado ou proprietários. O fim, quase autoexplicativo, são as moradias que constituem.

Existem muitas diferenças entre as Ocupações do movimento nos diferentes estados do país, o que não poderia ser diferente dadas as distâncias geográficas e disparidades culturais existentes. Mas, de acordo com a Cartilha do Militante existem metas que o movimento defende que sejam comuns a todos os acampamentos. A primeira diz respeito à formação de militantes. A Ocupação é o momento que o movimento tem para ampliar e qualificar a sua militância, formar coordenadores de acampamentos e grupos e ter mais pessoas se integrando ao MTST. A segunda meta estabelece que no espaço das Ocupações as soluções coletivas devem prevalecer sobre as individuais tanto no âmbito da organização das mobilizações para conquistar algo quanto no esforço de construção dos espaços coletivos. A terceira é a meta da territorialização. Ela determina que as Ocupações devem ser pensadas em lugares estratégicos que ajudem o movimento a ter visibilidade e influenciem no processo de negociação. Por fim, o documento estabelece a meta que chama de referência nas comunidades. Ela é importante porque como o tempo das Ocupações pode ser limitado, seja por conta de despejo ou por conta da conquista do terreno, a atuação do movimento precisa ir além da base e atingir também as comunidades que ficam no entorno. A Ocupação é um ponto de partida e, como diz o texto, tem um sentido maior.

Por isso, a ocupação tem para nós um sentido muito maior do que a luta por moradia: é uma forma de formarmos novos militantes para a luta, de construir referência nos bairros de periferia e de mostrar para os trabalhadores que – com

³⁵ Derrubando mitos sobre ocupações urbanas: Vila Nova Palestina. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/derrubando-mitos-sobre-ocupacoes-urbanas-vila-nova-palestina>. Acesso em: 5 de dez. 2020.

união e organização – temos poder de enfrentar este sistema. Nossas ocupações devem ter sempre este horizonte!³⁶

O processo de planejamento e preparação de uma nova Ocupação pode levar meses. São inúmeras reuniões entre as coordenações, estudos do terreno e do entorno, mobilização de pessoas e conversas com a vizinhança. Para aqueles que querem participar e se juntar ao movimento, há um processo de formação que funciona como trabalho de base, como relatam. Muitos dos envolvidos têm seu primeiro contato com o movimento pouco tempo antes da Ocupação e outros o terão apenas na hora da ação. É comum escutar nos relatos dos militantes que foi no momento de ocupação do terreno que entraram para o movimento.

Há um sigilo necessário nas etapas prévias para evitar que o Estado ou o proprietário do terreno saibam dos planos do movimento e isso inviabilize a ação. Apenas algumas pessoas são envolvidas no processo e até mesmo a data só é revelada com pouco tempo de antecedência. No dia da entrada no terreno, são mobilizadas centenas de famílias que se dirigem para o local e com seus bambus, lonas, lanternas e facões e percorrem o espaço abandonado e descuidado para abrir lugar para a nova Ocupação que nasce naquele momento. Em geral, a noite da ocupação envolve muito mais gente do que as que participaram do planejamento. Existem aqueles que vão para *somar* e apoiar e aqueles que se juntam no calor do momento e acabam ficando. Pessoas que já conhecem e apoiam a luta do movimento e aqueles que, como contam, viram um vizinho ou amigo passando e decidiram ir junto.

Logo após a entrada dos ocupados em um terreno, os relatos são unânimes, como será possível ver no Capítulo 4, em contar que o primeiro passo que precisa ser dado é a construção de uma cozinha central. Ela alimentará a todos na madrugada e nos dias seguintes, e servirá de base para cadastramento dos militantes, o que possibilitará os próximos passos. A cozinha coletiva é definida por muitos militantes como o coração da Ocupação, como demonstro no Capítulo 4.

Depois que o espaço é dividido, ainda que provisoriamente, e começam a ser levantados os barracos de lona preta, a Ocupação é dividida em grupos, os ‘Gs’, como são comumente chamados, podendo existir quantos forem necessários de

³⁶ Cartilha do Militante, 2005. Disponível em: https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha/10. Acesso em: 26 de ago. 2022.

acordo com o número de pessoas envolvidas e o tamanho do terreno. Cada ‘G’ tem uma coordenação e os militantes devem se organizar para construção da cozinha coletiva, do banheiro, da instalação de luz, da manutenção dos barracos. A construção dos espaços comuns da Ocupação é, desde o começo, compromisso de todos.

A duração de uma Ocupação pode ser de meses ou anos. O tempo depende de diferentes fatores externos e internos. Em relação ao externo, o movimento precisa lidar com a forma como os proprietários dos terrenos vão reagir e como o Estado vai intervir – se garantindo os direitos dos ocupados ou mandando a polícia para executar a desocupação. Já com a negociação pela conquista do terreno em andamento, em geral, o órgão financiador da construção demanda a desocupação. E existem os desafios internos, que são fazer a Ocupação *virar*³⁷ e manter os ocupados mobilizados. O índice de desmobilização e abandono da luta é algo com o qual o movimento está acostumado a lidar, dado que o processo de conquista da moradia não é rápido. Entre a entrada em um terreno e a entrada em uma casa ou apartamento no terreno conquistado, podem passar muitos anos.

Viver em uma Ocupação, principalmente nos primeiros momentos dela, é para quem tem muita coragem, como Débora se refere aos que resistiram nos primeiros dias da Nova Canudos, Ocupação que coordena, e à necessidade ou falta de opção. Os terrenos, que geralmente estão tomados por mato e lixo antes da chegada do movimento, abriga bichos de vários tipos: ratos, escorpiões e cobras, entre outros. Não há uma estrutura básica de saneamento: os banheiros são construídos sobre fossas e é preciso montar um sistema de distribuição de água que chega no máximo às cozinhas e banheiros coletivos dos grupos. A alimentação de todos depende das doações quem vêm de outros movimentos, de entidades parceiras, como sindicatos, por exemplo, e mesmo dos que estão ali compondo a Ocupação e que podem doar de alguma forma. Também não é fácil enfrentar o calor e o sol quente, ou o frio e a chuva debaixo das lonas ou dos telhados improvisados. Frequentemente ocupados perdem o pouco que têm em temporais, o que demanda que a coordenação da Ocupação tenha sempre roupas, cobertores e colchões a mais.

Como conta Boulos (2015; p.84), e nos revela a história do movimento, o marco histórico das Ocupações organizadas por movimentos urbanos de luta por

³⁷ No vocabulário do movimento, fazer uma Ocupação *virar* é fazer uma Ocupação dar certo: com organização, mobilização e perspectivas.

moradia é anterior à criação do MTST. Foi o ano de 1987, quando aconteceu a ocupação simultânea de dezenas de terrenos por cerca de 50 mil famílias. A ação foi coordenada pela União dos Movimentos Populares (UMP) de São Paulo. Ou seja, esta não é uma tática de ação recente. Ao contrário, como aponta Kowarick (1994), as ocupações e loteamentos clandestinos foram uma marca decisiva do processo de urbanização brasileiro que constituiu as vastas periferias. O MTST atua dessa forma desde sua criação, em fins da década de 90, tendo consolidado a prática de Ocupações na cidade de São Paulo entre 2004 e 2012. No Rio de Janeiro também houve uma tentativa de começar a luta em uma Ocupação na zona oeste da cidade, mas esse processo foi interrompido precocemente por influência de fatores externos. De acordo com relatos dos próprios militantes e como já apontado anteriormente, foi após o ciclo de protestos de junho de 2013 que as atividades do movimento se expandiram.

Cada vez mais, o ato de ocupar imóveis e terrenos ociosos representa, para muitos, a única maneira viável de conquistar sua moradia. A lógica capitalista de desenvolvimento das cidades, que transformou moradia em mercadoria, é uma lógica excludente (Boulos, 2015; p.82). A maioria dos trabalhadores não recebe remuneração suficiente para pagar o aluguel de um imóvel com condições mínimas ou comprar uma casa no mercado por conta da ação da especulação imobiliária que eleva demasiadamente os valores. Os aluguéis aumentam rapidamente e bem acima dos índices da inflação. Os programas habitacionais do governo deveriam dar conta da demanda, da necessidade, mas não dão. Sobre o ato de fazer Ocupações, ainda de acordo com Boulos: “É preciso deixar claro: não é uma escolha, mas resultado da falta de oportunidades” (2015; p.83).

Entre as fronteiras do legal e do ilegal que se conformam nos espaços das cidades controladas por meio da lógica financeira, as Ocupações, como afirma o movimento, são legítimas e legais. Ocupar uma terra que não cumpre a sua função social é fazer cumprir a lei. A ilegalidade, na verdade, está nos atos dos especuladores que usam esses espaços apenas para lucrar. Como explica Jussara, coordenadora de uma das Ocupações de São Paulo:

Ocupar, você ocupa aquilo que não tem serventia e não está sendo utilizado pra nada. É nesse sentido que uma ocupação ocupa um espaço ocioso e faz uma denúncia que aquela área poderia ser destinada à moradia popular, inclusive a forma que essas ocupações se consolidam é justamente para indicar qual é o déficit

habitacional do território e mostrar que aquelas famílias poderiam estar morando numa área que no momento não está destinada a nada. A invasão tem um outro sentido porque é ocupar, favelizar e construir moradias irregulares.³⁸

As ocupações realizadas e coordenadas por movimentos populares não têm como alvo as pequenas propriedades dos trabalhadores que lutaram durante anos para conseguir seu imóvel ou terreno. Elas ocorrem em grandes terrenos e prédios abandonados, os quais o proprietário, em geral grandes empresas e especuladores, apenas utilizam para lucrar ou os mantêm sem nenhuma função (Ibid., 2015). Espaços ociosos há muitos anos, alguns com dívidas de milhões em impostos não pagos. É o caso, por exemplo, do local que hoje abriga a Ocupação Carolina de Jesus, na zona leste de São Paulo, que chegou a contar com mais de 4 mil famílias. O IPTU relativo ao terreno não é recolhido desde 2006, o que significa que a dívida com a prefeitura passa dos R\$ 3 milhões³⁹. E isso se repete em vários lugares por todo o país, ainda que, como já posto, a Constituição Federal de 1988 afirme, nos artigos número 5 e 170, que toda propriedade tem que cumprir uma função social, ou seja, tem que ter algum uso: moradia, produção ou qualquer outro que traga benefício para a sociedade.

A crise social que se aprofundou durante a pandemia da Covid-19 e que certamente não será totalmente superada em um tempo próximo, adicionou outro elemento ao binômio *meio e fim* das Ocupações tal qual havia sido proposto por Souza e Teixeira (2009): além de tática de visibilização e pressão e forma de luta para conquista da moradia, estão se tornando também moradia imediata para quem não tem outra possibilidade. Depois de suspender as ocupações previstas para serem realizadas no ano de 2020 por conta da pandemia, o MTST de São Paulo, que pude acompanhar mais de perto, retomou o planejamento e realizou, em 2021, três novas ocupações na cidade. Um dado sobre elas que me parece imprescindível destacar é a rapidez com que crescem. Em um ou dois dias elas passam de ter algumas centenas de famílias para milhares. Como me contou Gil, mulher que é militante do movimento há alguns anos e coordenadora de uma das Ocupações criadas em 2021, todos os dias novas famílias chegam no espaço procurando um lugar para morar. *“Eu estou desempregada. Eu não consigo pagar meu aluguel. Eu estou morando*

³⁸ Derrubando mitos sobre ocupações urbanas: Vila Nova Palestina. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/derrubando-mitos-sobre-ocupacoes-urbanas-vila-nova-palestina>. Acesso em: 5 de dez. 2020.

³⁹ Informação oral.

de favor. Eu estou escolhendo entre comer e pagar o aluguel”, são algumas das frases que ela relata ouvir todos os dias e que evidenciam a dimensão da crise à qual as pessoas estão submetidas.

3.6

Três histórias, uma luta

Conto a seguir, de maneira sucinta, a história da formação três Ocupações que estão localizadas em diferentes regiões da cidade de São Paulo. Uma já existe há alguns anos, duas foram feitas em 2021. A Ocupação Copa do Povo, como dito anteriormente, foi realizada no contexto da Copa do Mundo de futebol no Brasil, em 2014, em Itaquera, vizinha ao estádio de futebol que sediou a abertura da Copa. As ocupações de 2021 são a Ocupação Carolina Maria de Jesus, feita na madrugada do dia 15 de maio; e a Ocupação Nova Canudos, de 26 de julho. Essas duas últimas foram as Ocupações visitadas ao longo do trabalho de campo.

Em estágios variados de existência, essas Ocupações nos permitem observar como as questões e dinâmicas que perpassam os momentos iniciais de uma Ocupação se repetem mesmo que em diferentes territórios (ainda que aqui estejam apenas Ocupações localizadas em uma cidade). Como toda a história do movimento, cabe demarcar que as fontes para as informações aqui descritas são, principalmente, resultado da memória dos militantes em cruzamento com notícias publicadas à época em que as Ocupações aconteceram, motivo pelo qual corro o risco de cair em pequenas imprecisões.

Ainda assim, conto essas histórias porque o que segue nos capítulos 3 e 4 é um material fruto da vida que se constrói nesses espaços diariamente. Entre muita precariedade dificuldades e desafios característicos do processo de Ocupação de um terreno vazio por milhares de pessoas, construir o cotidiano de luta de um dos maiores movimentos sociais no âmbito urbano brasileiro é um esforço de resistência e reinvenção que é realizado por pessoas que acreditam na importância da coletividade, da solidariedade e do cuidado. Com as histórias a seguir, tento dar conta de algumas dimensões objetivas do espaço e do cotidiano dessas Ocupações que de alguma forma, fazem parte da história e da realidade das mulheres que entrevistei ao longo do trabalho de pesquisa. Como quem monta uma maquete, tentarei apresentar o cenário onde a vida dos sem-teto acontece a partir de quatro

eixos nos capítulos seguintes. Não há, é importante dizer, ao longo desta tese um estudo comparativo entre as Ocupações aqui apresentadas. O objetivo do trabalho, como exposto através do argumento já nas páginas iniciais, não é esse. Contudo, acredito que são importantes para uma melhor compreensão da ecologia de práticas (Stengers, 2005) presentes no cotidiano movimento nas quais os sujeitos que aqui figuram forjam sua existência.

Ocupação Copa do Povo

A ocupação do terreno onde hoje está a Copa do Povo aconteceu no dia 2 de maio de 2014, em Itaquera na zona leste de São Paulo, pouco mais de um mês antes da abertura da Copa do Mundo da Fifa no Brasil, no estádio recém-construído na região. No dia da ocupação eram centenas de famílias, mas dois dias depois mais de 2 mil já ocupavam o terreno de 150 mil metros quadrados e a Ocupação se tornou a segunda maior da cidade, atrás somente da Vila Nova Palestina. Dez dias depois, eram 10 mil. Os ocupados eram trabalhadores do Jardim Helian, Gleba do Pêssego e Jardim Cibele, comunidades que estão localizadas em Itaquera; e de outros bairros da região, como São Miguel e Ermelino Matarazzo.

Imagem 3: Ocupação Copa do Povo



Foto: Mídia Ninja

Um trecho do manifesto divulgado pela coordenação nacional do MTST dois dias depois da entrada no local expõe os motivos pelos quais a Ocupação se fez necessária. Apesar do destaque para a crítica à quantidade de verbas públicas que

estava sendo direcionada para a realização dos eventos internacionais, o texto reconhece que esse cenário só fez agravar um problema que já existia.

As histórias são quase as mesmas. Famílias que não podem mais arcar com o valor abusivo dos aluguéis, que cresceu violentamente, em especial em Itaquera, por conta do Estádio e das obras ligadas à Copa. Segundo o Índice Fipe/Zap, o valor do metro quadrado em Itaquera aumentou 165% nos últimos 6 anos. É claro que a especulação imobiliária não ocorreu apenas por conta da Copa. Mas o evento agravou a tendência que já existia, principalmente nas regiões das obras. Isto não é um fato novo: Estudo da Relatoria de Moradia da ONU já demonstrou que os megaeventos estão sempre ligados a especulação imobiliária por onde passam. Por estas razões, a Ocupação foi batizada como Copa do Povo. Enquanto a Copa da FIFA ocorrerá com investimentos de cerca de R\$30 bilhões, sem atender o povo, que sequer poderá pagar ingresso para assistir aos jogos, o povo organiza sua resposta. A menos de três quilômetros do palco de abertura, milhares de famílias lutam debaixo de lona pelo direito básico a uma moradia digna. A Ocupação Copa do Povo escancara esta contradição. Esperamos que os Governos – municipal, estadual e federal – tenham a responsabilidade de não reprimir a ocupação e de desapropriar o terreno para moradia das famílias sem-teto. Se teve dinheiro pra Copa da FIFA, tem que ter pra Copa do Povo!

Poucos meses depois, em setembro, o movimento conquistou a promessa de uso do terreno para construção de mais de 2.500 moradias populares e o desocupou. O projeto previa 12 condomínios, formados por prédios de 10 a 12 andares, áreas de lazer e apartamentos com sacada. Mutirões de limpeza do terreno e reuniões de mobilização continuaram acontecendo no local. Mesmo com a posse do terreno e a perspectiva de conseguir a sua moradia, os militantes seguem, em 2022, aguardando que sejam finalizadas as negociações para início das obras para construção dos prédios. Parte da militância, enquanto isso, se dedica a ajudar na luta em novas Ocupações, como é o caso de Claudinha, que hoje coordena a Ocupação Carolina Maria de Jesus, sobre a qual falo a seguir.

Ocupação Carolina Maria de Jesus

A Ocupação Carolina Maria de Jesus nasceu na noite do dia 14 para a madrugada do dia 15 de maio de 2021. Está localizada no extremo leste de São Paulo, em um bairro chamado Jardim Laranjeira, área periférica da cidade. O terreno fica em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) que, segundo consta no Plano Diretor de São Paulo, deve ser destinado à construção de moradias populares como forma de diminuir o déficit habitacional na cidade, mas apenas

acumula dívidas de impostos devidos ao poder público, em valor que ultrapassa R\$ 3 milhões. Seguindo a lógica da cidade do capital, acredita-se que os donos do terreno estavam esperando a valorização da região para vender por um valor alto. Dias depois da ocupação, inclusive, a empresa Telem Administração de Bens entrou com um pedido de reintegração de posse que foi negado pela justiça.

Imagem 4: Entrada da Ocupação Carolina Maria de Jesus



Foto: Acervo Pessoal

No dia da ocupação, eram 600 famílias que já participavam do trabalho de base de preparação para a ação desde 2019⁴⁰. Três meses depois, mais de 4 mil famílias já montaram seu barraco de lona preta ao longo da grande área que antes abrigava apenas mato e animais. Para Claudinha, que coordena a Ocupação junto com a Gil, *“cada dia dentro da Ocupação é uma vitória porque a gente consegue comprovar que essa luta é legítima. São milhares e milhares de famílias aqui com*

⁴⁰ O planejamento original era de ocupar a área em 2020, o que foi inviabilizado por conta da pandemia da Covid-19. O movimento, então, esperou a cidade sair da zona roxa do plano de controle epidemiológico de São Paulo, que a zona mais grave, para retomar as reuniões com as famílias e a preparação para a ocupação.

a gente denunciando que não existe política pública para moradia. Não existe programa social”.

O nome, Carolina Maria de Jesus, é uma homenagem à escritora brasileira, negra, que estudou apenas até o 2º ano do fundamental e trabalhou como catadora de papel, empregada doméstica. Depois de perder este último emprego, foi morar no Canindé, a primeira grande favela da cidade de São Paulo. Lá, ela se dividia entre ler e fazer anotações e relatos nos cadernos que encontrava na rua. O livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” é composto pelos escritos entre 1955 e 1960, onde, junto com a história da sua vida, mãe solteira e favelada, é possível ver a história da cidade de São Paulo a partir de uma perspectiva dos oprimidos e desfavorecidos. Uma perspectiva periférica que se assemelha à realidade dos que vivem hoje nas periferias das cidades brasileiras. Uma história que se assemelha a de muitos que estão nas Ocupações do MTST lutando pelo direito à moradia.

Os barracos de lona, em medindo 2x2m ou 3xm, estão organizados em grupos, como é tradicional nas Ocupações do MTST. Na Carolina de Jesus são 13 G’s. Há uma cozinha central, um palco de frente para um espaço sem barracos, uma Ciranda e um barracão. Aos poucos cada grupo se organizou e construiu sua própria cozinha, assumindo a tarefa de alimentar os seus ocupados, o que antes acontecia na cozinha central. Como em toda ocupação, não se espera que todos morem no terreno da Ocupação, nem mesmo a maioria. A estrutura é precária e é recomendado que os ocupados se dividam em grupos e se revezem.

Cada mês completado no terreno é comemorado. As negociações com o governo e o proprietário do terreno avançam e é grande a probabilidade de que cheguem a um acordo favorável ao movimento. Mesmo com essa perspectiva, Claudiinha, em assembleia no dia 15 de agosto reforçou: *“Enquanto não tivermos um contrato na mão dizendo que o terreno é nosso, nós não podemos relaxar”.*

Ocupação Nova Canudos

Em 26 de julho de 2021, o MTST realizou, na região norte da cidade, no bairro Taipas, a ocupação de um terreno abandonado há décadas e que, desde 2018, acumula uma dívida de R\$1.360.000,00 em impostos. Assim como os terrenos das outras Ocupações antes apresentadas, está localizado em uma ZEIS. Até o momento da minha ida até lá, nenhum dos 14 proprietários do terreno havia entrado com

pedido de reintegração de posse. O movimento pressionou o governo estadual para que tente intermediar o contato. Eles conseguiram fazer uma reunião com o secretário de habitação e o subprefeito da região, Pirituba, e conseguiram garantir o cadastro social dos ocupados. A ausência de políticas habitacionais, no entanto, é mais um dificultador para que as conversas avancem.

No dia da ocupação estavam presentes cerca de 500 famílias, entre moradores da região e familiares destes. Mas não demorou muito para que o total de pessoas envolvidas na Ocupação chegasse a 3.500 famílias, que era o número de “barracos pintados”⁴¹ em setembro, dois meses depois da entrada no terreno. Desse total, 200 famílias estabeleceram moradia fixa na Ocupação, saindo para trabalhar, os que têm emprego, e retornando no fim do dia.

Imagem 5: Vista da parte alta da Ocupação Nova Canudos

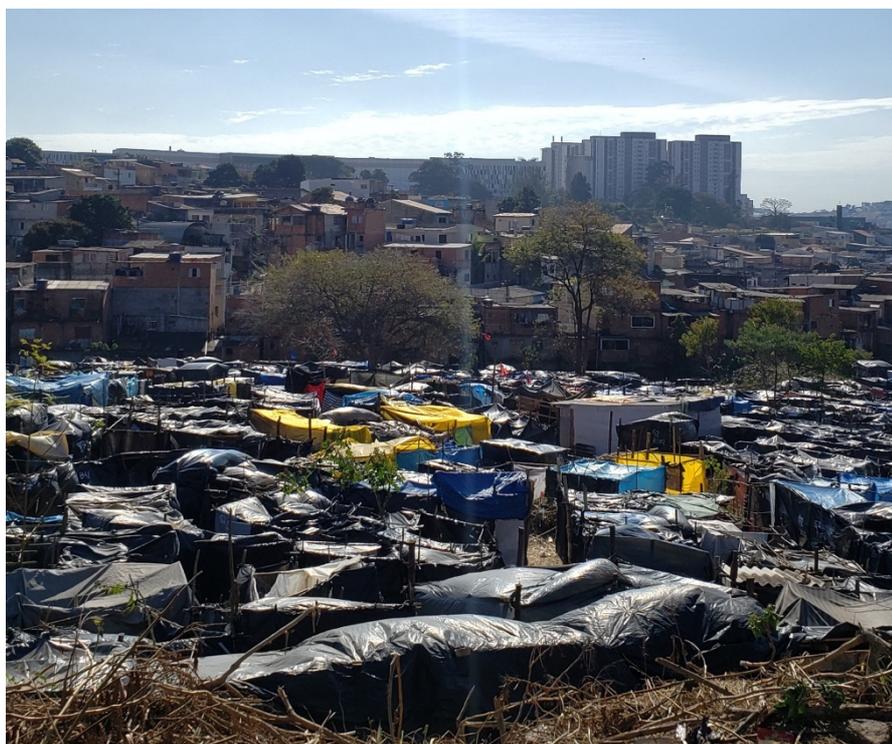


Foto: Acervo Pessoal

Com o empobrecimento acelerado por conta da pandemia, Debora, coordenadora geral da Ocupação, conta que duas situações se apresentaram como

⁴¹ Forma como Debora, coordenadora geral da Ocupação, se referiu aos barracos levantados e cadastrados. Assim como nas outras Ocupações, não são todos os barracos que estão ocupados por pessoas que moram ali. No entanto, todos devem cuidar para que seu barraco esteja em boas condições e participar das atividades, reuniões e assembleias.

urgentes - assim como aconteceu com as Ocupações do movimento em geral. Em comparação com o que ela estava acostumada a ver nas experiências de ocupações anteriores, a situação da população, na opinião dela, parece ser ainda pior. Até mesmo construir um barraco, coisa que não deveria ser de muito custo, se tornou um desafio frente a esta realidade de penúria absoluta: *“As pessoas estão tão pobres que estão ficando em situação de rua. Tão ficando sem moradia e com muita dificuldade de conseguir madeira ou lona pra construir o seu barraco”*. Além disso, o aumento da fome também é inegável. Ela me contou que mesmo entre aqueles que estão organizados na luta pela moradia na Ocupação, mas não moram ali, buscam as Cozinhas Coletivas para fazer suas refeições: *“E também tem a questão da fome. Tem muita gente que até tá nas suas casas, que tá pagando aluguel, mas tá no aperto, que sai da sua casa e vem comer nas cozinhas coletivas porque não tem na sua casa.”*

Na mesma forma de organização das outras Ocupações, todos estão divididos em grupos e cada grupo tem seus coordenadores. Naquele momento, eram onze grupos. Dez já estavam definidos e o 11º começava a ser construído por conta da grande demanda de pessoas buscando a Ocupação. No G8, *“os barraquinhos estão mais estruturados porque é o G dos moradores”*, conta Debora. Com o avanço da construção de uma estrutura básica na Ocupação, a expectativa é que o número de pessoas morando no local comece a crescer. E, a despeito da precariedade e das ausências e com trabalho dos ocupados, esse avanço estava se dando.

Em um intervalo de menos de um mês entre duas idas minhas à Ocupação, pude perceber que haviam sido construídos mais lugares comuns, como o Barracão da Trilha, a Ciranda, a Horta Comunitária, o Bazar. Em outro dia, alguns militantes estavam trabalhando para distribuir energia e água de uma forma que todo o território fosse alcançado. Isso feito, seria possível inaugurar as cozinhas coletivas dos grupos, que estavam terminando de ser construídas e desativar a cozinha central. Entre os milhares de envolvidos, é possível conseguir mão de obra para quase todas as obras necessárias, o que facilita o esforço para que tudo seja feito de forma coletiva. *“No G2 nós somos 382 acampados, então sempre tem um encanador, um eletricista, um marceneiro. E aos poucos a gente vai arrumando”*, contou Bia, uma das coordenadoras desse grupo. *“Tudo de forma coletiva, né. Um que doa a telha, outro que doa a pia, outro que doa a madeira.”*, completou Debora.

Para levantar os barracos, a coordenação da Ocupação pede que quem não for estabelecer moradia ali, faça no tamanho de 2x2m e use lona grossa, a lona preta, porque a fina rasga fácil com o vento e a chuva. É importante também colocar uma porta simbólica. Quem for morar, pode construir em 3x3m e *fechar com madeirite*⁴². A recomendação geral é que se gaste o menos possível nessa etapa porque a Ocupação pode ter que sair do terreno a qualquer momento, seja em caso de desapropriação ou mesmo de vitória para aguardar a construção definitiva.

Tal qual a Carolina de Jesus, o cotidiano da Ocupação Nova Canudos envolve assembleias diárias (menos às sextas, que é “dia de folga”), mutirões de construção e manutenção do espaço nos fins de semana, atividades com os setores de saúde, jurídico e educação do MTST, rodas de conversa, saraus, festas de comemoração de cada mês completo da Ocupação.

3.7

Para entrar no chão de barro

Para além das questões objetivas em torno das Ocupações do MTST, há toda uma trama de relações que constitui a construção cotidiana para as quais olho de maneira mais dedicada a partir do Capítulo 4. De acordo com Peter Berger e Thomas Luckmann (2009), a vida cotidiana é a uma realidade interpretada pelos indivíduos em constante interação, comunicação e produção de subjetividades. Ali, além das questões práticas, como construir suas próprias casas e montar uma forma de organização por meio da autogestão, se busca criar formas de sociabilidade e de pensar coletivamente a solução para os problemas e demandas do dia a dia. Nesse sentido, há um esforço para que cada indivíduo engajado nessa luta se construa enquanto militante, sujeito político coletivo em defesa dos seus direitos e torne-se ator dotado de autonomia e capaz de construir a sua própria vida. Entre eles se estabelecem as ações e relações de solidariedade e cuidado que, como veremos mais adiante, são consideradas indispensáveis para o esforço de tornar a Ocupação um espaço de confiança onde a reciprocidade e o comprometimento são elementos-chaves.

⁴² Também conhecido como compensado, trata-se de uma chapa formada por lâminas mais finas de madeira de baixo custo e comumente utilizado para formar as paredes dos barracos.

Como resume Alana Moraes no trecho a seguir, há uma série de aspectos que se fundem nesse modo de existir na cidade que extrapolam a reivindicação política, mas que configuram parte central da existência política.

Toda ocupação urbana cria uma poética da precariedade que longe de romantizar ou domesticar a pobreza afirma a possibilidade política de uma existência intrinsecamente relacional. Cuidar e relacionar. Produzir infraestruturas coletivas que funcionem para a manutenção da vida fora do espaço doméstico e suas obrigações. Espaços de cuidado das crianças, limpar, lavar – nas ocupações esses espaços constituem-se como parte central da existência política do território, sem eles nada acontece.⁴³

O MTST, assim como os outros movimentos de luta por moradia enunciados no capítulo anterior, é um movimento que se organiza de forma territorial e luta por políticas públicas que garantam o direito à moradia digna, pauta que requer ação coletiva direta e negociação com o Estado. Neste sentido, é possível pensar que sua existência se faz necessária, a *priori*, por questões práticas, como o déficit habitacional, os baixos índices de investimento público, a necessidade de propostas concretas para construções de moradias populares. Levam essas pautas para o espaço público através do repertório de grandes manifestações, da ocupação temporária de prédios públicos e rodovias e as ocupações de imóveis e terrenos vazios e improdutivos. Mas como escrevem os militantes Simões, Campos e Rafael (2017), uma chave importante para análise do movimento é entendê-lo como mais do que uma *ferramenta estática* de luta popular.

Ao longo dos anos, diversos fatores e oportunidades fizeram com que a atuação do MTST fosse moldada a partir de uma metodologia que compreende, além da ação coletiva no espaço público, trabalho de base e a dimensão territorial do espaço urbano, uma prática política que pretende construir uma base social não voltada para a ideia de um *empoderamento* do ponto de vista individual, mas como um processo coletivo de libertação entendida como um descobrimento que permite a alteridade e o reconhecimento no outro, fundamental em processos de luta para a conquista de mudanças sociais. Assim como no trabalho de Sonia Alvarez e Evelina Dagnino, os próximos capítulos se dedicam a observar e analisar “práticas culturais e redes interpessoais da vida cotidiana que sustentam movimentos sociais ao longo

⁴³ MORAES, Alana. Ocupar, fazer funcionar e escapar: pensar com as mulheres sem-teto. Disponível em: <https://revistadr.com.br/posts/ocupar-fazer-funcionar-e-escapar-pensar-com-as-mulheres-sem-teto/>. Sem data. Acesso em: 23 de ago. 2022.

dos fluxos e refluxos de mobilização e que infundem novos significados culturais nas práticas políticas e na ação coletiva” (2000; p. 35).

No *chão de barro* das Ocupações, a despeito da extrema precariedade e das grandes carências, é possível observar uma dinâmica de luta sendo construída no dia a dia do território das relações entre os militantes. A luta do MTST é aquilo e são aqueles que o vivem no cotidiano e a produção constante de subjetividades é o que os faz transformar-se de indivíduos que chegaram ao movimento em sujeitos ativos da luta pela moradia.

PARTE II

PARA FAZER *VIRAR*: SOLIDARIEDADE COMO *PRÁXIS*

4.

O chão de barro das Ocupações: solidariedade e coletividade como forma de existência e resistência

Desde a horta comunitária,
até a formação popular.
Desde a luta contra o governo,
até a batalha nas redes de comunicação.
Desde o cuidado com a saúde de nossos militantes,
até a garantia de seus direitos jurídicos.
É trabalho coletivo!⁴⁴

Quando cheguei à Ocupação Carolina Maria de Jesus pela primeira vez, sozinha, não sabia ao certo como seria. Era domingo e o longo e silencioso caminho entre o centro da cidade de São Paulo e Itaquera, na Zona Leste, foi de muita ansiedade e nervosismo. Apesar de ter sido apresentada a algumas militantes do movimento em ocasiões específicas e ter mantido contato com outros por telefone e internet e de termos nos encontrado, entre máscaras e álcool em gel, nas grandes manifestações que aconteceram nos meses anteriores, fazia algum tempo que eu não ia a uma Ocupação. A pandemia já durava quase um ano e meio e a expectativa de viver esse momento já durava o mesmo tempo. Eu não tinha combinado de me encontrar com ninguém, mas tinha visto um anúncio de que ali aconteceria uma oficina de montagem de bonecas *abayomi* para marcar a celebração e contar a história do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha⁴⁵. Cheguei um pouco antes do horário e vi pouca gente. Não sabia bem quem procurar ou para onde ir até que vi um barracão colorido onde crianças brincavam enquanto uma mulher lia algumas histórias de livros de uma pequena biblioteca que estava montada no local. Ela me convidou para entrar e brincar com as crianças. “*Eu sou a Poeta*”, ela me disse, “*pode entrar*”. Em pouco tempo, o nervosismo se dissipou.

⁴⁴ MTST fortalece trabalho nas periferias com integração de novos militantes. Fonte: <https://mtst.org/mtst/mtst-fortalece-trabalho-nas-periferias-com-integracao-de-novos-militantes/>. Acesso em: 4 de set. de 2022.

⁴⁵ O Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha é comemorado no dia 25 de julho. A data é um símbolo de resistência das mulheres negras, assim como as bonecas Abayomi. A história conta que, durante as viagens a bordo dos navios negreiros que faziam viagem entre África e Brasil, as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção para os filhos durante aquele duro período e caso eles fossem separados depois de chegar no destino. O termo significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, uma das maiores etnias da África Ocidental.

Entre o afeto das crianças e daquela mulher que me recebia sem nem me conhecer, rapidamente me senti um pouco parte dali. Eu não a conhecia ou as crianças, mas continuamos entre brincadeiras, livros e histórias inventadas. Um pouco depois do horário marcado para a oficina, mais mulheres começaram a chegar. Logo ficou cheio e precisamos reorganizar os lugares. Outra companheira, a Luciana, se juntou à Poeta e as duas, enquanto nos mostravam como fazer a boneca, nos ensinavam um pouco mais sobre a história do dia e as lutas das mulheres negras. As dezenas de mulheres que aos poucos se juntaram a nós, ouviam atentamente enquanto faziam suas bonecas. Nesse dia, não entrevistei ninguém. Sem planos ou roteiro, apenas vivi, de uma maneira diferente da que eu esperava, quando resolvi participar de uma oficina, um pouco daquela construção.

O argumento central que norteia esta tese é a defesa de que a ação política de um movimento social, neste caso, do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST), é mais do que o repertório de ação, recuperando a categoria de Charles Tilly (1978), que estes levam para as ruas nas grandes marchas e manifestações, no ato de ocupar terrenos e edificações ociosas ou nos *trançaços*. Mas, afinal, o que quero dizer com isso? A resposta para essa pergunta não é objetiva ou curta e demanda estudar o movimento a partir de ferramentas analíticas que busquem pensar sua gramática de ação de maneira ampliada e incluindo variáveis que, em alguns casos, são invisíveis aos olhos. Demanda, principalmente, estudar o movimento sem planos ou roteiros – ou renunciando a eles quando necessário. Os repertórios de ação são a forma como os movimentos sociais apresentam suas demandas coletivas ao longo do tempo de acordo com as condições sociais, culturais, políticas, econômicas e demográficas do contexto no qual estão inseridos, ou seja, de acordo com as *oportunidades políticas* (Tarrow, 2009). Assim, para os autores, se constituiria o conflito. A questão aqui está em pensar quais são as variáveis que constituem esse conflito, uma vez que é nele que podemos localizar o que é o movimento *ser mais*. O conflito não apenas pode influenciar a vida cotidiana, mas está nela localizado (Melucci, 1988). Ali existe toda uma trama que compõe o que podemos chamar do seu tecido social e que é, ao mesmo tempo, sustentação e expressão da luta política: são os militantes e seus barracos, as coordenações, as cozinhas e as tias que cuidam delas, as festas e saraus, as rodas de leitura. É a construção coletiva que ergue e faz *virar* uma Ocupação.

O objetivo deste capítulo, nesse sentido, é observar e analisar a prática da *construção coletiva da cotidianidade*, utilizando uma expressão da filósofa boliviana Maria Galindo⁴⁶, nas Ocupações do MTST e a forma como a solidariedade e o cuidado são seus pressupostos fundamentais e se materializam em pequenos grupos ou redes submersas da vida cotidiana (Melucci, 1988). Para demonstrar isso, começo propondo que olhemos para as Ocupações do MTST não apenas como uma tática de ação, como apresentado no capítulo anterior, mas como um espaço formado por indivíduos que se empenham em um processo contínuo de luta e produção de vida com base nas premissas de solidariedade e coletividade. Em seguida, observo e analiso a forma como os militantes se organizam, as práticas que conformam o dia a dia e os diferentes significados que são construídos a partir das experiências vividas. Nesse emaranhado de práticas, aquelas desempenhadas nas Cozinhas Coletivas têm destaque e muitos militantes as apontam como o coração das Ocupações. Encerro com uma reflexão sobre as possibilidades que a adoção dessas premissas na construção cotidiana da luta representa para os militantes e como tornaram possíveis as respostas ativas do movimento às questões sociais geradas pela crise da Covid-19.

Para tanto, retomo Geoffrey Pleyers (2010) e as ferramentas de análise que propõe para estudo dos movimentos sociais no século XXI: a *via da subjetividade* e a *via da razão*, principalmente a chave da *via da subjetividade*, que é a que dialoga com o objetivo deste trabalho. De acordo com essa concepção, a transformação do mundo começa por mudanças locais e pessoais, com um ativismo construído a partir das experiências dos indivíduos em dois sentidos: experiência vivida e experimentação (no original “*to experiment and to experience*”). Para além dos argumentos teóricos ou cálculos econômicos, os militantes da *via da subjetividade* organizam sua resistência através da vivência. Enquanto expressam sua luta, expressam também o desejo de construir a si mesmos enquanto sujeitos desse processo. A resistência é mais vivida do que planejada: “It’s not tomorrow that there will be changes; They are visible today in the movement”⁴⁷ (p. 38).

⁴⁶ Moraes, Alana; Patrício, Mariana; Roque, Tatiana. “A homogeneidade do feminismo nos entedia; é preciso criar alianças insólitas” – Entrevista com Maria Galindo. Disponível em: <https://www.sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/21-sur-24-por-maria-galindo.pdf>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

⁴⁷ Não é amanhã que as mudanças acontecerão; elas são visíveis no movimento hoje (tradução nossa).

4.1

As Ocupações para além da tática: *espaços de experiência*

“Afirmar que um grupo de pessoas continua existindo, ocupando espaço e vivendo obstinadamente já é uma ação expressiva, um evento politicamente significativo”, destaca Judith Butler (2018; p.24). Organizar a vida nas Ocupações da forma como o MTST se empenha em fazer, portanto, também o é. Desde o início de suas ações, em fins da década de 90, o MTST adota um repertório de luta que inclui distintos tipos de ação política, algumas que são adotadas de forma constante e outras que, como observado por Abers, Tatagiba e Serafim (2014) em estudo à cerca dos movimentos sociais brasileiros, são escolhidas a partir das condições conjunturais e oportunidades de interação com o Estado. A luta pela habitação, de uma maneira geral, demanda um esforço constante de interação com a institucionalidade. O ato de realizar ocupações de terrenos e imóveis ociosos é uma das ações constantes. É, como colocado no capítulo anterior, uma tática de mobilização dos atores sociais, publicização da demanda e denúncia da ociosidade de terrenos e imóveis urbanos enquanto existem pessoas sem ter onde morar, além de pressão junto aos donos do local e aos órgãos públicos para que seja disponibilizado para construção de moradias populares. Mas elas podem – e devem – ser observadas muito além do momento do ato de ocupar. Para que uma Ocupação seja uma realidade, existe muita vida que se cria e se organiza naquele espaço. Ocupar um terreno é uma ação, mas mantê-la, fazê-la *virar*, que no vocabulário do movimento significa dar certo, depende de como se organizará o tecido social humano que a compõe e os saberes ali disponíveis e construídos. Como escrevem Ana Paula Perles e Natalia Szermeta (2015), coordenadoras do MTST,

Mas há na organização das ocupações três elementos fundamentais a ser considerado em uma análise menos superficial:

Primeiro:

É certo que em geral as pessoas que adentram na luta por moradia ocupando um terreno, vivem o drama cotidiano dos elementos que compõe o déficit habitacional, quais sejam, a precariedade da moradia que vivem ou coabitam, o aluguel abusivo que atinge uma imensa massa de trabalhadores. Essas pessoas convivem com o problema isoladamente sem descobrir respostas individuais, até que se deparam com uma ocupação e transforma a maneira de resolvê-los e esta maneira é coletiva.

Segundo:

Individualmente estas pessoas podem existir pacificamente na sociedade, ou seja, sozinhas estas pessoas não causam tanto problema para os poderosos, mas se estão juntos, a história é outra!

Terceiro:

Este empoderamento coletivo proporciona uma esperança de construção do novo, permite uma consciência crítica da sua própria vida e da sua sobrevivência, uma mudança nítida de comportamento, visível na apropriação de seus direitos, irradiando para outras reivindicações que transbordam a luta pela moradia!

É por isso que, para observar e analisar tais dinâmicas, proponho pensar as Ocupações do MTST, e toda a provisoriedade envolvida em sua forma de acampamento, como observado por Alana Moraes (2020), de maneira similar a como Pleyers olha para o que chama de *spaces of experience* – na tradução que utilizo aqui, *espaços de experiência*. Pela definição do autor, os espaços de experiência são:

Places sufficiently autonomous and distant from capitalist society which permit actors to live according to their own principles to knit different social relations and to express their subjectivity. In this way, daily life, a social center, or alter-globalization gatherings became spaces where alternative practices are tried out and lived⁴⁸ (Pleyers, 2010; p.39).

As Ocupações do MTST não são espaços distantes da sociedade capitalista ou mesmo suficientemente autônomas, mas são uma necessidade consequente da escassez de moradia gerada pelo avanço desse sistema, com os inerentes processos de mercantilização das cidades e especulação imobiliária, que faz com que os mais pobres não possam arcar com os custos de ter um lugar digno para viver nos espaços urbanos. Ou seja, surgem como consequência direta do avanço do capitalismo e no contexto das desigualdades sociais que este produz. Ainda que não sejam um fim em si mesmo, afinal, não se espera que os envolvidos na Ocupação façam dos barracos de lona preta sua casa permanente, cabe afirmar que se configuram, tal como Pleyers observa nos *espaços de experiência*, como uma possibilidade para que os que dela participam reconstruam suas vidas por meio do encontro de diferentes experiências e da costura de relações em que práticas alternativas são

⁴⁸ Lugares suficientemente autônomos e distantes da sociedade capitalista, que permitem que os atores liberem de acordo com seus próprios princípios para tecer diferentes relações sociais e expressar sua subjetividade. Desta forma, a vida cotidiana, um centro social ou reuniões de alter-globalização se tornaram espaços onde práticas alternativas são experimentadas e vividas (tradução nossa).

forjadas para possibilitar a construção do que Butler (2018) chamaria de uma *vida vivível*.

Não se trata de romantizar as Ocupações como espaços onde se tem qualidade de vida plena, mas sim de vê-las a partir do esforço que seus participantes fazem para construir alternativas de vida enquanto lutam pela moradia. Como explica Débora, e será possível observá-lo de diversas formas ao longo dessa tese, há um esforço consciente de rompimento com o individualismo característico das sociedades capitalistas. Esse esforço, que se materializa no estímulo à coletividade e ao cuidado dos companheiros e companheiras, é a base constitutiva do que se configura como vida nas Ocupações, como é possível perceber no relato abaixo:

Numa Ocupação a gente tenta mudar essa lógica do individualismo que a sociedade coloca. Se você não tem uma casa é porque você não conseguiu estudar, trabalhar para ter. Tem o nosso foco que é as Cozinhas, mas tudo dentro de uma Ocupação a gente tenta fazer de forma coletiva. Então não é só a cozinha ou a refeição que a gente tem que dividir e ter cuidado com o próximo. Os banheiros também são coletivos. É um banheiro pra um grupo todo, então a gente tem que ter a preocupação de quem vai vir, de quem vai ser o próximo, dos cuidados. A gente tem mutirões na ocupação, então são barracos de lona. A lona rasga, o mato cresce, querendo ou não acaba tendo sujeira nos espaços. Então num período de ocupação, a gente faz os mutirões coletivos. Chama todos os acampados, os acampados se unem e tiram o dia para limpar a ocupação. Tem as trilhas, que acontecem à noite, que também é uma forma coletiva das pessoas entenderem a importância de cuidar do seu companheiro e do espaço. Durante o dia a gente tem a dinâmica das pessoas, a movimentação. Mas e à noite? Todo mundo vai dormir? A gente não faz isso. A gente tenta mudar essa lógica. Todo dia da semana a gente chama os próprios moradores para irem se revezando nesse cuidado. Então eles ficam à noite - tem horários, de 23h às 3h, de 3h às 6h – rodando na Ocupação para que não venha alguém mal-intencionado pra queimar, casos que infelizmente podem acontecer de violência, de briga, principalmente das nossas mulheres. (Débora)

São, portanto, espaços de possibilidade de reconstrução cotidiana dos laços erodidos pelo desenvolvimento capitalista e pelo sistema neoliberal. É algo que vai além da tomada física do território. “*Dentro do microcosmo que é uma Ocupação, a gente tá tentando viver aquele microcosmo como uma sociedade que a gente almeja. Mais justa. Muito mais justa, a gente precisa, né? Bota justiça nisso. Mais igualitária. E que seja um processo de transformação*”, explica Claudinha⁴⁹.

⁴⁹ Em entrevista concedida ao podcast Pela Cidade. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3FHkoMNJ7NtZameuPDhmjd?si=rEjM4e8AT-CKmZV8DULTIw>. Acesso em: 4 de set. de 2022.

É um complexo que envolve um conjunto de rotinas que refletem essa tentativa de estabelecimento de uma forma de vida diferente, afinal, para essa parcela da população, ousar existir é resistir. Onde indivíduos ousam em tentar construir uma dinâmica própria de vida para si mesmo e a para a coletividade na qual estão inseridos a partir das subjetividades que se formam desse encontro, das trocas e experiências vividas. Na linha do que coloca Pleyers, “Rather than in global utopias or heroic acts of revolutionaries, the resistance to neoliberalism emerges and the movement expresses itself in ‘small acts of daily life of each and every on”⁵⁰ (2010; p. 41).

4.2

Fazer-se sujeito, fazer-se sem-teto

Cada indivíduo vive a experiência de uma Ocupação a partir de formas distintas, dependendo de traços de sua biografia e do lugar que ocupa. Se tornam atores coletivos que se organizam em torno de identidades ou identificações comuns, bem como de um projeto de transformação social. Ainda que sejam repletos de diferenças, compartilham uma mesma perspectiva de mudança social que possibilita a construção de novas formas de sociabilidade.

Na ação prática humana, objetividade e subjetividade se constituem como esferas de um mesmo conjunto a partir do qual a *práxis* faz emergir uma realidade que, por sua vez, representa novas possibilidades. E a construção da luta coletiva, como enfatizou Touraine, se dá a partir de um processo contínuo de produção de subjetividades, da individualidade, da experiência, de dimensões não apenas políticas, mas também culturais.

Para Touraine (1999) o sujeito é a construção do indivíduo como ator político através da afirmação da sua liberdade e da experiência vivida coletivamente. O processo de subjetivação, ou o fazer-se sujeito, nesse caso, é fazer parte de um processo de transformação coletiva por meio da transformação de si. Ou seja, a subjetivação, ainda que diga respeito à construção de si mesmo, pressupõe a relação com o outro. De acordo com o autor,

⁵⁰ Em vez de utopias globais ou atos heroicos de revolucionários, a resistência ao neoliberalismo emerge e o movimento se expressa em "pequenos atos da vida cotidiana de todos e de cada um (tradução nossa).

[o] sujeito não é uma reflexão do indivíduo sobre si mesmo, a imagem ideal de si mesmo que ele esboça na intimidade, nos refolhos ocultos de sua existência social. É uma ação, um trabalho. Por isso, não coincide nunca com a experiência individual. A ideia de sujeito esta (...) sobretudo, presente em toda parte onde se manifesta uma ação coletiva de construção de um espaço, ao mesmo tempo social, político e moral, de produção da experiência individual e coletiva. (Touraine, 1999; p. 98)

Essa perspectiva, como aponta Danilo Martuccelli, trata de “establecer un nuevo vínculo entre las dimensiones del sujeto histórico e el sujeto personal” (2007; p. 29)⁵¹ ao passo que abre caminho para a análise das possibilidades de construção coletivas de si no contexto dos movimentos sociais:

[...] se trate de experiencias de mujeres, de minorias sexuales o étnicas, o de diversas exploraciones associadas a la contracultura, se trata siempre de delimitar las nuevas formas personales de fabricación de si inducidas por el proceso de subjectivación colectiva (Ibid.; p. 29).⁵²

Colocar o foco da análise na relação dos indivíduos consigo mesmo no processo de construção de si enquanto sujeitos, como explica Pleyers, não significa desconsiderar a importância e o efeito das questões sociais que continuam no centro do engajamento de muitos movimentos. Essa relação não se produz em um vazio social, mas sim como uma forma de resposta às condições concretas da vida de cada um:

Le processus de subjectivation, la construction de soi comme principe de sens et l'expérience ne se produisent pas dans un vide social, mais dans des conditions concrètes de la vie et dans une interdépendance étroite entre le sens, les pratiques et l'action. Placer la relation de soi à soi et la subjectivation au centre de l'analyse des mouvements contemporains ne doit pas conduire à nier l'importance des enjeux sociaux, qui restent au cœur de nombreux mouvements et de l'expérience quotidienne de la plupart des acteurs. (2016; p. 16)⁵³

⁵¹ estabelecer uma nova ligação entre as dimensões do sujeito histórico e o sujeito pessoal (tradução nossa).

⁵² Seja uma questão de experiências das mulheres, minorias sexuais ou étnicas, ou várias explorações associadas à contracultura, é sempre uma questão de delimitar as novas formas pessoais de autocriação induzidas pelo processo de subjetivação coletiva (tradução nossa).

⁵³ O processo de subjetivação, a construção do eu como princípio de significado e experiência não ocorre num vácuo social, mas sim em condições concretas de vida e numa estreita interdependência entre significado, práticas e ação. Colocar a relação do eu consigo próprio e a subjetividade no centro da análise dos movimentos contemporâneos não deve levar a negar a importância das questões sociais, que permanecem no centro de muitos movimentos e da experiência quotidiana da maioria dos atores (tradução nossa).

No caso do MTST, os indivíduos que chegam ao movimento se constroem enquanto sujeitos a partir das condições que encontram como forma de luta. Como aponta Eder Sader (1988), os sujeitos, em sua pluralidade, possuem identidades que são resultado de suas interações em processos de reconhecimento recíprocos e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. A racionalidade que se estabelece não se encontra na consciência de um ator, mas é resultado do encontro de várias estratégias. É isso que, como procuro demonstrar nas próximas páginas, constituem as dinâmicas cotidianas das Ocupações do movimento e representam não apenas as ausências, ou carências, envolvidas no cenário de luta pela moradia, mas também as potencialidades construídas – ou descobertas – com o processo de fazer-se sem-teto e que envolve deslocamentos e a criação de territorialidades diferentes. Mais do que fazer-se sujeito de suas próprias vidas e lutas, fazer-se sem-teto envolve um fazer coletivo de possibilidades. As entrevistas realizadas no âmbito dessa pesquisa indicaram, desde o princípio, que era central seguir um caminho de análise que observasse o movimento social enquanto instância de socialização e politização, ou enquanto *espaços contrapúblicos* que, como coloca Nancy Fraser, criam-se porque a esfera pública é negada a uma parcela da sociedade. A autora afirma:

I propose to call these subaltern counterpublics in order to signal that they are parallel discursive arenas where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses, which in turn permit them to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs (Fraser, 1990; p.67)⁵⁴.

A socialização aqui pode ser pensada como o processo por meio do qual nos tornamos membros de uma sociedade, voltando à perspectiva de Berger e Berger (1977), o que pressupõe transmissão e assimilação de práticas, conhecimentos, comportamentos, valores, quadros de interpretativos e avaliação do mundo e de nós mesmo (Tomizaki *et al.*, 2016); ou o processo de “fabricación social y psicológica del actor”⁵⁵ (Martuccelli, 2007; p. 20). É algo que pressupõe relação e a interiorização da voz do outro. Este outro passa a se tornar o *outro significativo*,

⁵⁴ Proponho chamar esses contrapúblicos subalternos para sinalizar que são arenas discursivas paralelas onde os membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, o que os permitem formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades (tradução nossa).

⁵⁵ fabricação social e psicológica do ator (tradução nossa).

através dos quais se torna possível para o indivíduo desenvolver outra relação consigo mesmo (Berger e Berger, 1977). Já a politização, como aquilo que se torna possível à medida que o processo de socialização (e subjetivação) envolvido na entrada para o movimento promove uma passagem da perspectiva individualista à uma perspectiva coletiva e é influenciada por condições externas e materiais.

No caso dos militantes do MTST, concordando com Tomizaki (*et al.*, 2016), o principal vetor de politização é a vulnerabilidade econômica e social que experimentam ao longo de suas trajetórias, em conjunto com um complexo processo de “negociações” e “acomodações” entre os valores familiares e aqueles adquiridos na militância. Essa situação ganha contornos ainda mais evidentes desde a perspectiva das mulheres, seja porque partem de um lugar na sociedade onde a possibilidade de construção de subjetividades é rotineiramente negada; seja porque, ainda assim, a politização as faz aprender o que significa lutar e experimentar a dignidade e a integridade, como escreve bell hooks (2019), e chegam a ocupar a maior parte das *fileiras* do movimento e até mesmo a *linha de frente* da luta.

Em princípio, o que distingue os então militantes do MTST das famílias novas que chegam a uma Ocupação, além da experiência, é a ideia de que estes transcendem a dimensão da luta individualista por moradia e lutam com o movimento em prol das propostas de transformação social de uma forma mais ampla. Ser militante não é algo que deva ser dado *a priori*, mas é possível tornar-se um graças ao esforço constante do movimento. Um dos seus mais importantes objetivos, é possível afirmar, é a formação do que chamam de “novos quadros”⁵⁶. É algo que pode ser compreendido como resultado que se atinge a partir do envolvimento e comprometimento dos indivíduos acampados – como passam a ser denominados todos que chegam na Ocupação com o objetivo final da conquista da moradia – com as propostas de organização do movimento.

A partir do momento que um indivíduo decide ir para uma Ocupação e se unir à luta do movimento pela moradia, a distância entre a vida militante e a vida cotidiana diminui e, em alguns casos, até desaparece – principalmente em se tratando dos ocupados que passam a de fato morar no local. É o caso de Bia, recém-chegada no movimento. Ela entrou no começo de 2021 quando aconteceu a Ocupação Nova Canudos, na região de Taipas, zona norte de São Paulo, e hoje já

⁵⁶ O processo de formação envolve, além da prática diária, cursos de formação sobre a história das lutas da classe trabalhadora no Brasil, história geral, história do movimento e questões conjunturais.

compõe a coordenação e se considera uma referência para os outros ocupados. Casada, ela mora com o marido, três filhos e um neto na Ocupação de onde não saiu mais depois do dia em que entrou no terreno: “*Aqui praticamente é minha casa. Eu vivo aqui. Eu durmo aqui, acordo aqui*”. Aos poucos, com a aproximação, o estabelecimento de relações e o envolvimento com a dinâmica do local, a experiência de viver uma Ocupação faz com que a luta se torne o cotidiano. Em consonância com o que pontua Pleyers (2010): “The separation between daily life and activism disappears as everyday activities and life itself become the fields and issues at attack in social conflicts” (p. 41/42)⁵⁷.

Durante uma de minhas visitas a Nova Canudos, encontrei a pessoa com quem deveria conversar reunida com outras mulheres dentro do Barracão Central da Ocupação. Elas estavam cortando, pintando e escovando os cabelos, fazendo as unhas e as sobrancelhas. Era uma sexta-feira, “dia de folga” na Ocupação, já que não tem Assembleia. Entrei e me sentei junto com elas, disposta a esperar e a opinar sobre qual cor de esmalte deveriam colocar ou qual tipo de adesivos colar nas unhas. Mas antes mesmo que eu pudesse me acomodar muito, entre o som das conversas paralelas que aconteciam e o barulho do secador de cabelo, a mulher com quem eu tinha marcado pediu que eu chegasse mais perto para começarmos a entrevista. Tentei, sem sucesso, convencê-la de que era melhor esperar. Não tive alternativa. Liguei o gravador, mas sem muita esperança de que pudesse aproveitar algo depois, confesso. Bem à vontade em meio aquela balbúrdia, sorrindo, ela me disse que começasse. Era nosso segundo encontro, então já começamos falando sobre a situação da Ocupação, sobre as atividades programadas, de que estavam precisando. Eu era uma “tarefa” política para ela e em uma Ocupação tarefa é algo que se cumpre enquanto se vive o dia a dia porque não são coisas separadas.

Segundo François Dubet (1994), é na ação que se constrói um conhecimento da sociedade. E ação é interação e é linguagem; é a combinação entre estratégia e utilidade. A experiência social de Dubet designa condutas individuais ou coletivas dominadas pela heterogeneidade de princípios constitutivos e pela atividade dos indivíduos e é, dessa forma, capaz de dar sentido às práticas sociais. Como coloca McDonald (2004), militantes da experiência lutam com seu corpo. Não há como dissociar as marcas daquilo pelo que passaram na vida ou tampouco o que

⁵⁷ A separação entre a vida cotidiana e o ativismo desaparece à medida que as atividades cotidianas e a própria vida se tornam os campos e as questões em ataque nos conflitos sociais (tradução nossa).

representam do lugar que ocupam na luta. À medida que avança o engajamento de um indivíduo com a luta, os limites entre vida pessoal e vida militante passam a se confundir e o nível de envolvimento que os alcançam a partir do momento que se comprometem com a construção do cotidiano da Ocupação é motivo de satisfação, orgulho e alegria – ainda que, por vezes, também de cansaço e angústia.

Cada um chega com suas experiências prévias, não apenas em termos de habilidade para algo, mas com sua experiência vivida: sua história, trajetória, marcas. Claudinha, logo no começo de nossa conversa, falou sobre a dificuldade de organizar um lugar onde “(...) *chega todos os dias homens e mulheres de vários tipos. E tá todo mundo aqui. Diversas perspectivas sociais, de vida*”. E isso mesmo para ela que está no movimento desde 2014 e já participou da organização e coordenação de mais de uma Ocupação nesse período.

Tornar-se *sem-teto* e estar em uma Ocupação, como coloca Moraes (2020), parece fazer parte de um jogo de atuar como se fosse outro, um papel que desloca o indivíduo, ainda que temporariamente, dos sacrifícios, corres, problemas, afazeres domésticos e dívidas. Dentro da provisoriidade característica de uma Ocupação em forma de acampamento, é possível viver um personagem em um mundo provisório, de fronteiras imaginárias e transitórias. Como é comum ouvir nos relatos dos acampados, *o bichinho da lona te morde*, você se apaixona e não consegue mais sair dali. Voltando à Bia, da Nova Canudos, sua fala me chamou atenção porque, apesar do pouco tempo de militância, foi capaz de me apresentar todo o espaço e seu funcionamento, com detalhes significativos, assim como me apresentar a outros militantes que encontramos pelo caminho e que já a viam como referência.

Diante da multiplicidade e heterogeneidade de experiências observadas ao longo da pesquisa, cabe pensá-las a partir do prisma da *experiência social*, de Dubet (1994), no esforço de compreender de que maneira são construídas e como se constituem. A experiência social é a atividade ou o trabalho (enquanto feitura de algo) capaz de dar sentido às práticas sociais e através do qual indivíduos, quando articulam as diversas lógicas de ação nas quais está engajado, podem construir uma identidade social. Para ele, é pela lógica da subjetivação que o ator é capaz de entender-se como mais do que os papéis que ocupa numa comunidade ou seus interesses. Na subjetivação, o ator é capaz de se distanciar de si mesmo e da sociedade onde está inserido e sua identidade é construída a partir de um processo reflexivo que o faz compreender que é mais do que espectador da sua própria vida.

Está associada à aquisição de uma postura crítica e é nela que o indivíduo pode se ver e se afirmar como ator ou sujeito crítico. No caso das mulheres do MTST, essa aquisição se dá, principalmente, a partir do momento que passam a viver a experiência da Ocupação.

A sociabilidade e a amizade constituem elementos fundamentais do compromisso e da construção de um mundo melhor para os militantes da *via da subjetividade de* Pleyers (2010), assim como para as dinâmicas cotidianas das Ocupações. Os laços entre os indivíduos se criam e fortalecem a partir dos encontros, do reconhecimento, das trocas. Escutei de mais de uma pessoa, em diferentes Ocupações, que “*o ocupado precisa de atenção*”, “*o ocupado precisa se sentir escutado*”, “*precisa se sentir importante*” para continuar mobilizado na luta.

Gil, que chegou no movimento em 2016 e hoje é coordenadora da Ocupação Carolina Maria de Jesus, conta que a partir do momento em que passou a fazer parte do movimento e se tornou coordenadora de um dos grupos da Ocupação Dandara, viu ser construído entre os coordenadores, mesmo os que se conheciam há pouco tempo, laços afetivos: “*Não foi só uma coordenação. A gente virou um laço de amizade também.*” Convivialidade e trocas interpessoais fazem com que as pessoas sintam alegria de estar ali e estão no centro das experiências dos militantes ao mostrar-lhes que é possível construir relações distintas do individualismo e frieza do mundo capitalista (Pleyers, 2010). Nos espaços das Ocupações, como ouvi de mais de uma pessoa, essa outra dinâmica cura até depressão.

Cozinhar, cuidar dos lugares e das pessoas, ajudar com as crianças, atentar aos prazos das burocracias e cadastro exigidos pelo governo para negociação, controlar o envolvimento de cada um com a Ocupação e com a luta, tudo isso compõe um terreno de relações que podemos chamar de terrenos da confiança ou espaços seguros, como descrito por Patricia Hill Collins (2019) ao analisar as práticas culturais criadas por mulheres negras dos EUA. Esses espaços são locais que permitem a transmissão da experiência e o partilhar da amizade e se constituem por três tipos de interação: relações de amizade e familiares; interações desenvolvidas em espaços como igrejas; e aquelas estabelecidas a partir da participação em organizações negras informais. Em resumo, são espaços onde as mulheres se sentem protegidas de práticas racistas e sexistas, por exemplo. Uma Ocupação do MTST pode ser compreendida como um espaço seguro na medida em que é preciso confiar nos companheiros ocupados, na coordenação, no movimento.

Confiar que você está segura mesmo em condições adversas; que seus filhos estão seguros e cuidados dentro do espaço da Ocupação; confiar que suas coisas e seu barraco estão seguros quando você não está presente; confiar que a coordenação e as lideranças do movimento estão dando direção à luta de forma justa.

No campo do que Moraes (2020) chama de *experiências de conjunção* ou *relacionais*, está o que faz com que a Ocupação dê certo, “pegue”, “vire”. É um cotidiano de relações, conflitos e encontros; são as práticas da cozinha e tecnologias de cuidado; as trilhas noturnas; as fogueiras e a habilidade dos indivíduos em estabelecer relações e criar zonas de cumplicidade e encontro.

As ocupações parecem assim nos oferecer dois regimes de eficácia: um de mobilização/massificação, e outro de experiências de conjunção ou relacionais. De um lado existem as grandes mobilizações públicas do movimento, que conferem legitimidade e capital político para que se constitua como um interlocutor – governos, dentro da própria esquerda e suas definições de estratégias e de representação de interesses. De outro lado (o lado do avesso, ou “invisível”, como comenta Janice), entrevemos em sua textura um outro regime de eficácia que é o que faz com que a ocupação “pegue”, “vire”, a partir de um cotidiano de relações, conflitos e encontros; um regime de eficácia que está muito mais próximo das práticas de cozinha e tecnologias de cuidado, das trilhas noturnas aquecidas pelas fogueiras e de uma habilidade em fazer nutrir relações – abrir zonas de cumplicidade e encontro. (Moraes, 2020; 136)

Há, e ficou evidente ao longo das entrevistas e conversas que fiz, o que chamam de “jeito MTST” de fazer Ocupação, algo que deve ser passado para todos que a compõem e que garante que todos ao menos saibam qual o sentido e o significado da luta, além de aspectos objetivos como a inexistência de qualquer tipo de cobrança financeira. Diante do volume e da diversidade da base que se envolve nas Ocupações, que por vezes contam com milhares de pessoas, trabalhar para garantir um padrão de organização pré-estruturado é a forma como se busca manter a unidade do movimento. Esse “jeito MTST”, quase como uma cartilha, vai guiar os indivíduos na feitura diária do cotidiano. No plano ideológico, é a partir deste direcionamento que os militantes pensam as propostas políticas e as formas de intervir e mudar a realidade social. Na realização diária, a padronização da estrutura organizativa permite que todas as Ocupações possam agir de acordo com o direcionamento político traçado, mas isso não impede, é claro, que seja atravessada constantemente pela diversidade de experiências e demandas que emergem do encontro dos indivíduos. Construção de espaços autônomos, divisão de tarefas,

participação de todos nas decisões, aprendizado a partir de experiências práticas, horizontalidade das relações e defesa da diversidade tanto em meio ao movimento quando na sociedade em geral – aspectos que Pleyers (2018) destaca como presentes na visão de mudança social dos atores que produzem os *espaços de experiência*, são também aspectos presentes naquilo que chamamos de construção coletiva da cotidianidade das Ocupações. Apesar da existência de uma espécie de *tipo ideal* de Ocupação, cada sujeito a vive e experimenta de uma maneira distinta, como apontado anteriormente.

A noção de precariedade enquanto privação social e econômica é uma característica que une a diversa base social do MTST. Une nas ações coletivas externas, une na dinâmica coletiva interna. Precariedade aqui, tomando como base a leitura de Judith Butler (2018), pode ser compreendida como tipos de provação que são mais sentidos por trabalhadores e desempregados, mas que nos faz perceber que todos nós somos dependentes de um modo de vida “vivível”, ou seja, de uma infraestrutura mínima para manutenção da vida individual. Pensando a questão das alianças entre grupos de várias minorias ou populações consideráveis descartáveis, dentre os quais podemos incluir os sem-teto, a análise da autora trata de como a precariedade pode operar, ou está operando, como um lugar de aliança entre grupos de pessoas que de outro modo não teriam muito em comum e entre os quais, algumas vezes, existe desconfiança e antagonismo.

Consideravelmente diverso em sua base social, o MTST se encaixa nessa perspectiva de análise tanto no que diz respeito ao que motiva a sua articulação quanto aos desafios (tensões, desconfianças, diferenças) que enfrenta. As Ocupações são, em alguma medida, formadas por famílias inteiras, o que configura a existência de uma base social heterogênea com diferenças significativas entre comportamentos, necessidades e concepção de ações dos seus militantes. Para uma análise mais ampla, para além da concepção da política de identidade, pode-se perceber que se trata de, politicamente, viver junto, em contato com as diferenças, algumas vezes em modos de proximidade ou temporalidade não escolhidas, mas impostos pela necessidade e pela política.

Os movimentos que apostam na *via da subjetividade* de Pleyers (2010) dão grande importância às relações interpessoais e ao que se passa no nível local que, dentro desta lógica, se torna um espaço onde surgem alternativas às condições de vida no neoliberalismo, bem como possibilita o aparecimento de novos atores. A

resistência está também nos pequenos atos da vida cotidiana de todos e de cada um. Voltar o olhar para o nível local, no entanto, não significa limitar o enfoque, mas sim basear-se na crença de que a mudança global se constrói a partir do local, esfera que permite aos indivíduos colocar em prática alternativas concretas de estilos de vida e de formas de organização comunitárias.

Esse é o caso, por exemplo, da experiência dos neozapatistas, no México, que, a partir do que conta Pleyers, podemos apontar basear-se em princípios semelhantes. Apesar das dificuldades e do contexto de guerra presente nos territórios autônomos ocupados pelo exército mexicano e pelos grupos paramilitares, os processos de organização das comunidades locais demonstraram o potencial de um indivíduo, um ator político, quando implicado na tarefa de transformação social, política e cultural, apesar das dificuldades cotidianas e das contradições inerentes a um processo baseado em experimentações e construções de práticas alternativas. Tal qual os neozapatistas, os militantes do MTST, em meio à necessidade, precariedade e todas as dificuldades da condição social que ocupam, demonstram um potencial considerável e se forjam novos atores políticos no esforço de criar uma dinâmica de vida vivível.

4.3

Solidariedade e cuidado na construção coletiva da Ocupação

“Quando você fala de solidariedade.... Eu consegui entender o que era solidariedade dentro de uma Ocupação do movimento”, me disse Débora em uma das nossas primeiras conversas. A fala dela ilustra um sentimento presente em boa parte dos militantes do MTST com os quais tive contato. É comum que a passagem da vida vivida de maneira individual para a perspectiva coletiva encontrada no cotidiano das Ocupações seja acompanhada pela experiência, muitas vezes pela primeira vez, de sentir que suas necessidades importam para outra pessoa. Como pintado na madeira que cerca um dos barracões da Ocupação Nova Canudos, durante a festa de comemoração pelos dois meses de resistência no território, uma Ocupação do MTST é feita de solidariedade e luta.

Imagem 6: Mural pintado na Ocupação Nova Canudos



Foto: Acervo Pessoal

A luta pela moradia tal qual entendida pelo MTST é parte de um todo maior que é a luta pela mudança da sociedade em aspectos estruturais e culturais e para participar do movimento é preciso tomar essa perspectiva como um compromisso pessoal. Assim como os militantes que atuam pela via da subjetividade de Pleyers, os militantes do MTST têm para si que a mudança social passa pela transformação das maneiras de viver juntos a partir de alternativas concretas que coloquem em prática os valores do movimento na construção da sociabilidade local. Ou seja, é mudar primeiro a vida, para poder mudar o mundo: “*We must be the change we want to see in the world*”⁵⁸ (Pleyers, 2010). Uma perspectiva que dialoga com o que propõe Paulo Freire ao tratar da necessidade de exercitarmos a prática da solidariedade no dia a dia e não esperar que aconteçam mudanças na superestrutura para fazê-lo.

⁵⁸ Ser a mudança que se quer ver no mundo (tradução nossa).

Parto da noção de *solidariedade* enquanto conceito que baseia a ação e a prática para observar que depende da construção de uma rede de trocas baseada na ética do cuidado entre os ocupados o bom funcionamento do cotidiano e o comprometimento de todos com a perspectiva coletiva da luta pela moradia realizada pelo movimento. Uma *práxis* para mudar a realidade material dos que ali estão envolvidos. É uma forma de existência e resistência. De acordo com Dubet (2013), a solidariedade, enfraquecida pelas desigualdades que afetam várias esferas da vida, quando adotada como prática cotidiana é um caminho possível para uma sociedade mais igualitária. E no seio do movimento social, ainda que em condições de precariedade, pode funcionar como um instrumento de construção de laços, sobrevivência e resistência. A solidariedade aqui observada difere da ideia de caridade porque, como escreveu Eduardo Galeano, se trata de uma prática horizontal e não vertical tal qual a segunda, e envolve mais do que ações pontuais; pressupõe responsabilidade e a compreensão da importância do compartilhamento do que se tem. Como explica um texto escrito pelo próprio movimento:

A solidariedade, além de ser um princípio importante na periferia, é um valor necessário a partir da realidade de quem vive nessas áreas. Ser solidário não é uma escolha, mas, sim, uma condição de sobrevivência na periferia. A necessidade se impõe, e, como resposta natural e coletiva, formam-se redes de apoio mútuo. A partir dessa vivência é que surge a solidariedade como valor estruturante nas relações e na atuação do MTST. (Mulheres da Coordenação Nacional do MTST, 2020)

Se considerarmos a discussão de Jean-Louis Laville (2009; 310) sobre as formas de solidariedade presentes na sociedade e sua afirmação de que “o conceito moderno de solidariedade remete a dois projetos diametralmente opostos”, a saber a *solidariedade filantrópica* e a *solidariedade democrática*, é possível afirmar, depois de analisar os dados obtidos ao longo da pesquisa, que o tipo de solidariedade aqui observado estabelece um diálogo mais forte é com a democrática.

A *solidariedade filantrópica* é um meio de alívio imediato das camadas mais pobres e se fundamenta na lógica da caridade, onde os que têm mais condições ajudam os mais necessitados. É algo que se estabelece de cima para baixo, mesmo que em forma de voluntariado, porque tem como motivação a necessidade de se cumprir um dever. Com ações paliativas, atua no plano individual e, nas palavras do autor, “concentra-se na questão da urgência e na preservação da paz” e “porta

um dispositivo de hierarquização social e de manutenção das desigualdades”, ou seja, mantém vínculos de dependência que impedem a liberdade e a autonomia ao não estimular a participação e o engajamento em esforços de transformação social.

A *solidariedade democrática*, por sua vez, pressupõe uma igualdade de direitos entre as pessoas que nela se engajam e tem como objetivo fortalecer a esfera pública e “aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica e social”. Nela está inscrita uma prática que visa não apenas amenizar más condições de vida e corrigir situações pontuais de negação de direitos, mas também questionar as condições que fazem com que assim sejam. A solidariedade democrática é parte de uma construção conjunta mais ampla, que é o que vemos na prática do movimento social.

Não se trata da idealização romântica de uma suposta solidariedade inata aos pobres, mas sim do reconhecimento de que na dinâmica coletiva do movimento existe uma racionalidade que reconhece e opera com a interdependência como uma condição para a sobrevivência social e que se realiza através de iniciativas comunitárias ou coletivas, assim como em espaços de conhecimento. Essa realização se materializa de diversas formas. Há um esforço coletivo diário, de solidariedade e cuidado, para que as necessidades de todos os ocupados sejam minimamente atendidas: que não falte comida, que não falte roupa e que não falte coberta a ninguém. Por causa disso, envolvidas pela teia da solidariedade e pela necessidade, mesmo pessoas que não moram no terreno passam pelo espaço em diferentes momentos seja porque não têm comida em casa e nas Cozinhas da Ocupação sim; ou porque estão passando frio e na Ocupação tem um lugar onde as doações de roupas recebidas são organizadas e disponibilizadas. Débora, que hoje é uma das principais lideranças do MTST e coordena a Ocupação Nova Canudos, lembra do que sentiu logo que entrou para o movimento.

Naquela época eu trabalhava como cozinheira e à tarde fazia faculdade de matemática. E tinha meu filho. Então eu me dividia com minha mãe cuidando dele, com companheiros da ocupação cuidando, e às vezes chegava morrendo de fome da faculdade...Tinha gestos que até no nosso meio familiar a gente não vê. Por exemplo, nas ocupações tem as cozinhas coletivas, então a coordenadora do meu grupo, tinha o horário da janta 7/8h, mas ela se preocupava de guardar uma marmita porque eu ia chegar e precisava comer.

Fora de uma lógica mercadológica, a existência dessa “oferta” é um dos elementos que fortalece o vínculo dos indivíduos com aquele espaço, não numa dinâmica de relação de prestação de serviço, mas numa dinâmica de coletividade, troca, solidariedade e cuidado. São ações tão corriqueiras quanto indispensáveis. A tarefa do cuidado é, historicamente, responsabilidade das mulheres e algo a ser tratado dentro da esfera privada. Ainda que seja a base da nossa reprodução e existência – não à toa é parte do chamado trabalho reprodutivo –, a tarefa do cuidado poucas vezes é classificada como um ato político. Na maioria das vezes é, inclusive, invisível aos olhos de muitos. No entanto, seguindo a premissa de que “viver é político”, se torna impossível o não *reconhecimento* do ato de cuidar como ato político cotidiano. De acordo com Moraes (2020), as mulheres que sustentam os acampamentos e Ocupações são, por muitas vezes, as especialistas no que chama de “dias seguintes”, ou seja, nas tecnologias de recosturar os muitos mundos despedaçados que ali se encontram e precisam continuar a existir, como analisa Veena Das.

Pensar essas ações de cuidado fora das paredes do espaço doméstico⁵⁹ é, como aponta Joan Tronto (2009), o caminho para que seja possível analisá-las a partir de um ponto de vista de ação política. A ética do cuidado, quando nessa perspectiva, está enraizada na prática ordinária, cotidiana, e envolve afetos e sentimentos morais e tem como consequência impactos nas histórias e trajetórias dos indivíduos. É parte de uma trama de relações que pode ser caracterizada pela lógica de dar, receber e retribuir. E se afasta da conexão automática que em geral se faz entre a ética do cuidado e uma suposta predisposição da moral feminina a ela, mas a reconhece enquanto necessidade inerente aos seres humanos. Nesse sentido, diz Flavia Biroli, “quando se rompe com a invisibilidade do complexo de relações de que estamos tratando ao falarmos de cuidado, a dependência aparece como uma realidade da vida cotidiana” (2019; p. 103).

São essas dimensões – coletividade, troca, solidariedade e cuidado – que regem a organização das atividades e dos lugares da Ocupação: as assembleias, a trilha, as festas e atividades culturais, as rodas de conversa, cuidado e orientação,

⁵⁹ Para aprofundamento deste debate, indico a leitura de Helena Hirata (2022) que propõe uma reflexão sobre em torno das mudanças do *status* da ação cuidado e das diferentes formas de cuidar em meio a uma sociedade que prova, cada vez mais, como é inválida a premissa neoliberal de que somos todos indivíduos iguais, autônomos e autossuficientes.

as rodas de leitura, os ambientes de formação, as hortas e as cozinhas coletivas. A existência desses espaços dá aos ocupados a possibilidade de se sentir parte da vida da Ocupação, de se expressar, de trocar experiências. Aos poucos, cada um assume seu lugar. Enquanto essas coisas acontecem, efetuam-se também trocas que fazem com que a aproximação e entrada para o movimento e a experiência de participação em uma Ocupação, como visto na sessão anterior, sejam momentos que podem ser caracterizados como de reflexividade e construção de subjetividades.

Pesquisas acerca de movimentos sociais são empreitadas que podem ser desenvolvidas por diferentes linhas. Identidade, reconhecimento, organização, ação coletiva, luta por direitos, base social. Desses aspectos gerais podem ser destrinchados vários outros que compõem cada espaço e cada momento dessa construção coletiva contínua que os movimentos representam. Neste capítulo, vemos práticas que fazem parte do cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no enfrentamento das vulnerabilidades individuais e coletivas e dos problemas sociais e a dinâmica da luta urbana, considerando-as como práticas políticas que fazem parte de um processo de *experimentação do estar junto* (na versão original, *experimental togetherness*), na acepção de Isabelle Stengers (2009), atributo de um tipo de ativismo construído a partir do território das relações. Uma *práxis* que foca em ações de cuidado e redes de solidariedade como centrais para a supracitada construção coletiva da cotidianidade.

A ideia de rede de movimento social pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de determinados valores, objetivos ou projetos em comum. De acordo com Denise Fonseca (2005), algumas formas de associação têm funcionado sistematicamente como redes de solidariedade no Brasil. Segundo a autora, essas redes podem ser divididas em: 1) redes familiares; 2) redes religiosas; 3) redes de vizinhança e 4) redes de interesses compartilhados. Cada uma possui uma lógica própria de relação e integração que garante sua existência enquanto sujeito coletivo. O sentido de pertencimento à rede varia de acordo com determinados aspectos da existência material, emocional e espiritual de seus membros, mas todas podem ser traduzidas como formas de existir dentro das comunidades.

Aqui a pesquisa busca observar o que acontece dentro das Ocupações do movimento, analisando-as como espaços de ação e construção política coletiva e cotidiana. Como a partir da ação política pautada pela solidariedade, é possível construir uma prática política baseada na ética do cuidado? Busco apontar respostas

a essa questão a partir da observação e análise de experiências que, a meu ver, fazem parte de uma dimensão central das lutas e mobilizações coletivas e que quase nunca recebem a devida atenção e são, constantemente, como coloca Alana Moraes (2018), compreendidos como bastidores da luta política.

Os movimentos sociais são espaços de resistência ao individualismo egoísta característico do sistema capitalista e à injustiça social que gera. Atuam por uma demanda direta e contra o esgarçamento e a erosão dos laços de solidariedade consequente do avanço da desigualdade social. E as Ocupações, como colocado anteriormente, são espaços de experiência em que os sujeitos se constroem e constroem o coletivo no âmbito das relações sociais e de ações de cuidado. No desempenho dessas ações, está o agir político. O cuidado a partir de uma perspectiva de mudança social não é privado, é coletivo.

De acordo com Paulo Freire (2021), a solidariedade caminha de mãos dadas com a consciência crítica. Não é possível pensar o mundo melhorando, afirma, se os seres humanos não adotarem realmente o sentimento de solidariedade, se não se constituírem como um grande bloco de solidariedade e lutarem por ela. Freire é crítico da crença que atribui à parte da esquerda de que primeiro é preciso transformar radicalmente as estruturas materiais da sociedade para poder atuar sobre a superestrutura e somente depois, com estas transformações estruturais concretizadas, ser possível ver a realização da solidariedade na sociedade.

Neste tipo de sonho, o sonho mecanicista de transformar as condições materiais da realidade, assume-se que no dia seguinte ao da promoção destas mudanças estruturais profundas teríamos um novo homem e uma nova mulher, e nós poderíamos instaurar a solidariedade na sociedade. A História demonstra que não é bem assim. A solidariedade tem que ser construída em nossos corpos, em nossos comportamentos, em nossas convicções. (Freire, 2021; p. 81)

Restaurar e reinventar a autonomia local e nas Ocupações significa buscar saídas e criar possibilidades diferentes que tornem possível a experiência da solidariedade. Mas para isso, é preciso primeiro entender o verdadeiro sentido de solidariedade, de ser solidário. O individualismo, ponto forte do desenvolvimento capitalista das sociedades, é a antítese da solidariedade. Sob a perspectiva individualista cada um pensa principalmente no seu interesse pessoal e a tendência é nos fecharmos em nós mesmos. A interpretação de que o cuidado é político é uma escolha que faz parte de um projeto maior de mudança social. Ela depende de uma

determinada leitura e interpretação da vida e da vida em coletividade e da disposição de construir espaços onde um novo modo de viver se organize. Desde sua fundação, o MTST se organiza a partir de princípios gerais que afirma com bastante firmeza, como colocado no Capítulo 3 e que retomo aqui: (a) unidade da ação e liberdade na discussão; (b) disciplina; (c) trabalho e decisão coletivos; (d) correspondência entre compromisso e poder de decisão; (e) construção do poder popular e (f) estímulo aos valores socialistas – entendidos como companheirismo, solidariedade e coletivismo.

Moraes se refere aos espaços e à vida nos acampamentos e Ocupações a partir da expressão “regime baldio”, que nas palavras, dela, “é um regime ético-estético-político que se expressa, principalmente para as mulheres, nos sentidos fortes de ‘sentir-se viva’” (2020; p. 116). É composto por precariedade e aberturas, permite uma outra relação com o mundo, criar para si e com outras formas de ser ou estar no mundo ou com o mundo. Construir e valorizar o princípio da solidariedade no cotidiano é outra forma de ser e estar no mundo. Como explica Débora:

Porque a partir do momento que a gente se preocupa com o espaço, esse espaço não é só meu, é do meu companheiro, a gente também tá sendo solidário com quem tá lá. (Débora)

A solidariedade é uma palavra central no vocabulário dos sem-teto, como afirmam vozes do próprio movimento. A ação política orientada pela construção da vida numa perspectiva coletiva estimula o sujeito a pensar na conquista de direitos não pelo individual, mas como luta e benefícios de uma comunidade unida por laços de solidariedade. Um tipo de ação transformadora que acontece por dentro, em pequenos movimentos, e que busca romper com a lógica do capital segundo a qual tudo, inclusive a própria manutenção da vida, é mercadoria. Uma revolução que, tal como coloca Holloway (2013), deve se configurar como um *continuum* de criação comum.

Enquanto escrevo esta tese, por exemplo, e desde o início da pandemia⁶⁰, o movimento está com maior parte de sua base social, seus militantes, voltada para ações de solidariedade, tais como a continuidade da cozinha solidária, arrecadação de dinheiro para compra de cestas básicas e materiais de higiene e limpeza e

⁶⁰ A pandemia do Covid-19 teve início no Brasil em fevereiro de 2020. No Capítulo 5, abordo detalhadamente as ações do movimento ao longo do período.

produção de máscaras de proteção pessoal, para sua base e para os moradores das periferias no entorno das Ocupações. É uma escolha política. “A solidariedade é a alternativa que o MTST adota sempre em relação a todos que passam por alguma necessidade”, nas palavras retiradas de um texto publicado pelo próprio movimento⁶¹.

Para Honneth (2003), o reconhecimento da solidariedade compõe uma das dimensões morais do processo de engajamento e luta dos sujeitos. O reconhecimento da estima social, ao qual ele chega desde o conceito de eticidade de Hegel e divisão democrática do trabalho de George Mead, se fundamenta na solidariedade e, dessa forma, permite aos sujeitos “referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (p.198). A solidariedade no contexto das sociedades modernas, para Honneth, está ligada às relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados não no sentido quantitativo, mas porque “todo sujeito recebe a chance, se graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades” (p. 211).

Nos relatos e entrevistas feitos com os militantes, este é um dos aspectos mais valorizados da vida dentro de uma ocupação, juntamente com a tomada de consciência sobre direitos, a importância da luta e do coletivo. As expressões *coletividade* e *solidariedade* são comuns e constantemente usadas para descrever o sentimento que os militantes carregam em relação com o movimento. Uma consideração possível é a de que em situações de extrema dificuldade social, as privações se traduzem em necessidade de solidariedade em busca de uma vida vivível (Butler, 2018). Não sem limites e contradições, claro. Podemos observar que o dia a dia do movimento é, na verdade, marcado pela transitoriedade entre conflito e solidariedade, parte das dinâmicas coletivas. Atribuo essa situação a duas características do movimento já anteriormente apresentadas aqui, a saber, a heterogeneidade da base social e o caráter transitório dos acampamentos, que precisam ser construídos no dia a dia e a partir das demandas que surgem.

⁶¹ “Cozinhas comunitárias do MTST: solidariedade, alimentação e resistência durante a pandemia”. Informação extraída de: <https://mtst.org/noticias/cozinhas-comunitarias-do-mtst-solidariedade-alimentacao-e-resistencia-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 28 de ago. 2022.

4.4

Entre os espaços e lugares: existência e conjunção

O espaço das Ocupações, quando olhado de perto, pode ser percebido enquanto um mundo em permanente movimento e composição que deve ser pensado a partir da experiência das relações e encontro ali vividos. Para pensar a ecologia de práticas, utilizando a ideia de Isabelle Stengers (2005) que está presente no interior do *espaço de experiência* proponho, a partir da articulação de contribuições teóricas com dados colhidos em trabalho de campo, a adição de uma perspectiva metodológica que nos permita ver a Ocupação a partir de dois níveis que aqui represento como o nível do *espaço* e o nível do *lugar*. O que Stengers chama de ecologia de práticas é uma ferramenta, nas palavras da autora, “for thinking through what is happening” (p. 185)⁶². Ao longo das próximas páginas, ao demonstrar a ecologia de práticas que compõem a luta diária do MTST pretendo, tal como Stengers, oferecer meios que para que pensemos juntos com as práticas do movimento e não apenas as reconheçamos.

O *espaço* aqui diz respeito ao conjunto do território delimitado sobre o qual o acampamento foi levantado e ao conjunto de experiências ali vividas e significados construídos. É o todo ou o macro dentro do qual existem vários micro-espacos. Diz respeito ao espaço físico, mas engloba também dimensões simbólicas. Como coloca Milton Santos (2020), um espaço organizado pelo homem precisa ser compreendido como uma totalidade, um conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos passados e presentes. Ele é um resultado e uma condição dos processos sociais e tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelos indivíduos. A essa estrutura, chamo de *lugares*, aos quais me refiro como *lugares de existência*. São as esferas micro – mas não menos importantes – que compõem as Ocupações e foram “descobertos” a partir do acompanhamento das ações do movimento, das entrevistas e conversas. Podem ser físicos, mas não necessariamente. Algumas práticas também podem ser, simbolicamente, *lugares de experiência*. São, portanto, os barracos de cada militante, as cozinhas, os banheiros, o barracão central, a horta comunitária, a

⁶² pensar através do que está acontecendo (tradução nossa).

ciranda das crianças e o campo, mas também as assembleias, a trilha, as reuniões de coordenadores, as rodas de conversa, os chás de bebê, os saraus, as festas, a organização para saída para os atos, as ações do setor de saúde, as formações do trabalho de base.

Imagem 7: O *espaço* da Ocupação e seus *lugares*



Como mostro na figura acima, os diferentes *lugares de existência* estão contidos dentro do *espaço* da Ocupação. E é neles, onde, todos os dias, os indivíduos vivem e trabalham para reproduzir a si e aos companheiros. Esses lugares podem ser observados como um mundo em permanente movimento e composição e ser pensado a partir da experiência das relações e encontro ali vividos. A lógica da relação, como pontua Moraes, é o que sustenta a Ocupação. Ela é anterior até mesmo à constituição dos “sujeitos políticos”, na medida em que esses

só se constituem a partir da produção de intersubjetividade que se dá nos *lugares* onde a vida acontece, pelos quais caminharemos mais à fundo a seguir.

Uma vez ultrapassadas as cercas invisíveis (porque se materializam por muitos outros dispositivos de “segurança” e biopoder), os terrenos baldios nos convocam a retomar saberes de “outros tempos”, como dizem os sem-teto: fogueiras, cozinhas coletivas, pés na terra, nos reunir e pensar ao ar livre, comer juntos, contar histórias, fazer parentes. (2020; 25)

É possível fazer um paralelo do que chamo de *lugares de existência*, onde os acampados podem existir ao mesmo tempo que ocupam as fileiras da luta pela moradia, com o que Moraes classifica como *experiências de conjunção*. A conjunção, para ela, está relacionada à existência de um regime de eficácia conjuntivo que, recorrendo a Stengers (2018; p. 459), afirma atuar pela “convocação daquilo cuja presença transforma as relações que cada protagonista entretém com os seus próprios saberes, esperanças, medos, memórias e permite ao conjunto fazer emergir o que cada um separadamente, não teria sido capaz de produzir”.

Ao longo de alguns meses, entre ocasiões especiais e ordinárias, circulei entre esses lugares de existência cotidiana em diferentes Ocupações. Como em grande parte dos espaços que são construídos coletivamente, a realização de alguns deles dependem da iniciativa e insistência de algumas pessoas. Nesse caso, em geral, depende da coordenação da Ocupação ou dos Grupos que foram formados. A continuidade, no entanto, depende do significado que aquele lugar passa a ter na vida de cada um e dos laços que são ali construídos. A perspectiva de mudança do mundo reside, principalmente, na construção de novas formas de sociabilidade, onde espírito coletivo e senso de comunidade estão no centro das relações, além do comprometimento de cada um (Pleyers, 2010).

Apesar de contar constantemente com a ajuda de companheiros do movimento que compõem os setores e núcleos “técnicos”, como apresentado no Capítulo 3 (saúde, educação, jurídico, dentre outros), é preciso pontuar que tudo que se passa nos *lugares de existência* é mais rico, pois se passa em formato de intercâmbio onde saberes externos se encontram com saberes orgânicos da Ocupação. Isso significa que não apenas a participação dos que estão ali é estimulada, mas também o *uso da palavra*, o compartilhamento de histórias, a proposição de atividades que considerem importantes. Lembro que em uma das

conversas, perguntei à Claudinha – que já tem uma trajetória ampla de militância e, portanto, compõe também outras frentes de luta – sobre um movimento de mulheres que eu havia ouvido falar. Ela me disse que fazia parte dele e explicou do que se tratava, mas fez questão de reforçar que no que dizia respeito às atividades que aconteciam no espaço daquela Ocupação, eram as mulheres de lá que planejavam.

Fato é que boa parte da energia dos militantes das Ocupações é dedicada à construção da própria Ocupação e, conseqüentemente, do movimento. Defender que há um “jeito MTST” de fazer Ocupação, como contei acima, é valorizar suas experiências e práticas, principalmente quando em comparação com outros tipos de ocupação que são regidos por lógicas e valores distintos. Mais do que em uma ideia, o “jeito MTST” é uma prática que se traduz nos *lugares de existência*, como tento demonstrar a seguir.

4.4.1

Assembleia

Imagem 8: Assembleia no fim da tarde na Ocupação Carolina Maria de Jesus



Foto: Acervo Pessoal

Em todas as Ocupações, um dos principais *lugares* de encontro dos ocupados é a assembleia. A primeira assembleia de uma Ocupação acontece durante a madrugada logo após a entrada em um terreno. É preciso dar informes, passar orientações básicas para aqueles indivíduos que estão, em alguns casos, tendo contato com a luta do movimento pela primeira vez e dar início à organização da vida coletiva que vai ganhar corpo ao longo dos dias seguintes. As horas posteriores a entrada em um terreno são sempre horas de tensão, então é preciso que todos estejam atentos e saibam o que precisam fazer frente a diferentes situações. Desde os primeiros momentos do ato de ocupar, o movimento e seus militantes precisam trabalhar para não perder o controle da Ocupação. Caso não consigam, isso pode significar o fim dela antes mesmo que possa se consolidar. São inúmeros os riscos que a entrada em um espaço incerto com pessoas que estão em formação oferece ao projeto político do movimento, que é anterior e mais amplo do que aquela Ocupação em si, principalmente no contexto periférico urbano onde, como contou Claudinha: “*Aqui na quebrada tem sua regra, né. A gente que é morador de periferia, a gente sabe que tem regras, tem lados, tem forças, tem poderes*”. A primeira assembleia é o lugar onde o projeto para aquele espaço é verbalizado e colocado como forma de ordenamento.

Gil, que participou da Ocupação Dandara, em 2015, lembra que nas primeiras horas após a entrada no terreno já foi possível perceber que não se tratava de uma ocupação desordenada:

Quando foi um pouco mais tarde teve assembleia e ali já foi fala política, falando da negociação do terreno. Quando eles falaram: a gente não cobra nada de ninguém, a gente cobra participação. Aqui é luta por moradia digna. A gente não quer que esses barraquinhos 2x2m fiquem pra sempre. É uma forma de denúncia para que futuramente vocês tenham a casa de vocês com estrutura, com saneamento básico. Moradia digna de verdade. E foi uma fala política.

Passados os momentos iniciais da Ocupação, em alguns casos, a assembleia passa a acontecer de acordo com a necessidade identificada pela coordenação da Ocupação. Há onde ela aconteça diariamente, como é o caso da Ocupação Nova Canudos, onde apenas às sextas os ocupados têm “folga”. Em outros lugares, ocorre apenas em alguns dias na semana. Independentemente da frequência, participar das assembleias é um compromisso de todos. O cadastro de um ocupado somente é

efetivado depois que constrói seu barraco, se envolve com alguma instância da Ocupação e mantém participação assídua nas assembleias.

Ali são tomadas as decisões relativas ao cotidiano das Ocupações e feitos os informes sobre como andam as negociações do terreno, as etapas do cadastro dos moradores, o calendário de atividades. Durante as assembleias são distribuídas tarefas que atendem às necessidades da Ocupação e de cada lugar dentro dela. São essenciais para que cada participante possa se apropriar dos princípios e práticas do movimento, além de suas responsabilidades. Isso não significa que todos irão assimilar ou incorporar aquilo de imediato em suas vidas, mas como colocam Tomizaki e Carvalho Silva (2021), pode-se considerar que as assembleias constituem uma primeira fase da formação política dos indivíduos nas Ocupações. Além de ser um lugar que oferece informações e temas para provocar debates entre os militantes, é também onde se pode viver a experiência de falar publicamente e participar de discussões e votações.

A organização e condução fica a cargo da coordenação da Ocupação e, em geral, conta com a presença de algum membro da coordenação do MTST que participa das negociações com os agentes externos, tais como instituições ou proprietários dos terrenos. É deles também a responsabilidade de manter aqueles que estão envolvidos animados e mobilizados. Como explica Claudinha: *"A gente fala isso na Assembleia: Olha pro chão, companheiro! Isso aqui, essa é a sua terra. Fala: "isso é meu terreno!". Chama "meu terreno!". E eles falam. Valoriza que isso aqui vai ser seu"*.

Se ao longo dos dias é comum encontrar poucas pessoas circulando pelas ruas da Ocupação, à medida que a hora da assembleia vai se aproximando, é possível perceber o aumento do fluxo em direção ao lugar onde vai acontecer a reunião, geralmente um espaço aberto, similar a uma praça, com um palco que é usado também para atividades culturais. Logo, centenas de sem-teto estão reunidos para que seja dado início aos trabalhos. O número de participantes é, em geral, bem inferior ao número de barracos montados, ou erguidos, ou de acampados cadastrados, mas em situações mais sérias, como no caso de uma ameaça de desocupação, a assembleia pode chegar a contar com milhares de pessoas.

4.4.2

Trilha

A trilha é *lugar* fundamental para a existência de uma Ocupação e para a manutenção da vida coletiva que ali se constrói diariamente. Responsabilidade do chamado setor de autodefesa, depende dela a segurança do terreno e de todos que ali estão tanto durante o dia, quanto durante a noite. É responsabilidade e cuidado com toda a estrutura da Ocupação e solidariedade com aqueles que precisam dormir. Grupos de ocupados divididos em turnos se revezam nessa função. Uma fogueira é feita para reunir o grupo que vai cuidar de quem entra e sai do local e fazer as rondas pelas *ruas* e *vielas* que se formam entre os barracos de lona para garantir que ninguém de fora entre e para controlar possíveis problemas que possa haver entre os próprios moradores da Ocupação. Durante a trilha, é preciso caminhar em fileira, em silêncio e com as mãos para trás. Quando alguma coisa diferente é avistada, deve-se apenas estalar o dedo ou ciscar (uma forma de bater levemente com o pé no chão) para avisar os outros.

Não é necessário morar na Ocupação para participar da trilha. De acordo com os relatos, a maioria mora, mas ela é também uma forma de participação dos que moram em outro lugar, mas são parte daquela luta. Cada G é responsável por um turno e isso envolve não apenas determinar quem são os que vão participar, mas também providenciar o café e a comida para todos. O turno da noite geralmente começa às 23h e termina às 7h da manhã. Mas, para os que participam, apesar do cansaço, é um lugar que desperta o sentimento de pertencimento e de cuidado. O compromisso de cuidar da Ocupação é uma tarefa que depende da compreensão de que aquilo é coletivo e de que uns devem cuidar aos outros. Os participantes da Ocupação são estimulados a se revezar nesse cuidado. Além disso, a trilha é uma oportunidade de encontro, de conversas e trocas entre os indivíduos. Para a Bia, a trilha é mais do que uma prática de segurança e proteção – é também lugar de encontro: *“A Trilha também é muito gostoso. (...) A gente põe batata doce pra assar, milho, tem uma roda de conversa, troca experiências”*. É espaço de socialização e trocas. A cada dia, há expectativa para saber quem vai participar: *“Você vai ficar na trilha hoje?”*, é comum ouvirmos ao longo do dia na Ocupação.

Em geral, há a recomendação de que idosos não devem participar da trilha para não correrem risco de sofrer algum acidente andando durante à noite pelo

terreno muitas vezes irregular e escorregadio das Ocupações. Outra questão é sobre o consumo de bebidas alcoólicas. É comum que em uma Ocupação não seja permitido o consumo de bebidas alcoólicas, salvo em dias de festa ou celebração. É uma medida que tem como objetivo tentar diminuir os conflitos dentro do espaço. Isso não significa, claro, que o acampado que beba do lado de fora não vai poder entrar na Ocupação, mas significa que não poderá fazer parte da trilha.

Apesar da percepção comum de que a defesa seria uma tarefa de homens, participam da trilha tanto homens quanto mulheres por motivos tais como: caso haja uma situação de conflito com uma mulher envolvida, é indispensável que haja outra mulher para tentar fazer a mediação; e porque há no movimento a percepção de que é preciso ressignificar o que seriam as tarefas de homem e as tarefas de mulher na construção cotidiana da Ocupação e reforçar que todos podem cumprir todas as funções.

4.4.3

Festas, saraus e feiras

Assim como os lugares mais facilmente caracterizáveis como políticos das assembleias e trilha, o *lugar* da festividade é presente e central na construção da vida na Ocupação na sua forma de acampamento. Aparece, na maior parte das vezes em forma de festas, celebrações, saraus e feiras, e conformam uma estrutura que envolve os participantes da Ocupação desde a proposta do evento, passando pelo planejamento e pela realização de fato. Assim como praticamente tudo em uma Ocupação, os momentos festivos são pensados e realizados coletivamente.

As motivações para tais celebrações incluem a vontade de comemorar e festejar algo, como, por exemplo, cada mês ou ano completo da Ocupação, ou ainda de valorizar o talento dos indivíduos que estão envolvidos com a luta, de convidar as comunidades do entorno a conhecerem o movimento e de provocar práticas de economia solidária. As festas de comemoração de meses ou anos das Ocupações são momentos de intensa mobilização e valorização da luta. Centenas de pessoas, entre ocupados e apoiadores, se reúnem no terreno da Ocupação. Cada Grupo, os G's nos quais a Ocupação é organizada, fica responsável por uma parte da organização e por preparar alguma comida para ser colocada na mesa coletiva a ser montada na hora da festa. Pode ser um bolo, um doce, um prato salgado. Em geral,

as bebidas são vendidas e o dinheiro arrecadado fica para a manutenção da Ocupação. Os valores são simbólicos e a compra é estimulada por quem estiver no comando do microfone, mas há sempre uma mesa com algumas opções de graça para que todos tenham o que comer.

Imagem 9: Festa de dois meses da Ocupação Nova Canudos



Foto: Acervo Pessoal

A programação cultural das festas e saraus privilegia a arte dos próprios militantes, seja música, poesia ou teatro. Praticamente dentro de toda festa acontece um sarau com a apresentação de artistas que fazem parte da luta da própria Ocupação, de outras Ocupações do movimento, que vivem nas comunidades do entorno ou são parceiros do MTST. Nos intervalos das apresentações, a coordenação da Ocupação se reveza em falar que exaltam toda o processo que os levou até ali e a força dos que constroem as Ocupações no dia a dia. É um momento de expressão de subjetividades, de troca e de animação e mobilização da militância.

As feiras têm como objetivo criar um espaço para os ocupados exporem seus trabalhos e movimentar uma economia alternativa através da comercialização de itens e alimentos produzidos por eles, além da organização de brechós e espaços de doação e trocas. Aqueles que no dia a dia trabalham como ambulantes em diversos lugares da cidade, nos dias de festas montam suas banquinhas no *espaço* da Ocupação.

A realização de um Chá de Bebê coletivo também é comum no cotidiano das Ocupações. É, ao mesmo tempo, uma ação festiva, pois mantém um clima de celebração e uma ação do setor de saúde do movimento, dado que são encontros que abordam questões relativas à saúde das mulheres.

Imagem 10: Chá de Bebê na Ocupação Carolina Maria de Jesus



Foto: Acervo Pessoal

Como já dito anteriormente e será mais bem detalhado no próximo capítulo, a maior parte da base que compõe o movimento é composta por mulheres. É comum, portanto, que entre as milhares de pessoas envolvidas existam muitas gestantes que, em alguma medida, sempre necessitam de algum tipo de ajuda. Nesse sentido, o movimento e as próprias coordenações das Ocupações se organizam para arrecadar roupas, fraldas e kits de higiene básica, que são distribuídos no Chá de Bebê que acontece geralmente no barracão ou na cozinha central da Ocupação. Além dos presentes, da comida oferecida e dos encontros que acontecem, os Chás do movimento contam também com a participação de algum militante do setor de saúde ou profissional da área convidado para conversar com as futuras mães sobre questões básicas para a gravidez.

Os espaços de celebração e festa funcionam como dispositivo de encontro, socialização e troca, e desempenham funções de construção de identidades, abrem espaços para experiências de reconhecimento, fortalecem os laços de solidariedade e reforçam símbolos de pertencimento. São espaços que possibilitam a construção de novas subjetividades a partir da realidade experimentada.

4.4.4

Formação política e rodas de conversa

“Apenas conhecendo o sistema que vivemos e sua estrutura seremos capazes de transformá-lo”, diz um material produzido pelo movimento sobre seus processos de formação.⁶³ Como já pontuado no capítulo anterior, o MTST é um movimento social que acredita que são os próprios militantes os únicos capazes de resolver os problemas enfrentados pela classe trabalhadora. E os sem-teto, como demonstrado no Capítulo 3, são e se identificam como trabalhadores. Por isso, apesar de as coordenações do movimento terem consciência de que a aprendizagem no contexto da luta se dá principalmente por meio da vivência prática e das experiências pelas quais os militantes passam, há também um esforço considerável na organização de processos formativos, tais como discussões, rodas de leitura e cursos, para fortalecimento daqueles que se juntam ao movimento.

Pode-se dizer que esse esforço de formação se constrói muito a partir da proposta de pedagogia do oprimido, de Paulo Freire. De acordo com Freire, a pedagogia do oprimido é “aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante pela recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (Freire, 2018; p. 43). Ou seja, “é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação” (Ibid., p. 55).

Responsabilidade do setor de formação político-educativa do Movimento, é parte fundamental e estratégica do trabalho de base e funciona como mecanismo de aproximação entre as demandas imediatas, com as quais os indivíduos já chegam, e a construção do projeto político coletivo. De acordo com Santos e Goulart (2016),

⁶³ Material publicado em 14 de jul. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CgAVvoJurHK/>. Acesso em: 15 de jul. 2022.

com base na ideia de *intelectual orgânico* de Antonio Gramsci (1968), a luta cotidiana do MTST e o processo formativo têm potencial de formar sujeitos históricos capazes de transformar o mundo.

Imagem 11: Formação de coordenadores na Ocupação Carolina Maria de Jesus



Foto: Acervo MTST

As formações do movimento acontecem em múltiplos formatos e com diferentes objetivos. E apesar de muitas serem elaboradas pelo setor formativo, não significa que outros setores não o façam, de acordo com suas pautas. As formações podem ser divididas em três tipos: (1) Há a formação básica sobre os fundamentos e condições da luta pelo qual passam os que acabam de se juntar ao movimento, principalmente para aqueles que querem se tornar coordenadores nas Ocupações onde estão. Nesse processo inicial é importante que seja passado o que é o movimento, qual tipo de luta defende, como se organiza, bem como para a compreensão de que o que ali vão viver é uma forma de luta que é construída coletivamente. Os coordenadores desempenham um papel chave na organização da luta nas Ocupações já que, em parte, é deles a responsabilidade de manter a militância animada e de orientar sobre os caminhos que a luta deve seguir. Como comenta Claudinha, “*O que é mais legal é a transformação. Pros coordenadores que tem a possibilidade, a oportunidade de fazer a formação, é tomada de*

consciência, né, que o povo fala.”; (2) Existem as rodas de conversa temáticas, como as sobre saúde, clima, acesso à justiça e à seguridade social, entre outros assuntos, que são organizadas como forma de oferecer informações que melhorem a qualidade de vida dos acampados e que os ajude a conhecer os seus direitos. Muitos dos que chegam ao movimento carregam em sua história um conjunto grande de violações que são fruto do desconhecimento de que possuem direitos, sejam sociais, civis ou políticos. Parte importante do cuidado para com eles é fazê-los saber o que possuem como direitos e mostrar os caminhos possíveis para que consigam acessá-los. (3) Mesmo para os que já estão há mais tempo no movimento, há um contínuo de atividades de formação, embora ainda não sejam sistematizadas ou configurem a existência de uma metodologia de formação própria do MTST. Elas são parte de um esforço para que os militantes tenham cada vez mais informações e ferramentas teóricas para desempenhar a prática da luta não apenas pela moradia, mas pela superação das contradições existentes nas sociedades capitalistas.

Além da formação para a luta, o movimento também busca contribuir para que os militantes tenham acesso à educação formal por meio da criação de cursinhos pré-vestibulares comunitários e gratuitos, como é o caso do Cursinho Popular Tereza de Benguela, que funciona na zona leste da cidade de São Paulo, há cerca de dois anos. Além do reforço nas matérias tradicionais, o cursinho também organiza debates sobre temas da conjuntura contemporânea e dá dicas para que os alunos não percam prazos ou documentos para inscrição nas provas das universidades.

4.4.5

Hortas urbanas

Nestes nordestes
Onde o pique
Une o barro e o bambu
Mãos amarram histórias
Plantam farturas
Desenhando as tramas
Inteiro, no calor das horas
Nasce o abrigo
Que fecunda escolas
Ocidente orientado
Erguem-se as conquistas de gênero

Rosas e o milho
Sem as bombas do agro
Encontram as rotas
Nas mesas dos que trabalham⁶⁴

Entre as principais ações dos núcleos de trabalho que promovem a integração das Ocupações e fortalecem a relação com a população das comunidades dos entornos, está a construção de hortas urbanas comunitárias. Em geral, militantes moradores das Ocupações e companheiros do movimento que possuem experiência nesse tipo de atividade, reunidos no Coletivo de Horta e Segurança Alimentar, se organizam para, de maneira conjunta, preparar o espaço. Há que fazer a limpeza do terreno, as cercas para proteção e a preparação do solo. Em seguida, alimentos são plantados de maneira livre de agrotóxicos — “sem as bombas do agro”, como diz o poema de Lene Souza — e com respeito à saúde das pessoas que os consumirão e ao meio ambiente.

Imagem 12: Horta da Ocupação Carolina Maria de Jesus



Foto: Acervo MTST

⁶⁴ SOUZA, Lene. Barrobambu. São Paulo. Funliaria, 2022.

São três as dimensões envolvidas na criação e cuidado de uma horta comunitária. A primeira diz respeito ao trabalho coletivo em algo que será para o bem comum de todos na Ocupação. Uma prática solidária dado que representa a possibilidade de acesso à comida de qualidade para si e para os outros. A segunda, ao fato de ser uma ação que irá prover as Cozinhas Coletivas de alimentos que serão utilizados na produção das refeições. Essa dimensão, em alguma medida, favorece a autossuficiência da Ocupação, diminuindo a dependência das doações ou consumo de alimentos comprados externamente. É a busca da autonomia através da coletividade. E a terceira é uma dimensão pedagógica e formativa. Ao se disporem a participar da construção e cuidado da horta comunitária, os acampados se veem diante de novas possibilidades.

É possível afirmar que há formação teórica e política envolvida no processo. Seja sobre a importância do cultivo comunitário para as Ocupações, para a sociedade em geral e para o meio ambiente; seja o aprendizado técnico sobre todas as etapas e técnicas necessárias ao preparo do terreno para receber uma plantação e como cultivá-la de maneira que sirva como fonte de alimento para suas famílias e companheiros. Tudo em forma de intercâmbio entre os saberes dos próprios acampados e dos companheiros do movimento que vêm de fora para ajudar.

4.5

Cozinhas Coletivas: o coração das Ocupações

Mas, “por que destacar logo a cozinha?” alguém poderia se perguntar. Porque, além de ser um ponto de referência do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto, a cozinha comunitária se revela como “coração” para as pessoas que ali chegam. Muito além de um cafezinho, ali se encontra o aperto de mão, o abraço, a palavra companheira que fortaleceu a cada um que necessitou durante a vigília que havia sido iniciada. Um sustento físico, mas, principalmente, um sustento coletivo e partilhado de justiça social como exercício pleno de uma sociedade mais humana. Na lateral, os mantimentos e utensílios foram arrumados de maneira que, durante o revezamento, tudo fosse tranquilo. Arroz, feijão, macarrão, pães, suco, café, leite, água, produtos de higiene e limpeza são todos frutos da colaboração de pessoas que acreditam na transformação social promovido pelo movimento e, dessa forma, o mesmo sentimento foi visto e sentido durante as horas de refeição: café da manhã, almoço e jantar.⁶⁵

⁶⁵ “Os dias em que a cozinha comunitária do MTST deu força e energia para a resistência na luta por Lula Livre”. Fonte: <https://mtst.org/mtst/resistencia-e-partilha-os-dias-em-que-a-cozinha-comunitaria-do-mtst-deu-forca-e-energia-para-a-resistencia-na-luta-por-lula-livre/>. Acesso em: 18 de jan. de 2021.

“A fome é uma realidade demasiado gritante e extensa para ser tapada com uma peneira aos olhos”, disse o escritor Josué de Castro em 1946 e repete o MTST em um texto publicado em 2021. Isso porque ainda hoje, em 2022, essa situação segue como uma tragédia diante da qual nos deparamos todo o tempo nas ruas, praças, favelas e periferias brasileiras. Ainda que políticas públicas adotadas durante a primeira década dos anos 2000 tenham tido como consequência uma melhora nos números, alcançando inclusive a saída, em 2014, do Brasil do Mapa da Fome da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura),⁶⁶ esse cenário não seguiu evoluindo e pouco tempo depois os números voltaram a piorar.

Imagem 13: Cozinha Coletiva Central na Ocupação Nova Canudos



Foto: Acervo Pessoal

⁶⁶ “Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO”. Fonte: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso em: 18 de jan. 2021.

Em 2018, o país voltava para a lista. Nos anos seguintes, o que se pôde ver foi uma piora considerável nesses indicadores até chegarmos na situação atual, agravada pela pandemia da Covid-19, como será possível entender melhor no último capítulo desta tese. Em 2022, são mais de 33 milhões de pessoas vivendo em situação de fome. Nesse contexto, a criação e manutenção de Cozinhas Coletivas para alimentar a parcela da população que não tem acesso à alimentação digna se mostra indispensável para a dinâmica cotidiana de um movimento social que tem em sua base dezenas de milhares de trabalhadores pobres do país. Além de todos esses *lugares de existência* de uma Ocupação acima apresentados, há um que é especialmente tratado pelos militantes do movimento como o *coração* das Ocupações: a Cozinha Coletiva. Ela é um *lugar* central para a existência daquele *espaço* e um dos que mais têm relevância quando nos propomos a pensar em solidariedade ou cuidado. A Cozinhas ou as Cozinhas, dado que, em geral, para dar conta da quantidade de gente que precisa se alimentar, há várias dentro do espaço de uma Ocupação.

Sendo assim, a Cozinha é uma das primeiras coisas a ser construída quando ocorre a entrada em um novo terreno para fazer uma nova Ocupação e, mesmo que seja provisória, segue sendo o lugar central daquele espaço enquanto existir e nas diversas formas que vier a ter. Essa centralidade pode ser pensada a partir de diferentes dimensões. Em primeiro lugar, há a dimensão prática. Nos momentos iniciais, ela é importante para garantir que haverá com que alimentar os indivíduos que ali estão, além de ser também o lugar que vai servir de base para organizar a Ocupação que começa a nascer. Mesmo com o passar dos dias e a organização do resto das estruturas, é apenas à Cozinha, lugar central para a dinâmica coletiva e para a viração da Ocupação, que os militantes se referem como “o coração das Ocupações”.

Há sempre uma Cozinha Central que funciona principalmente nos primeiros momentos da Ocupação — e isso pode durar dias, semanas ou meses. Com o avanço da organização, ela pode ser desativada permanentemente ou passar a funcionar apenas em ocasiões especiais, como eventos e festas, enquanto as cozinhas dos Grupos se ocupam da alimentação diária. Como já vimos, dentro de uma Ocupação em sua forma de acampamento, os militantes são organizados em grupos (G1, G2, G3...) e, a depender do tamanho da área e do número de militantes acampados, é necessário que dentro dos acampamentos haja mais de uma cozinha. Além disso,

como não é possível ter gás ou eletricidade em todos os barracos por conta do risco de incêndio ou da estrutura precária, todos precisam das cozinhas coletivas.

Existem algumas razões para essa necessidade de descentralização. Há um aspecto, como me foi dito por Claudinha, que é o fato de ali ser o lugar onde se organiza a Ocupação. É na Cozinha que estão aqueles que têm as listas e o controle de quem compõe a Ocupação, de quem está presente nas atividades, de quem está de fato participando da luta, informações que são indispensáveis no decorrer do processo que segue à Ocupação. No caso da Ocupação Carolina Maria de Jesus, Claudinha lembra como foi o processo e aponta qual a sua importância:

A gente, assim que ocupou, começou a criar os grupos, começou a massificar. Criou-se um grupo grandão, então uma parte do terreno já tá massificada. Vai lá e delimita os grupos; tira a coordenação pra poder deliberar, fazer a cozinha. A cozinha ela tem um papel importante no movimento. Porque ela que vai definir quem vai poder fazer a lista primeiro. Eles constroem o barraco, coordenador vai lá e numera e depois eles vêm fazendo a lista com nome e número do barraco e construindo uma lista fixa de quem tá fazendo a luta com a gente. Até pra gente ter parâmetro de quem tá e quem não tá fazendo a luta com a gente, quem tá há mais tempo. E quem construiu a cozinha mais rápido, faz o cadastro mais rápido.

Além disso, apesar de nem todos os envolvidos com a Ocupação morarem no terreno, é sempre grande o número de pessoas a serem alimentadas. Tentar atender essa demanda com apenas uma cozinha pode gerar sobrecarga. Como me contou Debora, é normal, principalmente considerando a conjuntura atual do país, pessoas que fazem parte da Ocupação, mas não moram no território, irem para lá durante o dia fazer alguma refeição porque não têm o que comer em casa. Na Nova Canudos, uma situação é comum: *“Tem muita gente que até tá nas suas casas, que tá pagando aluguel, mas tá no aperto. Que sai da sua casa e vem comer nas cozinhas coletivas porque não tem na sua casa”*.

Para além das questões práticas do correr da Ocupação, a Cozinha é também um lugar de produção de subjetividades e criação de laços entre as pessoas e com a luta. Essa é a segunda dimensão da centralidade. Da arrecadação dos alimentos ao preparo das refeições, a forma coletiva como é gerida a Cozinha faz com que os ocupados se sintam parte responsável pelo funcionamento daquele lugar e da alimentação dos companheiros. Isso significa que o trabalho coletivo é algo que reforça o aspecto do compromisso com a luta. Ter mais cozinhas, portanto, significa ter mais demanda e espaços para que a participação direta aconteça. Ali é um lugar

onde a perspectiva de viver a solidariedade a partir dos corpos se faz possível. Como me relataram várias pessoas com as quais conversei, o fato de nas ocupações existir uma cozinha coletiva, que é abastecida coletivamente e serve a todos, é algo que reforça um sentimento diferente do individualismo e da competitividade com a qual estão acostumados. Isso é ainda mais forte para as mulheres, que, historicamente, são as responsáveis por tudo que está contido nas dinâmicas que envolvem a feitura de comida, alimentação e cuidado.

Pensar sobre a rede de relações que se estabelece em torno da cozinha é pensar sobre toda uma rede de relações, de estabelecimento de laços de solidariedade e de produção de subjetividades que merece destaque e que ajuda na compreensão da importância das ações do movimento social. São inúmeras as falas com as quais tive contato ao longo da pesquisa que destacam esse lugar em toda sua centralidade e importância. O movimento estimula a dedicação ao trabalho nas cozinhas desde a sua construção incluindo também etapas de organização, como a divisão entre quem vai cozinhar e quem vai arrecadar alimentos. Como testemunhou mais de uma pessoa ao longo da pesquisa, é de onde saem as principais lideranças.

Uma das minhas idas à Ocupação Nova Canudos foi alguns dias antes da desativação da Cozinha Central e da inauguração das cozinhas dos G's. Cada grupo faria um prato especial para o dia e era possível sentir a excitação e a expectativa em torno daquele momento. Os ocupados estavam, enfim, depois de dois meses no terreno, finalizando a estrutura de distribuição de água e energia elétrica para os grupos, o que possibilitou a descentralização e a construção das Cozinhas de cada grupo. Em uma caminhada pelo terreno, passei por algumas cozinhas onde jovens trabalhavam para deixar tudo pronto e, com orgulho, me convidavam para entrar e apresentavam o que estavam fazendo ou que já tinham feito.

A manutenção das cozinhas é uma responsabilidade cotidiana e, para determinados olhares, invisível, ainda que enorme. É comum os militantes enfrentarem dificuldades por deficiências da infraestrutura e reclamarem sobre a dificuldade de conseguir doações. Cozinhar e alimentar os militantes não é uma tarefa invisível, mas algo central, dado que é ali onde as pessoas se encontram diariamente para trocar informações e experiências. Em torno do ato de cozinhar, alimentar e comer estão também outras relações. À luz da noção de *gastropolítica* de Appadurai (1981), é possível pensar como a Cozinha e a comida compõem parte do sistema de práticas no contexto das Ocupações, articulando dinâmicas de

socialização que têm consequências imediatas e com fins estruturais. Ali, além da alimentação, os encontros, trocas e intersubjetividade vividos são parte do processo de tornar-se um militante ou uma militante. Para alguns, inclusive, é das Cozinhas das Ocupações que saem as principais lideranças do movimento.

Por fim, há a dimensão do significado das Cozinhas para a vida das mulheres do movimento. As responsáveis por esse lugar acabam se dando conta de que precisam ter muito mais do que a habilidade de cozinhar, pois são eles os que recebem as pessoas que chegam nas Ocupações, que precisam mediar a aquisição dos alimentos e a gestão de tudo que está ali envolvido, já que a importância da cozinha na dinâmica cotidiana vai além do oferecimento de refeições. Ali as pessoas encontram palavras, reflexões, diálogo, escuta. *“Eu tenho que ser meio psicóloga, mãe... Sou tudo. Tento ser”*, confessou Celly ao me contar histórias das mulheres grávidas que participam da roda de conversa de gestantes que ela organiza em uma das cozinhas do movimento: *“Grávidas queimadas pelos maridos, grávidas de 12 anos, que são do tráfico, com deficiência”*. A Cozinha onde ela atua não fica em uma Ocupação, mas é fruto de uma. Em 2014, o MTST fez a ocupação de um terreno na cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, que durou poucos dias por se tratar de uma área controlada pela milícia que, com a conivência do governo, forçou a saída do movimento do local. Com centenas de pessoas mobilizadas, a presença do movimento continuou mesmo depois da desocupação e em 2017 foi conseguido o imóvel que hoje abriga a cozinha, um *lugar de existência* para o bairro no qual está localizada. *“A gente queria um espaço pra poder fazer com que o bairro reconhecesse o MTST. Deu certo e estamos aqui”*, me disse Celly.

O espaço da cozinha e o preparo dos alimentos constituem-se como possibilidades de abertura para conversas e fortalecimento dos vínculos a partir das trocas e conversas sobre sexo, sexualidade, prazer. É o coração da Ocupação, segundo relato de Debora, porque é acolhimento e solidariedade. Porque é onde se compartilham experiências e se fortalecem vínculos:

A cozinha pra gente é como se fosse o coração da Ocupação. É um espaço que não é só do sanar a fome, mas é um espaço de acolhimento e de solidariedade. Porque é um espaço em que as pessoas se sentem à vontade pra chegar, comentar, desabafar. É um espaço onde as pessoas se tornam mais amigos, trocam uns com os outros. (Débora)

A cozinha de uma Ocupação, como coloca Moraes (2020), talvez seja um dos lugares mais marcadamente femininos daquele *espaço* e oferece também uma proteção contra as regulações da moral masculina e um acolhimento que possibilita que constituam o que ela chama de *zonas de cumplicidade* em meio a uma infraestrutura de produção política baseada em parâmetros distintos daqueles encontrados fora dali. Essa reflexão nos leva de volta aos espaços seguros de Hill Collins, que, segundo ela, “eram seguros porque ali nós, mulheres negras, podíamos tratar livremente de questões que nos diziam respeito” (2019; p. 199).

Débora responde com uma reflexão:

O que a cozinha da Ocupação? É um espaço onde as pessoas esquecem um pouquinho dos problemas e também se olhe, tenha um autocuidado. Se sinta acolhida. Onde elas possam sair um pouquinho dessa realidade. E são principalmente as mulheres, né...

Com relação ao trabalho nas cozinhas, a divisão sexual do trabalho que vemos organizar a sociedade de uma maneira geral se mantém. Com raras exceções, as mulheres são as principais responsáveis. O conceito de divisão sexual do trabalho, de acordo com Danièle Kergoat, socióloga francesa, é referente à

forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais e sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, assim como, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (2009; p. 67)

De maneira geral, essa divisão tem dois princípios que a organizam: o princípio da separação, segundo o qual existem trabalhos que são dos homens e trabalhos que são das mulheres; e o hierárquico, que estabelece que o trabalho de homem tem mais valor do que o trabalho de mulher. No espaço das Ocupações do MTST, ainda que haja conformidade entre o tipo de trabalho realizado e a forma que a divisão sexual do trabalho se apresenta na sociedade, como apontado acima, o que muda, como destaca Moraes em um artigo sobre as mulheres sem-teto⁶⁷, é que no espaço da Ocupação a hierarquização entre as atividades é distinta da

⁶⁷MORAES, Alana. Ocupar, fazer funcionar e escapar: pensar com as mulheres sem-teto. Publicado na Revista DR. Sem Data. Disponível em: <https://revistadr.com.br/posts/ocupar-fazer-funcionar-e-escapar-pensar-com-as-mulheres-sem-teto/>. Acesso em: 2 de jul. 2022.

tradicional. Não há uma hierarquização entre o que é trabalho dos homens, normalmente mais valorizado, e o que é trabalho das mulheres, considerado inferior – ou entre o trabalho pago e o trabalho não pago. Nas Ocupações, “todos os trabalhos não são pagos e funcionam a partir de outras dinâmicas que tem a ver com implicações, responsabilidades e prestígios”. Ou seja, os critérios para essa classificação são outros e pode-se considerar que o trabalho nas Cozinhas, por exemplo, ocupa o topo em uma possível escala de valorização.

Como já apontado anteriormente, a forma como a vida nas Ocupações se organiza e regula é — ou ao menos se propõe a ser — diferente. Enquanto *espaços de experiência*, elas são marcadas pela aproximação entre política e vida — sendo possível retornar à afirmação de Pleyers de que “the separation between daily life and activism disappears” (2010; 41/42) — e pela valorização daquilo que é vivido ali de uma maneira distinta. As dinâmicas das Cozinhas têm, como pontua Goulart (2011), importância como parte da construção da identidade coletiva dos sujeitos enquanto “trabalhadores sem-teto”, processo central na passagem da individualização da luta por moradia à construção de uma luta mais ampla e coletiva. Ali se alimentam os militantes e coordenadores da própria ocupação ou vindo de outras. Por vezes, serve também como escritório; outras, como sala para reuniões. Nos lugares mais bem estruturados, também como teatro ou cinema. Mas, principalmente, como principal lugar de encontro das ocupações, onde há trocas de experiências entre militantes, formação de identidade e subjetividade; onde se estabelecem ou se fortalecem muitas das relações que sustentam a ocupação. Ao invés de um espaço de invisibilidade e subordinação, a Cozinha Coletiva da Ocupação é um espaço central de construção de subjetividades, identidades e fortalecimento. Como dizem os colombianos, “(...) muchas mujeres han mostrado que la transformación se cocina al calor del afecto, la palabra, la alimentación del cuerpo y de lo espiritual”.⁶⁸

O estabelecimento de práticas solidárias em torno da comida dialoga com iniciativas anteriores que extrapolam as fronteiras do Brasil. Há toda uma tradição de cozinhas comunitárias, principalmente se considerarmos práticas de alguns países da América Latina como Colômbia, Chile ou Argentina, onde são

⁶⁸ Muitas mulheres nos mostraram que a transformação se cozinha ao calor do afeto, da palavra, da alimentação do corpo e do espiritual (tradução nossa) *in* Movilización es participación. Bogotá. Instituto Distrital de Participación y Acción Comunal, 2021.

comumente chamadas de *Ollas Comunitarias*. Em todos os casos, representam apostas de integração política e costura de tecido social através da criação de espaços de diálogo, troca de experiências, reflexão, trabalho, entre outras práticas, por meio do acesso à alimentação digna e os que participam dessa construção defendem que nesse contexto o ato de cozinhar é um exercício político. “La falta de recursos para acceder a una alimentación digna es uno de los detonantes de la movilización, pero con hambre no se puede hacer nada”⁶⁹, diz a cartilha colombiana *Movilización es Participación* (2021). Ou seja, compreende-se que com fome, não há luta; mas uma ação conjunta é capaz de prover um sustento físico coletivo que fortalece a luta pela justiça social.

4.6

Organização política, coletiva e solidária

De acordo com Alvarez *et al.* (2000; p. 36) ao pensar sobre o impacto dos movimentos sociais sobre processos mais amplos de mudança político cultural, é preciso ter consciência de que seu alcance vai além das suas partes constitutivas óbvias e manifestações visíveis de protesto. É preciso valorizar também o campo das relações interpessoais que ligam os indivíduos uns aos outros, assim como as estratégias políticas e de mobilização de muitos movimentos que estão espalhadas pelo tecido social, às vezes de modo invisível. Foi isso que, a partir das dinâmicas presentes nos *lugares de existência do espaço* das Ocupações do MTST, procurei demonstrar. E a partir de onde foi possível observar a centralidade da variável solidariedade no cotidiano e na constituição dos indivíduos enquanto sujeitos.

Como afirmam Flavia Braga e Javier Ghibaudi (2021), há tempos os historiadores têm apontado a presença de valores como solidariedade e o comunalismo como motor das lutas sociais. Desde Thompson, o lugar central do princípio da solidariedade para a organização da classe trabalhadora é destacado entre diferentes correntes de pensamento. O ponto, para Braga e Ghibaudi, é a compreensão de que “solidarizar-se com os sofrimentos e lutas alheios é parte da própria construção da consciência de classe. Fazer pelo outro é construir a si mesmo como sujeito histórico” (2021; p.285). Voltando à fala da Débora: “*Porque a partir*

⁶⁹ A falta de recursos para acessar uma alimentação digna é um dos detonadores da mobilização, mas com fome não se pode fazer nada (tradução nossa).

do momento em que a gente se preocupa com o espaço, esse espaço não é só meu. É do meu companheiro. E a gente também tá sendo solidário com quem tá lá". O exercício da solidariedade aqui é fundamental não apenas para a existência, mas para a construção de uma identidade coletiva a partir não apenas da identificação, mas também do compromisso com o outro. Para se viver a solidariedade, é preciso ser a solidariedade. O que as páginas anteriores nos trazem é um retrato capaz de fazer pensar que tudo aquilo que conhecemos como luta política é, na verdade, composto de muito mais do que o que estamos acostumados a pensar de imediato. Há uma série de ações indispensáveis que constituem a possibilidade de resistência, desde lugares muitas vezes invisíveis e que se baseiam em premissas que vão além dos fins últimos da luta, no caso da luta pela moradia, da conquista de uma habitação digna.

Na história brasileira, principalmente a partir dos anos 1960 e 1970, sob influência de duas experiências, conceituais e práticas, teve início uma forte onda de ações do chamado trabalho de base para a construção de laços sociais com ideais emancipatórios. De um lado, grupos de militantes e teóricos marxistas, que se organizaram durante o período de ditaduras militares que se espalhou pela América Latina, faziam formação política para a militância e tentavam criar pontes de diálogo com outros públicos por meio de organizações como sindicatos, grupos estudantis, associação de bairros e comunitárias, dentre outros. Do outro, mudanças nas diretrizes mundiais da Igreja Católica Romana, a partir do Concílio Vaticano II, influenciaram mudanças na Igreja latino-americana. Novas diretrizes, que ficaram conhecidas como "Opção Preferencial pelos Pobres", foram aprovadas gerando uma guinada "em direção ao povo" através da prática da Teologia da Libertação. Passou-se a falar em organização da população a partir de bases comunitárias (as Comunidades Eclesiais de Base), com foco na educação popular para a superação da pobreza. Em fins dos anos 70 e durante os anos 80, período da redemocratização brasileira, essas experiências viveram um momento de conjunção. O trabalho de base realizado nesses espaços começa a resultar em organização e, nas cidades, movimentos de luta por moradia e associações de moradores defendiam a reforma urbana e se organizavam em mutirões como forma de lutar por saneamento, transporte e habitação. Em todos esses movimentos, o eixo central era o sentido de comunidade, a organização pela base e a solidariedade (Braga e Ghibaudi, 2021).

No mesmo sentido, Paiva (2013) aponta que as Comunidades Eclesiais de Base foram essenciais para o processo de formação dos movimentos sociais no país. A partir da categoria de afinidades eletivas, de Weber, a autora aponta as similaridades entre os valores de justiça e solidariedade defendidos pelos católicos aos valores de liberdade e igualdade presentes na Constituição de 1988, cuja promulgação marca a emergência de movimentos em busca da transformação social. Não eram bastidores; era a prática política.

Como uma nova etapa dessa história, observo as Ocupações do MTST como *espaços de experiência* (Pleyers, 2010) e de possibilidades. A solidariedade que baseia a construção coletiva do cotidiano é mais do que uma urgência ou uma estratégia de resposta às necessidades sociais às quais os indivíduos são submetidos. É uma forma de construção de vida comum entre aqueles que constroem e vivem aquela realidade. Radicalmente diferente das relações com as quais esses indivíduos estão acostumados no isolamento característico da dinâmica dos centros urbanos, onde cada indivíduo precisa se preocupar o tempo todo em como suprir a ausência de coisas básicas em uma vida vivida em condições de extrema precariedade fruto da desigualdade social.

Como coloca Butler, a realidade do mundo contemporâneo é marcada por uma sujeição cada vez maior de diversas populações à precarização da vida, processo geralmente induzido e reproduzido por instituições governamentais e econômicas. A precariedade, característica estruturante da população sem-teto brasileira, produz em uma parcela dos indivíduos “um aumento da sensação de ser dispensável ou de ser descartado”.

Quanto mais alguém está de acordo com a exigência da “responsabilidade” de se tornar autossuficiente, mais socialmente isolado se torna e mais precário se sente; e quanto mais estruturas sociais de apoio deixam de existir por razões “econômicas”, mais isolado esse indivíduo se percebe em sua sensação de ansiedade acentuada e fracasso moral. (2018; p.21)

Nas assembleias públicas, para Butler, é onde se conforma um ambiente de contraposição a essa sensação individualizada de ansiedade e fracasso ao incorporar em seu sentido que esta é uma condição social compartilhada e injusta. Portanto, é possível estabelecer um paralelo entre as assembleias de Butler e as Ocupações, dado que ambas, ainda que com características específicas distintas, representam uma forma provisória e plural de coexistência. Assim como nas assembleias de rua,

onde “a afirmação da existência plural não é de forma nenhuma um triunfo sobre todas as formas de precariedade” (Butler, 2018; p. 22), nas Ocupações também há precariedade e dificuldades. Afinal, elas surgem da desigualdade e não são ilhas em meio à estrutura capitalista da sociedade. Há reprodução de padrões e situações indesejadas que são paulatina e pedagogicamente desconstruídas. O diferencial está na existência coletiva que se materializa nas cozinhas, nos mutirões de construção e reforma, nas ações de orientação e apoio, nos espaços de cuidado comunitário. Mais ainda, na construção de saídas coletivas para problemas cotidianos. O entendimento de que a situação é compartilhada, de acordo com Butler, provoca a contestação da moralidade que aponta a responsabilidade individual sobre suas condições de vida como uma norma. O direito às condições de existência e persistência é algo a ser alcançado juntos.

De acordo com o que dizem os próprios militantes, encontrar-se com essa realidade é algo que favorece e estimula o comprometimento com a luta. Isso se dá porque é um processo que, para eles, significa encontrar condições para lutar por uma vida melhor, ou mais vivível, e porque os faz sentir-se parte e responsáveis por todo o coletivo. Isabelle Stengers (2005) chama de *tecnologia do pertencimento* essa percepção de tornar-se capaz de fazer e pensar por que se pertence a algo. E as práticas solidárias são historicamente responsáveis por construir os tecidos sociais dos movimentos.

O que defendo com esta tese é que pensar a luta política e as formas de resistência e lutas urbanas em uma sociedade que se caracteriza pela diversidade cultural, pela multiplicidade das formas de conflito e de ação social, demanda que o façamos desde o território das relações, mas indo ainda além da perspectiva da socialização através da qual o sujeito interioriza normas e princípios e compreende seu papel visando a coesão do sistema (Dubet, 1994). No cotidiano de uma Ocupação do MTST, conforma-se um espaço composto por uma multiplicidade de lógicas de ações solidárias que se fazem necessárias diante da percepção de que a interdependência é um aspecto incontornável das lutas políticas da contemporaneidade. Como coloca Butler, vivemos em um tempo em que há a “dependência mútua, a dependência de infraestrutura e de redes sociais viáveis” (Butler, 2018; p.28). Dependemos tanto e temos tão pouco em termos estruturais, o que torna ainda mais imprescindível aquilo que reconhece a vida e o outro como uma composição que se fortalece, como é a estrutura do movimento social.

Assim como o mundo todo, o processo de pesquisa e confecção desta tese foi atravessado pela pandemia da Covid-19. Uma realidade que, ademais de um conjunto de medos e incertezas sociais, provocou também o questionamento sobre como o movimento social se portaria diante desse cenário. No entanto, não demorou muito perceber os esforços que se organizavam para responder à crise, justamente a partir da dimensão da ação política do movimento até aqui mobilizada: solidariedade cotidiana.

Dando ainda mais ênfase ao argumento de que uma organização coletiva baseada em tais princípios permite aos indivíduos experimentarem um outro tipo de existência no mundo, com mais significados e sentidos, rapidamente parte da militância do MTST se voltou para ações de solidariedade não apenas para com os seus companheiros de movimento, mas para com aqueles com os quais partilham a condição de precariedade e seus efeitos.

5.

Solidariedade sem-teto: a experiência da pandemia

A intensidade com que a pandemia da Covid-19 se impôs ao redor do mundo fez com que o *status quo* fosse momentaneamente abalado e novas estratégias de ação precisassem ser pensadas em praticamente todos os países do mundo. Por diferentes motivos, o Brasil foi um dos países mais atingidos. No que diz respeito a esta pesquisa, a forma como a pandemia afetou a vida dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) e a proporcional resposta ativa do movimento às necessidades surgidas, fez com que pensar a experiência da pandemia fosse indispensável no escopo de uma pesquisa que se propõe a falar de solidariedade e cuidado como pressupostos da ação política do movimento.

A pandemia apresentou novos desafios e demandou ao movimento uma adaptação e expansão do seu repertório de ação, seja no que diz respeito à assistência direta à população, seja no papel de disputar a narrativa da situação junto à sociedade. Como vimos nos capítulos anteriores, ações coletivas baseadas na solidariedade são a composição do cotidiano da ação política do movimento, sendo desempenhadas principalmente pelas mulheres do movimento, que compõem a maior parte da base social do movimento. No período da pandemia, esse repertório de ações objetivas se tornou ainda mais necessário, fazendo com que os militantes precisassem se mobilizar para elaborar suas estratégias de ação para atender às novas demandas cotidianas. Ou demandas já existentes que se tornaram ainda mais graves.

Neste capítulo, procuro mostrar as questões que se impuseram à militância do MTST em diferentes níveis e a forma como o movimento foi capaz de organizar respostas rápidas a partir de formas de organização já existentes em seu cotidiano. Começo com um breve cenário sobre o contexto da crise a fim de oferecer uma dimensão do que se tratou no cenário brasileiro, bem como as respostas que foram oferecidas pelos governos, principalmente a nível federal. Em seguida, divido em dois níveis os desafios que o MTST, e os movimentos sociais em geral, tiveram que superar. A partir daí, passo às ações que foram implementadas pelo movimento ao longo dos mais de dois anos de pandemia, principalmente com a criação do projeto Cozinhas Solidárias.

5.1

Crise sanitária e social: um cenário de incertezas

Quando tudo começou, pouco se sabia sobre o vírus ou a doença que ele causava. Depois de diversas ondas de avanço e retrocesso que se deram em distintos ritmos em cada canto, seguimos lidando com mais perguntas do que respostas. No entanto, há uma certeza: a crise, como diversos indicadores podem demonstrar, não foi apenas sanitária. O que fica como consequência, a nível local e global, é também uma crise social e política de grandes proporções. Ao contrário do que buscam fazer crer aqueles que defendem o mito de que uma doença infecciosa como a Covid-19 tem um caráter “democrático” pois pode atingir a todos da mesma forma, é possível afirmar que a propagação do vírus evidencia cada vez mais as características e as decorrências de uma pandemia de classe, de gênero e de raça (Harvey, 2020). É fato que há uma parcela da sociedade que possui maior risco de contrair o vírus, principalmente porque não pode deixar de ir trabalhar, seja porque, quando em situação de precariedade, só ganha quando trabalha, seja por conta do risco de demissão ou mesmo porque são profissionais que fazem parte de serviços essenciais, como os trabalhadores de supermercado, farmácia, instituições de saúde, entre outros.

De acordo com Geoffrey Pleyers (2020), uma sociologia global é necessária para que sejamos capazes de aprender com as boas práticas e com os exemplos de sucesso que têm lugar em diferentes países e, ao mesmo tempo, consigamos uma melhor compreensão da dimensão dos problemas que a pandemia fez emergir. O autor ressalta que tal perspectiva, no entanto, não deve ceder ao “globalismo metodológico” e limitar as análises ao nível macro. Escalas de ação, níveis de análise e perspectivas precisam combinar contribuições e experiências de nível local, nacional, regional e global, do campo da subjetividade ao campo da globalização (Pleyers, 2020; p. 11).

O primeiro caso oficial da doença no Brasil foi revelado no dia 26 de fevereiro de 2020. Duas semanas depois, em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o estado de pandemia. À época, o mundo já contava com mais de 118 mil casos em 114 países e um total de mais de 4 mil mortes. Pouco mais de dois anos depois, o número de mortos passa de 6 milhões. Somente no Brasil, mais de 30 milhões de pessoas foram infectadas pelo vírus e o número de mortos, vítimas

da doença, ultrapassa 660 mil. Mas para além desses dados, existem outros indicadores que mostram o grave cenário que se estabeleceu no país, principalmente no que diz respeito à fome e ao trabalho. As restrições e o agravamento da crise social representaram e representam desafios para a sociedade. As medidas de distanciamento aumentaram o isolamento já tão característico do mundo neoliberal e colocou em evidência, entre outras coisas, a situação de extrema vulnerabilidade em que boa parte da população vive. O cenário era de desemprego, falta de políticas públicas, serviços estatais de assistência e saúde precários, aumento da pobreza.

Um duplo dilema foi exposto no contexto da crise do Covid-19: ao mesmo tempo em que exigiu de nós o máximo de isolamento possível para frear os índices de contaminação, o vírus expôs de maneira radical as nossas desigualdades e o quanto somos dependentes uns dos outros, o quanto precisamos das interações e relações sociais. Dependemos do governo e das políticas públicas. Dependemos do bom funcionamento do sistema de saúde, tanto público quanto privado. Dependemos de condições básicas de higiene e saneamento. Do funcionamento de serviços básicos como supermercados e farmácias. Em resumo, dependemos uns dos outros.

Como apontou Flavia Biroli (2020), “o coronavírus joga luz sobre a inevitável interdependência entre os seres humanos”.⁷⁰ Alguns só puderam se alimentar se recebessem alimentos, seja porque não podiam sair de casa para comprar ou porque não tinham dinheiro para isso. Outros perderam suas fontes de renda e passaram a depender da ação do governo para sobreviver, o que, como vimos, se deu de maneira problemática e limitada. No Brasil, depois de uma primeira fase de distribuição do Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00, o auxílio foi retomado, mas em R\$ 150,00. Um valor que sequer garantiu aos que dele dependiam a possibilidade de se alimentar de uma forma satisfatória. Ou seja, é possível afirmar que o Estado brasileiro fracassou em proteger a população porque não foi capaz de proteger a todos.

Historicamente, a fome é uma das mais preocupantes faces da múltipla e persistente desigualdade social brasileira. No período atual, chamam atenção os

⁷⁰ BIROLI, Flavia. Novo coronavírus, responsabilidade e precariedade. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/04/novo-coronavirus-responsabilidade-e-precariedade.shtml>. Acesso em 17 de set. 2022.

resultados obtidos pelas pesquisas acerca da questão da segurança alimentar e sua evolução ao longo da pandemia da Covid.

Se em 2014 o país deixou o mapa da fome, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); em 2019, o mesmo organismo advertiu que, desde 2018, caminhávamos de volta a passos largos. De acordo com o relatório OXFAM publicado em julho de 2020, o Brasil, juntamente com Índia e África do Sul, pode ser considerado como epicentro emergente da fome extrema. Demonstram isso os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, conduzido pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), apontando que a fome atingiu 19 milhões de brasileiros no contexto da pandemia ao longo do ano de 2020. Na mesma linha, a pesquisa “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, coordenada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça da Universidade Livre de Berlim, na Alemanha, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a Universidade de Brasília (UnB), mostra que mais da metade dos domicílios no país (59,4%) apresentaram algum grau de insegurança alimentar entre agosto e dezembro de 2020.

No início de 2022, o Instituto de Pesquisas Datafolha realizou, em 181 municípios, 2.556 entrevistas sobre como as pessoas viam a quantidade de comida disponível em suas casas nos últimos meses. Dentre os entrevistados, moradores de 55% dos domicílios afirmaram conviver com algum grau de insegurança alimentar no final do primeiro ano de pandemia. Em comparação com o mesmo estudo realizado em 2018, esse número cresceu 18%. Em se tratando dos mais pobres, dados complementares mostram que a sensação de insegurança é maior: a maior parte dos que relatam conviver com algum grau de insegurança alimentar está localizada na faixa que recebe até dois salários-mínimos (R\$ 2.424,00). Já novos dados da pesquisa da rede PENSSAN, divulgados em junho de 2022, apresentaram números ainda piores: agora, 33,1 milhões de brasileiros vivem em situação de fome no país.⁷¹

⁷¹ Os dados da pesquisa realizada pela Rede PENSSAN estão disponíveis em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 17 de set. 2022.

Quando associados a dados sobre o mercado de trabalho, os números acima fazem mais sentido e conformam um cenário ainda mais grave, principalmente por conta do alto nível de informalidade laboral ao qual estão submetidos os brasileiros. De forma geral, cabe destacar, retomando o que foi dito no Capítulo 3, que o segmento dos sem-teto é composto por trabalhadoras e trabalhadores de baixa remuneração, que atuam em serviços básicos, no mercado informal ou são desempregados: *“nossa base é composta por pessoas que trabalham em supermercados, são garis, empregadas domésticas e pessoas que vivem de ‘bico’ para sobreviver”*, como me definiu uma das militantes. São representantes do precariado, descrito por Ruy Braga, como também dito, e compõem a parcela da sociedade que é fatalmente atingida de maneira mais forte por qualquer crise social que se estabeleça.

E para além da base do movimento, nesse contexto, é necessário considerar a enorme quantidade de desempregados e de trabalhadores informais do Brasil atual e pensar como a quarentena e a interrupção de algumas atividades econômicas pelo isolamento social, fez com que muitas pessoas perdessem suas fontes de renda. Em consequência, itens básicos para a sobrevivência se tornaram escassos na vida de grande parcela da população brasileira, não apenas na base social do movimento, mas também nas comunidades no entorno de algumas ocupações e nas principais periferias do país. Como diz o texto a seguir:

Se a expansão dos níveis de pobreza já se fazia sentir nas ocupações a partir da realidade (...), a pandemia do coronavírus, ainda em curso, apresentou novas camadas a essa problemática. Camadas cujas reais dimensões ainda iremos conhecer, mas cujos cenários futuros deverão, mais uma vez, castigar trabalhadores e trabalhadoras. (Coletivo Nacional de Mulheres do MTST, 2020)

Uma das novas camadas dessa problemática foi sentida diretamente nas Ocupações do MTST que foram feitas na cidade de São Paulo em 2021, durante a pandemia. O crescimento das Ocupações passou a ser mais rápido, aumentou a procura por parte de famílias que precisavam estabelecer ali moradia imediata e diminuiu a capacidade das pessoas de montar até mesmo seus barracos por falta de dinheiro para comprar lona preta e madeira. Como me explicou Débora sobre a Nova Canudos:

Aí a gente ocupou esse terreno. Quando a gente ocupou, só de pessoas da região mesmo eram 500 famílias. E cada dia que passa a Ocupação só aumenta. Hoje a gente tem em torno de uns 3.500 barracos pintados. Tem esse grupo de 200 pessoas morando, que sai pra trabalhar. Mas qual a situação que a gente se deparou nesse contexto de pandemia? As pessoas estão tão pobres que estão ficando em situação de rua, tão ficando sem moradia, e tão com muita dificuldade de conseguir madeira, lona.

Todas as vezes que estive na Carolina Maria de Jesus, vi chegar na Ocupação várias pessoas, principalmente mulheres, perguntando se podiam montar barraco ou se podiam morar ali. “*Todo dia chega gente pra morar*”, comentou Claudinha, “*muita mulher com filho*”. As mulheres, que já compõem a maior parte da base social do movimento, passaram a buscar as Ocupações ainda em maior número por conta da piora dos já apontados índices de feminização da pobreza e do déficit habitacional, bem como do aumento dos números de violência doméstica, outro indicador que piorou com a pandemia. Dados recentes sobre violência de gênero demonstram isso. No ano de 2020, com a pandemia da Covid-19 e as medidas de isolamento, cresceu o número de agressões às mulheres dentro de casa. Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência doméstica no período. Isso significa que, no ano, cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual.⁷² Mulheres jovens, negras e separadas representam a maior parte desse número. E não por acaso representam também grande parte das mulheres que chegam ao movimento. Ainda que os militantes do MTST estivessem experimentando os efeitos da crise sanitária e social em suas próprias vidas, enquanto movimento social enraizado em uma parcela da população também muito afetada, havia entre os militantes, mesmo que não seja possível falar por todos, a consciência de que era necessário organizar uma reação. Como podemos ver na forma como Claudinha fala sobre a Carolina de Jesus, Ocupação que, como já contei, aconteceu no início de 2021:

É uma Ocupação que era pra ter acontecido antes da pandemia e foi brecada diversas vezes. Acho que foi justiça divina. Porque ela surgiu do nosso método de fazer luta, no momento da pandemia, um momento que a gente tem que ser fraterno, que a gente tem que ter solidariedade, que ser humano o máximo possível. Que a gente tem que ser acolhedor.

⁷² Dados da pesquisa Visível e Invisível, realizada pelo Instituto Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), e publicado em 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 14 de set. 2022.

O que se percebe é que, ainda que seja um fenômeno de dimensão global, a pandemia pode ser sentida também em níveis micro e não tão visíveis. Por esse motivo, para entendê-la de fato, é indispensável olhar para a forma tal como ela foi vivida no cotidiano, como propôs Pleyers (2020b), dado que mudou a rotina e as vidas de todos os seres humanos no planeta (Bringel e Pleyers, 2021)⁷³.

5.2

Re-Agir através da solidariedade

Em contextos como o brasileiro, onde a atuação do Estado é insuficiente, organizações de movimentos sociais se constituíram, como aponta Donatella Della Porta (2020), em grupos de apoio mútuo e promoção de ação social direta para ajuda aos que necessitavam. Ou seja, produziram resistência ao responder à necessidade com solidariedade. Ainda que em um primeiro momento a atuação dos movimentos possa ter parecido ameaçada pelas dificuldades impostas pela necessidade de distanciamento social e agravamentos das desigualdades sociais, ela foi fortalecida pelo aprofundamento da própria necessidade social. Experiências solidárias e comunistas, que historicamente vem sendo tecidas pelos movimentos sociais latino-americanos, como bem pontuaram Braga e Ghibaudi (2021), tornaram-se ainda mais visíveis durante a crise. Vimos surgir, em várias esferas e territórios, ações solidárias, que foram do micro ao macro, para tentar garantir segurança alimentar e sanitária aos grupos mais vulneráveis: desde as relações entre vizinhos, organizações comunitárias nas favelas até grandes campanhas de arrecadação de fundos e alimentos feitas por grandes artistas e movimentos sociais. E como coloca Pleyers (2021), diante desse desafio, os movimentos sociais conseguiram se adaptar às particularidades do período e reorganizar suas atividades tanto no mundo virtual quanto no real.

Tal qual outros movimentos e coletivos populares de bairros, o MTST se viu desafiado a se adaptar e a reagir aos efeitos da pandemia tanto interna quanto externamente. Desde 2019 o movimento trabalhava para em 2020 ocupar as ruas

⁷³ A pandemia, os efeitos das crises sanitária e social que causou e as reações ativas frente a ela no Brasil e no mundo são temas largamente explorados nos livros *Alerta Global* (Bringel e Pleyers, 2020) e *Social Movements and Politics during Covid-19* (Bringel e Pleyers, 2021).

com seu principal repertório de ação e realizar novas ações de ocupação de terrenos. Como trabalho de base, uma série de reuniões e processos de formação estavam sendo feitos com militantes e moradores do entorno de territórios onde se planejava fazer as novas ocupações e milhares de pessoas já estavam mobilizadas. Esse planejamento, no entanto, teve que ser colocado em suspenso, como contou Claudinha: “*Em 2020, veio a pandemia e a gente pisou no freio*”. O mesmo que aconteceu em boa parte do mundo, que como pontuam Bringel e Pleyers (2021), teve que ser colocado em pausa. Os que os atores do movimento tinham à frente era para eles um contexto desconhecido e por isso precisaram voltar suas energias para compreendê-lo e enfrentá-lo.

Ao longo de todo o período, de acordo com as demandas que surgiam, o movimento precisou adequar suas ações cotidianas e como apontado anteriormente e se demonstrará nas páginas a seguir, abriram-se novos espaços e vácuos no tecido urbano onde a ação social do movimento social reconhecidamente indispensável e valorizada. Foi necessário extrapolar o público-alvo habitual e direcionar ações não apenas para a base militante do movimento, mas também os moradores do entorno das Ocupações, classe trabalhadora que vive nas periferias das cidades brasileiras. Ao fato de que os militantes tenham, em muitos estados, conseguido se organizar de forma a responder rapidamente às demandas emergentes, atribuo à produção, na prática diária, de saberes e estratégias para sobreviver nos terrenos ocupados a despeito de toda sua precariedade e provisoriedade.

Ao propor uma reflexão sobre a o que chama de *pedagogia da solidariedade*, Paulo Freire (2021) afirma que a solidariedade é algo que precisa ser construído em nossos corpos, nossos comportamentos e nossas convicções. É isso que, à sua maneira, como discorrido ao longo do capítulo anterior, o MTST busca adotar como base para a construção coletiva da sua luta política em sua dimensão cotidiana e que, na conjuntura da Covid-19, precisou ser elevado a maiores potências. Como diz um texto do próprio movimento:

O trabalho de voluntários e militantes do MTST ultrapassou as doações e também abrangeu cozinhas comunitárias, atendimento médico e psicológico via *WhatsApp*, auxílio jurídico, uma campanha pública contra despejos e, ainda, plantões de dúvidas sobre o auxílio emergencial.⁷⁴

⁷⁴ “Contra segunda onda da Covid e fim do auxílio, MTST lança nova campanha nacional de solidariedade”. Informação extraída de: <https://mtst.org/noticias/contra-segunda-onda-da-covid-e->

Depois de realizar o acompanhamento das ações divulgadas pelo nas redes sociais, *sites*⁷⁵ e de ter conversado diretamente com militantes, é possível identificar os principais eixos de ação do movimento durante a pandemia.

1. Campanhas de arrecadação de fundos para compra e distribuição de alimentos e itens de primeira necessidade, como higiene e saúde;
2. Organização de campanhas informativas para serem difundidas por meios virtuais;
3. Organização de uma cooperativa de costureiras do movimento para produção de máscaras de pano em um contexto em que as máscaras cirúrgicas demoraram a ficar disponíveis para uma parcela da população;
4. Produção e difusão de material informativo relativo à proteção no espaço das Ocupações e das casas;
5. Ações do Setor de Saúde do movimento para orientação e informações sobre o vírus e apoio aos que estavam se sentindo afetados psicologicamente;
6. Construção de ferramentas para facilitação do acesso ao trabalho e geração de renda;
7. Coalizão com outros movimentos sociais para organização de campanhas contra despejos e desalojamentos;
8. Implementação do projeto das Cozinhas Solidárias.

Nas próximas páginas, detalho as atividades desempenhadas, assim como alguns aspectos de suas implicações tanto para os militantes do movimento envolvidos com elas quanto para a sociedade em geral. Não existe aqui a pretensão de apresentar todas as ações, uma vez que o tamanho do movimento e a forma como está espalhado por todo o território nacional tornam essa tarefa impossível. O que procuro é construir um retrato ilustrativo de como o movimento — sob os lemas “Enfrentando o Corona na Periferia” ou “Movimento social fazendo o que o governo não faz” — foi capaz de propor alternativas e produzir a sua ação social de forma efetiva diante das ausências e carências que se apresentavam — ou se exacerbavam.

[fim-do-auxilio-mtst-lanca-nova-campanha-nacional-de-solidariedade/](#). Acesso em 17 de set. de 2021.

⁷⁵ As informações aqui apresentadas foram obtidas principalmente a partir das redes sociais e da página oficial do movimento na internet, assim como de algumas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa. Links: Instagram: @mtstoficial – Facebook: facebook.com/mtst – Site: <https://mtst.org>.

Campanhas de arrecadação

Ainda em 19 de março de 2020, poucos dias depois da declaração da pandemia pela OMS, o MTST deu início a sua primeira campanha de arrecadação de fundos para compra de alimentos e suplementos de limpeza e higiene para a parcela da população que se viu imediatamente afetada pelas medidas restritivas que precisaram ser adotadas. Denominada “Fundo Emergencial para os sem-teto afetados pelo coronavírus”, a campanha se estendeu por diversos meses e teve seis etapas, atingindo a arrecadação de R\$ 1.247.088,31. A organização contou com a colaboração de parceiros no Brasil e mobilizou redes internacionais de solidariedade. Grupos foram criados e textos de divulgação traduzidos em vários idiomas para alcançar ajuda internacional. A campanha garantiu condições financeiras para que o movimento pudesse atuar no suporte aos militantes de sua base e estabelecer redes solidárias com os moradores das periferias no entorno das ocupações e acampamentos, outros movimentos sociais e desenvolver ações junto aos moradores de rua. Estima-se que na primeira fase o MTST tenha conseguido ajudar mais de 20 mil famílias com a distribuição de centenas de milhares de cestas básicas, *kits* de higiene, *kits* para gestantes, máscaras, álcool em gel e outros itens básicos.

Em 10 de janeiro de 2021, diante da persistente necessidade da população, foi lançada uma nova campanha de solidariedade, dessa vez com o nome “Fundo de solidariedade para as famílias sem-teto” e uma meta menor. Em mais essa etapa, ao todo, foram arrecadados R\$ 226.171,00. Com o início do projeto das Cozinhas Solidárias, sobre o qual falo algumas páginas adiante, foi criada uma campanha de financiamento permanente com uma meta mensal que segue em andamento.

Em todos os casos, é possível olhar para essas ações como uma forma de tentativa de mobilização da sociedade em geral em torno da pauta do combate aos efeitos da Covid-19 para a população mais pobre, considerando principalmente o problema da fome.

Redes virtuais para cuidados reais

Como apontado por Pleyers (2021), os grupos de ajuda mútua e solidariedade também se constituíram em redes alternativas de informação em diversas partes do

mundo. Integrando estratégias de ações e atuações diretas e virtuais, o MTST expandiu ainda mais o alcance de sua atuação ao conseguir ampliar de maneira significativa sua capacidade de comunicação. Para difusão das informações, organização de coletivos e maior rapidez e eficácia nas ações, foi fundamental que o movimento se articulasse de maneira a otimizar a utilização das redes sociais e dos aplicativos de troca e difusão de mensagens via celular. Grupos e coletivos que se dedicam à comunicação do MTST precisaram pensar estratégias de ação que articulassem redes de comunicação alternativas através das quais o movimento pudesse passar aos militantes, tanto a nível local quanto a nível nacional, informações importantes, atualizar sobre a situação da pandemia e combater a disseminação de *fake news* – cada vez mais presentes no cotidiano da população. Diz um texto publicado pelo movimento:

Tirar as dúvidas dos acampados e orientar sobre os cuidados que devem tomar no dia a dia, dentro de suas possibilidades, é um modo de minimizar a contaminação dentro das nossas ocupações e fazer circular informações verdadeiras sobre prevenção e outros cuidados com a saúde⁷⁶.

Em várias cidades, foi disponibilizado um número de telefone foi disponibilizado e grupos⁷⁷ foram criados para difusão de notícias e prestação de auxílio direto aos militantes. Entre as motivações para o investimento neste tipo de ação estava a crença de que a disseminação de notícias mentirosas e o excesso de informações prejudica o tratamento em caso de contaminação e afeta a saúde mental das pessoas. Além disso, foram realizadas debates, aulas, reuniões e seminários virtuais voltados para a informação e debate da crise sanitária e social.

Máscara Para Todos

O uso de máscaras de proteção pessoal passou a ser uma recomendação sanitária do Ministério da Saúde em abril de 2020. À época, para além das máscaras produzidas com material médico próprio, também era indicado o uso de máscaras

⁷⁶ “Informação contra Fake News | MTST disponibiliza canal de informações sobre Covid-19 para seus acampados”. Informação extraída de: <https://mtst.org/mtst/informacao-contrafake-news-mtst-disponibiliza-canal-de-informacoes-sobre-covid-19-para-seus-acampados/>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

⁷⁷ Principalmente via *WhatsApp*.

de pano que serviriam como uma barreira a mais contra a propagação da doença. Algumas questões, no entanto, faziam com que o acesso das pessoas a esse material não fosse tão simples: não existia muita oferta desse tipo de máscaras e, quando existia, muitas pessoas não tinham dinheiro para comprá-las. Diante dessas condições, o movimento se propôs a organizar mais uma frente de ação: em diversos territórios onde atua, foram criadas cooperativas de costureiras compostas pelas *mulheres sem-teto* que já trabalhavam com isso e que passaram a produzir as máscaras de proteção pessoal para serem distribuídas aos moradores das Ocupações e vizinhanças.

Imagem 14: Máscaras produzidas pelas cooperativas de sem-teto



Fonte: Acervo MTST

Essa ação teve um duplo objetivo e sentido: ao mesmo tempo que a distribuição das máscaras produzidas ofereceu aos militantes do movimento a possibilidade de melhor se proteger contra o vírus; o trabalho de produção delas representou uma nova fonte de renda para mulheres, que viram sua demanda de trabalho diminuir consideravelmente durante esse período.

Campanha da Brigada de Arquitetura

Sob o lema “Apoio, acolhida e cuidados com a saúde e a vida das famílias”, a brigada de arquitetura do movimento elaborou, em maio de 2020, uma campanha com orientações para as pessoas se protegerem do vírus dentro de suas casas, barracos e nos espaços coletivos das ocupações.⁷⁸

A ação promoveu a divulgação, via internet, de uma série de *cards* que abordam formas de prevenção do contágio dentro de moradias de um único cômodo, passando pela higienização e cuidado com as pessoas que residem nesses espaços, a proteção em espaços e transportes coletivos e nos mercados e dicas para higienização e armazenamento de produtos e alimentos nas casas.

Imagem 15: Material informativo do Setor de Arquitetura do MTST



Fonte: Divulgação MTST

No caso dos espaços coletivos, orientava-se evitar aglomerações, utilizar máscaras para retirada das refeições nas cozinhas coletiva, redobrar os cuidados com a higiene nos espaços das cozinhas de uso comum, limpar e higienizar diariamente banheiros coletivos, sempre reforçando que se os espaços fossem frequentados por pessoas com suspeita de infecção, a limpeza deveria ser feita pelo menos imediatamente após o uso.

⁷⁸ “Brigada de Arquitetura e Urbanismo do MTST: apoio, acolhida e cuidados com a saúde e a vida das famílias”. Informação extraída de: <https://mtst.org/mtst/brigada-de-arquitetura-e-urbanismo-do-mtst-apoio-acolhida-e-cuidados-com-a-saude-e-a-vida-das-familias/>. Acesso em: 10 de mar. 2021.

Ações do Setor de Saúde

Para além das inúmeras ações de orientação e prevenção de problemas relacionados à saúde física que o Setor de Saúde do MTST já desenvolve cotidianamente nas Ocupações do movimento, as atividades precisaram ser ampliadas. Era preciso orientar as pessoas sobre questões específicas da Covid-19; desmentir notícias sobre a doença que circulavam nas redes de comunicação; e atuar para diminuir os impactos psicológicos da pandemia, do isolamento e da crise sobre as pessoas. Como relata uma coordenadora do Setor, “muitas pessoas têm entrado em crises de ansiedade exacerbada e procuram um hospital achando se tratar de casos de Covid-19, por alguns sintomas serem semelhantes. Pessoas têm desenvolvido processos de ansiedade, pânico e TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo).⁷⁹ E isso foi exatamente o que eu ouvi de Gil, quando, em uma das entrevistas, perguntei sobre como ela se sentia no início da pandemia: *“Eu fiquei desesperada por medo do vírus. Medo de sair na rua. Fiquei com TOC⁸⁰. Tudo eu lavava a mão. Não ia no mercado. Fiquei sem sair de casa”*. E assim como ela, muitas outras pessoas se viram nessa situação.

Outra preocupação era com os impactos na população LGBT, já altamente vulnerabilizada, mas que viu sua situação ser ainda mais agravada pela pandemia. Em nota publicada em junho de 2020, o Coletivo LGBT do movimento destacou sua preocupação com o tema:

A pandemia de coronavírus agravou problemas para a população LGBT, referentes ao trabalho, à renda, à saúde mental e à vida. A questão da saúde mental é um dos fatores cruciais, já que a população LGBT tem altos índices de problemas de saúde mental — essa é uma das maiores preocupações. (...) Nesse período, o atendimento psicológico que seria necessário não é fornecido pelo governo, sendo que a ministra dos Direitos Humanos, Mulher e Família, Damarens Alves, diz que é para as pessoas LGBT falarem com “amigos e familiares”. (...) Infelizmente, desde que o isolamento social começou a ser adotado para conter a pandemia, assassinatos de pessoas trans e travestis subiram, como aponta o levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais.⁸¹

⁷⁹ “MTST cuida da saúde mental dos Sem-Teto em tempos de pandemia”. Informação extraída de: <https://mtst.org/mtst/mtst-cuida-da-saude-mental-dos-sem-teto-em-tempos-de-pandemia/>. Publicado em 29.5.2020. Acesso em: 1 de abr. 2021.

⁸⁰ Sigla de Transtorno Obsessivo Compulsivo.

⁸¹ “Coletivo LGBT MTST | Impactos da pandemia na população LGBT”. Informação extraída de: <https://mtst.org/noticias/coletivo-lgbt-mtst-impactos-da-pandemia-na-populacao-lgbt/>. Acesso em: 21 de dez. 2021.

Frente a isso, foi necessária a articulação entre o movimento e coletivos de saúde parceiros. A importância da *escuta* enquanto prática solidária cresceu ainda mais em períodos de isolamento, privações e decaimento da qualidade de vida. Na cidade de São Paulo, por exemplo, em parceria com o NETT (Núcleo de Estudos e Trabalhos Terapêuticos), o movimento organizou, a partir de maio de 2020, plantões de atendimento psicológico para todos aqueles que se sentiram afetados psicologicamente por consequências diretas da pandemia ou por todas as incertezas e medos que a acompanharam. O Setor de Saúde do movimento também elaborou um áudio para ser enviado por mensagem com instruções de atividades de respiração para controle da ansiedade, além de outras orientações, como:

É importante frisar que a ocupação do tempo ocioso pode ser algo muito produtivo. Se dedicar a um hobby, que a correria do dia a dia, antes da quarentena, não permitia, pode ajudar a lidar melhor com esse período. Exercícios físicos, artísticos, entre outras coisas são valiosos nesses casos, ou até mesmo aproveitar o ócio — mas caso isso não seja suficiente, o MTST estará do lado de quem precisa de ajuda.

O acesso à saúde é historicamente um direito negado à parcela da população que compõe o grupo dos sem-teto. No contexto da pandemia, assim como outras questões sociais, essa foi uma forma de injustiça e desrespeito, para retomarmos a ideia de Honneth (2003), que foi agravada.

“Contrate Quem Luta”

O MTST, como já apontado anteriormente e como o movimento faz questão de ressaltar, é um movimento de trabalhadores das periferias brasileiras. E em sua maioria trabalhadores do setor de serviços e informais, representantes do precariado brasileiro, retomando a classificação usada por Braga (2017) e exposta no capítulo 3. Ou seja, são trabalhadores que foram duramente atingidos pela crise causada pela pandemia da Covid-19. O número de desempregados e trabalhadores informais no Brasil, que já era grande, ficou ainda maior durante esse período. Se pensarmos na base social do MTST, o índice de trabalhadores nessa situação abrange praticamente sua totalidade. Uma situação que não é nova, mas foi agravada ao longo dos anos de 2020 e 2021 e que, se considerarmos principalmente os índices

de informalidade, só piora. De acordo com dados divulgados pelo IBGE em julho de 2022⁸², já são mais de 39 milhões de pessoas nessa situação no país.

Imagem 16: Logo da campanha “Contrate quem luta”



Fonte: Divulgação MTST

Diante desse cenário, o MTST, por meio do seu Núcleo de Tecnologia, lançou, em fevereiro de 2021, a campanha “Contrate Quem Luta”⁸³ com objetivo de divulgar o trabalho de militantes do movimento e de pessoas próximas que, por serem prestadores de serviços, na maioria das vezes informais, viram o volume de trabalho e a renda diminuir durante a pandemia. Por meio de um aplicativo de mensagens pelo celular, foi desenvolvida uma forma de conectar diretamente cliente e prestadores de serviços. Ao todo, são disponibilizados serviços em 47 profissões com profissionais que atuam nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, entre balconista, babá, cabeleireira, churrasqueiro, contador, costureira, cozinheira, cuidadora, *designer* de sobancelhas, diarista, eletricista,

⁸² “PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,1% e taxa de subutilização, de 23,2% no trimestre encerrado em março” – Agência IBGE. Informação extraída de:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33541-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-1-e-taxa-de-subutilizacao-de-23-2-no-trimestre-encerrado-em-marco>. Acesso em: 28 de ago. 2022.

⁸³ Site oficial da campanha: <https://contratequemluta.com//>

faxineira, garçoneiro, gesseiro, manicure, metalúrgico, mestre de obras, motorista, moto-taxista, além de serviços como DJ e músico, e outros.

O objetivo da ferramenta é agregar e divulgar a existência desta oferta e facilitar o caminho para a contratação dos trabalhadores sem-teto. A idealização foi feita de forma coletiva e não há uma tabela de preços para os serviços; os valores são acertados diretamente com os trabalhadores que, para aprender a usar a ferramenta, participaram de série de palestras e oficinas que foram realizadas nas Ocupações. Além disso, o projeto prevê a realização de assembleias com os trabalhadores para aprimoramento da ferramenta e troca de experiências. Colocando a apresentação da ferramenta em paralelo com ideais de ajuda mútua, cooperação e economia solidária, o movimento busca usar essa oportunidade não apenas para criar possibilidades de geração de renda para os trabalhadores que compõem a sua base, ainda que isso seja de extrema importância, mas também para construir conjuntamente uma nova concepção de organização do trabalho, mais cooperativa e solidária e menos individualista e concorrencial.

Campanha “Despejo Zero”

Como já mencionado anteriormente, uma consequência direta da pandemia sentida pelo movimento é o aumento do número de pessoas buscando as Ocupações como solução imediata de moradia porque não têm outra opção. Como as Ocupações onde a pesquisa de campo foi realizada são posteriores ao início da pandemia, esse foi um tema que surgiu em praticamente todas as conversas. É uma situação que difere um pouco das Ocupações anteriores à pandemia que, ainda que sempre contassem com um contingente de pessoas morando no território, de acordo com as coordenações atuais, era em menor número. A falta de opção agora parece ser maior. Os motivos para essa situação são vários e vão da ordem econômica à social e política. O fato é que é crescente o número de pessoas que estão sem ter onde morar e, além da crise econômica que gera o aumento do empobrecimento da população, mesmo durante a pandemia da Covid-19 o poder público prosseguiu com as ações de despejo e desalojamentos.

Por isso, além das ações diretas de solidariedade que o MTST organizou a partir de suas próprias bases, esforços em rede com outros movimentos sociais também compuseram o repertório adotado no período. É o caso da Campanha

Despejo Zero, que contou com a participação de cerca de 175 organizações da sociedade civil, entidades e movimentos sociais, em uma articulação para lutar por medidas que impedissem despejos e remoções forçadas de famílias de seus locais de moradia em meio ao agravamento da crise sanitária e econômica causada pela pandemia. Foram realizadas manifestações, marchas e ações de pressão junto ao Congresso Nacional e ao Superior Tribunal Federal (STF).

Essa campanha obteve vitórias e em junho de 2021, o STF, por meio da ADPF 828⁸⁴, suspendeu ordens de despejo e desocupação de áreas habitadas desde antes de 20 de março de 2020, quando foi aprovado o estado de calamidade pública no país. Com validade inicial de seis meses, a ação foi prorrogada por três vezes. A última prorrogação, concedida em junho de 2022, estendeu a ADPF até 31 de outubro de 2022. Alguns dias antes dessa data, a articulação dos movimentos sociais solicitou uma nova prorrogação junto ao STF, mas dessa vez a ação foi negada.

5.3

O projeto das Cozinhas Solidárias

*Do que eu mais tenho medo neste momento?
Dos meus filhos passarem fome.
Celly Gomes, MTST-RJ*

O maior projeto iniciado pelo movimento no período da pandemia da Covid-19 foi, sem dúvida, a criação das chamadas Cozinhas Solidárias⁸⁵. Ele foi idealizado pelos sem-teto após o começo da pandemia como uma forma de ação direta contra a fome que se agravava nas comunidades, periferias e ocupações das cidades brasileiras. Além da pandemia da Covid, defendia o movimento, era preciso enfrentar a *pandemia da fome* que se alastrava. Por isso, no dia 13 de março de 2021, foi inaugurada a primeira Cozinha Solidária, na região da Brasilândia, zona norte de São Paulo.⁸⁶

⁸⁴ “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828”. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6155697>. Acesso em: 11 de set. 2022.

⁸⁵ O movimento elaborou um *site* especial sobre as Cozinhas Solidárias do MTST que pode ser acessado em: <https://www.cozinhasolidaria.com>.

⁸⁶ “As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil.” Informação extraída de: <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/>. Acesso em: 11 de set. de 2022.

O objetivo inicial do MTST era inaugurar 16 cozinhas no período de aproximadamente dois meses. Elas ficariam majoritariamente em São Paulo, cidade onde o movimento tem atuação mais enraizada e estruturada. Logo no começo, Débora me falou:

Como funciona essa Cozinha? Vai ter em todos os estados que o MTST está e aqui em SP vai ter em 5 regiões que o MTST tem atuação. A ideia é pegar um espaço perto da periferia, onde estão as pessoas mais vulneráveis, e o movimento vai servir alimentação de forma gratuita.

Mas ao final de 2021, o número de Cozinhas Solidárias inauguradas chegou a 26. Em 2022, são 31 distribuídas em vários estados do país.

Imagem 17: Cozinha Solidária de Santa Luzia



Fonte: Acervo Pessoal

É possível pensar que a centralidade dada para as cozinhas no cotidiano das Ocupações — o que termina por fazer com que boa parte da militância tenha experiência nessa forma de ação — teve influência direta na forma como o movimento foi capaz de olhar para a conjuntura e, ao enxergar a necessidade de

uma ação voltada para o combate à fome de maneira mais incisiva, dedicar seus quadros e esforços à criação de um projeto direcionado para esse aspecto da crise social. Afinal, como colocado no Capítulo 4, a Cozinha é um dos *lugares de existência* ao qual o movimento mais se dedica. E logo no começo do ano de 2020, a piora nos indicadores sociais relativos à alimentação fez com que o movimento percebesse, não apenas a necessidade, mas a inevitabilidade de incluir em seu repertório uma ação estratégica para enfrentar essa situação e voltou seus esforços para a expansão das cozinhas coletivas, com intuito de tornar a prática da alimentação solidária uma política do movimento, tal qual a luta pela habitação.

Como me explicou Débora em uma conversa que tivemos pouco antes da inauguração da primeira Cozinha Solidária, o movimento parte da experiência que já tem para propor uma ação que visa alcançar um impacto que vai além das vidas que existem nos espaços das Ocupações e da sobrevivência dos seus militantes:

(...) tendo essa experiência, entendendo o que são as cozinhas das nossas Ocupações e o cenário que a gente tá vivendo, a gente tá com um projeto que a gente quer colocar como se fosse uma política do MTST também. Hoje a gente tem a política da luta por moradia, mas a gente quer colocar essa também. A gente tá num processo de construção de cozinhas em todos os estados do Brasil para que também se tornem uma política. A gente tá querendo e vai iniciar esse ano. Ano passado foi um período de muita fome. O movimento fez uma vaquinha solidária para comprar cestas básicas, máscaras. Em alguns lugares preparar marmitas para levar para os moradores em situação de rua. Só que a gente tá vendo que essa crise econômica não vai acabar agora. Vai demorar muito. E as pessoas que tã na periferia, que são mais vulneráveis, que vão continuar sofrendo. Então o movimento tá com um projeto de Cozinhas Solidárias.

Inicialmente, os recursos financeiros para implantação do projeto foram arrecadados a partir de uma campanha de financiamento coletivo pela internet voltada exclusivamente para as cozinhas. Além do dinheiro da campanha, o movimento espera poder contar também com parcerias dos movimentos de agricultura familiar e comerciantes locais para formar o que chamam de “Rede de abastecimento das Cozinhas Solidárias do MTST”. As cozinhas funcionarão todos os dias distribuindo café da manhã e almoço. Um dos principais objetivos é garantir que as famílias das periferias brasileiras tenham direito à alimentação saudável e com qualidade nutricional mesmo durante o período de crise.

Desde a concepção do projeto até que os locais das Cozinhas estejam prontos para começar a funcionar, todo o processo é pensado e desenvolvido coletivamente.

Os próprios militantes do movimento preparam terreno, realizam obras de reforma e adequação e pintam os imóveis para que a Cozinha seja inaugurada. E mesmo após o começo das atividades, é responsabilidade do coletivo a arrecadação de doações, a organização dos alimentos, a montagem do cardápio e a proposição das atividades junto à comunidade. Como os militantes costumam dizer, o que se busca construir são “saídas coletivas” para as necessidades de forma a tornar todos responsáveis pela existência, manutenção e continuidade dos espaços. Ao longo do período de planejamento e construção das cozinhas, é normal ver tanto homens como mulheres envolvidos no processo. Depois da inauguração, assim como nas Cozinhas Coletivas das Ocupações, é comum que a coordenação dos trabalhos fique a cargo de uma mulher, assim como a realização da maior parte das tarefas.

A ideia, assim como nas cozinhas dos acampamentos, é que seja um espaço que ofereça aos indivíduos mais do que comida. Que seja um espaço também de acolhimento, troca e auxílio nas demandas da população, que, cada vez mais, vê outras esferas da vida serem afetadas. Algo que pode ser pensado na chave do que Della Porta (2020) identifica como a construção de esferas públicas alternativas que facilitem a conexão entre conhecimento abstrato e práticas concretas nos momentos de crise. A pandemia, de uma maneira geral, piorou a situação social e aprofundou as desigualdades sociais existentes em países como o Brasil. Nesse sentido, ações comunitárias ganharam importância e sentido ainda mais amplos. Já em 2020, Bringel (2020; p.185) apontava que a crise causada pela pandemia colocaria em debate a importância da coletividade e da vida comunitária uma vez que, apesar de exigir de nós isolamento e distanciamento, também abriu espaço para o surgimento de várias iniciativas que passaram a valorizar mais a vida em comum. Empatia, solidariedade e apoio mútuo foram dimensões potencializadas e valorizadas, seja em forma de iniciativas pontuais, de redes pré-existentes, ou através da ação de movimentos sociais. A saída, de uma maneira geral, era buscar soluções de forma coletiva e a partir do território das relações. Agir em conjunto quando as condições de ação conjunta estão enfraquecidas ou inexistentes. Por isso, além dos militantes do movimento, o plano é ativar redes já existentes e envolver também parceiros dos setores da educação, saúde, entre outros, para que as pessoas que acessam e utilizam as Cozinhas recebam um tipo de cuidado para além de saciar a fome. Respostas diretas para necessidades objetivas:

O movimento tem pessoal da educação, tem jurídico, tem arquiteto, engenheiro, tem gente da saúde... tem várias pessoas. Gente da cultura. E as nossas periferias elas são carentes de todas as políticas públicas, de educação, de saúde. Então a gente quer aproveitar essas pessoas que estão no MTST e querem contribuir. E que no ano passado não puderam contribuir mais por causa da pandemia. A gente quer aproveitar as cozinhas pra construir esse espaço. (...) Por exemplo, tem crianças que ficaram muito tempo sem estudar e estão precisando de aula de reforço. É pegar esses professores pra dar aula pra eles. Tem comunidade que é carente de atendimento de saúde... Não que a nossa equipe de saúde vá lá atender, mas o que falta as vezes é coisa pouca, é orientação, é aonde ir. Pegar os profissionais de saúde para orientar essas pessoas. Dúvidas jurídicas é o que a periferia mais tem e não tem condições de pagar um advogado. Então a gente quer isso: usar as cozinhas também como um lugar de solidariedade, de acolhimento. A gente quer espelhar nessas cozinhas o mesmo ambiente das cozinhas do MTST, que as pessoas se sintam à vontade, gostem de estar, um ambiente com harmonia. (Débora)

O quadro abaixo mostra como as cozinhas estão espalhadas por todo o Brasil, ainda que em maior concentração na região sudeste:

São Paulo

- Jardim Iguatemi (Rua Águia, 04 – Nova Vitória/Zona Leste)
- Jardim Ângela (Rua Luis Baldinato, 09 – Jardim Sônia Regina/Zona Sul)
- Jardim Damasceno (cozinha itinerante – Brasilândia/Zona Norte)
- Montanhão (Estrada do Montanhão, 64153 – São Bernardo)
- Jardim do Estádio (Rua Professor Plínio Braga, 188 – Santo André)
- Luciana Ferreira (Rua Madeira, 25 – Jardim Novo Campo Limpo/Embu das Artes)
- Vovó Lili (Rua Flavio Dohoczki, 186 – Jardim Maria Luiza/Taboão da Serra)
- Jardim Bonança (Rua Gilson Nardoni, 179 – Osasco)
- Sé (Praça da Sé – Centro)
- São José do Rio Preto (Av. Coronel Vagner Targas, 370 – Amizade)
- São Carlos (Rua Guarino Braldan 14 – Aracy 2)

Rio de Janeiro

- Lapa (Av. Mem de Sá, 25 – Lapa)
- Cozinha Sem Medo (Rua General Pimenta de Castro, lote 5/quadra 112 – São Gonçalo)

Roraima

- Jardim Equatorial (Rua Dr. Luiz Brito Junior, 709 – Boa Vista/Zona Oeste)

Paraná

- Curitiba (Rua Antonio Zanon, 225 – Tatuquara)

Alagoas

– Maceió (Conjunto Professor Paulo Bentes, quadra 2)

Sergipe

– São Cristóvão (Rua Jardim, 58)

Minas Gerais

- Belo Horizonte (Rua Mucuri, 271 – Floresta)
- Ribeirão das Neves (Rua Gávea, 45 – Justinópolis/Ocupação Curumim)
- Contagem (Rua Juazeiros30 – Ipê Amarelo)
- Maracanã (Praça Beato Francisco Coli, 107)
- Montes Claros (Rua Jandira Marques Tolentino, 14 – Itatiaia)
- Diamantina (Ocupação Nova Vitória)
- Uberlândia (Ocupações Fidel Castro, Santa Clara e Mana)

Pernambuco

– Recife (Rua Eliéser Olímpio de Moura, s/n)

Rio Grande do Sul

– Porto Alegre (Av. Azenha 608 – Azenha)

Distrito Federal

- Planaltina (Condomínio Vivendas Nova Petrópolis, Quadra 1, CJ 1 – Lote 3)
- Ceilândia (SHSN Quadra 209, CJM – Lote 1 – Sol Nascente)

Goiás

– Goiânia (Rua RI33, Quadra 114^a – Lote 1 – Bairro Residencial Itaipu)

Bahia

– Salvador (Rua Vasco da Gama, 343 – Vasco da Gama)

Algumas já conseguem funcionar e distribuir café da manhã e almoço todos os dias da semana; outras ainda não. A garantia dos alimentos em um contexto de alta de preços é uma das principais barreiras a serem transpostas. Há uma campanha de financiamento coletivo em andamento, chamada “Cozinhas Solidárias: fazendo o que o governo não faz pela alimentação”, que tem a meta de arrecadar a cada mês o suficiente para fazer uma distribuição justa de recursos para todas as cozinhas em funcionamento. Além disso, as Cozinhas Solidárias recebem alimentos através de doações de pessoas simpáticas ao movimento ou de pequenos comércios no território onde estão. Em algumas foi possível construir um espaço para horta comunitária, o que faz com que tenham alguns alimentos produzidos no próprio local.

As parcerias com os movimentos agrícolas também foram muito importantes. Compondo uma rede de solidariedade entre movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outros, fizeram, mais de uma vez, doações de grandes quantidades de alimentos para os companheiros do MTST.

As Cozinhas não trabalham diretamente como uma rede, mas, pelo que se pode perceber, a existência de um projeto maior que englobe as Cozinhas Solidárias faz com que uma rede de sustentação delas termine por se formar de outras maneiras. Como destacado por Rud Rafael, coordenador do movimento, ainda em 2020, em entrevista à TV dos Trabalhadores (TVT), sobre o estabelecimento de redes de solidariedade entre movimentos do campo e movimentos da cidade durante esse período:

Essas redes não podem se desarticular no pós-pandemia. Delas surge um processo de organização que fortalece uma lógica de incidência política que a gente não vai poder abrir mão depois. É um saldo que a gente precisa ter. Por exemplo, as redes entre agricultores familiares e as periferias urbanas. Por exemplo, no Rio de Janeiro a experiência do Movimento de Pequenos Agricultores e Agricultoras com as Ocupações urbanas. O caso da Cozinha Solidária do MTST em São Gonçalo. Como isso fortalece o diálogo campo-cidade⁸⁷.

As histórias e trajetórias de construção das Cozinhas Solidárias são distintas, mas é possível reconhecer em cada narrativa a importância das experiências individuais e coletivas e da historicidade do próprio movimento. A Cozinha Solidária da Brasilândia, na Zona Norte da cidade de São Paulo, e Cozinha Solidária de Santa Luzia, na cidade de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, como será possível observar a seguir, possuem históricos e processos de formação diferentes, mas que servem como exemplo do esforço feito e de como ações prévias do movimento influenciaram na capacidade de fazê-lo com sucesso.

5.3.1

Cozinha Solidária da Brasilândia – Zona Norte/SP

⁸⁷ Entrevista disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vV9b7hR7fDo>. Acesso em: 28 de ago. 2022.

A Cozinha Solidária da Brasilândia foi a primeira a ser inaugurada pelo movimento, dando início oficialmente ao projeto. Fica localizada numa região de periferia da Zona Norte de São Paulo, em um imóvel que pertence a Ronaldo, um Babalorixá⁸⁸ que mora na região e cedeu o terraço da sua casa para que fosse montada a estrutura da cozinha. Quem coordena essa cozinha é Jéssica, estudante de enfermagem que entrou para o MTST em 2018 e hoje é a responsável por cuidar do preparo da comida e da manutenção do local junto com Ronaldo.

Imagem 18: Cozinha Solidária da Brasilândia.



Fonte: Acervo Pessoal

A refeição servida é almoço de terça-feira a domingo, a partir das 13 horas. Uma média de 100 pessoas passam diariamente pela Cozinha para buscar comida, entre moradores e trabalhadores da região e moradores em situação de rua.

No começo, as refeições eram distribuídas em *marmitex* (embalagem em folha de alumínio ou isopor), mas isso tornava a ação mais cara. Os organizadores da Cozinha Solidária passaram, então, a pedir para as pessoas levarem potes em que a comida era servida. Uma panela de pressão e um balde são amostras do que a partir de então as pessoas chegaram a levar para poder pegar uma refeição. A dimensão da pobreza é tão grande que alguns não têm potes de plástico. Outros querem recipientes maiores para levar comida para mais de um dia. Por isso,

⁸⁸ Sacerdote em religiões de matrizes africanas.

aqueles que são responsáveis pela cozinha resolveram fazer uma campanha para arrecadação de potes de sorvete e em seguida os distribuíram para as pessoas, solicitando que os utilizassem para buscar o almoço. A pobreza extrema, mais uma vez, se apresentou: algumas marmitas voltavam sujas dias depois porque não havia água ou sabão para lavar. Como há uma pia ao lado da entrada da Cozinha, esponja e detergente foram lá colocados para que cada um pudesse lavar seu pote enquanto aguardava sua vez na fila.

Além das refeições, a Cozinha Solidária é espaço para que sejam experimentadas outras vivências. Na véspera da minha primeira visita de campo a Brasilândia, um sarau havia reunido dezenas de moradores da região para ouvir poetas e cantores sob o frio intenso que fazia na cidade de São Paulo. Quando retornei, cerca de um mês depois, pude participar de uma atividade do setor de educação do movimento para crianças da favela onde fica localizada.

Rodas de conversa sobre a pandemia e os efeitos da crise, chás de bebês e atividades com as crianças também fazem parte da teia de atividades que ali acontecem, além das reuniões de mobilização com a coordenação do movimento. Essas propostas são desafiadoras tanto para os organizadores, que precisam dar conta da mobilização, quanto para os que são convidados a participar, dado que exige deles, em muitos casos, romper uma realidade de isolamento e participar de uma ação que não faz parte de sua realidade.

5.3.2

A Cozinha Solidária de São Gonçalo/RJ

Ainda que o campo dessa pesquisa tenha sido realizado quase que integralmente em São Paulo, há uma experiência do movimento no estado do Rio de Janeiro, que me parece importante ser adicionada ao trabalho por dois motivos: o primeiro é o fato de ser o lugar de onde parto como pesquisadora; e o segundo, diretamente relacionado ao primeiro, é por ter sido onde estive assim que decidi pesquisar o MTST, tomando contato mais à fundo com o movimento pela primeira vez.

Imagem 19: Cozinha Solidária de Santa Luzia



Fonte: Acervo pessoal

A Cozinha Sem Medo, como era conhecida antes de se integrar ao projeto das Cozinhas Solidárias, fica localizada no bairro de Santa Luzia, na cidade de São Gonçalo⁸⁹. Assim como nas Ocupações, a cozinha de Santa Luzia não existe apenas para alimentar o corpo dos moradores da região. Atividades de confraternização, de cultura, a tradicional roda de gestantes — que chegou à 8ª edição em dezembro de 2021 —, atividades de formação política e debates também fazem parte do cotidiano do local.

Sobre a demanda por comida, é consenso entre as pessoas envolvidas com o dia a dia da cozinha de que houve um aumento no contexto da pandemia. Ali é servido café da manhã diariamente e, aos domingos, almoço. Em média, são distribuídas 400 refeições por domingo para pessoas de várias idades. A comida começa a ser servida às 12 horas, mas quando estive lá, às 11 horas uma fila já se formava na porta.

⁸⁹ Ver Capítulo 4, página 142.

5.4

Cozinha Solidária como repertório de ação

Como vimos na passagem da fala de Debora que destaco acima, o movimento parte da experiência que já tem para propor uma ação que visa alcançar um impacto que vai além das vidas que existem nos espaços das Ocupações e da sobrevivência dos seus militantes: “(...) *tendo essa experiência, entendendo o que são as cozinhas das nossas ocupações e o cenário que a gente tá vivendo*”, ela me disse. Ou seja, há um processo de reflexividade envolvido no reconhecimento pelo próprio movimento de que pela experiência que tinha das Ocupações, deveria dar esse passo e, mais ainda, de que tinha condições de fazê-lo. Trata-se do reconhecimento por parte dos próprios sujeitos do valor de uma ação que lhes é cotidiana, que compõe o seu repertório de ação diário (Tilly, 1978) e que está localizada num lugar da vida que, ainda que essencial à sobrevivência, é muitas vezes invisibilizado, como já apontado anteriormente neste capítulo.

A capacidade de transformar algo construído a partir de práticas cotidianas em uma contribuição ainda de maior amplitude para o esforço de mudança social, demonstra como essa construção feita no dia a dia é ação política, que pode até se desdobrar em outros projetos, mas não é apenas um momento de preparação para que ações maiores aconteçam.

Todas as Cozinhas inauguradas no contexto da pandemia seguem em funcionamento e, como dito por Débora no primeiro trecho da nossa entrevista que destaquei neste subcapítulo, o objetivo do movimento é ter o direito à alimentação como uma bandeira equiparada ao direito à moradia entre suas pautas. As Cozinhas Solidárias foram implementadas durante a pandemia, mas já são parte de um projeto maior do movimento. O desafio não é apenas manter as que já existem, mas seguir criando redes que possibilitem abrir outras e incluir esse tipo de ação no repertório permanente do movimento.

Em diferentes países da América Latina, como mencionado no Capítulo 4, há uma extensa tradição de cozinhas comunitárias — denominadas *ollas populares* ou *comedores populares* — com as quais o projeto das Cozinhas Solidárias do MTST pode ser colocado em diálogo e relação. Desde as décadas de 80 e 90, esse tipo de ação proliferou em grandes cidades da América Latina, como Lima, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, entre outras, como resposta ao empobrecimento da

população, especialmente os moradores das periferias urbanas afetadas pela crise financeira causada pelo avanço de políticas neoliberais (Gravante e Leetoy, 2022).

Com a pandemia da Covid-19, que ao mesmo tempo em que gerou uma crise sanitária, aprofundou a crise social, essas ações foram recuperadas e reativadas. Foi possível observar no Chile, na Argentina e no Uruguai, o surgimento de espaços para coleta de alimentos e preparação de comida para os que precisavam. Pleyers (2021) coloca que já em 2020 teve início a ativação de 130 *ollas comunitarias* no Chile. No Uruguai, Ribeiro *et al.*, (2021) apontam o surgimento de ao menos 700 experiências do que chamam de *ollas* ou *merenderos populares*.

Assim como nas Cozinhas Solidárias do MTST, o objetivo das *ollas comunitarias* não é apenas distribuir alimentos, mas também promover outros tipos de atividade e apoio — psicológico ou jurídico, por exemplo —, além de serem também espaços “donde surge uma crítica social hacia la política del gobierno frente a la pandemia y su incapacidad para satisfacer las necesidades básicas de las clases populares”⁹⁰ (Pleyers, 2021; p. 12). Em todos os casos, a premissa parece ser a mesma: aposta na ação solidária direta a partir do cotidiano para gerar uma melhoria nas condições de vida de uma determinada parcela da sociedade.

O MTST encarou o desafio de sustentar e seguir com a expansão do projeto das Cozinhas Solidárias, comandadas majoritariamente pelas mulheres do movimento, expandindo a proposta de coletivização dos cuidados e das ações de solidariedade para além das fronteiras de suas Ocupações. A ver se será possível cumpri-lo. As dificuldades a serem transpostas são inúmeras. Mas se depender da potência das *mulheres sem-teto*, como será possível ver a partir do próximo capítulo, há um caminho.

5.5

Desafio em aberto: o que fica da pandemia?

Além da implementação de respostas solidárias imediatas e concretas, os desafios postos pela pandemia ultrapassam o nível da ajuda direta. De acordo com Pleyers (2020a), os atores sociais precisaram desempenhar também um importante

⁹⁰ Onde surge uma crítica social da política do governo frente à pandemia e sua incapacidade de satisfazer as necessidades básicas das classes populares (tradução nossa).

papel na sensibilização da opinião pública e na formulação de propostas alternativas. É preciso considerar ainda como os movimentos se engajaram em disputas narrativas sobre o que de fato estava acontecendo e como construíram pontes para dialogar com a população em geral com o intuito de mostrar que há muito mais do que uma crise sanitária em jogo. Ao questionar o discurso e as políticas dos governos frente à pandemia como forma de mostrar que o coronavírus era tanto uma crise social quanto sanitária, os movimentos cumpriram um papel crucial no processo de disputa sobre o significado da crise (*Ibid.*).

No caso do MTST, que desde o território das suas Ocupações já organizava sua ação política cotidiana a partir das premissas da solidariedade e do trabalho coletivo, como analisado no capítulo anterior, o desafio diante da crise que se avizinhava era fortalecer e ampliar suas redes de ação. E assim foi feito. Enquanto movimento social que se empenhou em responder aos desafios que se colocaram nas duas dimensões, tanto a da ação imediata quanto a da narrativa, parece-me ser possível já dizer que ao menos em uma delas o MTST teve sucesso. Isso significa que, ainda que não tenha sido fácil, foi eficaz na prática e expansão daquilo que aponto como central nesta tese desde os primeiros capítulos: a aposta na solidariedade como forma de ação cotidiana. Como já dito anteriormente, a ação política do MTST pode ser compreendida a partir da chave de que o cotidiano é político. Já a disputa pelo significado da crise, por outro lado, segue em aberto de diferentes formas e em diversos lugares do mundo, como aponta Pleyers (2022; p. 303).

O tempo do Brasil pós-pandêmico, infelizmente, ainda não chegou. A maior parte das ações descritas acima seguem sendo importantes para a vida das populações ligadas ao movimento e das periferias brasileiras em geral. E é provável que assim sigam ainda por algum tempo, dado que a superação de uma crise das proporções da causada pela Covid-19 não chegará apenas com o controle sanitário. Saber o que fica ainda é um desafio de imaginação para o presente e tarefa para tempos futuros. De toda forma, os movimentos sociais se mostraram protagonistas no combate às consequências sociais que se impuseram e é importante observar e analisar a forma como o fizeram, tal qual busquei fazer aqui com o MTST. E, como coloca Pleyers, “La historia reciente ha demostrado que las iniciativas de ayuda

mutua y de solidaridad organizadas por los ciudadanos pueden volverse las semillas de transformaciones profundas en el plano social y político”⁹¹ (2021, p. 17).

Cabe destacar o papel central que as mulheres, que compõem a maior parcela da base social do movimento e atuam como lideranças em diversos espaços do movimento, tiveram na articulação dessas ações de solidariedade e acolhimento. Se, como demonstro nos próximos capítulos, são elas que sustentam o dia a dia das Ocupações, também nas ações desempenhadas ao longo da pandemia foi a iniciativa e a ação delas que fez a resistência para a existência existir (Coletivo de Mulheres do MTST, 2020).

⁹¹ A história recente demonstrou que as iniciativas de ajuda mútua e de solidariedade organizadas pelos cidadãos podem se tornar sementes de transformações profundas no plano social e político (tradução nossa).

PARTE III

A POTÊNCIA DAS MULHERES DO CHÃO DE BARRO

6. Lute como uma sem-teto: chegar ao movimento e tornar-se outra

Imagem 21: Claudinha, *mulher sem-teto*



Foto: Mídia Ninja

Era uma sexta-feira quando cheguei à Ocupação e encontrei a pessoa com quem tinha combinado de me encontrar. Estava ela muito ocupada entre as tantas tarefas que desempenha no cargo de coordenadora daquele espaço. Naquele mesmo dia, o movimento havia recebido uma doação de alfaces e estes estavam no Casarão, sede do movimento. Era preciso pensar em algum meio de buscá-los para serem divididos entre a Cozinha Coletiva da Ocupação e a Cozinha Solidária que fica no mesmo bairro. Não estava fácil resolver essa logística. A distância entre a o lugar da Ocupação e o Casarão é considerável, ainda mais se tratando de São Paulo, e era preciso também falar com alguém que lá estivesse para que a doação fosse liberada.

Mesmo em meio a essa tensão, ela me recebeu e saiu comigo pela Ocupação para me mostrar o que os moradores já haviam construído. Era uma Ocupação recente, então alguns lugares ainda estavam sendo montados, como a horta, as cozinhas dos grupos. Pouco tempo depois que começamos a caminhar, ela teve que parar para tentar resolver realmente o problema das alfaces. Junto com a gente

estava outra acampada, mais jovem e que estava no movimento havia apenas alguns meses, mas que se dispôs a continuar comigo. Ficamos juntas por quase uma hora e ela me levou a todos os 11 grupos que compunham a Ocupação na época (imagino que hoje sejam mais), me apresentando às pessoas que encontrávamos pelo caminho, me explicando como funcionavam as coisas e falando com muito orgulho sobre o que estavam construindo ali.

Como já ocorrera antes, os planos para o dia eram outros, mas a realidade se impôs. E, mais uma vez, aprendi. Fiquei completamente surpreendida pela compreensão sobre a luta e pelo comprometimento que aquela mulher que estava ali há apenas dois meses já apresentava. Ainda que eu não esperasse, aos poucos entendi que, assim como ela, outras mulheres passavam por processos semelhantes. Compreender o porquê disso ainda me custaria algum trabalho depois daquele encontro, mas acredito ter conseguido – ou ao menos chegado a algumas respostas. E agora tento aqui explicar.

Eu diria que este capítulo é dedicado às mulheres do MTST, mas a verdade é que toda a tese o é. O que muda é o lugar que elas ocupam na análise. Se até aqui elas foram basicamente as fontes de matéria-prima para o estudo das Ocupações, a partir daqui elas são matéria-prima e protagonistas. A organização do capítulo segue o fio da metodologia utilizada para a realização das entrevistas e, portanto, começo a partir da narração de alguns fatos das vidas das mulheres sem-teto por mim entrevistadas ao longo da pesquisa. Essa narrativa permite observar as suas experiências antes de entrar no movimento, passando por dados de origem, trabalho, relacionamentos, entre outros; e possibilita, ademais, compreender um pouco sobre quem são essas mulheres e quais são as questões e formas de opressão que atravessam suas vidas. A partir desses dados, proponho uma reflexão sobre o significado que a luta pela moradia e a conquista de uma casa tem para as mulheres. Em seguida, passo para uma análise do momento na vida delas que marca o encontro com o movimento e a maneira coletiva como é construído o cotidiano da luta, explorando o início de um processo de ressignificação de sua existência e construção de si enquanto sujeitos de suas próprias vidas e da luta pela moradia.

A forma como isso se traduz em engajamento gera o que apresento como feminização do movimento, a saber uma presença e atuação cada vez maior das mulheres nas diversas esferas da sua estrutura organizacional. Por fim, demonstro

como e por quais motivos a conscientização e compromisso que se forjam no processo da luta dessas mulheres podem ir além da busca pela casa para si.

6.1

Uma escolha metodológica e ideológica

É possível afirmar, e o conjunto de militantes do movimento assim o faz, que a base social do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) é formada majoritariamente por mulheres. Na ausência de pesquisas científicas quantitativas que sirvam para sustentar essa afirmação, parto aqui das estimativas obtidas pelo próprio movimento. Segundo esses dados, as mulheres representam cerca de 75% dos militantes.⁹² Seja em termos da base do movimento, de uma forma geral, ou da população que compõe as Ocupações que estão em território, em particular, essa é uma situação que se repete é visível quando visitamos uma Ocupação ou acompanhando alguma atividade do movimento. E elas são protagonistas em termos numéricos, mas não apenas. A forma como experimentam e vivem o cotidiano da luta é também algo a ser observado e analisado, principalmente porque se trata de um tipo de existência em um espaço essencialmente de luta no contexto de uma sociedade histórica e estruturalmente machista — e onde mesmo movimentos que a combatem, pecam na reprodução dos seus padrões de opressão. E talvez essa seja a razão para que, ainda que sejam a maior parte da base geral do movimento, da mesma maneira que são a maioria da população brasileira, as mulheres seguem sendo pouco vistas e tendo sua história pouco contada⁹³.

Usar a categoria mulher (ou mulheres) como um grupo homogêneo — ou referente a um *sujeito universal* —, é incorrer no vício de ignorar que existem consideráveis diferenças entre elas e tema já extensamente abordado no campo dos estudos de gênero e feministas. Ainda que se trate de uma unidade de análise fundamental para esta tese, é preciso observá-la enquanto uma identidade construída socialmente e que pode, e deve, ser somada a uma multiplicidade de identidades presentes em cada indivíduo. Não se trata, portanto, de algo pré-

⁹² Segundo os membros do MTST, essa informação foi obtida por meio de um aplicativo usado para cadastro dos militantes que não está mais em funcionamento.

⁹³ A principal e mais pública liderança do movimento segue sendo Guilherme Boulos, ao menos aos olhares mais superficiais, e eu mesma recorri a ele em vários momentos nos capítulos anteriores. Mas agora o esforço é mudar isso.

existente ou essencialista, mas de uma identidade que se forma por conta do reconhecimento, de questões conjunturais, pela necessidade de ação, ou pela identificação de pautas comuns. Na prática cotidiana dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, por exemplo, como aponta Carmem Silva (2016), a unidade é construída em razão de momentos conjunturais, formulações propositivas e estratégias de lutas comuns entre aquelas que reivindicam para si a identidade mulher.

Dar protagonismos às mulheres ao longo desse trabalho de tese foi uma escolha metodológica, mas também, é possível afirmar, ideológica. Reconheço aqui a necessidade de construir uma compreensão sobre a ação política do MTST que privilegie as mulheres que constroem o movimento cotidianamente. Isso porque, como reflexo de sua condição na sociedade, apesar de serem excessivamente presentes e atuantes, tem sua existência e atuação historicamente invisibilizadas. Faço isso inspirada na reflexão feita por Ruy Braga (2017) para justificar o foco na ação coletiva do precariado em um de seus trabalhos de pesquisa⁹⁴. De acordo com Braga, as classes sociais subalternas, devido à sua posição na estrutura social, estão “na linha de frente dos ataques oriundos da política da acumulação por espoliação, condensam as contradições mais sensíveis do momento presente, assim como anunciam a possibilidade, ainda que embrionária, de superá-las positivamente” (2017; p. 45-46).

Por isso, para analisar as questões relativas às mulheres do MTST, recorro a três conceitos para encontrar um ponto de intercessão que possibilite construção de uma identidade coletiva, tal como proposta por Melucci (2010)⁹⁵, deste grupo e que me permita apresentá-las, para fins desta tese, como *as mulheres sem-teto*. O primeiro conceito, e o que baseia a delimitação dos sujeitos aqui pesquisados, é a *classe social*, de Karl Marx, aqui representando a parcela da sociedade que é detentora apenas da força de trabalho, e não dos meios de produção. De acordo com Jessé de Souza, a classe social, no que diz respeito à realidade brasileira deve ser entendida para além da posição no sistema produtivo; deve ser considerada, sobretudo, como “fonte de todas as heranças simbólicas, valorativa,

⁹⁴ O trabalho em questão é o que deu origem ao livro “A Rebelião do Precariado” (2017).

⁹⁵ Alberto Melucci (2010) propõe uma abordagem processual de identidade coletiva, resultante da relação entre diversos atores que compartilham uma visão de objetivos, possibilidades, limites e buscam novos caminhos.

morais e existenciais” (2009; p. 45). Por isso, a ela somo a noção de *precariedade* segundo Judith Butler (2018). Ela é uma condição produzida pelos sistemas de poder⁹⁶; não é algo que está no ser, mas que é consequência das relações de poder que o atravessam. O terceiro é, mais uma vez, o conceito de *precariado*, de Ruy Braga (2012). O precariado, de certa maneira, reúne os dois conceitos anteriores ao se referir àquela parcela da classe trabalhadora detentora apenas da sua força de trabalho e atravessada por condições produzidas pela estrutura de poder da sociedade que as fazem ser vítimas de violência doméstica; inconstância no trabalho ou trabalho algum; que as fazem habitar as periferias das cidades brasileiras. Como apontei no Capítulo 3 ao propor uma breve reflexão sobre quem são os sem-teto do MTST, e como veremos nas páginas a seguir, as *mulheres sem-teto* são as mulheres do precariado brasileiro.

Fazer um capítulo com essa temática não estava previsto quando primeiro me pus a pensar sobre as dinâmicas que compõem a cotidianidade da luta do MTST. No entanto, foi logo após as primeiras investidas de trabalho de campo que ele se mostrou indispensável. Está diretamente vinculado ao capítulo anterior na medida que segue a análise de uma dimensão das dinâmicas cotidianas do MTST, mas agora o faz a partir de um nível analítico distinto.

Ao longo das próximas páginas, busco identificar aspectos relacionados à forte presença das mulheres no movimento levando em consideração o processo pelo qual passam para se tornarem atrizes políticas da luta pela moradia. É pensar sobre os desdobramentos da entrada delas no movimento e da luta pela moradia, mas não sem revisitar os seus históricos de vida e tentar identificar o que as levou até lá e quais as razões fizeram com que se engajassem.

Até aqui, esta tese falou sobre o MTST e uma parte do que compõe a construção coletiva do cotidiano tendo como matéria-prima, em grande medida, a fala das mulheres do movimento. Para Svetlana Aleksiebitch (2016)⁹⁷, é nos relatos e testemunhos, na voz viva das pessoas, que está a representação da nossa realidade e a tragicidade insuperável da vida. Portanto, o foco agora são as próprias mulheres a partir das histórias contadas por elas mesmas, assim como o lugar que ocupam e o papel que desempenham no movimento. A partir do trabalho de análise do

⁹⁶ Em oposição à vulnerabilidade, que para Judith Butler, é ontológica de todo ser vivo.

⁹⁷ Escritora e jornalista bielorrussa que escreveu sobre a Segunda Guerra Mundial a partir das narrativas das mulheres que lutaram nela.

conteúdo das entrevistas, passo, ao longo das próximas páginas, por alguns eixos que se apresentam comuns às falas das mulheres sem-teto: vida antes do movimento; chegada no movimento; tornar-se uma sem-teto; o significado da luta; engajamento e compromisso. As informações aqui presentes, em diálogo com contribuições teóricas sobre os temas que permeiam suas biografias e experiências, são o caminho para chegar até onde chegaram as mulheres sobre as quais aqui falamos: a linha de frente do MTST.

6.2

As mulheres sem-teto

É ser o avesso,
A costura,
A linha, a agulha.

Quebrar todas
As cercas,
Pular todos
Os quintais
Romper muros.

Sair de todas
as pias, os fogões
criando outras
fórmulas de:
sabão,
foguetes,
vinhos e gasolinas.

É vestir toga,
Ternos é estar,
Nos gabinetes,
Câmaras, conselhos de decisões.

É construir edifícios;
Grafitar ruas
Entristecidas.

A bola, a pipa,
A bike, a batuta,
A moenda,
Os cristais.

O batom e a luta,
Salto fazendo
Seu destino.

É ser a revolução,

O canto, o campo,
O grito que irá
Por fim ao lucro.⁹⁸

Em uma das primeiras conversas que tive com Claudinha, na Carolina Maria de Jesus, uma jovem Ocupação na zona leste de São Paulo⁹⁹, ela me afirmou: “Organizar uma Ocupação de sem-teto é tarefa para uma mulher”. Elas organizam o dia a dia, lideram as assembleias nos territórios, comandam as cozinhas e participam das negociações com o poder público. Estão, cada vez mais, em todas as esferas e participam de praticamente todas as ações. Mas quem são essas mulheres? O poema de Marilene Souza que abre esse subcapítulo e o título de um texto assinado pelas Mulheres da Coordenação Nacional do movimento nos dão pistas. Diz o texto, “A história do MTST é a história da mulher na periferia”. E continua: “Mulheres negras, pardas, brancas, jovens, mais velhas, mães, avós, tias, irmãs, filhas, esposas, amantes, amadas, companheiras e trabalhadoras pobres, oprimidas, violentadas, violadas, exploradas. Aliás, excessiva e continuamente exploradas”¹⁰⁰. E Claudinha complementa:

A maior parte são negras. Uma boa parte são chefes de família e que trabalham em diferentes áreas dentro daquilo que cabe para as mulheres da periferia, né. A gente sabe que muitas delas não acessam todo tipo de vaga. Muitas cabeleireiras, muitas manicures, muitas faxineiras – muitas, mesmo –, babás, cuidadoras.¹⁰¹

Começo, então, a seguir, da mesma forma que comecei todas as entrevistas que realizei. Ao optar pelo método de narrativas biográficas de Gabrielle Rosenthal (2014), como explicado na metodologia, pedi às mulheres com as quais conversei que me falassem sobre suas vidas desde antes da entrada no movimento. Isso possibilitou que aos poucos fôssemos reconstituindo o caminho que elas percorreram ao longo dos anos, considerando tanto a dimensão interna e psíquica quanto as mudanças no significado atribuído a suas ações. Memórias retomadas a partir de quem estas mulheres são hoje, o que permite um distanciamento e exercício de reflexividade, e consciência sobre si. O objetivo com isso, em diálogo

⁹⁸ Souza, Lene. Pé no barro. Funilaria/MTST. São Paulo, 2022. p. 33.

⁹⁹ Ver Capítulo 1, página 92.

¹⁰⁰ Mulheres da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) in Rafael, Campos e Simões, 2017; p. 8.

¹⁰¹ Em entrevista ao site Chutando a Escada. Disponível em:

<https://chutandoaescada.com.br/2020/11/24/chute-189-mtst/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

com a proposta de relatos autobiográficos de Rago (2013), era problematizar as vivências constitutivas da própria subjetividade e explorar a dimensão narrativa da construção de si como sujeitos. Elas começaram me falando quem eram e é isso que faço a seguir. Através de uma narração resumida de alguns fatos da vida dessas *mulheres sem-teto*,¹⁰² tento demonstrar como se enxergam hoje, como questionam identidades construídas e constituem-se em relação a sujeitos múltiplos (Rago, 2013; p. 32).

De maneira geral, as mulheres que deram corpo a esta tese conformam um pequeno grupo de mulheres que são diferentes, mas partilham características representativas da heterogeneidade que marca o conjunto do movimento. São mulheres negras e pardas, nascidas em diferentes lugares do país, entre os anos 1970 e 1990, com diferentes graus de escolaridade. A despeito das diferenças das suas histórias de vida, são mulheres que viveram, ainda que partindo de pontos distintos, processos sociais de rupturas objetivas e subjetivas semelhantes. Sem a pretensão de dar conta de toda a história de suas vidas e ciente de que trago aqui apenas um recorte, apresento, nas próximas páginas, algumas mulheres sem medo de lutar.¹⁰³

Débora: do trauma à presidência

A Débora é paulistana, filha de mãe baiana e pai mineiro. Ela foi uma das primeiras entrevistadas para esta tese, no início de 2021, ainda em um momento crítico da pandemia da Covid-19. Ela me recebeu na casa onde estava morando, no Capão Redondo, um distrito da Zona Sul de São Paulo.

Seu primeiro contato com o MTST data do ano de 2012, quando se juntou ao movimento para participar de uma ocupação no município de Embu das Artes, a Ocupação Novo Pinheirinho. Na época ela, que tinha pouco mais de 20 anos, trabalhava como cozinheira, fazia faculdade de matemática, e cuidava do filho de 3 anos, o mais velho dos três filhos que hoje tem.

Antes da Ocupação, Débora morava com o filho na casa dos pais, mas a situação da coabitação era algo que a incomodava muito. E foi isso que, mesmo

¹⁰² Utilizarei, ao longo deste e do próximo capítulos, a expressão *mulheres sem-teto* em itálico como forma de demonstrar que trato aqui de um grupo específico que, ainda que seja heterogêneo, carrega consigo uma identidade coletiva.

¹⁰³ Expressão cunhada em referência à Frente Povo Sem Medo, organização da qual o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) faz parte.

sem conhecer muito a respeito, fez com que ela decidisse ir fazer a luta pela moradia. Quando fala sobre sua vida antes do movimento, Débora sempre destaca como mudou depois que se juntou à luta: “*Eu antes de ir para uma Ocupação, antes de entrar no MTST, eu não falava. Eu era traumatizada. Não falava*”. Se o que motivou sua ida foi a moradia — afinal, “*todo mundo que entra no MTST entra querendo moradia*” —, a situação logo mudou. Ela, que já tinha vários questionamentos com relação à desigualdade, principalmente por ser mulher, negra e moradora da periferia, encontrou ali uma situação diferente da que estava acostumada.

Aos poucos, o movimento mostrou para ela que a luta por moradia não é apenas por moradia. Depois de participar de lutas por creche, por posto de saúde, por transporte, ela, que antes se considerava só uma moradora da Ocupação, decidiu que queria participar ainda mais. Do Novo Pinheirinho, foi para uma Ocupação, no bairro do Campo Limpo, onde virou coordenadora pela primeira vez. Depois, organizou outra Ocupação em um terreno próximo, a Paulo Freire. Mas um dos marcos da sua trajetória militante foi a organização da Ocupação Marielle Vive, em 2018, na zona norte da cidade, que era uma região onde o movimento almejava muito estar, mas ainda não tinha conseguido.

Em 2020, Débora aceitou, junto com mais duas companheiras do movimento, o desafio de ser candidata a vereadora da cidade de São Paulo por meio de uma chapa coletiva. Não foram eleitas, mas isso não significou o fim da sua luta. Agora, em 2022, ela é coordenadora da Ocupação Nova Canudos¹⁰⁴, na zona norte de São Paulo, e presidente municipal do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) de São Paulo.

Claudinha: nos palcos dos bailes e das assembleias

“*Hoje eu enxergo todas as cobranças que o machismo me fez*”, me disse Claudinha, militante do MTST que, como já dito algumas vezes ao longo desta tese, coordena a Ocupação Carolina Maria de Jesus. Nascida e criada em São Paulo, mãe solo, ela hoje vive para a militância do MTST, mas sua história de vida é marcada pela passagem também por outros palcos. Antes de entrar para o movimento, ela

¹⁰⁴ Ver Capítulo 1, página 93.

trabalhava em um salão de bailes para a terceira idade. Sempre foi falante e brincalhona. Era garçõete, mas gostava de cantar, coisa que aprendeu (ou descobriu) no tempo que passava na Igreja. Logo, ela começou a cantar nos bailes do salão, além de trabalhar servindo e vendendo cerveja. A soma das funções fez com que a pressão do chefe sobre ela aumentasse. Ele constantemente a cobrava, dizendo que ela não estava vendendo o suficiente. Apesar de gostar de cantar, com o passar do tempo, foi preciso, nas palavras dela, “*cortar na carne para fazer uma coisa funcionar*”. Sobrecarregada e excessivamente cobrada pelo chefe, ela desistiu de cantar. Em pouco tempo de conversa, logo começaram a aparecer as marcas das rupturas pelas quais Claudinha teve que passar ao longo dos anos.

Aí um dia ele [o chefe] falou assim: "O que que tá acontecendo? Você tá cantando e não tá vendendo tanto. Era pra você vender mais". E eu trabalhava e vendia mais de 400 reais de cerveja. Não era pouco em 2007. Mais uma cobrança por ser mulher, né. Ai eu falei que ia parar e ia ficar só vendendo cerveja. Eu ganhava 20 reais pra subir no palco e cantar três horas.

Quando eu perguntei se sempre tinha tido perfil de liderança — coisa que, vale comentar, desempenha muito bem — ela brincou dizendo que mesmo antes de entrar para o movimento já sabia mandar porque criava três crianças e é do signo de virgem:

Assim, eu era mãe, né? Mãe que cuidava de três filhos [são quatro, mas a mais velha escolheu ficar com o pai]. Então eu tinha três filhos pequenos e comandava a coisa. Na minha casa, eu comandava. E sou virginiana. Você sabe que virginiano ou manda ou manda.

Mas a brincadeira encobria uma dura realidade de sua história pessoal (e a de muitas mulheres das periferias brasileiras): além do salão, Claudinha tinha que trabalhar em mais três lugares para conseguir pagar o aluguel de onde morava e cuidar das crianças sozinha. Sentia que tinha a responsabilidade de fazer tudo o que o marido não tinha feito por eles e garantir casa e comida para ela e as crianças: “*E eu tentava ser o melhor possível*”, lembra.

Em julho de 2013, ela conseguiu alugar uma casa em Itaquera, ao lado do terreno que um ano depois o MTST ocuparia para criar a Ocupação Copa do Povo. E foi nessa Ocupação que ela construiu seu barraco, no G5. Lembra, que ficava bem perto da casa onde morava. Era um barraquinho pequenininho que foi marcado como 110, um número que Claudinha diz que nunca vai esquecer.

Na época ela ainda cantava em alguns bailes no interior do estado como trabalho pontual para ganhar um dinheiro extra. Palco e microfone, portanto, não eram novidades para ela que logo conquistou o respeito da coordenação do movimento pela forma como ajudava a cuidar da Ocupação, inclusive quando eles não estavam lá. Tem moradia na Ocupação Esperança Vermelha¹⁰⁵ e promessa de casa no terreno da Ocupação Copa do Povo, mas atualmente passa a maior parte do seu tempo na Carolina de Jesus.

Hoje os filhos são adultos: *“Tudo criado. A mais velha tem 29 anos e o mais novo 22. Cada um cuidando da sua vida e eu fazendo a minha luta por moradia”*. Eles não participam do movimento e, na verdade, questionaram a mãe desde que ela decidiu ir para a Ocupação. Mas isso não importou para Claudinha que sabia que precisava conquistar a sua moradia.

Gil: migração e mudanças

A Gil, também coordenadora da Ocupação Carolina Maria de Jesus, é baiana, da cidade de Euclides da Cunha, e se mudou para São Paulo aos 14 anos. Veio sozinha para trabalhar como doméstica na casa da filha da patroa de sua prima, que havia migrado antes para a capital paulista. Na Bahia, ela conta, sua situação de vida era muito difícil: *“Um sapato era pro ano todo. O chinelo quebrava, eu colocava prego. Ia colando, fazendo os remendos. Não tinha... A situação era muito difícil”*. O trabalho como doméstica não era uma novidade para ela, mesmo tão jovem. Tinha começado a fazer isso aos 10 anos na Bahia. Se sentia como se já fosse uma mulher de 30 anos.

Sem que eu precisasse perguntar, o desejo de ter uma casa aparece logo no começo da conversa, quando ela relata o que sentia quando jovem, ainda quase criança, trabalhando como doméstica em casa de desconhecidos:

E mesmo eu tando em casa de família, mesmo com 14 anos de idade, eu já tinha vontade de ter a minha casa. Porque eu saí da casa da minha mãe cedo. Era muito simples, mas era uma casa. Você vem pra São Paulo e vai morar num quartinho de empregada. Lá nos fundos. Então já nasceu aquela vontade de ter a minha casa. Mas não via nenhuma saída pra isso.

¹⁰⁵ Ocupação da zona leste de São Paulo que tem casas de madeira construídas em parceria com a ONG Teto.

Em São Paulo, ela morou em São Mateus, em Celso Garcia, no Ipiranga. Só no Belenzinho, foram três lugares diferentes. Viveu a experiência de morar em cortiço, onde dividia o banheiro com mais vinte pessoas... “ou mais”. Para secar a roupa lavada, tinha que colocar no varal e ficar sentada do lado esperando. Se deixasse lá, roubavam.

Gil se casou e teve filhos cedo, como ela mesma me disse, ainda sem revelar com quantos anos foi o primeiro casamento. Por conta da transferência de trabalho do marido, foi morar na cidade de Ferraz de Vasconcelos, que, como conta, foi o pior lugar onde viveu. O marido saía para trabalhar e ela ficava sozinha com três crianças pequenas em um lugar desconhecido. “Dificuldade” é a palavra que usa para descrever esse momento. No ano 2000, ela e a família se mudaram para São Mateus. Em 2006, seu marido comprou um pequeno terreno em Jardim Nova Vitória, perto de onde ela mora hoje, na Zona Leste da cidade, e ali eles construíram dois cômodos para morar. Não era ainda, no entanto, a sua casa. Apesar de terem a responsabilidade de fazer funcionar as demandas cotidianas, é comum na vida das mulheres que tenham de lidar o tempo todo com a afirmação de que a posse ou a propriedade do lugar não é delas. E isso foi muito forte no caso de Gil, que vivia em um relacionamento difícil.

Depois de alguns anos, ela se separou do marido, foi obrigada a deixar os dois cômodos em que vivia e precisou dar conta de ter uma casa e sustentar os filhos sozinha. Ela e os filhos viveram de favor na casa de conhecidos, alugaram um cômodo para todos, entraram em programas sociais do governo.

Foi em 2015 que ela se juntou ao MTST, na ocasião da entrada no terreno que seria a Ocupação Dandara, na zona leste da cidade — e que hoje é o Condomínio Dandara, onde ela tem um apartamento.

Na época que entrou para o movimento, Gil trabalhava como vendedora de loja. Ficou desempregada duas vezes desde então, sendo que a última, em 2019, ela acredita ter sido motivada por sua militância. Depois de ser mandada embora da loja, ela resolveu que iria trabalhar por conta própria. Comprou um carrinho e passou a vender tapioca na saída da estação do metrô Carrão,¹⁰⁶ na mesma região onde mora. Logo em seguida, veio a pandemia e ela, há poucos meses trabalhando

¹⁰⁶ A Estação Carrão-Assaí Atacadista é uma estação metroviária da Linha 3–Vermelha do metrô da cidade de São Paulo.

na informalidade, teve que parar de trabalhar. Foram meses difíceis nos quais Gil se dedicou ainda mais ao movimento.

Em março de 2021, em meio à pandemia, o movimento conseguiu entregar as chaves dos apartamentos para todos os militantes que haviam sido contemplados na conquista do terreno do Condomínio Dandara. Mas mesmo com a posse do seu apartamento, Gil, que antes de entrar para o movimento lembra que odiava política, segue fazendo parte da luta do MTST. E não se trata de um fazer parte só por fazer, coisa que — apesar de considerar que tivesse motivos para acontecer —, nunca foi o tipo de atuação que manteve junto ao movimento. Ainda durante a Ocupação, sua mãe morreu de câncer; um de seus filhos foi vítima da violência policial. Os reveses, no entanto, não a fizeram esmorecer e se desmobilizar; ao contrário, o acolhimento que recebeu por parte dos integrantes do MTST foi importante para que ela ficasse: *“Eu tinha muitos motivos para virar uma acampada comum”*, ela lembra, *“mas não! Cada história dessas, cada aperto de mão que eu recebia, cada palavra de incentivo, de acolhimento, me fez prosseguir na luta”*.

Em 2022, ela segue coordenando as atividades do movimento e hoje está à frente da Ocupação Carolina Maria de Jesus, junto com Claudinha, além de ser uma das referências do recém-lançado movimento Trabalhadores Sem Direito.¹⁰⁷

Bia: sem-teto da pandemia

A Bia é nova no MTST e, acredito, a mais jovem entre as entrevistadas. Ela não me disse sua idade, mas eu diria que não é mais do que 35 anos. A caçula entre as entrevistadas me surpreendeu pelo nível de envolvimento, com os cuidados com a Ocupação e o comprometimento com as tarefas que lhe cabem enquanto coordenadora de grupo. Quando nos encontramos, ela morava há apenas dois meses na sua primeira Ocupação, a Nova Canudos, que é coordenada pela Débora, mas logo me falou: — “Aqui é praticamente minha casa. Eu vivo aqui. Eu durmo aqui, acordo aqui”.

Mulher jovem, casada, mãe de 3 filhos e avó de um menino, está desempregada. Ela e o marido participam da Ocupação desde o primeiro dia. Foram chamados para participar pela irmã dele, que já não está mais na luta; eles,

¹⁰⁷ O Movimento Trabalhadores Sem Direitos foi criado em maio de 2022 para organizar a luta por direitos para os trabalhadores informais.

entretanto, foram e ficaram. Os dois perderam os empregos durante a pandemia e faltou dinheiro até para comprar comida. Não tinham dinheiro nem para pagar o aluguel, nem as contas de água, luz etc. Quando souberam da Ocupação, os dois foram participar e deixaram os filhos na casa que alugavam. Primeiro, construíram um barraco na parte de cima da Ocupação, bem perto da entrada, porque o resto do terreno era todo mato. Foram três dias seguidos na Ocupação, sem nem tomar banho, até conseguir sair para ir em casa ver as crianças. A Ocupação estava bem no início. As condições eram precárias e ainda faltava muito para organizar. Quando Bia e o marido voltaram de casa, suas coisas haviam sido roubadas.

Logo depois, a proprietária da casa que alugavam avisou que, como não tinham como pagar, a família deveria sair do imóvel. E foi assim que Bia, o marido e os filhos foram definitivamente morar na Ocupação Nova Canudos. Construíram, então, dois barracos de lona: um para ela, marido e os filhos pequenos e outro pra filha. Mas dormem todos juntos em um barraco e o outro é utilizado como “armário” onde guardam todas as suas coisas que não são utilizadas no dia a dia. Quando me levou para conhecer seu barraco, Bia me explicou:

Aqui é onde a gente dorme. Aqui a beliche e a roupa que a gente usa mais no dia a dia pra não ter que ficar entrando ali porque não tá arrumado ainda. Aqui dorme eu e meu marido, aqui a minha filha com o neném e aqui os dois. Ele já tá bem estruturadinho.

Estava demorando um pouco para conseguirem fechar o barraco com *madeirite* porque o material está muito caro e ela e o marido haviam ficado muito tempo sem trabalho. Ela é necropsista, mas somente tem trabalhado *fazendo bico* em eventos “que agora estão voltando”, me contou. O marido havia começado a trabalhar em um supermercado próximo à Ocupação havia poucos dias.

A relação dela com o marido também mudou desde que foram para lá. Ela logo começou a participar das atividades e virou coordenadora do G onde moram. Ele demorou um pouco mais, mas hoje os dois são coordenadores. Mas Bia reconhece que foi preciso estabelecer algumas regras *pra se dar bem* em meio às tantas demandas que se colocam no dia a dia da construção da Ocupação. Por exemplo, quando entram no barraco pra ficar com a família, eles desligam o celular para ninguém interromper o momento.

Natália: um ponto de partida diferente

Natália é moradora da zona sul de São Paulo, mãe de duas meninas e uma das principais figuras da coordenação do MTST. O contato dela com o movimento data de 2005 quando, com 17 anos, visitou uma Ocupação com cerca de 800 pessoas que ficava próxima à sua casa. Para conseguir acompanhar as atividades do movimento, ela se juntou às famílias que ali faziam sua luta e montou um barraco na Ocupação que durou 8 meses. Depois que a Ocupação saiu do território, ela seguiu como militante.

A luta política é parte da história da família. O pai e a mãe foram operários metalúrgicos, militantes do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSM-SP) com forte atuação no combate à Ditadura Militar brasileira. A família paterna chegou em São Paulo refugiada da Alemanha durante a II Guerra Mundial. A mãe veio de Minas Gerais.

Cinco anos depois de entrar no MTST, Natália começou a namorar com Guilherme Boulos, que mesmo jovem já estava em um lugar de liderança no movimento.

Apesar de partir de um lugar e por uma motivação distinta das mulheres que apresentei anteriormente, desde que entrou no movimento, Natália seguiu ativa na militância, sendo coordenadora de diferentes instancias da organização, assim como de Ocupações. Foi uma das organizadoras do I Encontro Estadual de Mulheres Sem-teto, que aconteceu em São Paulo, em 2019.

Agora, em 2022, ocupa a presidência da Fundação Lauro Campos, ligada ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), tendo sido uma das principais articuladoras da entrada do MTST no partido de forma organizada.

Por questões que antecedem o processo dessa pesquisa, que envolvem afinidades familiares e de militância, Natália foi a primeira militante do movimento com quem conversei e uma das responsáveis por chamar minha atenção para a questão do protagonismo feminino nas Ocupações do movimento.

6.3

“E se eu tivesse uma casa?”¹⁰⁸

Como escreveu Flora Tristan em 1843, a luta da classe trabalhadora é indissociável da luta das mulheres. No caso da luta da classe trabalhadora pelo direito à moradia, essa é uma realidade ainda mais evidente e que se impõe tal qual a discussão desse capítulo se impôs a esta tese. Para pensar o que acontece quando mulheres com histórias tais quais as expostas acima chegam ao MTST, portanto, é preciso entender qual o significado da luta por moradia para elas no contexto da sociedade brasileira. Como observa Hill Collins (2022), “os indivíduos têm experiências, mas o significado que atribuem a elas deriva dos lugares que ocupam em suas famílias, seus grupos, suas nações e outras coletividades que constituem seu mundo social”. Apesar de o problema da falta de moradia atingir tanto homens quanto mulheres, há algo de distinto no significado da conquista de moradia por conta do lugar que ocupam na sociedade. Para as *mulheres sem-teto*, a luta por moradia é uma forma de luta pela sobrevivência e pela autonomia afetiva.

Para melhor compreensão da multiplicidade de sentidos que estão incluídos no significado da casa para as mulheres brasileiras, proponho uma análise das formas de desrespeito à qual são submetidas a partir de diferentes dimensões. A primeira diz respeito ao fato de serem as mais afetadas pelo déficit habitacional. A negação do direito à moradia é, como já pontuado em outros momentos dessa tese, um dos resultados do modelo capitalista de desenvolvimento das cidades, que resulta em processos de espoliação urbana (Kowarick, 1979), especulação imobiliária, encarecimento do custo de vida e a conseqüente pauperização da classe trabalhadora. Como apontado pela pesquisa, nos dados sobre déficit habitacional apresentados no Capítulo 2, as mulheres estão, há alguns anos, em maior número entre os indicadores do déficit brasileiro e com tendência de alta. Ou seja, são elas as principais impactadas pela precariedade habitacional e, como consequência, formam a maior parte das bases dos movimentos de luta por moradia. Além disso, é cada vez maior o número de mulheres que são chefes de família, seja pelo fato de não possuírem um companheiro ou, mesmo quando possuem, por ainda assim

¹⁰⁸ Fala de uma das entrevistadas ao relatar como se sentia após sofrer com a violência do marido.

serem as provedoras econômicas e, portanto, a responsáveis pela sobrevivência dos filhos.

Por outro lado, as excessivas responsabilidades com os cuidados não remunerados da família as fazem frequentemente ter que priorizar entre as responsabilidades, o que pode acarretar demissões ou necessidade de abandono do trabalho. Ademais, seus salários seguem significativamente menores do que os dos homens. De acordo com o estudo “Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios”¹⁰⁹, organizado por Cavenaghi e Alves (2018), entre os anos de 2001 e 2015, cresceu em 105% o número de famílias brasileiras que são chefiadas por mulheres. Tal aumento, no entanto, não foi acompanhado por um avanço na equivalência salarial. Dados publicados pelo IBGE no ano de 2021 apontam que, no ano de 2019, as mulheres (aqui considerando mulheres de todas as classes sociais) receberam 77,7% do valor do salário dos homens, ainda que, de maneira geral, sejam mais escolarizadas. Tal disparidade pode ser atribuída à histórica desvalorização da mão de obra feminina – ou história desvalorização das mulheres – e a uma menor disponibilidade para inserção no mercado de trabalho, dado que cumprem, em grande número, o que se convencionou chamar de jornada dupla, sendo uma remunerada e outra não. Sobre isso, o estudo do IBGE aponta que o tempo dedicado pelas mulheres às responsabilidades domésticas (sendo essa a jornada de trabalho não remunerada) atingiu, semanalmente, o patamar de 21,4 horas, enquanto para os homens esse tempo foi de 11 horas¹¹⁰.

Esses dados nos ajudam a compreender como a condição social à qual as mulheres são submetidas historicamente envolve dimensões culturais e econômicas, como aponta Fraser (2022), o que configura a terceira chave de análise. A desvalorização da mulher enquanto sujeito de direitos e a limitação de seu papel social ao domínio doméstico faz com que esteja sujeita a formas de desrespeito que a inferiorizam no plano profissional e econômico. A invisibilização e a negação de direitos estão diretamente conectados com a maior dificuldade em alcançar a independência financeira, seja pela impossibilidade de sair para trabalhar pela

¹⁰⁹ Informação extraída de: https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf. Acesso em: 11 de set. 2022.

¹¹⁰ Dados do IBGE disponíveis em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>. Acesso em 17 de set. 2021.

necessidade de dar conta de demandas tais como a educação e o cuidado dos filhos ou idosos, ou ainda pela desvalorização do trabalho daquelas que logram obter um emprego.

Silvia Federici (2004) afirma que a história do capitalismo é também, e sobretudo, a história de como o capitalismo atuou na regulação da vida reprodutiva das mulheres para que fosse possível a produção de uma mão de obra assalariada e outra não-paga, a das mulheres. Não sem oposição dos movimentos de mulheres, essa é uma história que segue em curso. E o salário, de acordo com Federici, é a principal ferramenta de dinamização do capital ao passo que, a depender do direito de recebê-lo ou não, e mesmo do valor, tem a capacidade de hierarquizar, excluir e valorizar ou desvalorizar as atividades humanas. Consequência disso é que a parcela que tem que dedicar-se ao trabalho não ou mal remunerado se torna dependente e subjugada à assalariada (ou melhor assalariada).

Essa dificuldade em alcançar meios para garantir sua sobrevivência e a de seus filhos está conectada com outra situação que é recorrente na vida das mulheres brasileiras, principalmente nas periferias: a violência doméstica. Uma situação que é tanto consequência dos aspectos anteriores quanto um dos motivos pelos quais as mulheres incorporam-se à luta pela moradia em maior número. Trata-se de outra das *matrizes de dominação* de Hill Collins (2019) que age sobre elas como expressão da sociedade machista. A partir das conversas feitas ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a violência de gênero nem sempre se expressa da mesma forma: algumas vezes, aparece de forma mais sutil, em pequenas cobranças ou ações de controle; outras, têm a forma de violência física. De todas as maneiras, ela dói, limita e é sofrimento.

No caso de Ana¹¹¹, a violência do ex-marido, com quem ela se casou aos 18 anos, marcou a sua juventude. “*Agressivo, violento e ciumento*”, assim ela o descreve. Mas ainda que ela vivesse em uma situação difícil, se separar não era uma opção, já que tinha filhos pequenos e, mesmo oprimida, não se via em condições de romper o relacionamento por não se considerar capaz de sustentá-los. Enquanto pagavam aluguel, a família se mudava constantemente. Até que o marido conseguiu dinheiro para comprar um terreno e construiu uma casa, o que Ana achou que fosse ajudar a melhorar a relação. Mas ao invés disso, piorou. Era comum que nos

¹¹¹ Nome fictício.

momentos de agressividade e ciúme, ele jogasse na cara dela: “*você não manda aqui*”. Os filhos cresceram e um deles, o mais velho, ao começar a ganhar algum dinheiro com o salário, chegou a propor para a mãe que se mudassem, mas ela não aceitou. Como muitas mulheres que passam por esse tipo de opressão, ela acreditava que precisava “*segurar a onda*” e continuar ali por eles. Era sua responsabilidade aguentar a violência para que os filhos não passassem necessidade. Até que um dia, à noite, depois de Ana trabalhar o dia inteiro e voltar para casa andando na lama deixada pela chuva, a situação atingiu o ponto que para ela foi o limite. O marido gritava que ela – nas palavras que usou para me contar – “*tava nos muros com os machos*” e começou a agredi-la. A polícia foi chamada para intervir e nesse momento, lembra Ana, ela tomou uma decisão: “*Essa é a última vez que meus filhos veem uma violência dessas comigo e com eles. Eu não vou aceitar mais isso*”. E então, junto com todos os seus filhos, ela saiu da casa do marido e se mudou para um cômodo pequeno na casa de uma conhecida. Começou uma nova fase na vida de Ana, que veio acompanhada de muitos deslocamentos em busca de moradia e do pensamento recorrente: “*e se eu tivesse uma casa?*”. Alguns anos depois Ana se juntou ao MTST, onde luta até hoje.

Já Bruna¹¹² me relatou a violência que sofria por parte do marido de uma forma mais sutil. Antes de ir morar em uma Ocupação do MTST com a família, ela conta, o marido, desempregado, se envolveu com tráfico de drogas. Esse foi inclusive um dos motivos que a fez querer parar de pagar aluguel e que a levou a se juntar ao movimento – tinha medo de que ele voltasse *pra vida errada*. Com relação a ela, a expressão da violência se dava por meio do ciúme: “*O meu marido ele era muito ciumento. A ponto de me oprimir*”. Essa situação, com a qual ela conviveu durante muitos anos, durou até um pouco depois que entraram na Ocupação, quando, aos poucos, ela foi tentando fazê-lo mudar. Isso porque assim que Bruna passou a fazer parte das coordenações de atividades, ela precisou dar seu telefone para outros companheiros que a procuravam para tirar dúvidas e pedir orientações e novos problemas com o marido surgiram. Ainda que fossem só assuntos relacionados à Ocupação, ele não gostava desse contato. Ela lembra:

Eu virei coordenadora primeiro e a gente criou um grupo. Nesse grupo, os homens viviam me chamando. Ou me abordando pra fazer pergunta pra saber de barraco,

¹¹² Nome fictício.

se tem espaço. A gente tem que instruir eles. Porém o meu marido ficava muito bravo quando os caras me chamavam no privado, mas era pra saber da Ocupação.

Essa situação, uma forma de violência, poderia ter feito com que Bruna se afastasse do movimento. Mas, naquele contexto, ela sabia que a solução para o ciúme do marido não podia passar por seu afastamento das funções que estava desempenhando. A saída que encontrou para o impasse foi fazê-lo se envolver mais no movimento: “*Então, eu acabei trazendo ele pro meu mundo. Hoje ele é coordenador também*”, explica.

A Célia¹¹³ também foi vítima da violência do ex-marido. Na época, ela não estava no movimento. Fazia parte da Igreja – que é um espaço comum à vida de muitas mulheres das camadas populares¹¹⁴ – mas da qual se afastou depois de muito ouvir que, mesmo sendo agredida e estando infeliz, ela tinha que perdoá-lo e continuar com ele. Mesmo que na época ela ainda não estivesse envolvida com o movimento, ela conta que sabia que aquilo não era certo. E reflete:

Como que eu vou continuar numa igreja, sendo que tô infeliz sendo agredida pelo meu marido e eles querem que a mulher aguente qualquer coisa em nome de Jesus Cristo? E a gente não pode romper com isso? Então foi outra vez que eu tive que romper. Eu gostava muito de estar na Igreja, mas por conta das incoerências eu tive que sair.

“*Eu tive que sair*” é a frase que fica da fala de Célia. Assim como ela teve que sair, muitas mulheres ainda precisam sair do ciclo de violência doméstica ao qual estão submetidas, mas não encontram os meios para fazê-lo, ou sequer acreditam que têm direito a tal. As possibilidades de as mulheres alcançarem autonomia são historicamente afetadas pela divisão sexual do trabalho que determina a sua posição social e impõe uma série de filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e aos limites que isso implica. O patriarcado, como sustenta Flavia Biroli (2018) é um complexo heterogêneo de padrões que implicam desvantagens e limites para as mulheres ao mesmo tempo que permite aos homens dispor do seu corpo, tempo, energia de trabalho e energia criativa. É uma força concreta que está presente nas relações cotidianas e nas instituições. Esta ordem estabelecida, que Kimberle Crenshaw (1989) chamou de

¹¹³ Nome fictício.

¹¹⁴ A Igreja, em especial as de denominação neopentecostais, constituem um dos principais espaços de socialização das mulheres sem-teto fora do contexto do movimento social.

interseccionalidade, é a sobreposição de forças que Patricia Hill Collins (1990), por sua vez, designa como *matrizes de dominação* sobre a vida das mulheres. Essas matrizes fazem com que autonomia e independência sejam conquistas muito mais difíceis de alcançar quando se é mulher, pobre e, na maioria dos casos, negra. Nas biografias comigo compartilhadas ao longo da pesquisa, vários eixos de opressão se apresentam. Questões de classe, gênero e raça são transversais à vida de praticamente todas as *mulheres sem-teto*.

Em sua diversidade de histórias e trajetórias, as *mulheres sem-teto* se unem enquanto representação da base da pirâmide social brasileira, ou, como denominado por parte da literatura marxista latino-americana, de parte da massa marginal. Essa marginalidade, se recorrermos à Kowarick (1979), diz respeito à situação dos indivíduos desempregados, trabalhadores precários, de setores decadentes, empregadas domésticas, ambulantes ou profissionais do setor de serviços. Uma situação comum e recorrente entre os sem-teto e, principalmente, entre as *mulheres sem-teto*.

Quando olhamos para a situação dessas mulheres, portanto, é possível afirmar que para pensar em mudança na sua posição social, há que se considerar perspectivas que deem conta de diferentes dimensões que são afetadas pela interseccionalidade de opressões. As chaves que apresento aqui como componentes do significado da casa e da luta pela moradia para as mulheres – feminização do déficit habitacional, desvalorização e precariedade no mercado de trabalho, submissões da ordem econômica e cultural e violência – mostram que a luta por uma casa é uma luta interseccional. Trata-se de uma luta com múltiplos significados porque a casa tem um significado diferente de acordo com o gênero. O fato de as mulheres serem maioria no movimento está relacionado à existência e um *sistema interligado de dominação* (hooks, 2019) que envolve classe, sexo e raça. A luta pela moradia é uma luta vinculada às desigualdades sociais, à violência doméstica e ao racismo. Mas, ao mesmo tempo, é uma luta que representa a possibilidade de superação dessas opressões. A casa é teto, é parede, é abrigo, mas é também libertação. É possibilidade e processo. O que nela está contido vai além da questão da posse: ao garantir que ela e seus filhos tenham onde morar, é possibilidade de quebrar ciclos de violência e desrespeito. É construção de subjetividades no processo de luta pela autonomia.

A passagem abaixo, que me foi dita por Natalia, poderia ser suficiente para que aquele que lê esta tese compreenda a relação das mulheres com a luta pela moradia:

A busca pela moradia para as mulheres, desde a juventude, não é a busca simples por uma propriedade. A moradia é para as mulheres a possibilidade de autonomia, a possibilidade de se livrar de uma relação violenta com parceiros ou com a família. É a possibilidade de garantir um presente e futuro melhor aos filhos e a ela mesma (Natália)

Se retomarmos o debate entre Axel Honneth (2003) e Fraser (2003, 2022) sobre *reconhecimento e redistribuição*, é notável a necessidade de pensar as duas abordagens de maneira conjugada no estudo desse aspecto da luta pela moradia como forma de luta por justiça social. Ainda mais no caso brasileiro, nos quais os conflitos sociais estão inseridos em um contexto de desigualdades profundas e persistentes que podem ser entendidas na chave do desrespeito, mesmo que, em alguns casos, essas desigualdades possam ser remediadas (ainda que não resolvidas por absoluto) a partir de políticas redistributivas. Faz-se necessária uma ação transformativa, tal qual propôs Fraser, mas a viabilidade dessa pressupõe também uma dimensão da luta que deve ser observada do ponto de vista do sujeito – do *self*, de acordo com Honneth (2003). Ela diz respeito à forma como sentem as injustiças e quais os processos levam a se engajar na luta contra ela. O reconhecimento aqui desempenha papel central, principalmente pela dimensão da intersubjetividade produzida nas experiências de desrespeito vividas de maneira coletiva; o que para Honneth constitui o motor da luta por reconhecimento, e o potencial do engajamento político na recuperação da autoestima. Não à toa elas conectam a luta à possibilidade de uma vida mais feliz:

Para nós mulheres, o lar não é um teto, uma renda, uma propriedade; o lar é uma possibilidade de uma vida mais feliz. Felicidade não é luxo, não é uma compra de altas cifras. Para nós, trabalhadoras sem-teto, a felicidade é prover e usufruir de um espaço agradável, digno, com as famílias que estabelecemos na vida, que pode ser com homem ou com mulher, com filhos ou com cachorros e gatos, ou simplesmente com a nossa alma. Enquanto a vida cotidiana na cidade é de sofrimento, a luta é a busca por essa felicidade. (Mulheres da Coordenação Nacional do MTST)¹¹⁵

¹¹⁵ Mulheres da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) in Rafael, Campos e Simões, 2017; p. 10.

O que tento demonstrar aqui é que a relação das mulheres com o espaço da casa, ou o espaço onde se realiza a luta pela casa, precisa ser entendida a partir da dimensão de um significado que vai além da questão material de se ter uma propriedade, ainda que exista a necessidade de suprir demandas objetivas imediatas. De acordo com o filósofo Bachelard (2000), a casa é o lugar do indivíduo no mundo. Ela é o espaço habitado que abriga o ser das intempéries do tempo, do ambiente e da vida. Para as *mulheres sem-teto*, como já exposto em outros trechos de entrevista aqui citados e veremos na fala de Natalia a seguir, a casa é associada à conquista da dignidade que lhes é negada, ao fim do medo e à possibilidade de transformação de suas próprias vidas, em particular, e da condição da mulher no mundo, de uma maneira mais global:

Quando se tem um lar que carrega uma história digna de conquista, um lar que ninguém pode tirar de você, significa que você tem um lugar para viver sem o medo de ser jogada na rua, significa que você pode viver sem ser espancada todos os dias em casa por falta de alternativa para morar. Essa conquista muda a história de vida desta mulher. Essa conquista ultrapassa o empoderamento individual e abre espaço para uma libertação real de um modo de vida, transformando a autoestima e elevando as possibilidades de transformação dessas mulheres.

Taísa Sanches (2020) apresenta o que chama de dimensão do reconhecimento espacial em um esforço de união da teoria do reconhecimento e direito à cidade aos conceitos de valoração social e memória coletiva para análise da variável de gênero no campo da luta pela moradia. De acordo com a autora, no caso das mulheres envolvidas na luta por moradia há algumas razões pelas quais a dimensão espacial deve ser agregada ao reconhecimento proposto por Honneth (2003), dentre as quais coloco duas delas em diálogo com a análise aqui proposta.

Primeiro, partindo das noções de valoração social e autopercepção, Sanches defende a inclusão do termo reconhecimento espacial na discussão porque existem elementos – tais como desvalorização, ameaças de remoções ou mesmo conquistas – relativos ao espaço onde vivem que afetam a forma como os sujeitos veem a si mesmas. Assim como na investigação que a pesquisadora realizou junto a mulheres do Rio de Janeiro e de Londres, no discurso das mulheres do MTST também foi possível verificar a relação entre o valor que atribuíam a si mesmas e o valor atribuído ao espaço onde viviam, às Ocupações ou, posteriormente, à moradia

conquistada. A luta aqui aparece atravessada por sentimentos de pertencimento que, no caso das mulheres, em se tratando da casa, atinge um significado mais profundo.

Outra razão apontada por Sanches diz respeito à valorização da memória e da história de vida, o que, no caso das mulheres, se torna ainda mais marcante dado à capacidade que possuem de construir sua própria historicidade, fato que a autora coloca em diálogo com Dubet (1994) e que, nessa tese, já abordamos também a partir da perspectiva de Touraine (2009). Para os dois autores, é na constituição da historicidade, ou na cultura, que reside a constituição histórica dos sujeitos – no caso desta tese, das mulheres do MTST enquanto sujeitos históricos. Há consenso de que é necessário o reconhecimento do quão profundas são essas experiências e da importância de sua preservação para que seja possível, ao longo do processo de desenvolvimento, recorrer a ela e reconhecê-la em toda sua relevância.

Trabalhos recentes, como o de Sanches, trazem à luz a presença cada vez mais expressiva das mulheres nas organizações de base e nas funções de liderança dos movimentos. Essa realidade é parte de um cenário ainda mais amplo no qual podemos observar, como faz Maria da Glória Gohn (2007), que as mulheres são maioria em grande parte dos movimentos sociais contemporâneos: “quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas”. Interseccionais, os motivos para isso, como procuro demonstrar nas páginas anteriores, são da ordem tanto da dimensão simbólica quanto da dimensão material.

Pensar sobre o significado da moradia – ou da luta pela moradia – para as mulheres, portanto, é pensar sobre o que está implicado no processo de construção de si mesmas enquanto sujeitos, ou seja, na sua historicidade, e como isso se materializa na construção do movimento social. Os fatores que compõem o esse significado estão localizados ao mesmo tempo na ordem do não reconhecimento de direitos e da conseqüente negação da dignidade às mulheres. Por isso, para compreender a sua luta aqui, não é possível analisá-la apenas a partir da chave do interesse. É preciso somá-la às subjetividades experimentadas por elas ao longo da vida, inclusive as vividas com a chegada ao movimento e no processo de tornar-se uma *mulher sem-teto*.

6.4

Do privado ao coletivo: tornar-se *mulher sem-teto*

Carregando suas histórias, as experiências vividas e as marcas e memórias deixadas por essas experiências, as mulheres que aqui figuram viveram, em fases diferentes da vida e cada uma à sua maneira, o encontro com o MTST. Apesar de partir de dados biográficos de cada uma e do significado da casa para as mulheres para embasar a discussão, a questão central para esse capítulo são os processos de subjetivação pelos quais essas mulheres passam a partir do momento que chegam ao movimento social e a consequente socialização e politização que toma forma de protagonismo político em meio à luta. A subjetivação (Touraine, 1999, 2006, 2009; Martuccelli, 2007; Pleyers, 2010, 2016, 2018), como apontado no Capítulo 4, diz respeito ao processo de construção de si enquanto sujeito político quando inserido no contexto coletivo da luta — aqui, a luta por moradia — seja pela produção de novas subjetividades a partir das relações e trocas que se estabelecem, seja pela construção de si mesmas como atrizes sociais capazes de agir politicamente. De acordo com Margareth Rago (2013; p. 43), à luz da discussão feita por Michel Foucault¹¹⁶, os *modos de subjetivação* são entendidos como os processos pelos quais se obtém a constituição de uma subjetividade. É o contrário dos modos de sujeição, que supõem obediência e submissão aos códigos normativos. A subjetivação aparece aqui como a invenção de novos modos de existência, que são construídos a partir do estabelecimento de outras relações de si para consigo mesmo, de novas formas de construção de si, e se constitui a partir da ruptura com mecanismos de controle e produção cultural pré-estabelecidos.

Voltando às histórias de vida narradas acima, podemos perceber esses processos em todas elas. Na vida de Débora, por exemplo, que antes do movimento não conseguia falar, pois — em suas próprias palavras — “*era traumatizada*”, mas algum tempo depois de entrar no movimento assumiu os primeiros postos de coordenação de Ocupação e hoje é a presidenta municipal de um partido político na

¹¹⁶ Para Michel Foucault, o sujeito não é uma substância ou um dado, mas uma forma construída por práticas e saberes historicamente situados. Os modos de subjetivação, ou seja, de tornar-se sujeito, nesse sentido, são para o autor práticas de constituição de si que ocorrem, simultaneamente, em duas direções: uma que diz respeito aos modos pelo qual o indivíduo aparece como objeto do discurso ou da prática e outra relacionada a subjetividade ética relativas as formas como os próprios indivíduos participam da sua construção enquanto sujeitos morais (Foucault, 2010).

maior cidade do Brasil. E Gil, que me contou que detestava política: “*Falava de política e eu já ficava nervosa*”, ela lembra. Depois de entrar no MTST, ela se juntou a pelo menos mais três movimentos sociais e, mesmo já tendo conquistado a sua moradia, continua atuando como coordenadora de Ocupação.

Isso se dá através da adesão às práticas de um movimento social, mas não de maneira automática; como estamos vendo ao longo deste trabalho, esse processo ocorre pela reinvenção de práticas comuns, que, na passagem do individual para o coletivo, têm o seu sentido e valor revistos. Afinal, ainda que se tornar sujeito não seja algo dado e quase sempre seja negado a determinadas parcelas da sociedade, como as mulheres, a força que nos movimenta em direção à construção de nossa alteridade está presente, mesmo que de forma latente, nas práticas cotidianas, na vida ordinária, na rotina (Touraine, 2009). Ainda que se trate de um processo individual, a subjetivação ocorre quando há o contato com o outro. É por isso que o engajamento de cada uma das mulheres do MTST a partir de ações coletivas constitui uma rica base empírica que nos permite olhar de outra maneira para elas e para algumas práticas tradicionalmente consideradas como não políticas quando pensamos a partir de uma perspectiva pautada por um *ethos* masculino.

Cada uma das mulheres que chega ao movimento, o faz a partir de um lugar e uma trajetória distinta, mas que, muitas vezes, se confunde ou se assemelha em algum ponto, não apenas entre si, mas também com as histórias de uma parcela considerável das mulheres das periferias brasileiras. Elas contam histórias de vida com intercessões e diferenças, tal qual um diagrama, norteadas por miséria, migração, fome, racismo, exploração laboral, gravidez não planejada, violência doméstica. Como exposto nas páginas anteriores, são histórias que partem de experiências de silenciamento e violência, assim como as de uma parcela considerável das mulheres das periferias brasileiras. Escutá-las contar sua vida e perceber o olhar que têm sobre elas mesmas hoje torna possível para nós perceber como veem a entrada para o movimento social como um ponto de mudança nas suas trajetórias: “*A gente chega muito quebrado na Ocupação*”, explica Claudinha, “*vem de diversas experiências. Vem de várias perspectivas. E cada uma ali começa a se encontrar naquela forma de fazer a luta*”.

Cruzar a linha de encontro com o movimento significou, para essas mulheres que aqui trago, e para muitas outras que compõem o MTST, mudar. Significou se

deparar com novas aberturas, tarefas e aprendizados, que fazem com que questões cotidianas sejam revisitadas e ressignificadas. Conforme elas mesmo afirmam:

Nós, mulheres sem-teto, encontramos em nossas Ocupações significados maiores para nossas vidas, conseguimos compatibilizar o compromisso afetivo com o político.¹¹⁷

O caminho entre participar de uma Ocupação e tornar-se uma militante de um movimento social é composto por uma série de aberturas, transformações e tensões. Não se trata de analisar essa chegada ao movimento como uma tentativa de transformar ou substituir o feminino que carregam pelo masculino historicamente presente na luta política, na linha do que observou Touraine (2004) ao pensar sobre a questão de gênero, mas como uma forma de superar essa separação e tentar criar uma unidade entre esses dois polos que se solidificaram como opostos no campo político, no mundo do trabalho, religioso, entre outros.

Ao pensar sobre a vida das mulheres, é possível observar como o mundo doméstico, ao qual estão historicamente acorrentadas, carrega limitações que lhes são impostas ao longo da vida pela estrutura social machista e patriarcal que as impede, ou tenta impedir, de ultrapassar esses limites. Muitas das percepções do que as mulheres são ou representam e o papel que acreditam ter na sociedade estão relacionados a essa estrutura que, em conjunto com o racismo estrutural, define os desafios cotidianos que vão conformando trajetórias marcadas por possibilidades diferenciadas entre mulheres e homens. Como aparece em diversos relatos do cotidiano, escutados ao longo dessa pesquisa, é delas toda a responsabilidade de cuidar da casa, do marido, das crianças e dos idosos, mas não é delas a *posse ou a propriedade* da casa. Como em geral são os homens que primeiro conseguem chegar a uma situação que possibilita a aquisição de uma moradia, esse fato se torna mais um eixo de opressão. Em qualquer momento de desentendimento, o marido de uma das mulheres afirmava: — “*Você não manda em nada aqui!*” E por posse aqui não me refiro apenas à questão material que a faria ser dona do imóvel; é sobre ter direitos para além das responsabilidades.

Ao se deparar com as novas aberturas que o espaço das Ocupações significa, dão início a um processo de reflexividade sobre si e sobre seu lugar ali e, mais

¹¹⁷ Mulheres da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) in Rafael, Campos e Simões, 2017; p. 11.

adiante, sobre o lugar da mulher na sociedade em geral, que é parte do esforço de construir-se enquanto sujeito. Processo semelhante ao que Pleyers descreve como “subjectivity and reflexive labour of an activist on herself”¹¹⁸ (2010; p. 57).

O primeiro contato é, em geral, feito por intermédio de terceiros ou de redes comunitárias, convite de algum familiar ou vizinho ou ainda por morar nas proximidades de alguma Ocupação e, muitas vezes, é marcado por medo e desconfianças, que são fruto, principalmente, do desconhecimento e da memória das experiências de desrespeito vividas anteriormente. É aos poucos que, passado o estranhamento, as forças de identificação e reconhecimento fazem com que elas entrem em um processo de construção de subjetividades constante e que mudanças passam a acontecer. A Bia, por exemplo, foi convidada pela cunhada, que participou de algumas reuniões de preparação para a Ocupação. No dia da entrada no terreno, as duas foram juntas, mas só a Bia permaneceu: “*Eu fiquei sabendo pela minha cunhada e ela acabou desistindo e eu acabei ficando*”. Já a Celly, da Cozinha de São Gonçalo¹¹⁹, viu uma vizinha passando e carregando madeira, perguntou para onde ela estava indo e resolveu ir junto. Isso foi em 2014 e até hoje ela é militante do movimento.

Eu cheguei na Ocupação através de uma conhecida, a Nana. Nana é o nome dela. Eu vi ela passar com umas madeiras e ela gritou: Celly, tem uma cavadeira aí? Eu falei: Tenho. Por quê? Para onde você tá indo, que eu quero ir também? E ela: Tem um povo aí invadindo um terreno e vai dar casa pra gente. E eu falei: “É mesmo? Bora lá!”. Aí eu montei numa motinha que a gente tinha e parei lá (Celly).

Outra etapa importante desse processo é o reconhecer-se em outras mulheres. Esse é um pressuposto para a formação de uma identidade coletiva, formada no processo de interação social, como pontuou Touraine (2009), e para uma melhora na autopercepção que têm de si mesmas. Como lembram Claudinha e Débora:

Quando eu cheguei no movimento, tinha muito isso de eu me enxergar nas mulheres. Eu admirava muito porque tinha muitas mulheres. E eu conseguia enxergar as mulheres. (...) Elas que tavam tocando, tavam tocando a cozinha, tavam orientando os homens, tavam orientando os meninos, que tavam fazendo a segurança. E tinha mulheres na segurança. E aquilo ali pra mim pareceu uma coisa louca. As mulheres tinham muito espaço, respeito (Claudinha).

¹¹⁸ Subjetividade e trabalho reflexivo de uma ativista sobre si mesma subjetividade e trabalho reflexivo de uma ativista sobre si mesma (Tradução nossa).

¹¹⁹ Ver Capítulo 4, página 140.

E eu via mulheres subindo no palco e falando. A ocupação tinha mais de 2 mil pessoas. Falando pr'aquele mundaréu de pessoas, com aquela potência. E aí eu me encontrei (Débora).

Pensar em todos esses processos é também pensar sobre como as mulheres se inventam como sujeitos capazes de produzir, por meio da subjetivação, o seu próprio significado. É nesse caminho que se torna possível para elas atribuir a si mesmas outro valor e se sentirem capazes de serem protagonistas, fortes e independentes. Reconhecer-se em outras mulheres, já lideranças do movimento, é uma forma de conhecer a si mesma e representa a possibilidade de “ser outra” ou de “ter voz”. A partir daí, elas começam a compreender que seu lugar na sociedade é maior e mais potente do que o que lhes foi ensinado e imposto até então e que existem caminhos para romper a cultura do silêncio, como descrita por Paulo Freire (2014) na qual se veem inseridas. A cultura do silêncio é consequência de um conjunto de representações e comportamentos ou de “formas de ser, pensar e expressar” impostos por uma estrutura de dominação que terminam por ser assimiladas pelas mulheres como normal. A possibilidade de encontrar a voz e a partir daí ser outra, muito bem ilustrada pela história de Débora que saiu do lugar de traumatizada para o de liderança, está relacionada com o que bell hooks (2019) apresenta como a necessidade de *erguer a voz*, especialmente no caso das mulheres negras. Débora lembra que antes do movimento, sentia pânico de falar e atribui isso também à forma como a sociedade condiciona as mulheres, principalmente as mulheres negras.

Eu antes de ir pra uma ocupação, antes de entrar no MTST, eu não falava. Eu era traumatizada, não falava. Isso vem de traumas que a gente sofre desde a infância. Por ser mulher e eu ainda carrego um maior peso por ser mulher negra. Fui silenciada. Infelizmente a sociedade — essa estrutura do machismo — ela coloca que a mulher tem que ser dona de casa, servir o seu marido e não pode ocupar serviços que ganhem bem, não pode falar, então... Eu... Principalmente para as mulheres negras, têm que ocupar os subempregos. E eu sentia pânico de falar. Me dava uma agonia. E eu acho que como várias mulheres que começam a se desafiar. Pro homem é mais fácil, você foi treinado pra isso, você tem que ser o falador... E pra gente não (Débora).

A transição do silêncio para a fala, coloca hooks, é mais do que uma mudança de comportamento; é o que marca a transição das mulheres da condição de objeto para a de sujeito. Ou seja, é tornar-se outra, é autotransformação.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta. (hooks, 2019b, p. 38-39).

Encontrar uma voz, de acordo com hooks (2019; p. 55), é parte essencial da luta libertadora. Para aqueles que são oprimidos ou explorados, é um ponto de partida no processo de reflexão crítica, de conscientização e engajamento na ação contra formas de dominação. Para Débora, certamente foi um ponto de partida. O de chegada ainda não está definido, já que ela segue cada vez mais envolvida com a luta e o movimento.

Imagem 22: Débora fala para militantes durante ato na Bolsa de Valores de SP



Foto: Acervo Pessoal

Ainda que em sua forma temporária ou provisória, são intensas as descobertas, aprendizados e trocas que provocam a passagem da vivência do mundo isolado e invisível da casa para a coletividade das Ocupações, um espaço de luta.

A luta por moradia e o movimento social representam para essas mulheres, em diferentes fases de suas vidas, uma possibilidade de fuga da invisibilidade, do isolamento e da responsabilidade de cuidar da família para um espaço reconhecimento e coletividade. Elas encontraram na luta por um direito a abertura e o reconhecimento necessários para que se reinventassem e ocupassem, com seus corpos e práticas cotidianas, um espaço coletivo, norteados pela solidariedade e pelo

cuidado. A *Ocupação é um lugar de desconstrução*, foi algo que eu ouvi de mais de uma militante. E a desconstrução envolve a compreensão da luta como cura, como caminho para mudança e saída de um lugar marcado por perdas, violência e destruição. Uma desconstrução, podemos dizer, que acontece para abrir espaço para que elas construam a si mesmas. Como aconteceu com Gil, que ficou desempregada poucos meses depois que participou da ocupação do terreno do Dandara. Isso fez com que ela se envolvesse ainda mais com o Movimento e com as atividades da Ocupação porque via ali algo que a movia:

(...) seis meses depois que eu entrei no movimento, fiquei desempregada. Mas fiquei recebendo seguro-desemprego e ingressei em outro. Mas durante esse tempo eu me entreguei muito na Ocupação. Participava muito. Entrava de manhã e saía às dez da noite. E aquele sentimento de acolhimento, de doação, das pessoas chegarem a dar o alimento para outro que não tinha. Aquilo foi me comovendo e me apaixonando ainda mais. E eu falei: “Gente, esse movimento é diferente”.

A formação de laços de solidariedade, afeto e apoio mútuo, que, como exposto no capítulo anterior, são centrais na configuração das dinâmicas das Ocupações e aspectos presentes nos movimentos da *via da subjetividade* de Pleyers (2010), reaparecem aqui como dimensões fundamentais na experiência do encontro das mulheres com o movimento e as Ocupações e, como demonstro a seguir, também na manutenção do seu engajamento.

6.5

A feminização do movimento

Por isso, para além da perspectiva da subjetivação, que é despertada a partir do encontro das mulheres com o movimento, parece necessário considerar as perspectivas de socialização e politização para melhor compreensão da consolidação do seu engajamento e, conseqüentemente, do que chamo aqui de feminização do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST), ou seja, uma presença e um protagonismo crescente das mulheres tanto na construção cotidiana política quanto na estrutura organizacional. Mulheres que experimentaram a dignidade no processo da luta e se viram capazes de construir a si mesmas e ao movimento. É preciso considerar que, mesmo no campo dos movimentos sociais, em meio à defesa de mudanças na forma de organização da sociedade e de pautas

progressistas, é comum vermos ser reproduzidas as formas de organização patriarcal da sociedade, com homens ocupando os postos de liderança e as mulheres cuidando das tarefas invisíveis.

No MTST, no entanto, o que encontrei foi algo distinto disso. E o fato de isso já fazer parte da dinâmica cotidiana do movimento e de ser uma escolha política, faz com que as mulheres que chegam nas novas Ocupações em pouco tempo já se vejam inseridas numa dinâmica distinta da que estão acostumadas. Por escolha política quero dizer que o movimento escolhe estimular o protagonismo feminino no esforço de construção da sua ação política. Como me explicou Débora quando perguntei se ter mulheres à frente das atividades era uma escolha: *“É uma escolha e não é. O que não é uma escolha? Não é uma escolha as mulheres terem que ocupar um terreno para conseguir moradia. É uma falta de opção. Mas dar protagonismo na atuação das mulheres é uma escolha do MTST.”* Repetindo um padrão comum nas Ocupações do movimento, nas três onde foi realizado o trabalho de campo, a coordenação geral está a cargo de mulheres. Para esse posto, em geral, escolhem-se mulheres que compõem o movimento há mais tempo, que já vêm de outras experiências de Ocupação, como é o caso de Debora, Claudinha e Gil. Algumas já conquistaram sua moradia, outras ainda estão esperando. Mas dentro das Ocupações existem também as coordenações dos Grupos, que podem ser ocupadas por mulheres que entraram há pouco no movimento, como Bia.

A socialização em meio a um grupo de luta, no interior de um movimento social, é um caminho para que pessoas que estão acostumadas a viver em um lugar de ausências e silenciamentos alcancem o que bell hooks chama de verdadeira politização com alcance de consciência crítica. Não se trata de um processo fácil, mas que envolve a junção de experiências e experimentação, tendo como resultado uma real compreensão da luta:

(...) é um processo difícil, “de tentativa”, que demanda desistir de determinadas maneiras de pensar e ser, mudar nossos paradigmas, nos abrimos para o desconhecido, o não familiar. Ao passar por esse processo, aprendemos o que significa lutar e, nesse esforço, experimentamos a dignidade e a integridade de ser, quem vem com a transformação revolucionária. Se não transformamos nossa consciência, não podemos mudar nossas ações ou demandas que os outros mudem. (hooks, 2019; p. 68)

Mudar a forma de pensar e os paradigmas, se abrir ao desconhecido, ao não familiar. Se voltarmos à fala de Gil, por exemplo, é possível perceber como sua chegada ao MTST envolveu todos esses processos, desde a transição do desconhecimento até a coordenação da Ocupação, em 2016. Mas assim como escreve hooks, foram esses processos que fizeram com que Gil, ao se experimentar o reconhecimento da sua dignidade enquanto sujeito de direito, entendesse o que significa lutar. E desde então ela não saiu mais do movimento.

Mesmo diante das dificuldades, cansadas, enfrentando reprodução de preconceitos, resistências internas e externas, é comum ouvir das mulheres que organizar uma Ocupação é tarefa para uma mulher, como sustentado por Claudinha. Por diversas vezes, aparece nas falas o paralelo entre organizar uma casa, cuidar dos filhos, e organizar uma Ocupação. Se é verdade que isso não quebra com o padrão dominante de percepção de que algumas tarefas são tarefas de mulheres – principalmente aquelas ligadas à ética do cuidado –, é bem verdade também que o contexto das Ocupações as ressignificam. Enquanto desempenhadas apenas no ambiente doméstico, de maneira individualizada, trata-se de tarefas invisibilizadas e desvalorizadas. Por outro lado, quando feitas de maneira coletiva, a partir dos *lugares de existência* apontados no capítulo 4, e visando o coletivo, podem ser analisadas a partir do seu caráter de ato político. De acordo com Macedo Filho (2010), as mulheres, quando atuantes nos movimentos sociais podem romper com as relações de poder construídos no âmbito familiar e, assim, modificar o seu cotidiano e os padrões morais.

A questão central, portanto, não é se nas Ocupações do MTST as mulheres seguem sendo responsáveis por tarefas equivalentes às que realizavam quando estavam restritas ao mundo doméstico, mas sim a consciência que desenvolvem de que estão construindo um espaço essencialmente de luta por mudanças na sociedade. Se retomarmos a proposta do Capítulo 4 e voltarmos o olhar para os *lugares* que constituem o *espaço* da Ocupação, onde acontece a vida e se constrói a luta do movimento, é possível identificar elementos que ajudam a entender por que “*construir uma Ocupação é tarefa para uma mulher*”.

Como no dia a dia, na hora das assembleias, em geral, é delas a voz de comando que repassa informes e avisos, dá orientações gerais aos acampados e distribui tarefas. Enquanto coordenadoras, têm também a missão de fazer com que todos entendam o sentido de seguir lutando na Ocupação, assim como mantê-los

envolvidos nas atividades que fazem com que ela possa continuar existindo, tal como as cozinhas, a trilha, os mutirões, as festas, dentre outros. Assim como mobilizar os acampados nas manifestações e atos que acontecerem fora daquele espaço, mas são importantes para pressão e avanço nas negociações pelo terreno.

O papel que desempenham nas cozinhas, que como visto no Capítulo 4 são chamadas por muitos de *coração das Ocupações*, é um exemplo. Elas organizam esse lugar não apenas porque lhes é delegado, mas também porque têm consciência do papel essencial que cumprem ao garantir a alimentação dos militantes e de serem responsáveis pelo principal espaço de encontro, imprescindível para a organização de tudo. O ato de organizar a cozinha e cozinhar, que em geral é algo que já faz parte da vida dessas mulheres desde muito cedo, não apenas é um ato político, mas é reconhecido como tal. Seja no planejamento das refeições e cálculo dos alimentos ou no preparo da comida em si. Cumprir essa tarefa tem outro significado, outra importância quando nesse contexto, onde elas encontram a possibilidade de resistir, de fazer parte da luta, a partir de lugares que antes eram invisíveis. Além disso, enquanto cozinham, conversam sobre a vida, trocam experiências, falam dos maridos, dos filhos, do trabalho, da luta e, claro, da própria Ocupação. Planejam atividades e dividem tarefas; ações importantes para a organização e sustentabilidade da Ocupação. O ato de cozinhar, geralmente marcado pela solidão do espaço da casa, ali tem uma dimensão coletiva e, principalmente, política. Para além da acolhida, a cozinha é um lugar importante também para a realização das demandas de organização dos militantes, da Ocupação e das ações de luta. Há ademais uma parte administrativa a ser cumprida para que o movimento possa saber quantas pessoas estão na Ocupação, quem está participando das atividades, quem está há mais tempo na luta. São passos importantes para o cadastro dos *acampados* e, em caso de conquista do terreno, são essas *listas* que vão ajudar as coordenações a fazerem a distribuição das moradias de forma justa, como me explicou Claudinha:

A cozinha ela tem um papel importante no movimento. Porque ela que vai definir quem vai poder fazer a lista primeiro. Eles constroem o barraco, coordenador vai lá e numera e depois eles vêm fazendo a lista com nome e número do barraco e construindo uma lista fixa de quem tá fazendo a luta com a gente. Até pra gente ter parâmetro de quem tá e quem não tá fazendo a luta com a gente, quem tá há mais tempo. E quem construiu a cozinha mais rápido, faz o cadastro mais rápido.

As trilhas diurnas e noturnas, como também demonstrado no Capítulo 4, compõem outro *lugar* indispensável para o bom funcionamento da Ocupação. Como se trata de uma ação de segurança e autoproteção, a lógica do senso comum reza que seja uma tarefa a ser desempenhada por homens. Mas o movimento trabalha entre os militantes a percepção de que o cuidado do espaço e dos companheiros é responsabilidade de todos e por isso é comum ter mulheres entre os responsáveis pela trilha. Ainda que seja uma tarefa cansativa, é mais um exemplo do que Moraes (2020) chama de zonas de cumplicidade e encontro. Em geral, há uma fogueira em torno da qual os militantes se reúnem para organizar como vão agir naquele *turno* e é onde acontecem muitas conversas, trocas e planos. O agir aqui é caminhar por todo o acampamento, entre os barracos, barracões, cozinhas e banheiros, observando como está a estrutura, a organização e assegurando que não há nada ou nenhuma situação que comprometam a segurança da Ocupação. Ao afirmar a sua participação nesse *lugar*, as mulheres ocupam mais um ponto estratégico para a luta.

Há ainda o fato de que estão, cada vez mais, fazendo parte também dos *lugares* que compõem a estrutura organizacional do movimento, igualmente indispensáveis para a organização e realização da luta: as coordenações de grupos das Ocupações, a coordenação geral das Ocupações, as instâncias de coordenação do movimento em diferentes níveis e até as mesas de negociação com poder público ou privado. Daí a defesa da utilização da noção de *feminização* do movimento para compreendê-lo em seu processo de avanço recente. O desempenho de funções e tarefas cotidianas, quando ligadas às formas de organização do MTST, possui uma dimensão fundamental de politização. E isso faz com que as mulheres ressignifiquem a vida por completo. Para além do que se aprende nos espaços tradicionais de formação, como cursos, grupos de estudo e rodas de conversas, é através da participação e de responsabilidades concretas que os valores democráticos são apreendidos de modo prático e direto, inclusive se considerarmos as dimensões contraditórias e conflitivas que existem no cotidiano. Ainda que exista nas Ocupações o projeto e o esforço para serem espaços de construção de modos de vida alternativos e baseados em valores distintos do hegemônico nas sociedades capitalistas, é preciso lembrar que as considerarmos enquanto *espaços de experiência* (Pleyers, 2010), veremos que as tensões oriundas do machismo e do

patriarcalismo estão presentes na reprodução de padrões externos. Mulher, me disse Claudinha, não é respeitada, mas na Ocupação isso muda:

Mulher não é respeitada. Quando é mulher que tá na direção, já fica aquela curiosidade: Mas quem é o homem que tá por trás disso? Sabe? E não tem homem. Tem mulheres que aprenderam que lugar de mulher é onde ela quiser. Inclusive organizando e tocando Ocupações.

Mesmo militante do movimento há mais de cinco anos e com a coordenação de algumas Ocupações no “currículo” de sem-teto, ela reconhece que é muita coisa para dar conta, ainda mais quando se é mulher. Apesar de dizer que, na prática, não é tão *glamoroso* quanto parece, ela reconhece que há uma dimensão de proteção por parte dos outros militantes, inclusive dos mais jovens, que a comove. Tanto ela quanto a Gil, as duas mulheres que estão à frente da coordenação da Carolina Maria de Jesus, se sentem protegidas por companheiros.

Apesar da gente saber que o machismo é estrutural e que vai sempre encontrar um macho fazendo machice. E nas Ocupações que eu passei, sempre encontrei. Fui tratorada algumas vezes. Tive que abandonar algum projeto por ter sido tratorada. Por ter algum coordenador vindo com gordofobia. Sentia ironia na fala, como se a mulher não tivesse capacidade de estar organizando (Claudinha).

A experiência das *mulheres sem-teto* e o consequente processo de feminização do movimento, exemplo concreto do que Paiva (2013) chama de *pedagogia cívica*, se apresentam como de extrema importância para a construção de uma sociedade democrática a partir de processos de politização que se pautem na experimentação de ações concretas de mobilização e luta coletiva contra as desigualdades sociais e econômicas e pela conquista dos direitos fundamentais. É algo que se constrói a despeito da pouca escolaridade que possuem, situação característica da classe social que representam, justamente por tratar-se de um tipo de aprendizado que não está relacionado à existência de uma cultura escolar consolidada nem à compreensão clássica do conceito de civismo. É um conceito que, ao valorizar a *aprendizagem no processo*, valoriza a vida e as experiências cotidianas dos sujeitos.

O que é mais legal é a transformação. Pros coordenadores que têm a possibilidade, a oportunidade de fazer a formação, é tomada de consciência, né? que o povo fala. Saber que você é uma mulher, um cara, da periferia, da classe trabalhadora. (...)

Esse processo de conscientização que acontece aqui. É um processo que a escola não ensina (Claudinha).

Historicamente, a esfera pública, onde as questões sociais e políticas são pautadas, debatidas e reivindicadas, é ocupada mais por homens do que por mulheres. Às mulheres ficou reservado o espaço privado, como pontuaram Hannah Arendt (2016) e Judith Butler (2018). E ainda que tenha havido um avanço quantitativo considerável no campo das lutas feministas, ainda existem desafios qualitativos a serem superados quando pensamos em equidade nos movimentos sociais como um todo, ainda que estejam inseridos em um campo progressista de lutas. O engajamento das mulheres nos movimentos de moradia, considerando todas as dimensões abordadas nas seções anteriores, precisa ser compreendido pelo que significa — ou pode vir a significar — politicamente. Como explica Natalia:

A nossa participação no movimento é fundamental para a quebra de um tipo de política muito masculina. A presença de mulheres faz com que nossa luta política seja mais humana, faz com que os coletivos políticos sejam mais práticos e sensíveis à realidade a que estamos submetidas. Acreditamos que a presença da mulher na política não está apenas no marco da representatividade e do lugar de fala ou da disputa ortográfica. A presença da mulher na política está no marco da transformação da política. No marco da humanização da política. Historicamente, esses espaços foram negados a nós mulheres, assim como a nossa humanidade foi negada. E a política se tornou um ambiente de disputa de poder, mesmo entre os progressistas.

Se perguntarmos às *mulheres sem-teto* se elas se veem fazendo política, é possível que muitas respondam que não. Algumas, inclusive, como boa parte da população brasileira, têm imediata rejeição ao termo e ao tema. Já é comum fazer uma associação direta entre política e os poderes institucionais e casas parlamentares, por quem se sentem abandonadas ou enganadas. No entanto, o objetivo desta tese é demonstrar que tudo o que compõe o cotidiano do movimento é política. E como procuro demonstrar, cada vez mais o cotidiano das Ocupações é construído, organizado e coordenado por mulheres, assim como as demais esferas da organização geral. Para além da luta que travam para si mesmas, todo esse processo de resignificação e engajamento se concretiza em um tipo de militância que é vivida cotidianamente. A potência desse encontro e a sustentabilidade das mudanças que são experimentadas ao longo do processo descrito se confirmam quando se observa o compromisso que algumas dessas mulheres mantêm com a luta

mesmo após a conquista da promessa da moradia ou mesmo da casa pronta. Assim, é possível apontar que a relação das *mulheres sem-teto* com o movimento, pode ser analisada a partir de uma perspectiva mais duradoura e de maior prazo e como uma forma de compromisso com lutas mais amplas.

6.6

Para além da conquista da casa

“Se fosse só pela moradia, quando nós conquistasse a moradia parava de lutar. Mas nossa luta continua e nossa luta não vai parar nunca.”

A dinâmica e a organização interna das Ocupações do movimento terminam por significar em si mesmas um estímulo à aprendizagem, ao engajamento e à construção de consciência coletiva. A noção de *pedagogia cívica*, proposta por Angela Paiva (2013), ajuda no esforço de observação dos processos de socialização e politização pelos quais as mulheres passam — e sobre os quais esta tese buscou discorrer nas páginas anteriores —, ao passo que valoriza o que a autora chama de *aprendizado no processo*. Trata-se de um avanço da tomada de consciência que acontece como consequência do próprio processo de inserção e participação na luta. A tomada de consciência, portanto, se dá à medida em que se ingressa em um coletivo que luta por um mesmo interesse. E a sustentabilidade dessa luta se define mediante a reflexividade e das subjetividades produzidas a partir daí. Ora, a possibilidade de ampliação do mundo cognitivo com as experiências vividas e estratégias pensadas, além dos marcos interpretativos construídos no processo, fornecem novas visões de mundo para os atores. É uma reconfiguração de si, mudança na construção da identidade, que inclui questionamento e problematização da forma como viveram até ali.

(...) os atores adquirem a consciência de seus interesses coletivos no momento mesmo da sua participação. Assim, a própria ação que se inicia *pode* ser pedagógica, permitindo nova ampliação de seu mundo cognitivo, não apenas com as experiências vividas, e com as estratégias pensadas, mas, principalmente, com os marcos interpretativos que são construídos e que fornecem novas visões de mundo para os atores (Paiva, 2013; p. 37).

A trajetória de Gil é emblemática desse processo. Ela lembra que foi levada a pensar de uma maneira diferente, logo depois da entrada do terreno da Ocupação

Dandara. Gil, como muitos, foi acostumada a pensar e a agir a partir de uma perspectiva imediatista e individual, que a sociedade capitalista apresenta como racional e necessária à sobrevivência. Mas quando conheceu a proposta do MTST, seu “pensamento já começou a mudar”. Ela lembra que tinha ido para o terreno praticamente sem nada, mas queria pegar para si um espaço suficiente para construir uma casa grande. Uma coordenadora do movimento na época, a Luciana, passou dando orientações sobre o tamanho dos barracos e explicando que aquela Ocupação era uma tática para a conquista da moradia digna. Aquilo, entretanto, não fazia sentido algum para Gil.

Quando eu cheguei, no primeiro dia... inclusive, foi uma vizinha minha que me falou sobre a Ocupação. Eu tinha um pensamento totalmente individualista, né? Vou chegar lá, vou fazer meu barraco! E eu não pensava em fazer um barraco. Eu pensava em pegar um lote grande pra fazer uma casa gigante, comércio e o que eu pudesse fazer. Só que logo que eu comecei a fazer aquele cercado de quase uma fazenda (risos), passa a Luciana, da Esperança Vermelha, que na época era a coordenadora da Leste, gritando: — “Gente! O espaço é pequeno. É uma luta simbólica. O espaço é de 2x2m”. E eu pensei: como que eu vou fazer um negócio de 2x2m se mal cabe uma cama? Isso vai ser uma favela. E ela explicou: “Isso vai virar uma moradia digna de vocês. A gente vai fazer essa luta simbólica para vocês terem a moradia digna”. Mas isso não entrou direito na minha cabeça de início não.

Depois de algumas horas no terreno, quando a estrutura do movimento começou a funcionar, ela viu como a solidariedade, mais do que um mero discurso, era parte da prática. Foi essa primeira experiência na Ocupação que deu início à mudança do seu pensamento.

Quando foi um pouco mais tarde, ela passou gritando: “Ainda tem bambu, tem lona. Se alguém precisar, pega com a gente”. E eu fui sem nada, né? Fui com um martelo, um prego e uns fitilhos. Fui lá, peguei o bambu e subi junto com meu companheiro e meu genro e comecei a fazer meu barraquinho de 2x2m. Logo em seguida passaram gritando: “O almoço tá pronto!” E eu pensei “Poxa, eles dão lona, o local pra gente fazer e ainda dão comida? Vou lá ver como que é esse negócio. Alguma coisa tem!” Fui até a cozinha pegar comida e vi aquela multidão de gente servindo comida. Ali meu pensamento já começou a mudar.

E para além de uma mudança de pensamento com relação ao movimento ou às Ocupações, ao tornar-se uma mulher sem-teto, Gil começou a reconhecer também direitos que antes acreditava não ter. Antes do movimento, ela conta, não tinha consciência política, não entendia as leis nem acreditava que tinha direitos.

Quando perguntei como a Gil de hoje via a Gil de antes da Ocupação Dandara, a resposta foi:

Totalmente cega, né? Eu acreditava no que me falavam na televisão, no mercadinho da esquina... Se me falasse que fulano era bom, era bom. Assim, em termos de esquerda, eu sempre fui PT. Desde pequena. Mas sem consciência política nenhuma. Não tinha consciência política nenhuma. Nem entendia de lei. Era totalmente leiga em tudo de leis e não só de leis, mas também de direitos, né? De saber dos nossos direitos. Não sabia e achava que não tinha direitos.

Já no contexto do movimento, ao participar de uma luta junto a motoristas de vans escolares, as conversas que teve então com os perueiros¹²⁰ a fizeram descobrir que tinha direitos; entre eles, direito à educação. Recordou que, se antes aceitava quando lhe diziam que só tinha vaga para a filha em escolas longe de onde moravam, agora ela entendia que tinha direito de matriculá-la em uma escola próxima de casa. E depois de entender isso, “*com outra cabeça*”, como ela mesmo afirma, ela fez o que tinha que fazer para conseguir.

Tomizaki, Silva e Silva (2016) sugerem que esse engajamento das mulheres no movimento pode ser compreendido a partir de duas dimensões. Uma diz respeito ao aspecto material, pois há ali uma possibilidade real de conquista da moradia — ou ao menos um caminho mais palpável. Há entre elas o consenso de que, na sociedade atual, não existe maneira de se obter casa própria por meios individuais. Os programas de governo são insuficientes e as colocam em situação semelhante à de Gil, que, quando se separou do marido em 2006, entrou em um programa de habitação, pelo qual pagava uma taxa mensal e, mesmo assim, até hoje não se tem notícia de ter saído do papel. Em meio à luta do movimento, o tempo de espera para conquista da casa também é longo e na maior parte das vezes dura anos. Mas há um esforço do movimento em mostrar que a luta é uma possibilidade real. Como me explicou Débora, que está no MTST desde 2012 e ainda aguarda a construção da sua moradia:

São quase 8 anos lutando por uma moradia, mas o movimento faz a gente entender que a luta por moradia é uma parte que a gente consegue se a gente se unir. Por exemplo, tem pessoas aqui que estão em programas para conseguir moradia há 25, 30 anos... Tem pessoas que morrem e não conseguem. 8 anos é um tempo? É. Mas é um tempo necessário. E a gente entende que a luta é mais ampla. Pode ser

¹²⁰ Forma como as pessoas em São Paulo se referem aos motoristas de van, um tipo de transporte alternativo.

muito tempo para quem está de fora, mas para a gente não é tendo em vista as oportunidades. Não tem muitas possibilidades.

Mas o que se constrói a partir de tudo que aponto nas páginas anteriores pode ser muito mais do a conquista da moradia — e para algumas mulheres de fato é. É algo que atinge o campo das subjetividades, onde existem questões relativas às experiências das mulheres quando inseridas no contexto das Ocupações que são determinantes para esses desdobramentos. Diferentemente do que vivenciaram ao longo de suas vidas, dos riscos físicos e morais a que se viram constantemente expostas, da violência doméstica e do isolamento, no movimento, as mulheres encontram o que podemos classificar como lugares de cuidado e segurança construídos sobre as bases da solidariedade e do apoio mútuo. Enquanto me contava sobre como se estava se sentindo na Ocupação, Bia foi do “desespero” ao “tão bom” em poucas frases:

Eu comecei a participar das reuniões naquele desespero, sem ter onde morar. Ai nas reuniões, eles elegeram coordenadores. Eu peguei e me expus. E depois disso eu não consegui mais sair daqui. Até quando vou fazer alguns bicos de evento, que agora estão voltando, eu fico com o pensamento aqui. Porque o pessoal aqui é tão bom.

Mudam as mulheres e muda o sentido da ação, na perspectiva de Touraine (2009), que passa a não estar mais apenas na situação, mas também dentro delas por meio da consciência e da exigência com o compromisso assumido. A conquista do direito à moradia através da luta coletiva do MTST é algo que exige um comprometimento com a luta em uma perspectiva de longo prazo. Para algumas sendo ainda mais longo que para outras. Dentre as mulheres com as quais conversei, duas participaram de Ocupações onde o terreno foi conquistado, mas ainda seguem esperando que se conclua todo o processo para que de fato acontece a construção das casas ou prédios. Apenas Gil já vive em um apartamento que foi construído em um terreno conquistado pelo movimento, fruto da Ocupação Dandara, que aconteceu em 2015. Ela recebeu as chaves do apartamento em 2020. Mas nem a entrega das chaves, que pode ser considerado o coroamento ou o objetivo final da luta, representou o final da sua participação junto ao movimento.

Assim como outras muitas mulheres do movimento, tanto ela quanto as que já têm a promessa de construção continuam engajadas. No caso de Claudinha, ela identifica em si mesma o que define como *disciplina militante*. Desde que chegou

ao movimento, coisas que antes eram paixão ficaram para trás. Estar na luta se tornou a coisa mais importante.

É claro que não são todas as mulheres — ou mesmo militantes em geral — que permanecem envolvidas da mesma maneira e há também as que, a partir do momento em que finalmente conquistam sua moradia, se afastam da luta e passam a se dedicar à vida privada ou à família, o que é compreensível. Mas no caso das mulheres com as quais conversei, o grau de engajamento é alto e se sustenta por tudo que adquiriram no processo de envolvimento com o MTST e que se traduz em compromisso com a luta de maneira durável.

Tendo recebido as chaves da sua casa no início de 2020, Gil contou como se sentiu quando, um ano depois, no começo de 2021, foi chamada para fazer parte da coordenação de uma nova Ocupação. A solidariedade, que ela havia conhecido e aprendido quando chegou ao movimento, e o compromisso, que ela vê como consequência do processo que viveu ao longo dos últimos anos, prevaleceram sobre o fato de já ter conquistado a sua moradia.

Quando eu recebi o convite para fazer uma nova Ocupação, eu me perguntei se eu queria. Mas pensei: vou aceitar porque assim como eu cheguei lá atrás, em 2015, totalmente leiga, totalmente sem entender, assim como muitos também desistiram porque não se abriram para a consciência política porque não tinha espaço. Muita gente vai precisar da gente passar essas informações também. E é muita gente sem casa. A gente vê que é muita gente sem casa. (Gil)

A solidariedade, tão presente nas análises dos capítulos anteriores, ressurge quanto abordamos a forma como as militantes se veem em relação ao resto do movimento mesmo que nessa etapa onde muitos poderiam considerar a luta já concluída. Se no momento de encontro com o movimento, a solidariedade é algo necessário para a sobrevivência individual, quando olhamos para a lógica que rege os militantes nos momentos posteriores, a solidariedade passa a existir enquanto forma compromisso, participação e pertencimento. Uma necessidade para a sobrevivência coletiva. Tal como propôs Freire (2021), trata-se de uma prática diária, construída com nossos corpos junto ao cotidiano das ações e da militância. É um sentimento que se cria e uma prática de que se aprende, como contou Gil:

Não é porque eu tenho a minha (casa) que eu vou me sentar lá e ficar lá na minha sala assistindo tv e deixando os meus companheiros aí abandonados embaixo da ponte. A gente cria também sentimento de solidariedade. A gente aprende a ser

solidário. E a partir do momento que você se torna um militante, você tem um compromisso, né: eu tenho esse compromisso. Eu tenho um compromisso com esse pessoal.

McAdam (1999) defende que o movimento social é uma interação de grupos organizados com o ambiente sociopolítico que se tenta mudar. O processo de “liberação cognitiva”, do qual fala, está presente no engajamento em ações coletivas e, no caso das mulheres do MTST, inclui tanto a própria dimensão cognitiva como também uma dimensão afetiva. Isso significa que, no percurso que vai de sua entrada no movimento até se tornarem coordenadoras ou assumirem algum tipo de liderança, passam a ter consciência da importância da ação coletiva para a concretização das suas demandas — mas não apenas isso. A partir do momento em que encontram condições para ressignificar a imagem distorcida que possuem de si mesmas, consequência das privações e desrespeitos que sofreram no seio de uma sociedade excludente, novos acordos passam a ser possíveis. E o engajamento político delas se sustenta em diferentes frentes. A primeira é a ampliação do acesso a informações; a segunda, a compreensão dos princípios e valores políticos defendidos pelo movimento; e a terceira diz respeito ao que é experimentado, no sentido de vivido, no dia a dia das ocupações. A dimensão afetiva envolve os sentimentos despertados nesse processo de reconhecimento intersubjetivo. Quando Gil diz que não acredita que possa ficar na sua casa — que foi conquistada com a luta — enquanto tem gente que ainda precisa dessa luta para conseguir uma moradia, ela demonstra que se reconhece nessas pessoas e que esse reconhecimento favorece a construção de laços de afeto e agora ela se vê na condição de ampará-los.

A experiência vivida pelos militantes do MTST nas Ocupações do movimento na perspectiva dos espaços de experiência (Pleyers, 2010) constitui o processo de construção de si enquanto atores a partir da experimentação da sua subjetividade e criatividade. Enquanto são parte de uma luta por mudanças na ordem societária vigente, os indivíduos que se somam ao movimento se formam sujeitos políticos. A dimensão da vida cotidiana importa na medida em que não basta a esses ativistas atuar de maneira coerente nas manifestações ou atos políticos públicos. É preciso fazê-lo desde as relações que se vive também nas esferas menores ou locais: *“resistencia también en los pequeños actos de la vida cotidiana de todos y cada*

uno” (p. 59). Dessa forma, estimula-se o compromisso de cada um com a luta e a participação conjunta.

A chave aqui parece ser a compreensão de que essa experiência vivida, quando ligada a mudanças na consciência, dialogando com Honneth (2013), constitui a base motivacional da resistência coletiva. Através das experiências são forjadas identidades e construídas alternativas em forma de ação coletiva cotidiana.

6.7

Um viver diferente: mudar a si para mudar a realidade

A partir do momento em que experimentam o processo de encontro com o movimento social, as *mulheres sem-teto* fazem política no dia a dia enquanto organizam a luta e as Ocupações do movimento e enquanto buscam caminhos para constituição de um viver diferente a partir das condições (im)postas pela sua realidade. Os encontros e entrevistas realizados me possibilitaram acessar — ainda que dentro dos limites da relação possível de ser construída no âmbito de uma pesquisa acadêmica — as experiências vividas por algumas delas. No capítulo anterior, busquei uma melhor compreensão desse complexo processo de construção de si, de tornar-se uma mulher militante, sujeito (ou *sujeita*) político, seja em busca da autonomia para trilhar seu próprio caminho na vida, seja enquanto agente contestadora da ordem. Os significados e sentidos para tanto são múltiplos, como procurei demonstrar, e envolvem tanto questões objetivas quanto as subjetividades produzidas nesse contexto. Tal é o caso também dos desdobramentos, que podem ser compreendidos na chave da construção de uma consciência coletiva e de um engajamento que vai além do ideal de conquista da casa própria.

Ainda que o MTST possua uma estrutura organizacional de um movimento social tradicional, com coordenações e uma certa hierarquia entre as partes, é perceptível que, na dinâmica cotidiana das Ocupações, busca-se construir um tipo de luta social que se forja a partir do território das relações. A valorização da solidariedade e do cuidado como modo de vida, e não apenas estratégia de ação, age na estima do sujeito de tal maneira que a visão que ele tem sobre a luta da qual faz parte passa a ser mais ampla do que o objetivo material. E isso é ainda mais significativo quando os sujeitos em questão compõem uma parcela tão vulnerabilizada da sociedade, como as *mulheres sem-teto*. A subjetivação, que é

antes de tudo uma relação consigo mesmo (de autoconstrução ou construção da própria vida), muda a forma como cada um se vê dentro da sociedade.

“*Picada pelo bichinho da lona preta*”; “*Guerreira*”; “*É prazeroso*”; “*A gente se vê neles*”: assim as mulheres se referem à luta da qual são parte indispensável e que existe da forma que é porque elas existem. Ao passo que se constituem enquanto atrizes da luta política pela moradia, elas passam não apenas a ser vistas de outra forma, mas, principalmente, muda a percepção que possuem sobre si. A luta por moradia, a partir do que foi exposto nas páginas anteriores, conforma não apenas uma luta por demanda de direitos redistributivos, como pontuado por Fraser (2022), mas também é uma forma de alcançar o autorrespeito que, de acordo com Honneth (2003), é construído na medida em que os indivíduos adquirem capacidade de participar ativamente na esfera pública — e que de acordo com Foucault e Touraine diria respeito à passagem do indivíduo para sujeito político. Como é possível perceber no trecho a seguir:

Ser mulher, militante do MTST e ajudar a construir essa história é um desafio e um prazer imenso, pois através da inserção na luta, entendemos o quanto é maravilhoso e único ser mulher e o quanto as mulheres ajudam, mesmo em condições precárias de vida, a construir um mundo novo¹²¹.

bell hooks (2019b) afirma que antes que as mulheres possam mudar o patriarcado, é necessário que mudem a si mesmas. É preciso que aprendam sobre os sistemas de dominação, como se institucionalizou e como é disseminado e mantido, além de compreender a maneira pela qual se expressa no dia a dia. Com esse objetivo, existiam os chamados *grupos de conscientização*, espaços onde as mulheres vítimas de violências ou de algum outro tipo de opressão podiam ir e liberar as tensões que lhes eram causadas, onde “expunham e revelavam abertamente a profundidade de feridas íntimas”. Ao encontrar escuta, diálogo e solidariedade, se viam diante da possibilidade de cura. E “através da conscientização”, pontua hooks, “adquiriam força para desafiar o poder patriarcal no trabalho e em casa”. O movimento social, e falo aqui especialmente do MTST, funciona, dentro dos seus limites, de forma similar para as mulheres que a ele se

¹²¹ Mulheres da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) in Rafael, Campos e Simões, 2017; p. 11.

juntam. Também ali, o coletivo serve como espaço de abertura e desabafo e é comum ouvir nos relatos referências à cura ou à libertação.

Ainda que não seja um movimento feminista de fundação, por ser um movimento majoritariamente feminino, precisa formular sobre os caminhos para superação da ordem societária vigente, que segue violentando, subjugando e oprimindo mulheres. Mas precisa fazer isso levando em consideração as especificidades das condições de vida da classe trabalhadora, como proponho no capítulo a seguir.

7.

Um movimento feminino e a perspectiva de um *feminismo do chão de barro*

Encontrar nossa voz e usá-la, especialmente em atos de rebelião crítica e de resistência, afastando o medo, continua a ser uma das formas mais poderosas de mudar vidas por meio do pensamento e da prática feministas.

(hooks, 2019; p. 20-21)

Para além da adesão ao movimento, há uma série de desdobramentos que podem ser apontados a partir do encontro de uma parcela da sociedade historicamente subjugada e oprimida com um espaço de reconhecimento e construção coletiva que a permite mudar de vida e se construir a partir da produção de novas subjetividades. Mas há outra dimensão a ser observada no escopo de uma pesquisa que se propõe a considerar a questão de gênero enquanto categoria fundamental, que é a forma como se pode pensar a atuação das mulheres em meio ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em relação ao feminismo enquanto teoria e prática.

De maneira geral, existe uma percepção por parte das *mulheres sem-teto* de que o movimento feminista no Brasil, apesar de ser bastante diverso, não dialoga ou dialoga pouco com as mulheres pobres e periféricas. Principalmente porque acreditam que pautas que são importantes para suas vidas não são valorizadas por aquilo que compreendem ser o movimento feminista. “*O movimento feminista no Brasil é bastante diverso, mas de modo geral dialoga muito pouco com as mulheres pobres e periféricas*”, me disse Natália. Entretanto, ainda que sintam que tenham menor poder de politizar suas necessidades e interesses, as mulheres pobres e periféricas que constroem o *chão de barro* das Ocupações do movimento estão buscando caminhos para fazê-lo. Ali, onde, como demonstrado no capítulo anterior, em um contexto de reinvenção de hierarquias e revalorização de potências elas descobrem que querem e podem falar e fazer, é possível perceber que estão criando, enquanto protagonistas da luta pela moradia, caminhos para a construção do que aqui apresento como a perspectiva de um *feminismo do chão de barro*, pautado por suas experiências, especificidades, necessidades e potencialidades.

O feminismo aqui é entendido como um processo de longa duração composto de vários ciclos que se sucedem e complementam, e como uma teoria crítica que

precisa estar em diálogo com as demandas das mulheres no contexto histórico no qual está inserido. Nesse sentido, começo o capítulo a partir do esforço de responder a uma pergunta colocada pelas próprias *mulheres sem-teto*: Quantas barreiras uma mulher periférica precisa ultrapassar para estar na luta? Para isso, chamo atenção sobre a importância da valorização dos elos existentes entre as experiências de lutas das mulheres em diferentes momentos da história e faço um pequeno esforço de recuperação desses elos através do apontamento de alguns aspectos dessas lutas por direitos empreendidas em lugares e tempos específicos. Enquanto coletivo, é comum encontrar referências das *mulheres sem-teto* à construção de um tipo de feminismo popular, que diz respeito a um modo de pensar e agir feminista estruturado a partir de mulheres das classes populares (Silva, 2016). Considerando os esforços das *mulheres sem-teto* para existir e resistir, apresento o *feminismo do chão de barro*, forjado e constituído a partir de suas experiências e vivências no cotidiano da luta do MTST

7.1 Pensar com as mulheres ontem e hoje

Quantas barreiras uma mulher periférica precisa ultrapassar para estar na luta? Além das dificuldades em ser mãe, trabalhadora e marginalizada, o que a mulher enfrenta para entrar na política, lugar tradicionalmente ocupado por homens?¹²²

O trecho acima foi extraído de um texto, assinado pelas Mulheres da Coordenação Nacional do MTST, publicado em 2017, e que já foi citado algumas vezes anteriormente e ao qual recorro ao longo deste capítulo. Duas perguntas que são, ao mesmo tempo, um retrato e uma provocação, na medida em que apontam algumas das principais características das *mulheres sem-teto* — periféricas, mães, trabalhadoras e marginalizadas — e questionam quais são os fatores diretamente relacionados a essas características que dificultam ou até mesmo impedem sua participação na política. Para responder a essas perguntas, é preciso observar e analisar a luta das mulheres do MTST considerando múltiplas variáveis, conforme tem sido feito ao longo de toda esta tese. Além da variável gênero, também as variáveis de classe e raça se apresentam; afinal, elas compõem as camadas mais

¹²² Mulheres da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) in Rafael, Campos e Simões, 2017; p. 9.

pobres da sociedade e são majoritariamente mulheres negras. É preciso, portanto, recorrer à perspectiva interseccional de Crenshaw (1989), principalmente se considerarmos, como a própria autora explica, que não se trata apenas de pensar em um somatório de dimensões, mas de perceber como esses elementos, em diferentes situações, se interconectam. Não se trata de segmentar ou hierarquizar opressões, mas de compreender como esses paradigmas se estruturam e pensar sobre como e em quais contextos se formam e são exercidos, como propõe Patricia Hill Collins (2019). No caso do grupo tratado aqui, como visto no capítulo anterior, esses elementos se interconectam cotidianamente em situações que funcionam como o que bell hooks (2019) chamou de sistema interligado de dominação.

O *feminismo do chão de barro* é um feminismo que emerge da experiência de mulheres da classe trabalhadora que, para que possam reivindicar melhores condições de vida e direito de participação política, precisam chamar atenção para necessidades básicas que dizem respeito à vida e aos cuidados dos filhos e das famílias, assim como fizeram as feministas da Europa no século XVIII. São mulheres cuja condição que ocupam na sociedade precisa ser compreendida e questionada como resultante de um conjunto de formas de opressão, da mesma forma que propõem as feministas negras. São mulheres que compartilham valores do chamado feminismo comunitário, como, por exemplo, o que emerge das experiências das mulheres indígenas na Bolívia, e defendendo, entre outras coisas, que não existe emancipação possível se a luta não incluir homens e mulheres.

A história oficial do feminismo clássico é, em geral, contada a partir da ideia de “ondas”, em que cada uma corresponde a um período no qual o feminismo, depois de recuar por conta de mudanças na organização societária, avançou. De acordo com essa visão, como coloca Veronica Toste e Bila Sorj (2021), o feminismo estaria sempre ligado à necessidade do novo e tornaria superada ou obsoleta as teorias ou práticas mais antigas. Assim, as autoras questionam se esse apagamento dos rastros é mesmo necessário, condenando cada geração a adquirir novo conhecimento sobre si e sobre o mundo sem aprender com o passado. A resposta que apresenta, e com a qual estou de acordo, é de que é possível, e, sobretudo, necessário, “recuperar os elos e genealogias de pensamento de mulheres e de feminismos nas mais diversas áreas das artes e do conhecimento” (p.10) ao longo da história. Isso significa que mesmo considerando as especificidades de cada período histórico e contextos, o pensamento feminista ganha mais se se dispuser a

entender e aprender com as experiências anteriores, e não apenas as considerar ultrapassadas.

Para tanto, baseio-me na noção de luta feminista tal qual proposta por Carmem Silva:

O que distingue uma determinada luta de um movimento social como luta feminista? A resposta simples é a capacidade que estes movimentos adquiriram ao falar, reivindicar e propor a partir da análise da situação das mulheres. E a resposta complexa pode estar na capacidade construída pelos movimentos de mulheres de desenvolver processos de lutas que contribuam com a desnaturalização do lugar instituído socialmente para as mulheres, lutas que desconstruam os ideais de feminilidade hegemônicos, que coloquem em cheque a divisão sexual do trabalho, que ampliem os espaços de poder para as mulheres, que ‘descolonializem’ os corpos e os modos de vida, ofereçam resistência cotidiana à violência e busquem construir uma nova subjetividade e uma nova visão de mundo, baseadas na autonomia e liberdade das mulheres (2011; p.110).

Essa visão da história nos permite afirmar que, pelo menos desde o século XVIII, mulheres se insurgem no esforço de desnaturalizar a sua condição nas sociedades, questionando a ordem estabelecida e propondo formas de reação, mesmo quando não se reivindicam feministas. Como afirma Josette Tratt (2009): “Quaisquer que sejam as intermitências de mobilização, as mulheres não cessaram de lutar coletivamente desde a Revolução Francesa”. Ainda que as mulheres, como já problematizado no capítulo anterior, sejam um sujeito que comporta vários sujeitos, é fato que, de diferentes maneiras, grande parte delas se viu, ao longo de diferentes períodos da história, diante da necessidade de se insurgir contra a organização societária vigente.

O que defendo, e a perspectiva de luta feminista de Silva (2011) corrobora, é que o feminismo é algo mais amplo que o movimento feminista enquanto movimento social. É um *processo de mudança social de longa duração* (Silva, 2016) com vários ciclos de movimentações e conflitos, assim como de processos organizativos, em determinados tempos e contextos específicos. Ou uma *linguagem*, como propõe Margareth Rago (2013), que não se restringe aos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que se refere a práticas que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina e ditada pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade.

De acordo com Mariléa de Almeida (2022), história e conceito de experiência estão diretamente imbricados nas teorias feministas, dado que o objetivo político

dos feminismos é justamente tornar visível práticas femininas, em geral silenciadas pelos mecanismos de exclusão das narrativas criadas a partir do ponto de vista masculinizado hegemônico. A história, nesse sentido, é uma ferramenta privilegiada, entre outras coisas, no esforço do que a autora chama de cartografar experiências de mulheres silenciadas no passado. Entre as experiências passadas, existem algumas cujas pautas e formas de ação podem ajudar a iluminar as experiências das mulheres sem-teto no presente, se utilizarmos o ponto de vista de Rago (2015), como forma de identificar as diferenças ou mesmo como inspiração.

Mesmo antes de o feminismo se constituir enquanto um movimento organizado na década de 1960, é possível dizer, como Tratt o faz, que há séculos existem registros de mulheres se insurgindo contra a ordem vigente através da reivindicação do direito a novas formas de existir fora daquilo que era esperado pela sociedade machista. E isso por meio de lutas de diversos tipos e que vão desde a reivindicação da igualdade das mulheres com relação aos homens enquanto seres humanos racionais e dignas de direitos, até o reconhecimento da condição de proletária, passando pelo questionamento da organização familiar e da divisão sexual do trabalho e defesa da coletivização do trabalho reprodutivo.

Com o afloramento do movimento feminista organizado, na década de 1960, no bojo do que se convencionou chamar de Novos Movimentos Sociais¹²³, cresce a organização das mulheres e a reivindicação de suas pautas. É nesse período, inclusive, que surge a bandeira “o pessoal é político”, avançando no questionamento do acordo societário vigente e das fronteiras entre o que é privado e o que é público. Nessa esteira e em meio às lutas do movimento negro pelos direitos civis nos EUA, surge, a partir de ativistas e intelectuais como Angela Davis, o pensamento feminista negro. Esse feminismo chamou atenção para a necessidade de se pensar a sociedade considerando as perspectivas de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de intersecção de poder e opressão que se retroalimentam. Sua base era o que, na década de 1990, viria a ser o conceito de interseccionalidade de Kimberle Crenshaw (1989) e que, de acordo com Patricia Hill Collins (2019), é um método que permite pensar a relação estrutural entre

¹²³ Os Novos Movimentos Sociais são aqueles que se organizavam fora do eixo da luta de classes. Além do movimento feminista, estava também o movimento negro, o movimento ambientalista, dentre outros.

patriarcado, sexismo e racismo e as diversas formas em que se materializa a opressão.

Também na década de 1990, Maria Galindo, Julieta Paredes e Mónica Mendoza fundaram a organização *Mujeres Creando*, que defendia o que posteriormente se convencionou chamar de feminismo comunitário com origens em experiências de mulheres indígenas da Bolívia (Andrade, 2019; Almeida, 2022). Esse feminismo se reivindica *despatriarcalizador, descolonizador, des-heterossexualizador, antimachista, anticlassista e antirracista* e defende a busca pela construção de modos de vida integrados, levando em consideração as diferenças e especificidades de diversos grupos de mulheres e incluindo alianças com os homens (Almeida, 2022). De certa maneira, é possível afirmar que, ao se reivindicar *despatriarcalizador, descolonizador, des-heterossexualizador, antimachista, anticlassista e antirracista*, o feminismo comunitário reúne, ainda que em um período histórico e contexto diferentes, as múltiplas frentes de luta que foram apresentadas até aqui como síntese das experiências de insurgência das mulheres que se conectam com a perspectiva do feminismo do chão de barro. Isso porque se trata, como será possível observar, de um esforço de mulheres da classe trabalhadora que precisam organizar sua luta levando em conta tanto a demanda de igualdade de direitos básicos quanto especificidades relativas à sua existência enquanto uma parcela precarizada e marginalizada da sociedade.

7.2

Feminismo do chão de barro:

a potência das mulheres sem-teto

A partir do que foi exposto observado ao longo do trabalho de pesquisa, é possível afirmar que, na esteira das lutas travadas pelas muitas mulheres que se insurgiram ao longo da história, as *mulheres sem-teto* estão, à sua maneira e no seu tempo, empenhadas no esforço de agir para existir, pautar o debate público e construir mudanças na sociedade na direção da emancipação no contexto brasileiro atual. A esse esforço, chamo de *feminismo do chão de barro*, um tipo de feminismo que é fruto da construção política que realizam no dia a dia e que leva em consideração as especificidades de sua realidade e que importa porque, conforme explica Natalia:

A presença e participação expressiva de mulheres traz para o movimento a necessidade de lutas básicas e históricas como a luta por creche, por educação e saúde. Infelizmente, nós mulheres somos quem mais conhecemos essa realidade, porque além da nossa saúde somos nós que levamos os filhos ao médico; além do nosso estudo, somos nós que acompanhamos o estudo dos nossos filhos. Por isso, temos mais conhecimento da realidade cotidiana.

Ou seja, se, como coloca Eliete Barbosa (2019), a periferia é o lugar reservado às mulheres negras pela força das matrizes de dominação, é deste lugar que elas buscam maneiras de resistir aos processos opressores e criam possibilidades para reconstruir sua subjetividade. No ambiente dos movimentos sociais, e, no caso desta investigação, o espaço das Ocupações do MTST, as mulheres encontram rede de apoio e segurança que significam a possibilidade de “escapar”, ainda que às vezes apenas momentaneamente, dos múltiplos efeitos negativos das situações de vulnerabilidade que viveram ao longo de suas trajetórias e que envolvem, como vimos nas biografias aqui narradas, exploração ou precariedade no trabalho, ausência de lazer e experiências de violência doméstica. Ali, em um *espaço de experiência* em que privado e coletivo se misturam, assim como doméstico e público; onde o cotidiano é construção política e mudança social, as mulheres encontram a possibilidade de reconstruir suas vidas (Pleyers, 2010). O movimento social, como vimos, se constitui enquanto um espaço que privilegia a construção coletiva da cotidianidade, funde a dimensão material da possibilidade concreta de conquista de uma moradia com as subjetividades produzidas pela saída do isolamento e encontro com a dinâmica da luta. O resultado dessa conjunção é politização e engajamento na luta. Depois de tornar-se uma *mulher sem-teto*, é preciso sê-la. Voltando à Rago (2015), a transformação social, nessa perspectiva, é mais do que um projeto político; é um estilo de vida criado a partir da existência individual e coletiva — ou individual e social — em um movimento de construção de subjetividades através de práticas de liberdade. As experiências de construção de vida nesse contexto são experiências políticas de construção de saídas para novas formas de existência.

Quando no capítulo anterior volto a lente desta tese para as mulheres do MTST, busco demonstrar como a chegada e o envolvimento delas com o movimento representam, entre outras coisas, uma transição entre a fragilidade e o isolamento para a descoberta da potência que possuem, apesar do que foram

ensinadas ao longo de suas vidas antes de chegar ao movimento; da potência que existe nas práticas cotidianas quando pensadas em conjunto e a partir de uma perspectiva da construção coletiva. Uma potência que, tal como coloca Jacques Rancière (1996), é a chave para que aconteça o conflito ou, em outras palavras, o *fazer política*. Nesse caso, *fazer política* diz respeito ao processo de contestar a ordem vigente, podendo ter diversas formas. Ao reconhecerem-se como portadoras dessa potência, elas se tornam sujeitos capazes de *fazer política* a partir dos *lugares de existência* que ocupam dentro dos espaços das Ocupações e da prática cotidiana do comum. Elas saem da apatia da dominação e do desrespeito, como descrita por Honneth (2003), para a ação por meio da resignificação de práticas corriqueiras e relacionadas com as várias atividades que permeiam a existência do movimento como um todo, e que então assumem significado de estratégia e resistência: seja na condução das assembleias, no planejamento das festividades, das atividades de formação e da horta, na organização e vivências nas Cozinhas. Como Débora conta:

Depois que eu entrei no movimento, eu fui crescendo a cada dia. A cada dia a gente cresce. Hoje eu já falo tranquila em assembleia. Acho que esse é o processo. (...) Pra mim é isso. Essa evolução. Eu não imaginava. Uma pessoa que nunca falar, ano passado saiu na disputa como vereadora em São Paulo.

Tal qual bell hooks, que conta que sua consciência de luta feminista foi estimulada por circunstâncias sociais, também a consciência de luta feminista das *mulheres sem-teto*, como visto no capítulo anterior, é estimulada pelas circunstâncias que as levam até o *chão de barro* das Ocupações e pelas subjetividades que produzem uma vez estando ali. hooks escreve que:

Mulheres negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situação de opressão, geralmente tomam consciência das políticas patriarcais através da sua própria experiência, desenvolvendo também, e por isso, estratégias de resistência. (2019; p.39)

Por se tratar de um movimento formado majoritariamente por mulheres das periferias das cidades brasileiras, é possível afirmar que o MTST é um movimento de mulheres que sofrem com a força da ação de diferentes matrizes de opressão. Silva ressalta que elementos significativos relativos à condição de vida experimentados no cotidiano são importantes na formação pessoal e podem

conformar um *habitus* de classe, que é o que demarca diferenciações com pessoas que tenham outra situação de classe (2016; p.251).

A partir dos dados sobre o movimento e a narrativas de vida expostas nos capítulos anteriores, é possível compreender onde, em termos de classe e pertencimento racial, as mulheres sem-teto se localizam na estrutura da sociedade: são mulheres do precariado brasileiro, entre empregadas, desempregadas e informais; brancas, pardas e negras, mas majoritariamente negras; mães; vítimas da violência doméstica e estatal¹²⁴. Filhas da pobreza, com histórico de carências, fome, migração e diferentes tipos de violência. Exploradas quando crianças ou quando adultas. São mulheres que, durante muitos anos, ouviram que não podiam, não deviam ou não mereciam. São representantes das camadas mais pobres da sociedade. É desse lugar que as *mulheres sem-teto* partem para a construção do seu engajamento no movimento social e da sua identidade política pessoal. Um lugar de *habitus precário*, segundo Jessé de Souza (2003), que não permite a uma gama de indivíduos os requisitos básicos para a efetivação de seu reconhecimento social; ou, como pontua Vera Telles (2013), onde estão localizados os que não têm existência cívica, o lugar dos não-direitos e da não-cidadania, da destituição — o lugar do *pobre incivil*. “*Infelizmente, a sociedade – essa estrutura do machismo – ela coloca que a mulher tem que ser dona de casa, servir ao seu marido e não pode ocupar serviços que ganhem bem. Não pode falar*”, pondera Débora.

Quando propõe a noção de *potência feminista* para denominar a forma como as mulheres protagonizaram determinadas lutas nos últimos anos, Veronica Gago chama atenção para o caráter de indeterminação presente nele. A indeterminação, nesse caso, é relativa ao que “se pode, do que podemos — isto é entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer” (2020; p. 10). Ainda de acordo com Gago, de maneira geral, os movimentos feministas, assim como os movimentos antirracistas, vêm desempenhando um papel significativo no esforço de questionamento das fronteiras entre o que é político e o que não é político.

¹²⁴ Ainda que este não seja o foco da análise desta tese, cabe pontuar que, no Brasil, a violência doméstica contra as mulheres se manifesta majoritariamente por meio de ações de seus companheiros, tendo forma de violência física, assédio moral ou sexual, como aparece nos relatos presentes no Capítulo 6; no caso da violência estatal, esta se manifesta principalmente por meio do racismo das instituições, da criminalização da pobreza e da violência policial, que muitas vezes mata os filhos das mulheres das classes populares.

Esforço que pressupõe a ressignificação das hierarquias e opressões cotidianas, assim como das práticas que os indivíduos vivem no dia a dia. É, lembra a autora, o caso das greves feministas recentes que, entre os muitos desafios e dilemas que enfrentam no seu processo de construção, representam um esforço de ressignificação inclusive do próprio repertório de greve. No Brasil, autoras como Sonia Alvarez (1990) e Eleonora Menicucci (1990), desde o fim da década de 1980, chamam atenção para o processo de entrada na mulher na esfera pública forçando a incorporação de suas demandas e a politização daquilo que eram consideradas questões relativas ao mundo privado.

Ou seja, há muito tempo mulheres das classes populares forjam, no esforço da sua existência, formas de resistência cotidiana que de alguma forma configuram ações de enfrentamento à ordem social opressiva vigente e podem ser consideradas como lutas feministas mesmo quando não conhecem o feminismo. Ou quando nele não se reconhecem. Apesar de não se reconhecer como um movimento feminista por excelência, o MTST se reivindica como um “*movimento feminino transformador*”, como me disse Natália, e constrói, desde o território das relações que compõem o cotidiano da luta, um feminismo que parte da ação cotidiana das mulheres e que leva em consideração, além das reivindicações históricas e relativas a questões estruturais da sociedade brasileira, o reconhecimento de condições particulares da realidade social das mulheres da classe trabalhadora precarizada que estão na luta por moradia. Um feminismo que, tal qual o feminismo negro, parte de uma perspectiva interseccional, dado que precisa dar respostas a uma realidade onde opressões de gênero, classe e raça se sobrepõem. Um *feminismo do chão de barro* relacionado à vida de mulheres que lutam com o pé no barro, como diz o texto a seguir:

Para mudar esse cenário, as mulheres ganham mais espaço na política, especialmente na política popular. No MTST, somos mulheres comuns, com alegrias e tristezas, encantos e desencantos, mãos calejadas, unhas feitas, batom vermelho e barro no pé. Também somos vítimas da sociedade machista, autoritária, patriarcal. Vítimas do fetichismo e do sexismo. E por isso lutamos! Somos Marias, Joanas, Luizas, somos todas que decidiram mudar seus destinos.¹²⁵

¹²⁵ Mulheres da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) in Rafael, Campos e Simões, 2017; p. 9.

A noção de *pedagogia cívica* de Angela Paiva (2013) reaparece aqui, uma vez que, a partir dos relatos do campo, é possível concluir que as feministas do chão de barro são mulheres que aprenderam a lutar enquanto lutavam. A forma como esse feminismo se estrutura está diretamente relacionado a como o movimento se organiza, tanto nos territórios das Ocupações quanto em uma perspectiva mais macro e que permite, além da pedagogia cívica, processos de liberação cognitiva (McAdam, 1999) e a construção de novos *frames* de ação (Tarrow, 2009).

Conforme ponderou Débora em sua fala apresentada no capítulo anterior,¹²⁶ não é, obviamente, uma escolha do MTST que as mulheres sejam as mais atingidas pela precariedade habitacional e que, por razões também já expostas, sintam de maneira mais forte em seus corpos e mentes a necessidade de ter uma casa. Isso é, na verdade, uma falta de opção consequente do machismo. O que sim é uma escolha é que no espaço do movimento elas tenham protagonismo na luta e que aconteça, como consequência, o que anteriormente caracterizei como *feminização* da luta. É parte da cultura política do movimento que as mulheres sejam as principais referências.

7.3

Três dimensões do *feminismo do chão de barro*

O fato de as Ocupações serem espaços essencialmente de luta que contam com a presença e participação expressiva de mulheres, faz com que necessidades básicas desse grupo sejam incorporadas às pautas de luta do MTST. E se trata de mulheres das classes populares, ou mulheres do *preariado* brasileiro, o significa que são mulheres cujas vidas são marcadas por inúmeras privações, pela precariedade e vulnerabilidade, como exposto no capítulo anterior.

Se voltarmos à perspectiva das matrizes de dominação de Hill Collins ou à interseccionalidade de Crenshaw, fica evidente que não é possível segmentar ou hierarquizar as opressões. Uma luta a partir da perspectiva das mulheres cujas vidas são atravessadas por diferentes tipos de opressão, como são as *mulheres sem-teto*, deve ser uma luta contra todas elas ao mesmo tempo. É como pontua Hill Collins:

¹²⁶ Ver Capítulo 6, página 212.

“liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa devem constituir as ideias centrais do feminismo” (2017; p. 15).

Assim como são várias as frentes de opressão às mulheres, são várias as formas como as mulheres sem-teto desempenham sua luta feminista, mesmo quando não as consideram assim.

Proponho, portanto, que pensemos esse *feminismo do chão de barro* a partir de três dimensões, tendo em consideração que, como aponta Cunha (2009), é necessário compreender a emancipação das mulheres sempre dentro do seu contexto. A primeira dimensão diz respeito ao reconhecimento da importância da luta por direitos sociais básicos como condição para a organização das mulheres sem-teto; a segunda, sobre a importância da solidariedade e da coletividade; e a terceira é relativa ao engajamento das *mulheres sem-teto* para além das fronteiras do movimento e das Ocupações.

7.3.1

Reconhecimento dos direitos sociais

A primeira dimensão do *feminismo do chão de barro* está relacionada à luta por direitos sociais, considerando as questões materiais e pautas sociais que afetam as *mulheres sem-teto*. Uma prática política a partir da realidade delas, portanto, precisa incluir o reconhecimento da importância dessa luta e buscar formas de realizá-la. Muitas mulheres contam que antes de ter contato com o movimento, não reivindicavam seus direitos porque sequer pensavam que os tinham, como era o caso da Gil. Como contei, ela só entendeu que era um direito seu matricular a filha em uma escola perto de casa depois de entrar pro movimento. Ou seja, antes, ela nem se compreendia como sujeito de direito. Há um processo de internalização da diferença, da subalternização e da “inferioridade”, como colocou Lélia Gonzalez (2020), que age sobre as mulheres e pode ser ainda mais reforçado em se tratando das mulheres negras. Reconhecer as demandas caras a esse segmento da população é parte do esforço de superação disso.

Se considerarmos a construção da cidadania brasileira a partir da proposta de T. H. Marshall (1967) de acesso aos três tipos de direitos — civis, políticos e sociais —, é possível situar o grupo das *mulheres sem-teto* em meio àqueles que têm o acesso à cidadania negado, principalmente, porque são parte de uma camada

da sociedade que, historicamente, tem o acesso aos direitos sociais negados. Paiva (2021) pontua que para entender o déficit de direitos no Brasil, é preciso pensá-lo através da chave da desigualdade estrutural brasileira e considerar como, a partir da Constituição de 1988, novos compromissos com relações aos direitos sociais são assumidos. Contudo, ainda que tenha sido possível observar avanços, em se tratando de grupos das camadas populares, a situação à qual o avanço do sistema neoliberal os submete faz com que esse acesso seja ainda hoje deficitário. Isso configura o que, como já abordado anteriormente, Honneth (2003) chama de experiência de *desrespeito*, ou seja, quando o *status* de *sujeito de direito* permanece apenas no plano formal.

Primeiro de tudo, falta moradia, que é o motivador principal da junção dessas mulheres ao movimento. Mas não é só isso, como pontuaram Débora e Natália em conversas diferentes: “*E aí a gente vai na luta por moradia, e o movimento mostra que não é só a luta por moradia*”. “*Além da nossa saúde, somos nós que levamos os filhos ao médico. Além do nosso estudo, somos nós que acompanhamos o estudo dos nossos filhos*”. Faltam também outras coisas básicas e que devem ser objetos da luta, como educação, seja creche ou escola, e saúde, por exemplo.

Em se tratando de mulheres pobres, negras e moradoras de periferias, há a urgência de lutas por pautas comunitárias que precisam ser somadas às pautas tradicionais do feminismo. As *mulheres sem-teto* são extremamente afetadas pela ausência de políticas públicas,¹²⁷ o que as coloca em situação de maior vulnerabilidade e insegurança. Ao não reconhecimento do direito à moradia, soma-se o não reconhecimento de outros direitos tais como saúde, educação, dentre outros. Participar dessas lutas no começo da militância, foi, inclusive, um dos fatores que fez com que Débora permanecesse mobilizada desde que entrou no movimento:

A gente fez luta por creche porque as mulheres que moravam naquela Ocupação tinham dificuldade de colocar os filhos na creche porque, segundo eles, a Ocupação não endereço. Não tem CEP. E o CEP é muito importante na vida das pessoas. Então a gente fez essa luta de creche. A gente também fez luta de saúde porque tinha um posto de saúde que tava com falta de médico, de remédio, equipamento estragado. Lutamos por aquele espaço. Fizemos

¹²⁷ Uma situação que se dá historicamente, mas que hoje é ainda mais acentuada por conta das recentes perdas oriundas da suspensão de políticas públicas.

luta por transporte. E a gente ia fazendo e eu comecei a me indagar que a nossa luta, a luta por moradia é uma das lutas entre tantas lutas que a gente tem por direitos nossos e que são negados. (Débora)

O feminismo praticado desde o *chão de barro*, nesse sentido, precisa agregar essas pautas como centrais, seja em forma de luta por educação, por saúde ou por transporte. Porque não há emancipação possível para essas mulheres se elas e seus filhos não estão em segurança ou não têm acesso à educação ou a serviços de saúde. Privilegiar isso é projeto político, como explica Natália ao falar sobre o esforço de construção dos Coletivos de Mulheres do movimento como forma de organização das pautas que estão além da questão da moradia e que, como demonstrado no capítulo anterior, são parte da motivação delas para se juntarem ao movimento:

Neste momento estamos construindo coletivos de mulheres do MTST porque acreditamos que sim, são lutas fundamentais do feminismo. E as reivindicamos porque no movimento popular temos espaço na política e participação, o que implica em defender pautas além da moradia. Sempre digo para nossas mulheres: “Lutamos uma vida inteira para ter um lar, não podemos aceitar sermos mortas neste lar, não podemos aceitar ter um lar e nossos filhos não poderem viver nele porque estão enterrados. Por isso nossa luta, a luta de nós mulheres nunca será apenas pelo lar, para os homens talvez!” (Natália)

O sentimento de injustiça que move um movimento social, como pontua Paiva (2018), está ligado à consciência de que esta é uma questão central para a sua luta. A partir da análise da relação do movimento com as mulheres e essas pautas, o que se verifica aqui é que essa centralidade e o reconhecimento da legitimidade e validade de suas questões pode ser considerado um motor das lutas contra essas formas de desrespeito social e de estabelecimento de laços de solidariedade (Honneth, 2003).

7.3.2

Solidariedade e coletividade

A segunda dimensão, a da solidariedade e da coletividade, requer a recuperação do argumento que sustenta o Capítulo 4 desta tese. Uma prática política que tenha a solidariedade como pressuposto para ação é o que baseia a construção coletiva do cotidiano das Ocupações do MTST de maneira geral. E, como aqui

defendido, constitui um aspecto fundamental da forma como o movimento se organiza e atua junto às bases, fortalecendo os laços entre os militantes ao se contrapor à lógica individualista predominante na sociedade. Na vida das *mulheres sem-teto*, sobre quem a lógica individualista pode pesar ainda mais e para quem o Estado é mais ausente, a perspectiva da solidariedade representa uma mudança significativa na forma de como se relacionam e se veem no mundo. É a passagem da individualidade para a coletividade. Como explica Débora:

A coletividade, a preocupação. A gente sair e poder deixar nossas coisas no barraco e ter certeza que ninguém vai roubar. As vezes eu deixava o barraco abertos e ninguém roubava. Um cuidava do barraco do outro. Era um ambiente muito gostoso, a cozinha era um espaço coletivo onde as pessoas vão, as vezes tá com um problema em casa, conversa com amigo, consegue desabafar.

Sobre essa relação nas Ocupações, é comum ouvir delas que ali as pessoas *fazem o que nenhuma família faz por você*. Débora, que quando entrou na sua primeira Ocupação tinha um filho de 3 anos e trabalhava e estudava, conta que conseguia fazer tudo e cuidar da criança por conta da ajuda dos companheiros. *“Tinha meu filho. Eu me dividia com minha mãe cuidando dele, com companheiros da Ocupação cuidando dele”*, lembra, *“e às vezes chegava morrendo de fome da faculdade”*. E ainda que chegasse na Ocupação depois do horário do jantar, ela conseguia comer porque a coordenadora do G do qual ela fazia parte guardava uma marmita, como já contado anteriormente. Isso pode ser entendido na chave do que Melucci aponta ao dizer que os movimentos sociais *“implicam solidariedade, isto é, a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social”* (2001; p. 35). E ao serem parte da mesma unidade social, os atores cuidam uns dos outros. Para as mulheres, que tradicionalmente são as responsáveis pelo cuidado, sentir-se cuidada é transformador. Estar em uma Ocupação, em muitos casos, representa a segurança de que ela e seus filhos serão cuidados e alimentados porque a responsabilidade de fazer isso é coletiva e não individual.

Sabe-se que, historicamente, a luta pela emancipação das mulheres visa a superação da ideia de que as responsabilidades do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos e da família, do trabalho reprodutivo, são exclusivamente delas. A divisão sexual do trabalho, que começou a ser questionada com as feministas europeias do início do século XIX, é o que determina essa responsabilidade e é ela que precisa

ser questionada e superada. Os caminhos para essa superação, no entanto, parecem demasiadamente difíceis quando pensamos na realidade da vida das mulheres da classe trabalhadora. Um feminismo pautado por essas mulheres, nesse sentido, é um feminismo que questiona a forma como a sociedade enxerga e trata o trabalho reprodutivo, mas compreende que existem mulheres que não têm outra opção senão cumprir essas tarefas porque estão sozinhas e são as responsáveis pelo sustento da família. Aqui aparece novamente a importância da coletividade. Ao transformar questões como cuidado dos filhos ou alimentação, que são geralmente individualizadas, em questões coletivas, o MTST favorece a construção do que Maria Galindo (2016) chama de tecido social. É um movimento que constrói novos tecidos sociais, na perspectiva da autora, é um movimento que demonstra para as mulheres que sozinhas elas não conseguirão — e não precisam — resolver os problemas, seja de moradia, trabalho, educação, saúde, liberdade, dignidade ou mesmo felicidade. É um *espaço contrapúblico*, na chave proposta por Fraser (1990), uma vez que os tecidos sociais mais amplos são negados a essa parcela da população. É preciso que esses temas sejam geridos coletivamente, tal qual o movimento tenta fazer nos espaços das Ocupações. Porque, como resume Claudinha,

aqui dentro, se a gente não tiver esse espírito de coletividade pra fazer as coisas acontecerem, se envolver nas atividades, a gente quebra. A gente quebra. A militância quebra.

A coletividade no campo do MTST pode ser pensada em diálogo com a ideia de feminismo de alianças, presente na perspectiva do feminismo comunitário boliviano, que, por sua vez, defende a importância de as mulheres lutarem juntamente com os homens ou outros grupos. Ainda que as *mulheres sem-teto* enfrentem, em alguma medida, resistência à liderança que desempenham e a reprodução de preconceitos por parte dos homens,¹²⁸ a prática defendida por elas é uma prática que os inclui. Como afirmam no trecho a seguir:

[...] O feminismo popular que praticamos dialoga com os nossos camaradas, homens, companheiros de luta. Esse feminismo popular não é o que rotula, mas o

¹²⁸ Falo desse tema brevemente no Capítulo 6, mas não de maneira desenvolvida. Isso não significa, no entanto, que eu não reconheça a existência dessa situação.

que tenta quebrar rótulos. Não busca conceitos academicistas para explicar os efeitos das práticas machistas, mas soluções coletivas e reais.¹²⁹

Há uma evidente conexão entre a linha proposta pelas mulheres sem-teto e a contribuição de hooks (2019) ao afirmar que, diferente de outras feministas, ela acredita que para que o feminismo algum dia chegue a se tornar um poderoso movimento de massas, mulheres e homens devem compartilhar uma compreensão comum, ou ao menos um conhecimento básico, sobre o que é feminismo. Essa compreensão seria a base sobre a qual se poderia construir a solidariedade entre os sexos. Mais que pensar sobre os homens e o que eles fazem com as mulheres, quando afirmam que buscam soluções coletivas e reais, as *mulheres sem-teto* demonstram querer pensar sobre a sua condição dentro da estrutura patriarcal e a partir daí construir soluções coletivas em conjunto com os seus companheiros, uma vez que sabem que a construção conjunta é importante para fortalecimento do sentimento de parceria e diminuição das inevitáveis tensões. Isso as desloca do lugar apenas de vítima e as torna sujeitos de um processo.

De acordo com Claudinha, apesar da grande presença de mulheres, o feminismo não era um tema muito debatido no movimento, pelo menos em São Paulo. Mas isso começou a mudar em 2016 quando uma militante foi fortemente agredida pelo companheiro dentro de uma Ocupação. A coordenação local precisou se organizar para que aquilo não fosse naturalizado e não se repetisse. Primeiro, foram realizadas rodas de conversas com as mulheres nas quais elas conseguiram falar sobre as agressões que haviam sofrido: “*Em uma roda de conversa, sempre tem uma primeira que começa e as outras se sentem mais à vontade e começam a desabafar junto*”, lembra Claudinha. Na segunda roda de conversa, as mulheres apontaram que tinham muita dificuldade em falar com os homens dentro do espaço da casa, e pediram para que fosse realizada uma roda que contasse com a presença deles. E assim foi feito. Ou seja, para elas era necessário incluir os companheiros na reflexão, e o espaço do movimento criava então a possibilidade para que isso acontecesse.

Retornemos à hooks (2019; p. 67). A autora defende que é trabalhando coletivamente para confrontar a diferença e expandir a consciência sobre sexo, raça

¹²⁹ Mulheres da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) in Rafael, Campos e Simões (2017); p. 11.

e classe, enquanto um sistema interligado de dominação, e refletindo sobre como nossas ações ajudam a perpetuar essas estruturas, que aprendemos o verdadeiro significado de solidariedade. Para ela, essa deveria ser a base do movimento feminista. Para as mulheres do MTST, é importante construir espaços para realizar esse trabalho de reflexão sobre as práticas machistas, tanto dos homens quanto das mulheres, como forma de fortalecer as alianças construídas a partir da valorização e do reconhecimento da diferença. Por isso elas afirmam que o feminismo que praticam:

constrói espaços e busca refletir sobre nossas práticas, por vezes machistas, tentando romper com a disputa feminina e alcançar espaço para todas. O feminismo que praticamos não é o que anula nossas qualidades femininas, mas o que reconhece nossas diferenças para com os homens e carrega para o mundo da política qualidades, instintos e aprendizagens femininas.¹³⁰

O que as mulheres do movimento buscam construir é uma prática política que enfrente a questão das diferenças de maneira construtiva e que favoreça a construção de laços de solidariedade e o fortalecimento da coletividade, relações que hooks, inspirada em Paulo Freire, classifica como politização do amor. “Quando mulheres e homens compreendem que o trabalho de acabar com a dominação patriarcal é uma luta enraizada no desejo de fazer um mundo onde todas as pessoas possam viver de forma completa e livre, então sabemos que nosso trabalho é um gesto de amor”, hooks (2019; p. 71) afirma.

7.3.3

Indo além do chão de barro

Entre outras razões, o efeito que a solidariedade e a coletivização das tarefas de cuidado têm sobre a vida das *mulheres sem-teto* nos leva à terceira dimensão do feminismo do chão de barro: a militância das mulheres ocupadas em um campo político mais amplo, ou seja, além dos limites do terreno a ser ocupado, e abrangendo toda a sociedade.

¹³⁰ Mulheres da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) in Rafael, Campos e Simões (2017); p. 11.

A divisão sexual do trabalho, ao limitar suas vidas às responsabilidades do espaço doméstico, cerceia também as possibilidades de participação política das mulheres. Além de seguirem carregando sobre si o fardo de cuidar das atividades domésticas e dos filhos ou da família, seu trabalho continua desvalorizado em comparação com o trabalho dos homens. O resultado então é que trabalham mais. Seja porque possuem uma jornada a mais para dar conta, a da casa, não remunerada e invisível, seja porque, ao receberem menos, precisam cumprir longas jornadas ou trabalhar em mais de um emprego para conseguirem sustentar a si e à sua família. Historicamente, portanto, as mulheres têm menos condições e tempo para se dedicar à luta política.

Na vida política do MTST, entretanto, elas estão presentes na maior parte dos espaços, ações e atividades dentro e fora das Ocupações. Neste ponto do trabalho ousou dizer, inclusive, que elas são a vida política do movimento. A razão para isso remete tanto às duas dimensões anteriores quanto à prática de formação e discussão política permanente adotada pelo movimento. Em uma situação em que suas demandas sociais são reconhecidas e suas responsabilidades coletivizadas, a estrutura das relações sociais de reconhecimento, tal como proposta por Honneth (2003), é alterada em sua primeira categoria, que é aquela que diz respeito às relações primárias de afeto.

Essa alteração, que se materializa por meio do reconhecimento alcançado através da solidariedade, proporciona ao indivíduo maior confiança em si mesmo e lhe permite desenvolver outras camadas de autoestima e autoconfiança, indispensáveis para alcançar a autonomia necessária à participação na construção dos espaços contrapúblicos (Fraser) e na vida pública. Foi o que vimos acontecer com Claudinha, Gil, Débora e Bia, todas mulheres que, no movimento, encontraram também novas formas de se reconhecer. Essa condição faz com que a luta seja tanto uma oportunidade quanto uma escola, uma vez que significa a possibilidade de transformação daqueles que dela participam, ao aprofundar sua compreensão da opressão e suas causas, de quem se beneficia dela e o que pode ser feito para superá-la. Um processo que as fortalece para contestar e transformar as instituições e os paradigmas que regem a sociedade; que as fortalece para viver e não apenas sobreviver: para reivindicar, “tanto pão como rosas: o pão que décadas de neoliberalismo tiraram das nossas mesas, mas também a beleza que nutre nosso

espírito por meio da euforia da rebelião” (Arruza, Bhattacharay e Fraser, 2019; p. 36).

A prática de discussão política permanente é algo que marca a trajetória dos indivíduos que se unem ao MTST desde o começo. No caso das mulheres, além dos cursos de formação política, são organizados, cotidianamente, rodas de conversa temáticas sobre temas importantes para suas vidas, tais como direitos reprodutivos, violência de gênero, saúde da mulher, divisão social do trabalho. Uma vez que passam a se reconhecer enquanto sujeitos políticos, o compromisso da luta da *mulher sem-teto* vai além daquela que acontece para suprir as suas demandas imediatas. A conscientização que deriva da prática da luta que travam se desdobra em um tipo de solidariedade política pautada pelo compromisso com essa e possivelmente com outras lutas.

A prática de discussão política permanente é algo que marca desde o começo a trajetória dos indivíduos que se unem ao MTST. No caso das mulheres, além dos cursos de formação política, são organizadas, cotidianamente, rodas de conversa temáticas sobre temas importantes para suas vidas, tais como direitos reprodutivos, violência de gênero, saúde da mulher, divisão social do trabalho. Uma vez que passam a se reconhecer enquanto sujeitos políticos, o compromisso da luta da *mulher sem-teto* vai além daquela que acontece para suprir as suas demandas imediatas. A conscientização que deriva da prática da luta que travam se desdobra em um tipo de solidariedade política pautada pelo compromisso com essa e possivelmente com outras lutas.

A história individual de Gil é emblemática. Mas como ela existem muitas outras mulheres sem-teto que depois de chegarem ao MTST ocuparam outras frentes de luta, evidenciando ainda mais o caráter interseccional de seu ativismo. Ela, que quando lembra de sua vida antes da Ocupação, considera que era “*totalmente cega*”, hoje participa de mais três movimentos, além de ocupar um posto de coordenação no MTST. Em 2017, ela perdeu o filho, vítima da violência policial. Com a ajuda de outras companheiras do movimento, alguns meses depois, Gil começou a fazer parte de um grupo de mulheres que também perderam seus filhos na mesma situação e lutam contra o que hoje chamamos de *genocídio da juventude negra*. Por seu trabalho como ambulante — vendedora de tapioca — no início de 2021, foi convidada para representar o MTST junto aos trabalhadores ambulantes de São Paulo. “*Fiquei muito orgulhosa de fazer parte dessa luta*”, ela

lembra, demonstrando que nesse momento se sentiu reconhecida. Agora, em 2022, despontou como uma das principais lideranças do Movimento Trabalhadores Sem Direito, que se organizou com objetivo de lutar pelos direitos dos trabalhadores informais, parcela cada vez maior da classe trabalhadora brasileira.¹³¹ A partir do caso dela é possível perceber como o processo de construção de si enquanto mulher militante por meio da subjetivação desencadeada pela sua entrada no movimento permitiu que ela se inserisse num processo contínuo de produção de subjetividades a partir das condições da vida.

A nível coletivo, destaca-se entre as ações recentes do movimento a realização, em outubro de 2019, em São Paulo, do I Encontro Estadual de Mulheres Sem-teto, que contou com a participação de cerca de 600 mulheres representantes de mais de 20 Ocupações de todo o Brasil. Apesar de ser um encontro estadual, mulheres do MTST de outros estados se deslocaram para participar. Ao longo de dois dias, elas se reuniram no Casarão, sede nacional do movimento, em Taboão da Serra, para compartilhar experiências, debater temas que desafiam a vida das mulheres nas periferias brasileiras diariamente e participaram de atividades artísticas, como dança, música e apresentação de esquetes elaboradas a partir de histórias de suas próprias vidas e lutas. Para garantir que as *mulheres sem-teto* que são mães pudessem participar do encontro, uma programação paralela foi pensada para que quase 200 crianças presentes, carinhosamente chamadas de *sem-tetinho*, pudessem ter atividades enquanto suas mães participavam dos trabalhos.

O objetivo do encontro, de acordo com coordenadoras do movimento, foi o de criar um espaço onde as *mulheres sem-teto* pudessem pensar sobre elas mesmas e sobre o que buscam no processo de luta pela moradia. Um tipo de *espaço seguro*, se voltarmos à ideia de Hill Collins (2019), onde fosse possível realizar o exercício de refletir sobre suas próprias histórias e as diversas formas de violência e opressão que experimentaram ao longo da vida, assim como avançar na compreensão dos motivos pelo qual essas situações acontecem e pensar coletivamente formas de superá-las. Em outras palavras, trabalhar questões que são importantes para elas e

¹³¹ Dados do IBGE mostram que, ainda que as taxas de desemprego estejam diminuindo, os índices de trabalhadores informais seguem atingindo patamares recordes. Ao final do segundo trimestre de 2022, o número de trabalhadores informais foi estimado em 39,3 milhões, o maior da série histórica do indicador, iniciada em 2015. Com informações de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34498-taxa-de-desocupacao-cai-para-9-3-no-segundo-trimestre>. Acesso em: 4 de set. 2022.

que ocupam lugar central na luta que desempenham e que aqui, como será possível concluir, defendo que se dá a partir de uma perspectiva do *feminismo do chão de barro*.

Imagem 23: I Encontro Estadual de Mulheres do MTST de SP



Foto: Márcia Alves / Acervo MTST

Os principais temas debatidos foram: a luta por mais acesso à saúde e educação pública de qualidade; igualdade salarial entre homens e mulheres; políticas públicas para o combate à violência doméstica e ao machismo; representação política. Ainda que a presença e protagonismo femininos não fossem novidade para o MTST, essa foi a primeira vez em que o movimento organizou um encontro apenas de mulheres para pensar sobre sua situação e atuação dentro do movimento e na sociedade em geral.¹³²

Em termos de representação política, um dos temas abordados foi a necessidade de uma maior representatividade nas eleições: “*Um dos levantamentos desse encontro foi a falta de representatividade. De representatividade de mulheres, de mulheres negras e de mulheres que vivem na periferia*”, como pontua

¹³² De acordo com os militantes, o plano do movimento era organizar, nos outros estados onde atua, encontros semelhantes nos meses seguintes e, no primeiro semestre de 2020, realizar o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres do MTST. Esse plano, no entanto, foi afetado e interrompido pela pandemia.

Débora. Problema histórico no Brasil quando se trata da representação de grupos socialmente oprimidos e marginalizados, a sub-representação das mulheres na política institucional está ligada a diversas questões estruturais que envolvem, inclusive, a forma como sistema eleitoral brasileiro está constituído. Como coloca Flavia De Faria (2021),

L'exigence de représentativité dénonce la sous-représentation des groupes socialement opprimés et affirme que l'une des principales raisons de la sous-représentation est la difficulté vécue par ces candidats à mener la campagne électorale et avoir des chances d'être élus. En effet, l'inégalité des chances pour être élu et, par conséquent, l'inégale répartition de la prise en charge des affaires publiques sont des éléments non démocratiques des gouvernements représentatifs¹³³. (p. 87)

Diante disso há uma tendência dentro dos movimentos sociais brasileiros, aqui tratando especificamente do MTST, de organização de esforços para levar suas reivindicações e repertórios para dentro da esfera institucional. Isso tem se dado, principalmente, por meio das chamadas candidaturas coletivas, uma forma de unir forças — ou construir uma aliança de corpos historicamente excluídos dos processos de decisão e da gestão da coisa pública, como coloca Faria (2021) — e pautas para superar as barreiras impostas por um sistema político-eleitoral machista e tornar possível a eleição de mulheres negras — assim como de moradores das favelas, indígenas, transgêneros.

Nesse sentido, dos debates realizados no encontro das mulheres do MTST em outubro de 2019, surgiu a chapa coletiva *Juntas – Mulheres Sem-teto*. Três mulheres negras, mães e coordenadoras de Ocupações da periferia de São Paulo se uniram e se candidataram, pelo PSOL, para uma vaga na Câmara de Vereadores da cidade nas eleições de 2020. Ao todo, as *mulheres sem-teto* da Juntas receberam 21.172 votos. Não foram eleitas, mas ficaram na posição de primeira suplência.¹³⁴

¹³³ O requisito de representatividade denuncia a sub-representação de grupos socialmente oprimidos e argumenta que uma das principais razões da sub-representação é a dificuldade experimentada por esses candidatos em fazer campanha e em ter a oportunidade de serem eleitos. De fato, a desigualdade de oportunidades para ser eleito e, conseqüentemente, a distribuição desigual do poder, são elementos antidemocráticos de um governo representativo (tradução nossa).

¹³⁴ Recentemente, Jussara e Tuca se desligaram do movimento por discordâncias políticas e por isso seus nomes aparecem apenas aqui. A ideia não é apagá-las da história, mas sim não as vincular a um projeto no qual afirmam não mais acreditar.

Quando perguntei para Débora, uma das mulheres que compunham a chapa Juntas, o que a tinha motivado a aceitar esse desafio, ela me falou sobre a importância de “falar de nós por nós mesmos”:

É muito fácil estar nesses espaços e deduzir as dificuldades da periferia. Outra coisa é sentir na pele. Foi muito forte isso nesse encontro nosso. A falta de representatividade de mulheres. A importância de ter mulheres negras. Porque a maior parte das mulheres das periferias são negras. A importância de ter alguém que mora na periferia, que sentiu na pele. Ou seja, falar de nós por nós mesmos. Chega de pessoas estarem no seu lugar de conforto e sentir o que a gente quer. Tem aqueles que tem a solidariedade, que vem de um lugar de conforto, mas consegue se sensibilizar por essas pautas. Mas a grande maioria não tem.

Apesar de não terem sido eleitas, o sentimento de Débora é de vitória e o motivo, nas palavras dela, é “porque a gente foi a primeira que ousou desafiar esse espaço. (...) E se a gente não fizesse, se a gente não se colocasse nessa disputa, ainda ia ficar vago esse espaço”.

Imagem 24: Material de divulgação da chapa Juntas – Mulheres Sem-teto¹³⁵



¹³⁵ Reprodução Instagram MTST:

<https://www.instagram.com/juntasmulheressemteto>. Acesso em: 27 de set. 2021.

Assim como tudo que norteia a linha política adotada pelo MTST, também o feminismo que emerge do seu cotidiano não pretende ser um meio apenas para libertação ou emancipação individual. E a proposição de uma chapa eleitoral, como ela me explicou, é uma construção coletiva que compõe um projeto político coletivo e que tem como objetivo também mostrar que o MTST é mais do que suas lideranças mais conhecidas¹³⁶: “*O MTST*”, me disse Débora, “*são as mulheres das periferias*”.

Esse não foi um esforço isolado ou pontual. Como defendido ao longo de toda esta tese, é projeto político do movimento dar protagonismo às mulheres desde as dinâmicas internas: “*De dentro da organização, o movimento dá espaço pra que ela fale em assembleia, pra que ela puxe um ato num caminhão de som, pra que ela entre numa mesa de negociação e paute quem tá lá*” (Débora).

Por isso, em 2022, outra *mulher sem-teto* se coloca como candidata a um cargo institucional, agora para deputada estadual por São Paulo. O nome dela é Ediane Maria, coordenadora do MTST na cidade de Guarulhos e participante do Movimento Raiz da Liberdade, coletivo antirracista ligado ao movimento. Mulher negra, trabalhadora doméstica, mãe solteira de quatro filhos, Ediane é nascida e criada no sertão de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil. Com 18 anos, ela foi para São Paulo trabalhar; de início, como babá; depois, durante mais de 12 anos, como empregada doméstica, repetindo, assim, uma história comum à vida de muitas *mulheres sem-teto* que migraram para a Região Sudeste. Em setembro de 2017, ela entrou na Ocupação Povo Sem Medo, em São Bernardo do Campo, e depois seguiu com o MTST planejando e coordenando Ocupações em diferentes cidades. “*Agora eu dou um novo passo na minha vida, que é ocupar os espaços de poder, de decisão, que para nós, mulheres negras, sempre foi negado*”,¹³⁷ afirma ela, que tem passado seus dias nas ruas se apresentando para a população.

Com uma campanha que caminha sob o lema “Liderança do MTST não foge da luta”, Ediane é mais uma que, assim como Débora, Tuca e Jussara, ousam cruzar a linha entre o que ouviu a vida inteira acerca de qual deveria ser seu lugar na

¹³⁶ Como é o caso de Guilherme Boulos, militante do movimento sobre quem falo na página 11.

¹³⁷ “Quem é essa tal de Ediane Maria, pré-candidata a deputada estadual de SP?” Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CbanT4tLkY/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 20 de ago. 2022.

sociedade e o que agora acredita ser esse espaço. Em uma conversa que tivemos,¹³⁸ ela me contou que o processo de se reconhecer e se valorizar como mulher não foi algo fácil ao longo de sua vida, principalmente por ser uma mulher negra, pobre, nordestina. Mas a entrada no movimento e a sua construção enquanto militante, considerando tudo que viveu e experimentou, tornou possível também a construção de uma nova percepção sobre si. E hoje ela diz que tem orgulho de olhar o seu cabelo *black power* no espelho e que sabe da força que tem.

Imagem 25: Material de divulgação de Ediane Maria



Desta vez, a campanha do movimento, construída desde o cotidiano do chão de barro das Ocupações até às ruas, foi vitoriosa também nas urnas. Em 2 de outubro de 2022, Ediane Maria foi eleita deputada estadual de São Paulo com 175.617 votos¹³⁹. Ela será a primeira trabalhadora doméstica da história a assumir um cargo de parlamentar da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

¹³⁸ Por ser uma liderança do MTST em outra cidade que não São Paulo, eu só conheci Ediane recentemente, já em meio ao processo eleitoral, o que impediu a realização de uma entrevista com ela da mesma forma que fiz com as outras mulheres do movimento.

¹³⁹ Dados disponíveis em no site do Tribunal Superior Eleitoral: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e544/totalizacao>. Acesso em: 5 de out. de 2022.

A história das mulheres que se unem à luta do MTST pode ser compreendida como a história daquelas que *ousam* assumir o comando de suas próprias vidas e terminam na linha de frente da luta pelo direito à moradia. Digo ousam porque, como é possível concluir, elas percorrem um deslocamento de um lugar de opressão e invisibilidade para um lugar de vivência e construção coletivas que as permite se tornarem agentes no processo político popular e institucional. As *mulheres sem-teto* praticam o feminismo quando existem e resistem às formas de isolamento e opressão persistentes na sociedade. O praticam quando participam da organização de um movimento cuja premissa é fortalecer outras mulheres e construir caminhos para sua emancipação; o praticam quando colocam seus corpos e ideais à disposição de um projeto de mudança social que as faz movimentar-se ainda mais. Mas a despeito das diferenças acerca de onde se almeja chegar, tudo começa, como é possível concluir, a partir das experiências e vivências do *chão de barro* da Ocupação, como mostram as trajetórias de Ediane, Débora e Gil, entre tantas outras.

7.4

Onde as dimensões se encontram: no e do chão de barro

A proposta deste capítulo, como enunciado em suas primeiras páginas, é mostrar como as *mulheres sem-teto* praticam, a partir da dimensão do cotidiano de suas lutas, um tipo de luta política que pode ser compreendida como luta feminista, dialogando com suas características, necessidades e potências. Ou, como foi possível observar, mostrar como vivem a experiência e experimentam o que denomino como perspectiva do *feminismo do chão de barro*. Ao propor essa perspectiva, meu objetivo é, partindo da experiência dos sujeitos *mulheres sem-teto*, apontar a existência de um tipo de prática política que se constitui a partir da vivência e da potência dessas mulheres e que existe enquanto parte de um esforço de transformação da estrutura social. É uma proposta de conceito em movimento — que se forja ao passo que se fazem resistentes as *mulheres sem-teto*. Ou seja, enquanto elas resistem a um lugar de não existência, que lhes é assinalado, e se insurgem, construindo um espaço onde possam existir enquanto mulher, negra, migrante e periférica com mais dignidade.

Enquanto coletivo, é comum encontrar referências às *mulheres sem-teto* como um exemplo de construção de um tipo de feminismo popular, que diz respeito a um modo de pensar e agir feminista estruturado a partir de mulheres das classes populares (Silva, 2016). Mas não se trata aqui de determinar se as *mulheres sem-teto* reivindicam a identidade feminista para si, mas de mostrar, a partir do que foi visto e acompanhado ao longo da pesquisa, como existem inúmeras formas de resistência cotidiana através das quais elas se insurgem à ordem vigente e buscam caminhos para mudanças sociais. Se retomarmos as dimensões que aponto como sendo características desse feminismo, é possível perceber como elas estão diretamente relacionadas à estrutura desta tese de uma maneira geral. Ou seja, estão relacionadas à forma como a construção coletiva do cotidiano do movimento se conforma.

O ponto central da primeira dimensão é a valorização e o reconhecimento da luta por direitos sociais básicos, dentre os quais — ainda que não apenas — está localizado o direito à moradia, apresentado no início deste trabalho como o contexto a partir do qual se faz necessária, ao mesmo tempo que possível, a organização de um movimento de luta pela moradia. Desse processo destaco o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que, apesar de surgir impulsionado pela questão fundiária urbana, desde que se estruturou reivindica a luta pela reforma urbana de uma maneira mais ampla e afirma compreender, como tento demonstrar, que essa a luta pela moradia deve vir conjugada com a luta por outras pautas importantes da vida da classe trabalhadora, como saúde, educação, transportes, entre outras.

A forma como o MTST se organiza dá origem às Ocupações, espaço erguido sobre o *chão de barro* onde o movimento ganha vida através de seus militantes e que é organizado a partir de princípios como solidariedade e coletividade, os mesmos que compõem a segunda dimensão do *feminismo do chão de barro*. A forma de organização que permeia e baseia as diversas dimensões de uma Ocupação (que anteriormente eu dividi entre o nível do *espaço* e o nível do *lugar de existência*) é a mesma que abre a possibilidade para que a existência das mulheres quando inseridas nesse *espaço de experiência*, retomando o conceito de Pleyers (2010), seja reconstruída a partir de novos paradigmas. Essa reconstrução, ou construção, se recuperarmos a relação entre subjetivação e construção de si, é o que tento descrever no capítulo no qual me dedico a mostrar quem são essas mulheres

que reúno em um grupo denominado *mulheres sem-teto* e como elas experimentam a subjetivação que marca o encontro delas com o movimento.

Mas o processo de subjetivação, repleto de nuances e significados, não é algo que se encerra aí. É contínuo. No caso das *mulheres sem-teto*, a entrada no movimento pode significar a descoberta de uma potência para fazer política que assume proporções transformadoras, seja no espaço do chão de barro das Ocupações, seja para além dele. Isso é a luta das mulheres a partir da perspectiva do *feminismo do chão de barro*. Um feminismo com raízes fincadas na experiência e na realidade das *mulheres sem-teto*, que, a partir da construção de uma cidadania insurgente ao longo do processo de engajamento no movimento, assumem a linha de frente da luta e fazem política tanto desde dimensões outrora (e talvez ainda) desvalorizadas como espaços políticos, até em espaços tradicionalmente políticos que lhes foram historicamente negados.

8.

Conclusão

ocupamos e ocuparemos
a história esquecida,
sem memória,
a que não se ensina
na escola,
porque edificamos tudo
que aí está,
porque
nunca paramos
de lutar
e trabalhar.

Lene Souza

O argumento que me guiou durante o processo de escrita desta tese considera que existem dois aspectos da ação política do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) que são subvalorizados, ainda que imprescindíveis para que o movimento seja o que é. Esses dois aspectos são uma dimensão e uma narrativa. A dimensão é o cotidiano; a narrativa, a das mulheres. Como parte de um esforço de reconfiguração dessa situação, busquei construir um trabalho que colocasse esses dois eixos no centro da investigação tanto quanto objeto como quanto sujeito. O caminho que aqui percorri, portanto, constituiu um esforço de construção de um panorama da luta política do MTST, mas não a partir de grandes atos, manifestações ou ação de ocupar imóveis ou terrenos ociosos. O foco são as dinâmicas relacionais e as ações dos sujeitos que constroem coletivamente o cotidiano no espaço das Ocupações do movimento através de práticas pautadas na solidariedade e por meio do protagonismo das *mulheres sem-teto*. Foram essas dinâmicas e esses sujeitos que evidenciaram que no espaço das Ocupações do MTST há muito mais do que luta por moradia. Há um esforço constante de produção de resistência e existência que permite aos indivíduos a construção de si e a reconstrução de laços erodidos por forças da conjuntura enquanto organizam e vivenciam lutas por mudanças sociais.

Para apresentar os resultados obtidos com a pesquisa, esta tese foi dividida em três partes, cada qual denominada de acordo com as ações características do movimento. À primeira parte, chamei de “Preparando o terreno: contexto e

movimento”; à segunda, “Para fazer *virar* a Ocupação: solidariedade como *práxis*”; e à terceira, “Para sustentar a Ocupação: a potência das mulheres”.

A Parte I, introdutória, apresentou o contexto a partir do qual surge o MTST e o movimento de maneira mais ampla, considerando aspectos da sua criação, a forma como se organiza, quem o compõe e o que faz. Considero que apresentar alguns aspectos relativos ao cenário brasileiro de emergência do problema da moradia é particularmente importante por se tratar de um trabalho que foi realizado a partir da cooperação de duas universidades, uma localizada no Brasil e outra na Bélgica, territórios que possuem características tão distintas. Por isso, no Capítulo 2, o foco foram as raízes da questão da moradia no Brasil e a correlação entre seus efeitos na organização da vida nas cidades e a emergência de movimentos de luta pela moradia, como é o caso do MTST, que nasce em 1997, quase 25 atrás.

Depois de abordar as origens e aspectos contemporâneos do problema enfrentado pelos sujeitos que optei por estudar, passei, no Capítulo 3, à apresentação do MTST a partir de sua construção histórica, desde a época da formação do movimento até as Ocupações que foram realizadas no ano de 2021. Essa apresentação contemplou a relação seminal do MTST com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) a partir de sua fundação até a consolidação do movimento no espaço das cidades brasileiras, e abordou as dificuldades e desafios encontrados ao longo do caminho. Além disso, indico os princípios que regem a prática política e a organização do movimento como um todo, assim como identifiquei quem são os sem-teto, sujeitos que compõem a base militante em questão. Além da heterogeneidade característica desse grupo, tem destaque aqui o lugar que ocupam em termos de classe trabalhadora e o perfil predominante: representantes do precariado brasileiro e majoritariamente mulheres. Avançando em direção ao próximo capítulo, encerro com um breve retrato de três Ocupações do movimento elaborados a partir, principalmente do que me foi narrado pelas mulheres entrevistadas durante a pesquisa de campo.

A Parte II foi dividida em duas subpartes, ambas com foco na solidariedade como princípio norteador da prática cotidiana. No Capítulo 4, olho para as Ocupações do movimento, apresentadas na sessão anterior, como mais do que uma tática de ação: uma Ocupação, na perspectiva que defendo, é um *espaço* onde os sujeitos da luta pela moradia constroem o cotidiano a partir de *lugares de existência* que conformam uma teia de práticas e relações, entre as quais se destacam as

Cozinhas Coletivas, responsáveis por alimentar os corpos e possibilitar para os militantes, principalmente as mulheres, experimentações e produção de novas subjetividades. Ficou evidente aqui a importância da solidariedade como *práxis* cotidiana para organização da luta e formação dos militantes de acordo com os princípios e valores do movimento. O Capítulo 5, por sua vez, se impôs à tese tal qual a pandemia se impôs ao mundo. Em um cenário onde a solidariedade se fez ainda mais importante, apresentei aqui a forma como o movimento percebeu o momento e se organizou para reagir à crise social que se estabeleceu para além da questão sanitária através de ações solidárias diretas e da implementação do projeto das Cozinhas Solidárias.

Como pude perceber logo no início do trabalho de campo e se confirmou ao longo das demais etapas, é das mulheres a presença majoritária e o protagonismo nas Ocupações. A forma como isso se constitui e os motivos que as levam até o movimento são apresentadas no Capítulo 6. Aí, a partir da linha de frente da luta por moradia, conto a história e narro a trajetória de algumas mulheres desde antes da chegada ao movimento até sua consolidação como sujeitos da construção de si mesmas enquanto mulheres portadoras de direitos. A partir dos dados e informações colhidos junto às mulheres sem-teto, aponto como o processo de subjetivação que experimentam ao chegar ao movimento e a forma como passam a organizar suas vidas a partir de uma lógica distinta daquelas que ouviram ser a única existente até então, abre caminhos e possibilidade para a reconstrução de si, para tornar-se outra e *erguer a voz*. Entre as múltiplas consequências dessa situação, está a emergência de um tipo de luta feminina que é fruto da construção política que as *mulheres sem-teto* realizam na construção coletiva do cotidiano do movimento e de si mesmas e que leva em consideração as especificidades de sua condição de existência na sociedade. Essa luta se conforma a partir do que denomino *feminismo do chão de barro*, um tipo de ativismo feminino, popular e interseccional, que pode ser observado no acompanhamento das atividades das muitas mulheres que compõem o movimento.

Ao chegar à elaboração da perspectiva do *feminismo chão de barro* — já quase no final do processo de escrita —, pude perceber que a despeito de minhas escolhas teóricas e metodológicas, quem estruturou esta tese foram os sujeitos pesquisados — a saber, as *mulheres sem-teto*. Se no argumento central da tese aponte que o movimento social é mais do que aquilo que vemos nos seus momentos

de explosão política, é preciso reconhecer que, ao longo da pesquisa, eu mesma descobri que o MTST era mais do que eu acreditava ser.

Construir esta análise partindo da ferramenta da *via da subjetividade* e da compreensão das Ocupações do movimento como *espaços de experiência*, como proposto por Geoffrey Pleyers (2010), me permitiu investigar o que se passa no *chão de barro* das Ocupações desde o ponto de vista dos sujeitos que ali produzem vida e luta enquanto desempenham atividades cotidianas pautadas nos princípios da coletividade e da solidariedade. Meu objetivo não se limitava a observar o que era desempenhado pelos sujeitos, mas incluía também analisar e compreender, principalmente a partir de relatos feitos pelos próprios, qual o significado e o sentido das experiências vivenciadas pelos sujeitos nesse contexto. O significado e o sentido se ser *sem-teto*, e principalmente uma *mulher sem-teto*, em meio à luta do MTST.

Ao escolher a *via da subjetividade* de Pleyers (2010; 2018) como chave de análise não pretendo colocá-la em situação de completa oposição à *via da razão*. Inclusive porque o MTST é um movimento que visa a influenciar o Estado brasileiro na proposição de políticas públicas para resolução do problema da moradia, aspecto da luta do movimento já amplamente difundido. E a *via da razão* está presente na ação do movimento, não apenas por meio das redes de interação com o Estado, mas também através dos *frames* de ação e da escolha do repertório. Assumir a perspectiva da *via da subjetividade* é escolher uma forma de analisar a historicidade do movimento a partir de um nível que se pautar nas subjetividades produzidas pelos sujeitos no cotidiano da luta, fugindo à lógica das análises utilitaristas que buscam entender o movimento a partir da pauta que o mobiliza. O caminho percorrido aqui foi o inverso: meu objetivo era entender a luta pela moradia a partir dos sujeitos que a realizam.

Os indivíduos que chegam ao movimento partem de lugares da sociedade marcados pela espoliação, pela marginalização e pela precariedade, dentre outras formas de *desrespeito* (Honneth, 2003), característicos da condição de vida das classes populares no sistema neoliberal. São indivíduos que não têm acesso à moradia, assim como a uma série de outros direitos sociais, e que precisam, dia após dia, produzir as condições para sua existência em uma sociedade marcada pela concorrência, pelo individualismo e pela erosão dos laços sociais.

Como já extensamente estudado pelos teóricos da sociologia dos movimentos sociais, apenas viver essa experiência da desigualdade, da violência ou do desrespeito não é suficiente para que um indivíduo tenha consciência da situação e contra ela se levante. Para que isso aconteça, há a necessidade da efetivação do reconhecimento, da construção da identidade coletiva, de processos de socialização e politização. De maneira geral, os movimentos sociais funcionam como estruturas onde esses processos se desenrolam e onde os indivíduos encontram condições para, por meio da subjetivação, construir a si mesmos como sujeitos ativos de lutas políticas (Touraine, 1999, 2006, 2009; Martuccelli, 2007; Pleyers, 2010, 2016, 2018).

O que pude observar é que, no caso do MTST, essas condições são construídas através de um exercício diário de *práxis* solidária e construção conjunta de saídas coletivas para os desafios comuns do cotidiano. Uma Ocupação, que apresento aqui como *espaço*, corresponde a um território onde indivíduos se encontram, se reconhecem e descobrem a possibilidade de construção de novas formas de vida a partir de uma perspectiva coletiva e radicalmente distinta daquelas que experimentam de maneira individual. Desde o momento que entram nesse *espaço*, se deparam com incentivos para que passem a ser responsáveis não apenas por si e pelos seus, mas também pelo cuidado do terreno e de seus companheiros: é preciso construir seu barraco respeitando as diretrizes do movimento — já que existem muitas pessoas que também precisam de espaço —; participar dos mutirões de construção, organização ou limpeza dos lugares da Ocupação; estar presente nas assembleias; contribuir, seja com doações ou com ações, com a cozinha; cuidar da horta; valorizar as festividades; e, na medida do possível, colaborar com os companheiros que estão expondo suas artes ou vendendo comida; se comprometer com a trilha e a segurança de todos.

Pensando em uma perspectiva de relações de trocas — tema caro à antropologia e que pode ser explorado mais à fundo em futuros estudos —, a retribuição a isso é a expectativa de que você também será cuidado. A lógica que rege as relações no espaço da Ocupação é baseada em premissas distintas que a mercadológica, ao contrário do que se espera em uma sociedade em que todas as relações humanas são excessivamente mercantilizadas. Como me disseram Débora e Claudinha, uma Ocupação é um lugar onde há um consistente esforço para desconstruir a lógica individualista que a sociedade capitalista produz entre os

indivíduos. E é essa desconstrução que permite a constituição de uma nova existência a partir da construção de si enquanto atores políticos e estabelece os paradigmas de sua relação com a luta política: da forma como atuam no dia a dia ao grau de envolvimento e comprometimento com o movimento.

O ponto defendido aqui, portanto, é que essa teia de práticas e relações presentes no espaço das Ocupações é parte da ação política do movimento e aspecto determinante para que o MTST cresça progressivamente e se torne cada vez mais um dos maiores movimentos de luta popular do Brasil. Nela estão conjugados processos de construção de novas formas de sociabilidade e politização, o que, por consequência, faz com que a luta, para muitos que com ela se envolvem, se torne uma forma de vida e não apenas um meio para atingir um fim.

Para além do aspecto da ação política que se forma, que pode ser analisada a partir das noções da *liberação cognitiva* de Doug McAdam (1999) e da *pedagogia cívica* de Angela Paiva (2013), é comum ouvir dos militantes do movimento que naquele *espaço* eles se sentem mais seguros, mais dispostos e até mesmo curados das cicatrizes que as violações cotidianas produzem. Isso é ainda mais significativo porque é necessário considerar que o MTST é um movimento formado por uma expressiva maioria de mulheres em suas bases militantes. E as mulheres, como já demonstrado em inúmeros trabalhos e pesquisas, são a parcela da sociedade que representa a base da pirâmide social — situação ainda mais intensa se considerarmos a realidade das mulheres negras.

Ainda que sejam maioria, nem todas as mulheres *sem-teto* são negras. E é por isso que a perspectiva principal que utilizo para analisar suas trajetórias é a de classe, porque, indubitavelmente, são todas pobres. Isso não significa que eu desista de utilizar ferramentas de análise propostas por feministas negras. Muitas delas, como é o caso de bell hooks (2019), reconhecem que, ainda que as mulheres negras ocupem uma posição bem específica na sociedade, há uma série de similaridades nas experiências vividas por populações oprimidas de uma maneira geral, como a imposição da cultura do silêncio, a invisibilidade, o não reconhecimento de direitos, por exemplo. A partir das histórias de vida com as quais cruzei ao longo da pesquisa, foi possível perceber que *mulheres sem-teto*, em sua maioria, partilham experiências de extrema pobreza, precariedade laboral, monoparentalidade, violência doméstica, dentre outras, que as localizam em um grupo social extremamente vulnerável. Para essa camada da sociedade, encontrar-se com um

movimento social que organiza sua existência a partir da valorização da solidariedade e da coletividade é uma transformação extremamente significativa. Sentir-se reconhecida e cuidada não é comum para essas mulheres, ao contrário. Mas é algo que, no caso delas, aconteceu em meio à luta do MTST. E, assim, aquela que odiava política encontrou na luta motivação para superar até mesmo as perdas da mãe e do filho. Quem se sentia uma mulher traumatizada e incapaz de falar, descobriu que podia *erguer a voz* e se transformou em uma das principais lideranças do movimento. E a que sonhava em ser dona de um terreno que ficava ao lado do apartamento que alugava, se juntou ao movimento e hoje espera que sua casa seja construída ali mesmo onde ela queria.

Me parece ser possível afirmar, e espero ter sido capaz de demonstrar, que as *mulheres sem-teto* com as quais me encontrei no decorrer da pesquisa mudaram com a junção ao movimento, seja na forma como se veem e se portam no mundo, seja no sentido que dão para suas ações (Touraine, 2006). Mas é importante pontuar, no entanto, que o movimento também muda com elas. A tendência de que a lógica machista que impera na sociedade se reproduza no âmbito dos movimentos sociais, mesmo aqueles que lutam por mudanças na organização societária, fica abalada quando há uma maioria considerável de mulheres compondo sua base social.

Margareth Rago (2013) conta que Georg Simmel, no texto “Cultura Feminina”, preocupado com o fenômeno da modernização e com as novas formas de interação social desenvolvidas no mundo urbano, questionava-se sobre os efeitos da entrada maciça das mulheres num mundo público moldado pelos homens. Apesar de considerar que a expressão feminina não seria fácil, o sociólogo alemão antevia duas saídas: uma na qual acreditava menos, que era a continuidade das práticas e dos modos já existentes. Isso significa que ao participarem das áreas profissionais e políticas, as mulheres repetiriam os mesmos padrões e formas de sociabilidade existentes, conservando assim a organização social masculina. A outra saída apostava que as mulheres inovariam e transformariam a cultura objetiva e racional masculina com suas marcas: a dimensão subjetiva, as emoções, a afetividade, os sentimentos e assim melhoraria a ordem masculina do mundo.

A feminização do MTST, processo em curso que pontuo ao longo do Capítulo 6, me parece ser um movimento que se retroalimenta e assim avança cada vez mais. Em todo caso, há uma sintonia entre a forma como as próprias militantes veem a sua presença no movimento e a hipótese de Simmel que previa uma

mudança na ordem masculina do mundo. Recuperando uma das falas da Natália, vê-se que para ela a participação das mulheres sem-teto é “*fundamental para quebra de um tipo de política muito masculina. A presença de mulheres faz com que nossa luta política seja mais humana, faz com que os coletivos políticos sejam mais práticos e sensíveis à realidade a que estamos submetidas*”.

É nesse contexto que emerge o *feminismo do chão de barro*, uma perspectiva que aglutina a potência presente da existência e nas ações das mulheres que vivem e constroem o movimento enquanto *mulheres sem-teto*. Se ao chegar ao movimento elas encontraram condições de, por meio da subjetivação, construir a si mesmas enquanto algo diferente do que estavam condicionadas, ao se verem reconstruídas, passam a reconhecer as possibilidades de construção também do mundo a sua volta. Se chegam ao movimento “*muito quebradas*”, como disse Claudinha, com o que descobrem, vivem e aprendem nele, elas passam a ter certeza de que é preciso, de acordo com Débora, “*falar de nós por nós mesmas*”.

A perspectiva do *feminismo do chão de barro* é central porque é possível relacioná-la com todas as esferas de produção do movimento: desde a demanda pelo reconhecimento dos direitos sociais como pauta prioritária, passando pela importância da solidariedade e da coletividade para os processos de socialização e politização, alcançando até os desdobramentos possíveis que fazem com que as mulheres sem-teto passem a desejar ir além do chão de barro onde se construíram.

Considerando o que foi exposto e analisado ao longo dos capítulos desta tese, considero ser possível apontar que, além de novas formas de existência no espaço urbano, o cotidiano que se conforma no *espaço* das Ocupações do MTST é também um *espaço-tempo*, para usar uma expressão de Michel De Certeau (1994), de construção de conhecimento. É a junção dos saberes mobilizados com as táticas e estratégias adotadas que possibilitam a construção de tudo que se passa nos *lugares de existência* onde os militantes vivem o dia a dia da luta. Por isso, proponho que a produção e o encontro desses saberes sejam reconhecidos como o que denomino aqui *epistemologia do chão de barro*.

Faço isso influenciada por Boaventura de Souza Santos (2006), que ao propor a valorização de saberes que são produzidos fora do campo hegemônico ou científico convencional, parte do que chama de *sociologia das ausências* para explicar a forma como esse tipo de conhecimento é comumente invisibilizado por diferentes dispositivos sociais. O objetivo da sociologia das ausências, segundo

Santos, é “[...] revelar e credibilizar a diversidade e a multiplicidade das práticas sociais, e dar-lhes crédito por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas”.

Em meio ao paradigma dominante da sociedade tecno-científica da modernidade ocidental, conhecimentos e práticas produzidos pelas classes marginalizadas ou subalternas — como é o caso das mulheres sem-teto — são parte daquelas invisibilizadas no processo de colonização do pensamento e do conhecimento. São, assim, saberes considerados não-existentes. A maneira de enfrentar essas lógicas provocadoras de não-existência, proposta por Santos, é usando categorias do que chama de sociologia das emergências. Esta, por sua vez, enxerga e considera práticas sociais alternativas e epistemologias que visem a emancipação social em meio àquilo que não é visto como construção de saber.

O pensamento moderno, para Santos, é marcado por *linhas abissais* que separam e subjagam por meio de mecanismos de opressão como racismo, patriarcado e preconceito de classe. O que está “deste lado da linha” é reconhecido enquanto o que está “do outro lado” não existe. A sociologia das emergências é aquela que olha para essas experiências presentes no outro lado de maneira a torná-las não apenas visíveis, mas também experiências reconhecidas e valorizadas. Ela reconhece que há uma incompletude presente em todos os saberes e que é preciso pensá-los a partir da perspectiva de um interconhecimento, que forma uma ecologia de saberes na medida em que se baseia na validação de uma pluralidade de conhecimentos heterogêneos.

O grupo social que forma a categoria dos sem-teto é, como colocado nas páginas anteriores, historicamente, um grupo subalternizado e invisibilizado porque compõe uma camada da sociedade que é deixada à margem, abandonado à sua própria sorte. Tem baixa escolaridade e está localizada distante dos espaços formais de produção de conhecimento. São desempregados ou trabalhadores dos setores de serviços e cuidados, que apesar de indispensáveis, não são valorizados. São majoritariamente mulheres. Propor o reconhecimento de uma *epistemologia do chão de barro*, nesse sentido, é indicar que na trama de relações e interações que compõem o movimento apresentado nas páginas anteriores existem práticas, experiências e experimentações, que são produzidas enquanto formas de existência e resistência cotidiana.

Foi a ativação desses saberes produzidos, dessa *epistemologia do chão de barro*, inclusive, que, a meu ver, tornaram possível ao MTST organizar e colocar em práticas todas as ações apresentadas no Capítulo 5, que trata da forma como o movimento agiu frente à crise social causada pela pandemia da Covid-19. Pode-se considerar que a conscientização sobre a importância da expansão das ações solidárias é mais fácil quando há a incorporação da prática de um tipo de solidariedade na ação cotidiana. Saber o que é ser solidário para com o outro a partir de processos de identificação e reconhecimento é ser portador de um tipo de conhecimento capaz de promover mudanças sociais — ainda que no período da pandemia, em um primeiro momento, possam parecer mudanças sociais pontuais e não estruturais. De fato, é disso que, em grande parte, as ações trataram. Antes de pensar em qualquer possibilidade de ter na pandemia um motor para mudanças mais duradouras, era preciso agir para que as pessoas sobrevivessem a ela. O MTST não foi o único a fazê-lo. Além de outros movimentos sociais, grupos autônomos e coletivos de bairro também se organizaram, principalmente nas periferias e favelas do país, para agir principalmente contra a fome que se generalizava.

O projeto de maior projeção do MTST foi a criação das Cozinhas Solidárias, repetindo o padrão do *lugar de existência* que são as Cozinhas Coletivas das Ocupações, só que agora fora dos limites dos *espaços* dos terrenos ocupados. Com a mobilização e a colaboração de muitos militantes e parceiros, o movimento foi capaz de inaugurar 26 unidades da cozinha em favelas e regiões periféricas de várias partes do país. E, desde março de 2020, elas recebem, diariamente, centenas de pessoas para receberem café da manhã ou almoço.

Praticamente em sua totalidade, as Cozinhas Solidárias são comandadas por *mulheres sem-teto*, com apoio de alguns companheiros homens para a execução de algumas ações. São elas que se mobilizam na busca por doações, que planejam o cardápio, que definem as tarefas a serem realizadas, que preparam a comida, montam e distribuem as *quentinhas*. Além disso, em geral, são também elas que projetam, planejam e mobilizam a comunidade para as atividades que vão além da garantia da alimentação, como as rodas de conversa e orientação, o reforço escolar, as atividades culturais e as celebrações. Isso sem desistir de fazer debates políticos, de participar das ações de rua do MTST, assim como de estimular a aproximação e a participação dos membros da comunidade na qual estão inseridos nas atividades do movimento. Foi muito a partir das pessoas que frequentavam a Cozinha Solidária

da Brasilândia, na Zona Norte de São Paulo, por exemplo, que se construiu a mobilização de famílias para a entrada no terreno que viria a se tornar a Ocupação Nova Canudos, localizado a poucos minutos de distância.

Meu objetivo principal ao relacionar o projeto das Cozinhas com a proposta da *epistemologia do chão de barro* é exemplificar como a existência da experiência prévia de organização das cozinhas nos espaços das Ocupações foi importante para o sucesso do novo projeto através da replicação e ampliação de um conhecimento produzido no chão de barro. E assim justificar a demanda pelo seu reconhecimento enquanto um saber de resistência que se forja fora dos espaços tradicionais.

Para Cunha (2019), as mulheres são os sujeitos capazes de ultrapassar a linha abissal apontada por Santos (2006). Concordando com essa premissa, um dos pontos chaves da construção epistemológica proposta é a perspectiva do *feminismo do chão de barro*, tal como apresentado no Capítulo 7, e que expressa um tipo de ação política que é também uma gama de estratégias de existência para as *mulheres sem-teto* elaboradas desde as suas próprias vivências e experiências.

Hill Collins (2019) defende que o pensamento feminista negro deve ser entendido enquanto uma teoria social crítica produzida por um grupo historicamente oprimido e excluído de diversos espaços: do movimento feminista hegemônico, são excluídas porque as pautas colocadas pelas mulheres brancas não representam sua realidade; na academia, seriam as *outsiders* porque o acesso à informação e ao conhecimento ainda é algo pelo qual precisam lutar. Fora da academia ou dentro dela, as mulheres negras tiveram que buscar caminhos próprios para escapar e sobreviver à opressão. A vivência dessas mulheres, seja com relação ao trabalho, à comunidade em que vivem ou aos relacionamentos que mantêm, possui características particulares e distintas das mulheres brancas. A construção de uma epistemologia que valorize a perspectiva da mulher negra é, conforme Hill Collins, primordial para a consolidação de novos paradigmas na sociedade do século XXI. Além de sujeitas de sua própria história, elas devem ser vistas como produtoras de um conhecimento baseado nas suas próprias experiências e na condição que as une: ser mulher negra em uma sociedade racista. Os produtos do pensamento feminista negro são, portanto, saberes de resistência que sustentam a construção de uma epistemologia contra-hegemônica e insubmissa.

No caso do *feminismo do chão de barro*, a partir dos fatos e análises apresentados, é possível apontar que ele é, ao mesmo tempo, urgência e

possibilidade para as *mulheres sem-teto*. É uma urgência porque, no contexto do neoliberalismo, há um aumento progressivo do empobrecimento da população que atinge principalmente as mulheres — a feminização da pobreza. Isso faz com que tenham de viver, cada vez mais, em situação de precariedade por conta da inexistência de direitos assegurados e dentro de limites que lhes colocam em condição de extrema vulnerabilidade, como o subemprego, os baixos salários e a violência. Para que tenham condições de superar essa situação, é preciso que encontrem uma conjunção entre meios para sobreviver e caminhos para organizar suas demandas. E é aí que o *feminismo do chão de barro* aparece como uma possibilidade. Para as *mulheres sem-teto*, essa possibilidade se materializa na experiência do movimento social, na descoberta da potência que possuem e nas práticas feministas construídas a partir de suas próprias vidas quando em conjunto com outros companheiros, principalmente outras mulheres. Ali elas trabalham com o reconhecimento e valorização de questões sociais que são importantes para suas vidas, aprendem o valor e a importância da coletividade e da solidariedade e veem se abrir diante de si possibilidades distintas — e até então inalcançáveis — de existência na sociedade enquanto sujeitos de ação.

O somatório de tudo que compõe o *feminismo do chão de barro*, portanto, é algo que permite às *mulheres sem-teto* viver e lutar. Isso porque são as experiências vividas, as relações estabelecidas, os saberes compartilhados e produzidos no esforço de construção coletiva do cotidiano e o compromisso com a luta, tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo, que definem as bases sobre as quais esse feminismo se sustenta. Ele emerge em meio à condição de precariedade na qual as mulheres sem-teto vivem, se estrutura a partir das especificidades do que significa para elas a luta pela autonomia e pela emancipação, e se configura como possibilidade de superação da condição de subalternidade de mulheres que representam uma grande parcela da população brasileira, mas que ousaram erguer a voz e falar. Ou seja, é uma epistemologia que deriva das experiências vivenciadas pelas mulheres no contexto do movimento e, sobretudo, no contexto do *chão de barro* das Ocupações. E que reconhece e valoriza essa experiência como algo que serve não apenas às *mulheres sem-teto*, mas que pode favorecer a organização das mulheres das periferias de maneira mais ampla. Um saber que emerge “desde abajo

y a la izquierda”¹⁴⁰ (Andrade, 2019; p. 29) e que se crê capaz de contribuir para as lutas das mulheres de uma forma mais ampla, assim como com a teoria crítica. E quem afirma isso é Natália: “*Acreditamos que temos muito a contribuir na teoria e prática da construção de uma nova sociedade. (...) O movimento feminista no Brasil, ainda tem muito o que aprender com as mulheres lutadoras, pobres, negras do Brasil*”. Mas esse é um pedaço do chão de barro sobre o qual ainda cabe muita reflexão e elaboração.

Axel Honneth, no prefácio de um de seus livros, escreveu:

O trabalho que apresento neste livro exigiu de mim quase cinco anos. Durante sua escrita, nunca deixei de ser tomado pela sensação de que teria de contribuir com ainda mais argumentos e comprovações empíricas futuramente. Essa impressão de algo inacabado, apesar de todos os esforços, até hoje não se dissipou; na verdade, ainda não sei de que modo eu, sozinho, posso superá-la (2015; p. 10).

Esse pequeno trecho ilustra com justiça o sentimento que me acompanha quando escrevo esta conclusão. Sem nenhuma pretensão de me comparar ao autor alemão, creio ser esse um sentimento possível — e comum aos meus colegas que chegam nesta etapa de uma tese. Ao percorrer novamente as ideias pensadas e as páginas escritas ao longo dos últimos cinco anos, me vejo, em diversas ocasiões, instigada a me aventurar por novas pesquisas a partir de questões que eu mesma faço. E sinto isso não por ser dotada de uma curiosidade infinita, mas porque de fato este me parece ser um trabalho que, como um bom fruto de uma encruzilhada, é vivo, em movimento e abre diferentes caminhos e possibilidades.

Uma Ocupação, dizem alguns militantes do movimento, é como uma cidade e dentro de uma cidade há muito a se observar, investigar, analisar e compreender. Mas uma pesquisa de doutorado exige escolhas e recortes para que seja possível cumprir os objetivos propostos e por isso acredito — e espero — que o estudo que apresento aqui seja um ponto de partida.

Entre as possibilidades que se abrem para novas etapas, indico a possibilidade de estudos que comparem o que aqui foi apresentado com a realidade de outras Ocupações do movimento em outras localidades do país. Ainda que São Paulo seja a cidade onde está localizado o núcleo principal do MTST, existem experiências e lideranças despontando em outros cantos do país, como é o caso de

¹⁴⁰ Desde abaixo e à esquerda (tradução nossa).

militantes e Ocupações no Distrito Federal, na região centro-oeste, ou Pernambuco, na região nordeste do Brasil, por exemplo. Além disso, parece ser interessante também a proposição de agendas de pesquisa que investiguem a existência do que aqui foi exposto — desde a *práxis* solidária até o protagonismo feminino — no cotidiano dos inúmeros movimentos de moradia que existem e se organizam de maneira distinta. Assim como pensar sobre o papel dos movimentos sociais no curso dos debates sobre cuidado que se forjam nas sociedades contemporâneas.

Em outro caminho, é possível propor também investigações que se dediquem a observar e analisar as nuances da relação que o MTST vem construindo junto às instituições não apenas do ponto de vista das reivindicações que apresenta, mas também por meio da participação em partidos políticos e nos processos eleitorais.

Meu objetivo com esta investigação, como enunciado desde as primeiras páginas, é mostrar que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é mais do que aquilo que está facilmente visível aos nossos olhos porque toma as ruas e avenidas, interrompe o trânsito nas grandes cidades e chega às redes sociais ou páginas dos jornais. Essa perspectiva, em geral, o apresenta como uma forma de reação à falta de algo — no caso do MTST, na maior parte das vezes, a moradia. Sem a intenção de romantizar a luta como um todo ou a vida nas Ocupações, a presente tese pretende estimular um olhar para o movimento não a partir do que falta, mas do que há, do que está presente. E pode-se dizer que é a grande riqueza de um movimento que mobiliza centenas de milhares de pessoas no Brasil contemporâneo: o território das relações, a valorização da solidariedade entre os sujeitos e a potência das mulheres sem-teto expressada por meio do *feminismo do chão de barro*.

9.

Referências bibliográficas

ABERS, Rebecca; VON BULOW, Marisa. **Agir, interpretar, imaginar: movimentos sociais frente à pandemia**. Trabalho apresentado no Encontro da Associação brasileira de Ciência Política. Outubro, 2020.

ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lisandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula**. DADOS–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, no2, 2014.

ACKELSBURG, Marta A. **Mulheres Livres – a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Elefante, 2019.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir Quilomba. Antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas**. São Paulo: Elefante, 2022.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro**. Novos Estudos Ceprab, 79, p. 151-167, 2007.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos**. In Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANDRADE, Luiz Martinez. **Feminismos a la contra. Entre-vistas al sur global**. Bajo: La Voragine, 2019.

APPADURAI, Arjun. **Gastro-politics in Hindu South Asia**. American Ethnologist, vol. 8, nº 3, 1981.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%. Um manifesto**. São Paulo. Boitempo, 2019.

AZEVEDO, Aluísio de. **O Cortiço**. Rio de Janeiro: Obliq, 2020.

AZEVEDO, Tarik Rezende de *et al.* **Perfil Sócio-econômico básico da população do acampamento Carlos Lamarca – Osasco (SP)**. GEOUSP. Espaço e Tempo. N. 14, pp.129-141. São Paulo, 2003.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, Ediete Edwiges. **Negras Lideranças. Mulheres ativistas da periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2019.

BARNECHE, Javier. **Sociabilidade e reivindicações na ocupação Copa do Povo**. Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. São Paulo, 2014.

BARRANCOS, Dora. **História dos Feminismos na América Latina**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder, um manifesto**. São Paulo: Planeta Brasil, 2018.

BECKER, Howard. **Manual de escrita para científicos sociais**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, Brigitte; BERGER, Peter L. **Socialização: como ser membro da sociedade**. In FORACHCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Orgs.). Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

BIRMAN, Patricia. **Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns**. In MACHADO, C; LEITE, M. P; BIRMAN, P.; CARNEIRO, S. S. Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: Ordens e Resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdade limites da democracia no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2018.

BIROLI, Flavia. **Responsabilidades, cuidado e democracia**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº18. Brasília, setembro - dezembro de 2015, pp. 81-117.

BONDUKI, Nabil. G. **Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília. DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do Lugar**. In: BOURDIEU, P (org.). A Miséria do Mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção. Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BOULOS, Guilherme. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

BRAGA, Flavia Braga; GHIBAUD, Javier W. **Solidariedade como instrumento da luta política: reflexões a partir das resistências populares na Argentina e no Brasil em tempos de pandemia** *in* Na saúde e na doença: história, crises e epidemias. São Paulo: Hucitec, 2020.

BRAGA, Ruy. **Política do Precariado**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. **Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRINGEL, Breno **O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil** *EccoS Revista Científica*, vol. 11, núm. 1, São Paulo: 2009.

BRINGEL, Breno. **Mucho más allá de la pandemia**. In BRINGEL, Breno e PLEYERS, Geoffrey (org.). *Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros em disputa en tiempos de pandemia*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: ALAS; 2020.

BRINGEL, Breno e GOHN, Maria da Glória (orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRINGEL, Breno; VERSIANI, Renata. **Pesquisa militante e produção de conhecimentos: o enquadramento de uma perspectiva**. Disponível em: <http://netsal.iesp.uerj.br/images/diversos/Texto-base.pdf>, 2014.

BURAWOY, Michael. **The extended method case**. *Sociological Theory*, 16:1. Março, 1998.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Lucy; MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

COLETIVO DE MULHERES DO MTST. **O MTST a pandemia da COVID e o papel das mulheres do movimento**. In PAIM, Elisangela Soldateli (org.). Resistências e re-existências. Mulheres, territórios e meio ambiente em tempos de pandemia. São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo/Editora Funilaria, 2020.

CUNHA, Teresa; CASIMIRO, Isabel. **As Cinderelas do nosso Moçambique querem falar. Epistemologias do Sul e alternativas feministas de vida**. In: DUBOIS, A. (Org) Territorios em Conflicto. Bilbao: Gernika Gogoratz. 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE FARIA, Flavia Moreira da Silva. **De l'activisme urbaine à la politique institutionnelle : acteurs et dynamiques de la démocratie de l'experience à São Paulo et à Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales e Universidade de São Paulo (USP). Paris/São Paulo, 2020.

DE FARIAS, Agnes Karoline. **Guerra nos territórios: experiências de ocupações**. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2018.

DELLA PORTA, Donatella. **Movimientos sociales en tiempos de Covid-19: otro mundo es necesario**. In BRINGEL, Breno. Mucho más allá de la pandemia. In BRINGEL, Breno e PLEYERS, Geoffrey. Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: ALAS; 2020.

DOMITH VICENTE, L. M. **A sujeição performativamente engendrada: atravessamentos entre os estudos de Judith Butler e os modos de subjetivação**. Revista Periódicus, 1(3), 85–103, 2015. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i3.14257>

DUBET, François. **La preference pour l'inegalité. Comprende la crise des solidarités**. Seuil e Republique des Idées. Setembro, 2014.

DUBET, François. **Les temps des passions tristes. Inegalités et populisme**. Seuil e Republique des Idées. Setembro, 2019.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DUBET, François. **Une vie de sociologie. Entretiens avec Julien Rousset**. Lormont: Le Bord de L'eau, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

ESTEVES, Uliana. **Solidariedade e gastro-política na pandemia**. APNPOCS. Boletim n.63 - Ciências Sociais e coronavírus. Junho, 2020.

FAULHABER, Lucas. **SMH 2016. Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FEDERIC, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERIC, Silvia. **O Patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo co-edição Expressão Popular, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRASER, Nancy. **Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy**. Social Text, 25/26, pp. 56-80. 1990.

FRASER, Nancy. **Justiça Interrompida**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FRASER, Nancy e Rahel Jaeggi. **Capitalismo. Una conversación desde la Teoría Crítica**. Madrid: Morata, 2019.

FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition?** London-New York: Verso, 2003.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia da Solidariedade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil: 2016 - 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GAGO, Verónica. **A potência ou o desejo feminista de transformar tudo**. São Paulo, Elefante, 2020.

GIAQUINO, Marina Ferreira. **Tornando-se um “acampado” a experiência das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)**. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2016.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artemed, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e a Luta pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Gloria. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. Política & Sociedade, n.11, p.41-70, 2007.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014b.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afrolatino Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista. Marília, 2011.

GUIDA CARDOSO DO CARMO, C. **“Nossa Luta é Transversal”: Ocupação Tereza de Benguela e a Luta das Mulheres do MTST**. Emancipação, 21, 1–20, 2021.

HABERMAS, Jurgen. **Further reflections on the public sphere**. In: CALHOUN, Craig (ed). **Habermas and the Public Sphere**. Massachusetts: The MIT Press, 1999.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

HARVEY, David. **The right to the city**. New Left Review, n. 53, 2008.

HARVEY, David. **O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas**. In: Espaço e Debate, n.6, ano II, São Paulo: 1982.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Anticapitalismo em tempos de pandemia. Marxismo e Ação Coletiva**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HILL COLLINS, Patricia. **Bem mais que ideiais. A interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

HILL COLLINS, Patricia **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

HILL COLLINS, Patricia **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo. V. 5. N. 1. 2017.

HIRATA, Helena. **O cuidado: teorias e práticas**. São Paulo: Boitempo, 2022.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta pelo reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HOOKS, bell. **Erguer a voz. Pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.

HOOKS, bell. **Teoria feminista da margem ao centro**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2019c.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2016.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**. São Paulo: Ática, 2014.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo**. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lucio. **As Lutas Sociais e as Cidades**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lucio. **Viver em Risco**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LACERDA, Larissa; GUERREIRO, Isadora; SANTORO, Paula Freire. **Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino**. São Paulo: LabCidade?USP, 2021.

LAVILLE, Jean-Louis. **Solidariedade**. In **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Edições Almedina, 2009.

LEETOY, Salvador; GRAVANTE, Tommaso. **Ciudadanía y cuidado: ollas populares em América latina como laboratórios sociales de solidaridad durante la pandemia de Covid-19**. In **Viralizar la esperanza en la ciudad. Alternativas, Resistencia y Autocuidado**. CEIICH-UNAM, 2022.

LEFÉBVRE, Henry. **La producción de l'espace**. Paris: Editions Anthropos / Editions Economica, 1999.

LEFÉBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.

LEITE, Marcia Pereira. **Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)* - Vol.15. N. 44. Outubro, 2000

MACEDO FILHO, Renato. **Onde mora a cidadania? Visibilizando a participação das mulheres no Movimento Sem Teto – Salvador/BA**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, Ermínia **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis. Editora Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARICATO, Ermínia **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação**. Cadernos Metrôpole, 21, 33-52, 2009.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTUCCELLI, Danilo. **Cambio de rumbo. La sociedade a escala del individuo**. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

McADAM, Doug. **Political process and the development of Black insurgency**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

McADAM, Doug et al. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, n.76, 2009.

MCDONALD, Kevin. **Struggles for subjectivity: identity, action and youth experience**. Londres. Cambridge University Press, 1999.

MCDONALD, Kevin. **Oneself as another: from social movements to experience movement**. Current Sociology. Vol. 54. 2004.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. **Cartilha de Princípios**. 2005.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Rev. Lua Nova, n. 17, p.49-66. São Paulo: jun. 1988.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patricia; PEREIRA, Pedro Paulo; FELTRAN, Gabriel; MALVASI, Paulo. **Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com margens, violências e**

sofrimentos. Entrevista com Veena Das. In DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 5 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2012.

MORAES, Alana. **Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo.** ARQ.URB, v. 1, p. 64, 2018.

MORAES, Alana. **Experimentações baldias & Paixões Retomadas. Vida e luta na cidade-acampamento.** Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

MORAES, Alana; PATRÍCIO, Mariana; ROQUE, Tatiana. **“A homogeneidade do feminismo nos entedia; é preciso criar alianças insólitas” – Entrevista com Maria Galindo.** SUR 24 - v.13 n.24. 2016.

MORAES, Reginaldo. C. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: SENAC, 2001.

OLIVEIRA, Nathália. **As mulheres e os movimentos dos sem-teto no Brasil: análise das relações sociais de classe e sexos.** Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.144-159, 2012.

OLIVEIRA, Nathália. **Os movimentos dos sem-teto no Brasil e na França. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.** Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

ONU. **World Urbanization Prospects.** New York: United Nations, 2015.

PAIVA, Angela. Randolpho. **Dinâmicas sociais na luta por direitos no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Pallas, 2021.

PAIVA, Angela. Randolpho. **Pedagogia Alternativa dos Movimentos Sociais.** Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio edição dupla, nº 12, jan/dez, 2013.

PAIVA, Angela. Randolpho. **Teorias do reconhecimento e sua validade heurística para a análise da cidadania e movimentos sociais no Brasil – o caso do movimento negro.** Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 17 - Nº 40 - Set./dez. de 2018.

PAIVA, Angela. Randolpho. (Org.). **Juventude, Cidadania e a Cultura Cívica Possível.** Rio de Janeiro: Anpocs, 2010.

PERLES, Ana Paula; SZERMETA, Natália. **A Escola da Revolução.** São Paulo: MTST, 2015.

PINTO, Celi Regina. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLEYERS, Geoffrey. **Alter-globalization. Becoming Actors in Global Age**. Polity Press. Cambridge, 2010.

PLEYERS, Geoffrey. **La vulnerabilité come condition du sujet**. Working Paper N° 44. CriDis. Université Catholique de Louvain. Louvain-la-neuve. 2016.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos Sociales en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos sociales y ayuda mútua frente a la pandemia**. Mundos Plurales. Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública. Vol. 8. N. 1. FLACSO: Ecuador, 2021.

PLEYERS, Geoffrey. **Quatro Perguntas para as Ciências Sociais na Pandemia**. Revista de Estudos Anti-utilitaristas e Pós-coloniais. Vol. 10. N. 1. Recife: UFPE, 2020.

PLEYERS, Geoffrey. **Echar raíz. Futuros alternativos**. In BRINGEL, Breno e PLEYERS, Geoffrey (org.). Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros em disputa en tiempos de pandemia. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: ALAS; 2020a.

PLEYERS, Geoffrey. **The Pandemic is a battlefield. Social movements in the COVID-19 lockdown**. Journal of Civil Society, 2020b.

PLEYERS, Geoffrey. **The World That Is Coming: Pandemic, Movements and Change**. In BRINGEL, Breno e PLEYERS, Geoffrey (org.). Social Movements and Politics During COVID-19. Bristol: Bristol University Press, 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se. Feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Anabel; CASTRO, Diego; PENA, Daniel; VEAS, Rocio; ZINO, Camilo. **Tramas solidarias para sostener la vida frente a la COVID-19. Ollas y merenderos populares en Uruguay**. Revista de Estudios Sociales 78/10. Novembro, 2021.

RIZEK, Cibele; AMORE, Caio; CAMARGO, Camila. **Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa Minha Casa Minha Vida “entidades”**. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n.72. Set/Dez, 2014.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. **“Daqui não saio, daqui ninguém me tira”: estudo de caso do MTST para além da dicotomia entre identidade e estratégia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

ROLNIK, Raquel. **Guerra de Lugares**. São Paulo. Boitempo, 2019.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito. São Paulo: Espaço, História e Política**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

ROSAVALLONS, Pierre. e FITOUSSI, Jean-Paul. **A nova era das desigualdades**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa Social Interpretativa – uma introdução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHES, Taisa. **Morar é pessoal, político e cultural: experiências de precariedade e luta por moradia em Londres e Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Boaventura Souza. **A crítica da razão indolente - Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Appris: Curitiba, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. Edições Loyola: São Paulo, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil**. Interface: a journal for and about social movements. Vol. 1, 105, Janeiro de 2009.

SCOTT, Joan. **A história das Mulheres**. In BURKE, Peter. A escrita da história. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. **Experiência**. In: SILVA, Alcione da. et alli. Falas de Gênero Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999

SENNET, Richard. **Juntos. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA, Carmem. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SILVA, Ramos Jefferson da; ANGYE, Cássia Noia. **A Construção de Políticas Públicas em Habitação e o Enfretamento do Déficit**

Habitacional no Brasil: Uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida. Desenvolvimento em questão. Vol. 14. N. 33. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2016.

SIMMEL, George. **A Metrópole e a Vida Mental.** In: VELHO, O. G. (org.). O Fenômeno Urbano. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1979.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história. Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil.** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003

SOUZA, Lene. **Pé no Barro.** São Paulo: Editora Funilaria/Movimento dos Trabalhadores Sem-teto, 2022.

STENGERS, Isabelle. **Introductory notes on an ecology of practices.** Cultural Studies Review. Vol. 11. 2005.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TELLES, Vera da Silva. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos.** In: Dagnino, Evelina (Org.). Anos Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994, pp.91-102.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania. Dilemas do Brasil Contemporâneo.** Caderno CRH 19. Salvador, 1993.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Vol. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution.** Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics.** Oxford: Oxford University Press, 2015.

TILLY, Charles. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834.** In: Traugott, Mark (org.). Repertoires and cycles of collective action. Durham: Duke University Press, 1995.

TOMIZAKI, Kim; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley; SILVA, Maria Gilvania Valdivino. **Socialização política e politização entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto.** In: Educ. Soc. Campinas, v. 37, n. 137, p.935-954, out-dez, 2016.

TOMIZAKI, Kim; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley. **Os aprendizados da luta política: trajetórias militantes das mulheres no MTST.** Linhas Críticas. Dossiê: As dimensões educativas da luta. São Paulo, 2021.

TOSTE, Veronica e SORJ, Bila (org.). **Clássicas do pensamento social. Mulheres e feminismos no século XIX.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

TOURAINÉ, Alain. **Production de la société.** Paris: Seuil, 1973.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente. O discurso interpretativo dominante.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje.** Petrópolis: Vozes, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Petrópolis: Vozes, 1999.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres.** São Paulo: MEDIAfashion: Folha de São Paulo, 2021.